



# AFINIDADES MARXISTAS

Baltazar Macaíba de Sousa  
Marcelo de Sousa Araújo  
Ruan Cláudio da Silva Rosa  
(Orgs.)

VOLUME 3



O Afinidades Marxistas Vol. III, reúne artigos que tratam de importantes temáticas dentro da tradição marxista e deixa à posteridade mais uma contribuição do NEPS ao debate tão atual e necessário sobre a tradição de estudos marxistas. O ano de 2020, período no qual se iniciara as preparações para a publicação do Afinidades Marxistas vol. III, trouxe grandes desafios à continuidade das atividades do NEPS devido a todas as dificuldades impostas pelas consequências geradas pela pandemia da covid-19. Entretanto, durante esse contexto desafiador o grupo teve que traçar estratégias para a continuação das atividades. Com a pandemia, os encontros passaram a ocorrer por videoconferência. Apesar das dificuldades encontradas durante estes quatorze anos, o NEPS tem conseguido manter as suas atividades com excelência. Com o passar do tempo, muitos camaradas trilharam caminhos que o impossibilitaram de continuar participando dos encontros presenciais que ocorriam semanalmente. Este também foi o caso do professor Baltazar Macaíba que se deslocou para a Universidade Federal da Paraíba. Contudo, as dificuldades têm servido para que o grupo se reinvente, e assim, através das possibilidades abertas com a utilização das videoconferências temos conseguidos contornar as barreiras espaciais e contar com a participação de todos os camaradas.

Ruan Cláudio da Silva Rosa



## **Afinidades Marxistas**



# Afinidades Marxistas

Volume 3

Organizadores

**Baltazar Macaíba de Sousa**  
**Marcelo de Sousa Araújo**  
**Ruan Cláudio da Silva Rosa**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Margoni

**Fotografia/imagem de Capa:** Karl-Marx-Monument in Chemnitz. Einheimische nennen ihn "Nischel"

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

SOUSA, Baltazar Macaíba de; ARAUJO, Marcelo de Sousa; ROSA, Ruan Cláudio da Silva (Orgs.)

Afinidades Marxistas: Volume 3 [recurso eletrônico] / Baltazar Macaíba de Sousa; Marcelo de Sousa Araujo; Ruan Cláudio da Silva Rosa (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

247 p.

ISBN - 978-65-5917-421-8

DOI - 10.22350/9786559174218

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Marxismo; 2. Karl Marx; 3. Comunismo; 4. Filosofia; 5. Sociologia; I. Título.

CDD: 300

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia                      300

# Sumário

---

**Prefácio** **9**

---

Marcus Baccega

---

**Apresentação** **20**

---

Ruan Cláudio da Silva Rosa

---

**1** **25**

---

**Fábrica Oka Neiva no bairro da Alemanha: experiências, lutas e vivências dos operários nas décadas de 60/70 do século passado em São Luís – MA**

Alexsandro Silva Diniz

---

**2** **55**

---

**A crítica dialética à lógica transcendental kantiana**

Baltazar Macaíba de Sousa

Gleidimar Alves de Oliveira

---

**3** **74**

---

**Marxismo e pós-abolição maranhense: possibilidades teóricas e metodológicas segundo a obra de Mikhail Bakhtin**

Carlos André Colins dos Santos

Kelly dos Santos Araujo

---

**4** **95**

---

**O caso Joselândia: controles e resistências populares no Maranhão de 1960 a 1980**

Daniel Wollace Marques Ferreira

---

**5** **133**

---

**A educação em tempo integral no Brasil: reflexões sobre a burocracia de Weber em contraposição ao materialismo histórico dialético de Marx e Engels**

Erivan dos Santos Ferreira

**6** **157**

---

**A expansão capitalista na área rural de São Luís a partir da década de 1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o Disal**

Marcelo de Sousa Araujo

**7** **180**

---

**Marxismo e herança cultural: uma reflexão em Ernst Bloch**

Marta Maria Aragão Maciel

**8** **193**

---

**Quanto vale a vida de um trabalhador? Reflexões sobre a leitura da obra: a situação da classe trabalhadora na Inglaterra em tempos de pandemia da Covid-19**

Ruan Cláudio da Silva Rosa

**9** **216**

---

**Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: um breve debate para além da teoria da dependência**

Thiers Fabricio Santos Tiers

**10** **231**

---

**O socialismo deu certo? apontamentos a partir do manifesto do partido comunista**

William Washington de Jesus

**Sobre os autores** **244**

---

## Prefácio

*Marcus Baccega*<sup>1</sup>

Os Mortos de Sobrecasaca  
*Havia a um canto da sala um álbum de fotografias intoleráveis*  
*Alto de muitos metros e velho de infinitos minutos*  
*Em que todos se debruçavam*  
*Na alegria de zombar dos mortos de sobrecasaca.*  
*Um verme principiou a roer as sobrecasacas indiferentes*  
*E roeu as páginas, as dedicatórias e mesmo a poeira dos retratos.*  
*Só não roeu o imortal soluço de vida que rebentava*  
*Que rebentava daquelas páginas.*  
(Carlos Drummond de Andrade, *Sentimento do Mundo*, 1940)

O livro que as leitoras e leitores agora manuseiam é, tal como o pensador por ele homenageado, exatamente como o “imortal soluço de vida” do poema em epígrafe, clamando incessantemente por justiça e humanidade. Com sua potente voz, anuncia a esperança e a necessidade sempre atual de tenaz desconstrução do modo de produção capitalista, o mesmo que, qual o verme de Drummond, corrói memórias, identidades, sonhos e narrativas, ceifando as vidas das mulheres e homens das mais diversas maneiras.

O verdadeiro *Dasein* vampírico desta forma histórica de ordenar as sociedades humanas a que aludimos, o Capital, enclausura, no fundo, nossas subjetividades, privando-nos de ser os autênticos sujeitos de nossa história. No entanto, das obras de Karl Marx, bem como de cada um dos capítulos deste livro, o imperativo de transformação da sociedade

---

<sup>1</sup> Doutor em História Medieval pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA).

“rebentava daquelas páginas”, como sagaz e irônico eco da consciência teórico-prática que se apropria dos conflitos do real.

Observamos que a evidência de que o *logos* filosófico proposto por Marx seja o código de decifração do Capital e da forma societária que seu movimento contraditório enquanto sujeito social condiciona, por surpreendente que possa parecer, foi afirmada por um honesto filósofo liberal, Norberto Bobbio. No último texto coligido em *Nem com Marx, nem contra Marx* (1997), o pensador italiano pondera que, na sociedade contemporânea, são proeminentes as categorias – modos de ser do *Dasein* histórico – cuja compreensão depende da Economia Política. Podemos, como tradicionalmente, designá-las como *econômicas*, se e somente se o vocábulo for pensado como implicativo desta subjetividade social do trabalho morto, que é o Capital, sobre as vidas e os destinos dos seres humanos, especificamente no modo de produção capitalista.

É fato que o capital é *antediluviano*, como Marx assinala no Tomo III de *O Capital – Crítica da Economia Política* (primeira publicação do Tomo I em 1867), mas esta conclusão teórica do filósofo em questão não significa que o mesmo assenhorou-se da totalidade das relações sociais, tal como se dá no Capitalismo, em formações sociais outras que o precederam ou lhe foram ou são – hoje, cada dia menos, visto que anexadas pela mundialização do ente vampírico – contemporâneas ao redor do planeta.

Para se entender a diversidade de textos que se encontram neste belo livro, dois outros pressupostos epistemológicos são indispensáveis: (1) Marx jamais concebeu qualquer forma de determinismo econômico em sua teoria social, uma vez que o real é uma síntese dialética de múltiplas determinações; (2) a explicação para o concreto pensado dialeticamente reside na categoria de totalidade – uma totalidade em permanente autocontradição e movimento.

Não por outra razão, é o mesmo Norberto Bobbio quem atesta que Marx jamais cessou de ser um verdadeiro clássico. Para Bobbio, um clássico se define por três predicados fundamentais. Em primeiro lugar, um clássico revela-se como um intérprete incontestado de seu próprio tempo histórico. Quem poderia refutar, neste sentido, a relevância do Materialismo Histórico para decodificar o movimento dialético desta totalidade autocontraditória que é o *Capital*, precisamente no modo de produção em que é ele o sujeito das relações sociais?

Em segundo lugar, um clássico faz e refaz sempre sua atualidade teórica, o que desponta no fato que todas as gerações sentem necessidade de retornar a seus escritos, reler sua obra, reinterpretar seu pensamento. Em relação ao clássico, por conseguinte, cada geração traduz seu sistema filosófico por caminhos inéditos, decompondo e recompondo sua gramática filosófica mais uma vez. Desta forma, o clássico, a cada nova geração intelectual, é instado a passar por uma profunda *análise* (ανάλυσις), uma efetiva eventração, tal como em uma cirurgia, de seus fundamentos últimos. Como Marx elucida, em profundidade, na grande *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843), tendo renunciado tal discussão nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), há que se pensar uma filosofia da radicalidade, ou seja, deve-se perscrutar a raiz mesma dos seres humanos, que não é outra senão eles próprios e sua história. Isto vale também para o Marxismo Cristão do qual adviemos, uma vez que não pode haver, com um mínimo de coerência teológica, liberdade humana – pressuposto axiomático para o amor a Deus – se a mesma não for uma construção histórica, ou seja, se os seres humanos não forem um projeto infinito de si mesmos na história.

Por fim, um clássico elabora *categorias* filosóficas – não apenas, propriamente, conceitos – indispensáveis à interpretação de formações sociais e temporalidades históricas diversas daquelas em que escreveu e as

quais analisou. Nenhum intelectual responsável, como nos atesta o próprio Bobbio – sempre coerente com seu *social-liberalismo* – pode prescindir da análise marxiana para compreender e decifrar nossos tempos tão tempestuosos. No fundo, enquanto o Capitalismo for contraditório – ou seja, sempre – haverá profundo interesse na produção teórica de Marx e de quem se propôs dialogar e refletir sobre o real concreto a partir de seu pensamento filosófico.

É, justamente, a versatilidade, a pluralidade interpretativa e, sobretudo, a potência teórico-prática do campo marxista que as leitoras e leitores poderão vislumbrar, com grande proveito, nos capítulos apresentados pelos jovens autoras e autores que, com a necessária coragem da verdade – que os gregos nomeavam *parresia* (παρρησία) – ousam desafiar este autêntico “mistério da iniquidade” que é a suserania do Capital.

Neste sentido, **Alexsandro Silva Diniz**, dialogando com a perspectiva marxista pós-estruturalista do grande historiador Edward Palmer Thompson (1924-1993), convida-nos a conhecer e experimentar o espaço de tensões da fábrica de produção de óleo babaçu Oka Neiva, no bairro ludovicense da Alemanha. O tempo histórico abordado, bastante recente, abrange as décadas de 1960 e 1970, sendo que aqui, no cotidiano de lutas e vivências dos trabalhadores da fábrica e moradores do bairro, os “mortos de sobrecasaca” de Drummond apropriam-se dos corpos do patronato e, por meio de sua subsunção ao ente fantasmático, atuam a exploração capitalista.

O segundo capítulo enceta uma tertúlia filosófica de alto de nível, em que os doutores em Filosofia **Baltazar Macaíba de Sousa** e **Gleidimar Alves de Oliveira** explicitam qual o conteúdo e os veios reflexivos de Marx quanto a um autor setecentista de leitura inescapável para a compreensão do criticismo lógico-transcendental, que é, evidentemente, Immanuel Kant

(1724-1804). Não por outra razão, os autores asseveram que a filosofia kantiana consagrou o ápice teórico da Lógica e das Ciências Matemáticas e Naturais na Modernidade. Abordando, incisivamente, a ausência de perspectiva da totalidade concreta em movimento que marca o sistema filosófico kantiano, bem como a condição do *cogito* racional como sujeito pensante para além das condições finitas da história.

Uma mente permeada por categorias *a priori*, um sujeito dado e acabado, incompatível com a crítica dialética hegeliana e marxiana. Consciência teórica inexoravelmente cindida entre as dimensões-atações da *razão pura* (*reine Vernunft*), que deseja conhecer sem interferir no *fenômeno* – emanção sensível do *nômeno* incognoscível – e uma *razão prática* (*praktische Vernunft*), governada pelo imperativo categórico (ética *transcendental*, mas não *transcendente*) e expressa pela ideia de *Direito*.

Georg W.F. Hegel (1770-1831) percebe, na *Fenomenologia do Espírito* (1807), que o criticismo kantiano é a expressão, por excelência, da Modernidade enquanto tempo da cisão irreconciliável do *Espírito* – que é a *Razão Universal* – consigo mesmo, esvaindo-se, para ele, a imediatez de sua vida substancial. O projeto filosófico a que aspira a crítica dialética de Hegel e, sob enfoque materialista, também a de Marx, é reconstituir a unidade/totalidade homem-natureza-consciência, como bem explanam os dois doutores em Filosofia.

Ademais, muito conhecido por obras incontornáveis tanto na Filosofia da Linguagem, com *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), como no campo que hoje denominamos História da Cultura, com *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento – O Contexto de François Rabelais* (1965), o filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895-1965) será o primeiro representante do pensamento marxista a receber uma reflexão historiográfica. Poucas escolhas poderiam ser mais felizes e nenhum tema seria menos urgente que aquele eleito pelos jovens mestres em História,

**Kelly dos Santos Araújo** e **Carlos André Colins dos Santos**, ambos provenientes de nossa instituição, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trata-se, com efeito, dos desafios, ingências e misérias do pós-abolição no Brasil. Munido do arsenal teórico e conceitual de fundo do Materialismo Histórico, este belo capítulo problematiza, à luz da filosofia marxista desta grande figura do Círculo de Tartu, ao fim e ao cabo, aquela que é não apenas uma contradição velada, suscitando o movimento de superação dialética, mas uma radical insuficiência de todo o pensamento e prática do Liberalismo. A igualdade jurídica e a liberdade formal de trabalho estão, efetivamente, em objetiva contradição com a radical iniquidade econômico-social tão profusa no Brasil pós-abolição, afetando com incidência ímpar, como excluídos talvez mais radicais, a população negra brasileira, descendente de escravizados.

Para uma melhor compreensão desta instigante leitura bakhtiniana, bem como integral fruição de seu potencial analítico por parte das leitoras e leitores, gostaríamos de sugerir o cotejo com a reflexão de Evgeny Pachukanis (1981-1937), em *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (1924). As ponderações do jurista e comissário do povo russo propiciarão o necessário exercício de captar, no concreto inteligido, a condição não ilusória do direito positivo. É, sim, necessário que haja igualdade jurídica e liberdade contratual para que a força de trabalho possa ser estruturalmente recrutada e ter explorada sua *mais-valia* na esfera da produção do Capital. Sem a igualdade jurídica efetivamente praticada ao nível das relações ideais de produção, não seriam possíveis a desigualdade, a extração da *mais-valia*, o caráter cessionário da alienação da força de trabalho e a inaceitável fungibilidade do “exército industrial de reserva” do Capitalismo.

O mesmo enfoque permite outra importante leitura sobre as instâncias de controle e dominação social ao nível relações conflitivas entre

grileiros/mineiros e os pequenos agricultores no município de Joselândia, no estado do Maranhão. O escopo, tal como no texto acerca das vivências dos trabalhadores da fábrica Oka Neiva, são os decênios de 1960, 1970, englobando também a tensionada época de reabertura político-institucional no Brasil, os anos 1980. Este é o foco de investigação do capítulo de autoria do mestrando **Daniel Wollace Marques Ferreira**, também aluno de nossa Pós-graduação na UFMA, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, mestrado profissional. O jovem escritor atenta, com competência, à dimensão dialética das resistências, inquietudes e práticas de luta destes trabalhadores rurais em meio ao iminente risco de mecanização capitalista na Amazônia maranhense.

O capítulo subsequente, de autoria do mestre pela Universidade Católica Portuguesa **Erivan dos Santos Ferreira**, traz à discussão uma temática da qual nos parece que nenhum de nós, cientistas sociais, pode ousar estar divorciado: a Educação Básica. Propondo uma interlocução já clássica entre a crítica histórico-dialética de Marx e Engels e a denominada Sociologia Compreensiva, o texto problematiza, à luz da concepção dialética de ensino e educação, uma questão investigativa particularmente muito cara à obra teórica de Max Weber (1864-1920): a burocracia e, no caso específico em tela, a concepção burocrática de Educação. A mesma se cristaliza, aos olhos do jovem teórico, no projeto de ensino em tempo integral no Brasil, tantas vezes acalentado também por setores da Esquerda. A indagação fundamental a que procede o texto é saber qual concepção pedagógica subjaz à educação de tempo integral e, por extensão, à nova Base Nacional Comum Curricular avançada pelo Ministério da Educação deste os tempos do ministro Mendonça Filho, ao tempo do opróbio que correspondeu ao Golpe midiático-parlamentar-judiciário que depôs a Presidenta Dilma Rousseff, nossa companheira no Partido dos Trabalhadores, no fatídico ano de 2016. Leitura indispensável

para todos nós que, nos distintos níveis de ensino, somos profissionais da Educação.

Já o capítulo que as leitoras e leitores têm em mãos a seguir, de autoria de nosso antigo aluno e colega professor **Marcelo de Sousa Araújo**, a quem temos a honra de ter recebido no Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas – Culturas e Poderes, enfoca o problema substantivo da expansão capitalista pela área rural de São Luís do Maranhão. Tal percurso analítico é atuado por meio da visão das relações entre a comunidade rural de Maracanã, constituída por escravizados, e o novo polo fabril modernizante representado pelo DISAL, o Distrito Industrial de São Luís, em sua expansão a partir da década de 1980. Sob tal pano de fundo, a partir do método dialético e do exercício de análise das interpenetrações de temporalidades na História do Tempo Presente, os “mortos de sobrecasaca” capitalistas detêm-se sobre o “álbum de velhas fotos”.

São contempladas, justamente, aquelas “fotografias intoleráveis”, neste panorama “velho de infinitos minutos”, de determinidades pré-capitalistas que ainda atuam, conquanto de modo à primeira vista oculto e discreto, nesta grande fricção de temporalidades que é o Maranhão. Neste lastro, o capítulo de Araújo evoca a herança hegeliana da crítica dialética de Hegel, haja vista que, para o filósofo idealista alemão, no Parágrafo 28 da *Fenomenologia do Espírito*, em cada fase da marcha dialética da consciência na história, prepondera uma específica determinidade no *Dasein*. Tal proeminência, todavia, não elide traços e contornos não hegemônicos de outras etapas percorridas pelo Espírito desde a consciência *em-si* até a perfeição da Razão Universal. Da mesma forma, Marx e os bons marxistas nunca descuraram do fato de que, no modo de produção capitalista, pronunciam-se, ora mais, ora menos, ecos

de outras formações sociais, constatação que o belo texto de Marcelo Araújo nos permite revisitar.

Já no sétimo capítulo do livro, trazendo a crítica materialista-dialética de Ernst Bloch para a esfera cultural, **Marta Maria Aragão Maciel** também resgata a vitalidade do passado no tempo presente, desta vez sob um viés revolucionário e transformador. Deste modo, são enfocadas diversas expressões culturais, em especial os gêneros artístico-literários como a literatura e o cinema, ao lado de momentos importantes da história da filosofia, como a obra do aristotélico islâmico medieval Avicena (980-1037) e o próprio Hegel. Nesta problematização de experiências pretéritas que emanaram o potencial de fragilização das imagens do mundo por meio do questionamento filosófico-revolucionário, ocorre-nos uma pungente reflexão proposta por Walter Benjamin em sua décima-quarta tese em *Sobre o Conceito de História* (1940).

Ao versar sobre a saturação messiânica de “agoras” de que se constitui o tempo histórico, o filósofo rememora o fato de que a França revolucionária de 1789-1799 representava a si própria como uma “Roma ressurreta”. Isto interessa para a leitura do texto de Marta Maciel na medida em que coloca em evidência que “a moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente”. Da mesma forma, em Ernst Bloch, a arte consegue realizar o salto dialético da Revolução, unindo, no presente da densidade, o passado da memória dos oprimidos e o futuro da expectativa utópica.

No oitavo capítulo desta obra coletiva, o mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas da UFMA, **Ruan Cláudio da Silva Rosa** propõe-se a mesma questão que se fez Friedrich Engels quanto à situação da classe trabalhadora na Inglaterra oitocentista, polo destacado de industrialização e precarização da vida humana. Em um instigante e, ao mesmo tempo, angustiante exercício

historiográfico presente-passado-presente, Ruan Rosa tem sua movência teórico-prática governada por um profundo humanismo. Eis um dos traços mais pronunciados na vida, na obra e na militância política dos próprios autores de *A Ideologia Alemã* (1845), preocupação que sensibilizou o jovem advogado e procurador paterno Engels, também em 1845, quando trava contato com a concretude de exclusão e exploração dos operários fabris ingleses, particularmente os trabalhadores da fábrica de tecidos de seu pai. No tempo presente, Ruan Rosa defronta-se com o cenário soturno da pandemia de Covid-19 que nos vem assolando, somada ao pandemônio político e econômico pelo qual passam várias partes do mundo hoje, e, a este ensejo, faz-se a mesma pergunta de Engels: “quanto vale a vida de um trabalhador?”

O penúltimo capítulo, escrito pelo mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional por nossa grande parceira maranhense, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), **Thiers Fabrício Santos Tiers** reprisa, muito oportunamente, o debate acerca da antiga Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da denominada Teoria da Dependência, desenvolvida no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Dois sociólogos preeminentes neste debate e nesta perspectiva teórica marxista heterodoxa, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, com posições teóricas divergentes. Ao lado de nomes como Enzo Faletto e André Gunder Frank, ambos propuseram-se refletir a respeito da especificidade do desenvolvimento do Capitalismo subordinado na América Latina e seu *locus* na gramática econômica da mundialização do Capital.

O último capítulo, de autoria de **William Washington de Jesus**, alusivo à celebração, em 2020, do bicentenário de Engels, organizada pelo nobre Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS-UFMA-UFPB) apresenta a indagação acerca dos êxitos e fracassos das tentativas de

instauração do Socialismo. William de Jesus, relendo o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), escrito a quatro mãos por Marx e Engels, coloca em perspectiva crítica as diversas experiências hétero ou autorrepresentadas como socialistas. Poucos debates de natureza teórico-prática poderiam ser tão bem-vindos como escrito de conclusão desta obra coletiva.

Às leitoras e leitores, que esperamos virem a ser muitos, desejamos o “imortal soluço de vida”, que fiel e seriamente, “rebenta destas páginas”!

Boa leitura!

São Luís do Maranhão, outubro de 2021.

## **Apresentação**

*Ruan Cláudio da Silva Rosa*<sup>1</sup>

Afinidades Marxistas vol. III demarca o aniversário de quatorze anos do NEPS (o grupo foi criado como Núcleo de Estudos e Pesquisas do Sindicalismo e apenas em 2014 o NEPS viria a tornar-se Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista). O referido grupo de estudos foi fundado no ano de 2007 pelo Prof. Dr Baltazar Macaíba de Sousa, a época professor do departamento de sociologia da UFMA (Universidade Federal do Maranhão). Durante esses quatorze anos de existência no qual os integrantes do grupo se reuniram constantemente para ler e debater as obras de Karl Marx e Friedrich Engels muitas pessoas passaram pelas reuniões que sempre foram caracterizadas por ser um espaço aberto de diálogo e debate.

Durante todos esses anos os camaradas do NEPS puderam se debruçar sobre a leitura atenta de uma grande parte da produção de Marx e Engels, sendo as seguintes obras trabalhadas: *A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro, Manuscritos econômicos e filosóficos, A questão judaica, Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, A sagrada família, A miséria da filosofia, A Ideologia alemã, Feuerbach e o fim da filosofia clássica na Alemanha, O Dezoito Brumário de Louis Napoleão, As lutas de classes na França, A guerra civil na França, Crítica da Economia Política, O capital (Livro I), As lutas de Classe na Alemanha, A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, A origem da família da propriedade privada e do Estado, O anti-Dühring e Dialética da natureza.*

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social. Membro do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista

Neste período, vários eventos foram organizados pelo NEPS, sendo eles: 90 anos da Revolução Russa (2007), 50 Anos da Revolução Cubana (2009), I Seminário Maranhense de Marxismo (2010), I Seminário Maranhense de Sindicalismo Rural (2010), 140 anos da Comuna de Paris (2011), II Seminário Maranhense de Marxismo (2012), III Seminário Maranhense de Marxismo (2016), IV Seminário Maranhense de Marxismo (2020) e o Seminário de 200 anos de Friedrich Engels (2020). Durante esses anos, através de apresentação de minicursos, comunicações orais e mesas-redondas, o NEPS, vem marcando presença nos eventos acadêmicos realizados, sobretudo, na Universidade Federal do Maranhão.

Com relação aos minicursos oferecidos pelo grupo lembremos da seguinte lista: *Marxismo: um breve estudo de sua historicidade* (2008), *A ideologia socialista nas obras de Juventude de Marx* (2009), *As linguagens do marxismo nas ciências humanas* (2010), *Marxismo e diversidade: teoria, poder e ecologia* (2011), *Cidade e memória: a (re) configuração do espaço em São Luís com a expansão do capitalismo (1970-2010)* (2012), *Diferença, mercado e capital: reflexões marxistas sobre o multiculturalismo* (2013), *David Harvey e Perry Anderson: contribuições teóricas e metodológicas para a compreensão da sociedade capitalista contemporânea* (2013). Por sua vez as mesas foram: *As revoluções bolivarianas na América Latina* (2008), *A construção do socialismo nas obras de Marx e Engels* (2009), *A linguagem da mercadoria na contemporaneidade* (2010), *Marxismo e diversidade: teoria, poder e ecologia* (2011), *Cidade e memória: a (re) configuração do espaço em São Luís com a expansão do capitalismo* (2012), *Diálogos com os frankfurtianos* (2012), *Diferença, mercado e capital: reflexões marxistas sobre o multiculturalismo* (2013), *Ciência e ideologia: as relações de poder presentes na desqualificação do materialismo histórico-dialético presentes no parecer da CAPES 2014* (2014) e *A importância do Materialismo*

*Histórico em tempos de Barbárie: Conservadorismo e Estado de Exceção (2018).*

Em 2015 organizamos a nossa primeira coletânea de artigos que saiu apenas no formato impresso pela Editora Café & Lápis. Intitulada *Afinidades Marxistas*, esta obra foi lançada no início de 2016 durante a realização do *III Seminário Maranhense de Marxismo*. Em 2019 começamos os preparativos para publicação de mais uma coletânea de artigos. Desta vez, o livro foi publicado em dois formatos (e-book e impresso) pela editora Fi em 2020, sendo o e-book disponibilizado gratuitamente para todos os leitores. O lançamento do *Afinidades Marxistas Vol. II* ocorreu durante o *IV Seminário Maranhense de Marxismo (2020)*. Desta forma, é com uma grande satisfação que viemos a público disponibilizar à comunidade mais uma obra contendo as contribuições dos integrantes e convidados do NEPS. *O Afinidades Marxistas Vol. III*, reúne artigos que tratam de importantes temáticas dentro da tradição marxista e deixa à posteridade mais uma contribuição do NEPS ao debate tão atual e necessário sobre a tradição de estudos marxistas.

O ano de 2020, período no qual se iniciara as preparações para a publicação do *Afinidades Marxistas vol. III*, trouxe grandes desafios à continuidade das atividades do NEPS devido a todas as dificuldades impostas pelas consequências geradas pela pandemia da covid-19. Entretanto, durante esse contexto desafiador o grupo teve que traçar estratégias para a continuação das atividades. Com a pandemia, os encontros passaram a ocorrer por videoconferência. Para realização dos eventos programados para o ano de 2020 foi criado um canal no youtube (NEPS-UFMA/UFPB) que nos permitiu deixar registrado no canal os seguintes eventos: *IV Seminário Maranhense de Marxismo (2020)*, o *Seminário de 200 anos de Friedrich Engels (2020)* e as lives de preparação

para o evento referente aos 200 anos de Engels, nas quais foram debatidas as obras *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, o *Anti-Dühring*, *O manifesto do partido comunista* e *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

Apesar das dificuldades encontradas durante estes quatorze anos, o NEPS tem conseguido manter as suas atividades com excelência. Com o passar do tempo, muitos camaradas trilharam caminhos que o impossibilitaram de continuar participando dos encontros presenciais que ocorriam semanalmente. Este também foi o caso do professor Baltazar Macaíba que se deslocou para a Universidade Federal da Paraíba. Contudo, as dificuldades têm servido para que o grupo se reinvente, e assim, através das possibilidades abertas com a utilização das videoconferências temos conseguidos contornar as barreiras espaciais e contar com a participação de todos os camaradas. Contamos hoje com dois núcleos, tendo o NEPS/UFPB a coordenação do prof. Dr Baltazar Macaíba e o NEPS/UFMA a coordenação do Prof. Ms. Marcelo de Sousa Araújo.

Durante estes quatorze anos o NEPS contou com a participação de estudantes e profissionais de várias áreas como História, Geografia, Filosofia, Serviço Social, Pedagogia, Letras e Economia. Sem tentar impor uma leitura dogmática dos escritos de Marx e Engels, podemos afirmar que os camaradas do NEPS, independente da sua formação, têm em comum o sentimento de inquietação perante as circunstâncias encontradas em nossa época. Dito isso, a teoria e a práxis que constitui o legado marxista se apresenta como o meio encontrado pelo grupo para fomentar a tão necessária reflexão e ação sobre a nossa realidade social. Obviamente que os escritos de Marx e Engels foram desenvolvidos em um contexto totalmente diferente do nosso, contudo, Marx e Engels continuam mais atuais e necessários do que nunca. Numerosos problemas atuais que são inerentes ao modo de produção capitalista têm

demonstrado a cada dia a extrema necessidade de termos como meta a emancipação humana, pois, somente a construção de um caminho pautado na emancipação fará com que o homem esteja livre dos grilhões que ainda hoje lhe oprimem.

Feita estas ressalvas, é com imensa satisfação que lembramos que durante esses quatorze anos o NEPS pôde contribuir para o crescimento profissional e pessoal de vários camaradas. Dentre aqueles estudantes de graduação que iniciariam no grupo temos exemplos de camaradas que tornaram-se professores, mestres, doutores. Alguns camaradas trilharam o caminho da docência tanto na educação básica como na educação de nível superior, bem como, outros seguiram caminhos diferentes sem, contudo, deixar de lado as afinidades marxistas semeadas dentro do NEPS.

Destarte, agradecemos a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para longevidade do nosso grupo. Dentre as várias pessoas que fazem parte da nossa História não poderemos de deixar de citar os seguintes camaradas: Baltazar Macaíba de Sousa, Marcelo de Sousa Araújo, Raimundo Campos Júnior, Thiers Fabricio, José Arnaldo dos Santos Ribeiro, William Washington de Jesus, Gleidimar Alves de Oliveira, Juscinaldo Almeida, Tatiane Nogueira Santos, Marta Maria Maciel Aragão, Carlos André Colins, Daniele Lima, Jurandir Amorim e Rodrigo Antônio Iturra Wolf.

Saudações Marxistas!

## **Fábrica Oka Neiva no bairro da Alemanha: experiências, lutas e vivências dos operários nas décadas de 60/70 do século passado em São Luís – MA**

*Alexsandro Silva Diniz<sup>1</sup>*

*“Temos a maior reserva do mundo de gordura vegetal. Dos 150 mil km quadrados cobertos de babaçu e que cada vez mais iremos exportar, valorizar e industrializar e mostrar ao Brasil que invés de um problema uma grande solução para todos nós” (José Sarney)*

### **Introdução**

A epígrafe acima é parte do discurso de posse do governador José Sarney em 1966, enaltecendo-se a grandeza da flora maranhense e da economia do óleo de babaçu bruto e refinado além do farelo que eram exportados para o exterior.<sup>2</sup>

Nas palavras de Hugo Sousa (69 anos), morador do bairro da Alemanha, em São Luís, e, que trabalhou na *Fábrica Oka Neiva*, Sarney tivera uma enorme parcela para o fracasso das fábricas que produziam o óleo babaçu, primeiro no que diz respeito ao reconhecimento e investimento nessas indústrias, já que o estado do Maranhão possuía (possui) uma das maiores reservas de cocais em todo o seu território, e, segundo a concorrência das fábricas estabelecidas no Sudeste que

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior Santa Fé (CESSF). Contato: alexsdz17@gmail.com

<sup>2</sup> Sobre a importância do Babaçu para a economia maranhense no século XX, Feitosa (1998, p.238), destaca: “A amêndoa do babaçu, primitivamente utilizada como produto destinado ao autoconsumo da população antes de 1914, a partir da primeira Guerra Mundial (1914-1918) torna-se mercadoria importante pauta de exportação da economia do Maranhão. Passou a se constituir matéria de grande valia para o setor industrial que não andava bem das pernas desde a derrocada das fábricas têxteis, abrindo assim de implantação para indústrias químicas e alimentares desenvolvidas, a princípio, fora do país e no centro-sul brasileiro

gozavam de largos incentivos fiscais (isenção de impostos, doação de áreas para instalação de empresas e empréstimos facilitados pelo estado na aquisição de equipamentos) e da proximidade destas com o mercado consumidor. “*Confiamos no discurso de Sarney que o Maranhão iria reviver um novo tempo e fomos enganados*” (Hugo<sup>3</sup>, 69 anos).

A *Fábrica Oka Neiva S.A* inicia sua produção em 1961, tinha como proprietários Hassam Oka de origem Otomana e Evaldo Neiva, irmão de Pedro Neiva de Santana que viria a ser governador do Maranhão entre 1971 a 1975. Diferentemente das *Fábricas Carioca* e a *Gaspar S.A* que se localizam respectivamente nos bairros Areal (atual Monte Castelo) e Ivar Saldanha. A fábrica Oka Neiva não possuía vilas operárias para instalação e moradia para seus operários e sim em torno de duas casas próximas que serviam de moradia para o encarregado geral de nome Raimundo Queiroz e a outra geralmente para os donos que fiscalizavam a produção no período noturno.

Os operários residiam nas proximidades da fábrica, nas áreas invadidas durante o processo de construção do Conjunto Newton Bello e muitos em palafitas. Funcionando em dois turnos de trabalho: das 7:00hs da manhã às 19:00hs da noite e das 19:00hs da noite às 7:00hs da manhã, onde cada turno empregava 20 pessoas diretamente e nos períodos de larga produção empregava vinte pessoas indiretamente.

Assim, o presente trabalho analisa as experiências e vivências dos operários que trabalharam na *Fábrica Oka Neiva S.A*, situada no Bairro da Alemanha, Rua Jerônimo de Viveiros s/n, onde é o atual Colégio Lara Ribas, unidade do SESI (Serviço Social da Indústria). Essa fábrica foi instalada no começo dos anos 60 e se estendeu até o final da década de 70 produzindo óleo de babaçu, tortas e farelo que eram exportados para o

---

<sup>3</sup>Relato concedido em 09/09/16

exterior, especificamente, para a cidade de Hamburgo, na Alemanha, além de sabão em pedra e água sanitária que abastecia o comércio da capital e do interior, precisamente a cidade de Pinheiro<sup>4</sup>. Segundo José Nonato (71 anos), operador de prensa da *Fábrica Oka Neiva*, as lembranças daqueles tempos ainda são lúcidas e presentes no contexto fabril do bairro da Alemanha.

Quando eu comecei a trabalhar em 1967 na fábrica, nos arredores do bairro da Alemanha havia no mínimo 10 fábricas, entre as quais destaco a MERK, Gaspar S.A, IVESA, Fábrica Carioca Industrial, Rachid Abdalla em pleno funcionamento, e que de certa forma empregava muitas pessoas do próprio bairro e de bairros próximos (João Paulo, Caratatiua, Monte Castelo...). Isso aqui era uma loucura, quando era no período da manhã por volta de 7 horas, ouvíamos o apito das fábricas.(JOSÉ INÁCIO<sup>5</sup>,71 anos)

As fábricas que se instalaram nas imediações do Rio Anil<sup>6</sup>, especificamente do lado esquerdo, contribuíram para o aparecimento de vários bairros periféricos e o processo de industrialização. As pessoas que surgiram nas imediações vieram do interior e de outras partes da capital em busca de trabalho e melhores condições de vida. “O crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceu o surgimento de ocupações irregulares [...]”. (DINIZ, 2007, p.169).

O processo de evolução urbana nas imediações do Rio Anil e o crescimento populacional propiciado por todas as políticas de desenvolvimento econômico foram os fatores geradores de grandes desigualdades econômicas e sociais de forma que havia uma dependência dessa comunidade no que tange a esse modelo competitivo de mercado.

---

4 Cidade localizada na Baixada Maranhense.

5Relato concedido em 05/08/16

6 O Rio Anil ao lado do Rio Bacanga são as duas principais bacias hidrográficas da ilha de São Luís.

Condição essa bem similar a apresentada por Friedrich Engels (2008), na obra: “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, quando fala sobre o mundo Britânico que nas mesmas cidades de estruturas sofisticadas, coexistem formas degradantes de organização espacial, onde se fazem presentes as mais variadas expressões do caráter destrutivo do capital e onde habitam aqueles indivíduos pertencentes às classes subalternas, necessários e responsáveis pela expansão capitalista, mas que ao contrário da burguesia, apenas acumulam pobreza.

Convém salientar que a localização das fábricas produtoras do óleo de babaçu nas margens do Rio Anil se deu em decorrência da falta de portos e de um sistema adequado de transporte que perfilou todo um contexto social de moradias precárias.

Levando em consideração estas importantes variáveis, o trabalho em questão, contempla o levantamento de dados com entrevistas orais feitas com várias pessoas do bairro da Alemanha entre moradores, trabalhadores da fábrica supracitada, viúvas e filhos desses trabalhadores. O presente texto tem como recorte temporal o período dos anos 60 e se estende até a década 70, momento esse correspondente a atuação da *Fábrica Oka Neiva S.A* e o surgimento do Bairro da Alemanha oficializado pelo estado com a construção do Conjunto de casas para servidores estaduais, mais especificamente a partir da década de 1970. Observando-se que o surgimento do bairro se insere no quadro de reconfigurações do espaço urbano da capital acontecido a partir da década de 60 por meio dos discursos de modernização de São Luís, como destaca Ribeiro Júnior (2001, p. 129):

A capital maranhense sofreria modificações, pois o grande capital, [...] atingia-a. O espaço urbano de São Luís é marcado por dois momentos históricos diferentes, porém articulados entre si, um deles é a presença do capital no campo, e a desarticulação da pequena produção.

Ainda de acordo com Ribeiro Junior (2001), São Luís entre 1960 e 1970 apresentou um significativo índice populacional, de 5,31 %, propiciando um novo traçado urbano à capital, ampliando a urbe ludovicense através do crescimento dos bairros: “Liberdade, Monte Castelo (Areal), Apeadouro, Bairro de Fátima, Alemanha, João Paulo, Caratatiua, Jorhoa e Sacavém”.

Ao longo dos seus relatos, os moradores e operários da fábrica reconstruíram o bairro da Alemanha e a indústria presente em suas lembranças. Segundo Benjamim (1994), a memória assume papel importante como reminiscências e suscitando um exercício de imaginação, (re) criação e significação.

Conforme Batalha (2000), a história operária deixou de ser unicamente a História do Movimento Operário e as tendências agora são voltadas também para as experiências vividas por trabalhadores comuns que possibilitaram a uma análise menos estática e indiferenciada, valorando o operário através da memória ao acesso das complexidades e análise do processo onde as ações desses sujeitos não são pré-determinadas e estáticas, mas dinâmicas e conscientes no seu modo de fazer-se histórico.

Para E.P.Thompson (2001, p.10), a classe é uma experiência, ou as experiências vividas e compartilhadas pelas pessoas que as fazem membros participantes da classe:

A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram (...). A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais.

O cotidiano, a cultura e o conjunto de valores socializados, por exemplo, destes operários no meio social do bairro da Alemanha em que se encontravam são novas temáticas a serem exploradas, ou seja, abrem novas perspectivas de abordagem histórica ocorrendo um alargamento das análises e no resgate da história. O sentido de classe para Thompson é um fenômeno social que liga os trabalhadores através das experiências de exploração, repressão, desigualdade e luta cotidiana em comum, pois a consciência que se forma no desenrolar destes momentos de resistências propicia a própria formação de classe.

Conforme E.P.Thompson (2001, p.36) o materialismo histórico é a teoria da emancipação humana, onde homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem estas experiências, pois:

Os valores não são “pensados” nem “chamados”; são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento), no *habitus* de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e cessaria toda produção.

Assim, o Materialismo Histórico já assinalava desde o século XIX os homens como os sujeitos da história mesmo que muitas vezes independentes de suas vontades. Propiciando a narrativa historiográfica a dar voz a sujeitos sociais que outrora eram silenciados pela escrita da história.

Nesse contexto, a obra de Friedrich Engels (2008) “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, definiu o eixo desse texto, pois a leitura aborda a miséria dos bairros pobres, a vida gasta diante das máquinas, os

vícios, o processo industrial acarretando a mudança sociais e as lutas de classes.

Sendo assim, os relatos dos narradores, suas lembranças, suas experiências, são fontes históricas para este trabalho que está inserido em propor a investigar as ações dos operários. Por meio das lembranças dos moradores pude vivenciar um passado onde essas pessoas trabalharam em várias fábricas ao redor do Rio Anil e as mesmas eram importantes não somente na renda familiar, mas no seu entendimento de sujeitos históricos.

### **1. O discurso desenvolvimentista em São Luís a partir dos anos de 1950**

As intervenções feitas em São Luís a partir da década de 50, capitaneada pelo engenheiro Ruy Mesquita tinham o propósito de impulsionar o desenvolvimento da capital, seria a articulação entre estradas de rodagens, ligando rural e urbano, e os sistemas férreos, marítimo e pluvial. O engenheiro Ruy Mesquita vislumbrava o crescimento não mais no rumo dos bairros João Paulo e Monte Castelo, mas em direção aos rios Anil e Bacanga, com novas pontes facilitando o acesso e abrindo caminhos em direção as praias da Ponta D'areia e Calhau.

Quanto à situação de São Luís no início da década de 1950, destacamos a seguir alguns dados apresentados por Ribeiro Junior (2001, p. 18) referentes aos serviços públicos.

São Luís era uma cidade com uma pequena oferta de serviços públicos, haja vista que no setor de transporte em 31.12.1950 havia apenas 18 km de linhas de ferro-carris de uso público que transportaram 6.699 passageiros naquele ano. (...) O oferecimento de serviços de telefonia se resumia à capital, que detinha em 1950, 1.004 linhas (...) o sistema de iluminação pública foi inaugurado em 1924, era mantido pelo Estado e servia a 170 logradouros públicos e 242 domicílios (...). Quanto às instalações sanitárias e rede de esgotos, estas existiam apenas na capital, através do sistema de separador, que

servia a 129 logradouros públicos. O abastecimento d'água era canalizado, em apenas 4 cidades possuíam tal sistema com domiciliar, sendo que na capital haviam 226 logradouros servidos.

Segundo o IBGE São Luís passa por um inchaço populacional a partir da década de 40 onde a cidade “expande-se numa faixa de 13 quilômetros de extensão” (GOMES, 1988, p.22) sendo que a topografia pouco favorável fez com que o crescimento se direcionasse aos mangues entre os rios Bacanga e Rio Anil. O parque fabril contribuía em grande parte para o processo populacional, uma vez que representava uma das poucas oportunidades de emprego para os pobres urbanos e do campo, vítimas do êxodo rural. Essa ocupação desordenada gerava uma ida para as periferias, com a suburbanização no entremeio dos bairros já estabelecidos anteriormente e surgindo novos ligados ao entorno das fábricas, como Fabril, Cambôa e Anil.

O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos - e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila [...] A centralização da propriedade atingiu o mais alto grau. (...). Nelas só existe uma classe rica e uma classe pobre (ENGELS, 2008, p. 64-65).

Neste contexto, segundo Ribeiro Junior (2001), o crescimento populacional esteve atrelado ao êxodo rural, pois, a capital recebeu milhares de migrantes vindo do interior e a estrutura urbanística de serviços públicos (água, esgoto e energia) não acompanhou o volumoso crescimento populacional e os serviços eram oferecidos à pouquíssima parte da população.

O espaço destinado à moradia dos indivíduos que chegavam à cidade oriunda do campo em função do baixo preço que pagavam pelas amêndoas e a indústria do babaçu e seus derivados promovia a continuidade do fluxo

migratório para as cidades. Em razão desse fluxo populacional criavam-se leis, decretos e outras tantas normas que visavam à disciplina e a higiene social do novo viver urbano.

Já no período de 1940 a 1970 (século XX) o crescimento populacional de São Luís foi maior, principalmente graças ao êxodo rural, servindo a cidade de São Luís como um dos centros absorvedores da massa de trabalhadores excluídos da propriedade ou posse da terra fazendo, crescer (ou inchar) sua população a taxas relativamente significativas, ou seja, em números absolutos, de 58.735 habitantes na zona urbana de São Luís em 1940, passou para 205.413 habitantes em 1970 (RIBEIRO JUNIOR, 2001, p.87)

Os programas habitacionais iniciados na década de 30, mas só a partir da década de 50 que se tornam prioridade da política governamental, onde os principais responsáveis pela construção são os institutos: Fundação da Casa Popular (décadas de 40 e 50) e Banco Nacional da Habitação (décadas de 60 até 80).

O pouco dinamismo da produção fabril e do funcionalismo público acarretou a má distribuição de renda e conseqüentemente a carência de habitações se tornam bem visíveis. Nesse aspecto, os programas habitacionais contemplam os anseios da população de baixa renda que sofriam com a carência das casas e do aumento dos custos dos aluguéis.

O Bairro da Alemanha, a partir da década de 60, torna-se o alargamento do Caminho Grande em direção ao Rio Anil e com as benfeitorias, como a construção do viaduto do Caratatiua, a pavimentação da Avenida dos Franceses e a construção da ponte Governador Newton Bello (Ponte do Ipase) deu mobilidade para o surgimento de outras ocupações espontâneas ou planejadas na região.

Na década de 70 do século XX, a capital sofria grandes transformações, caracterizadas pela implantação de grandes projetos

industriais, a exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce (C.V.R.D), hoje VALE e o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e conforme destaca Santos (2013, p. 43), “a economia maranhense se torna mais dinâmica, isto é explicado pelo projeto nacional arquitetado pelo regime militar implantado nessa época, o Projeto Grande Carajás”.

Os fluxos migratórios na década de 70 tornam-se relevantes em razão da modernização do campo, como também, com os empreendimentos do Projeto Carajás em São Luís, proporcionando um significativo aumento do contingente populacional.

A verticalização da cidade em direção aos rios Anil e Bacanga fazendo surgir novos bairros e avenidas e os processos de ocupações tanto planejadas e principalmente espontâneas que na maioria das situações aconteceram em propriedades ociosas e que atraíram atenção tanto de quem não tinha moradia quanto de quem se aproveitava da situação por interesses políticos e econômicos, como é o caso de cabos eleitorais e posseiros ou grileiros contribuiu em grande parte para o crescimento populacional de São Luís.

## **2. Bairro da Alemanha e o contexto fabril**

Segundo o diário Oficial nº 10, de 06/03/1936, o Caminho da Veneza<sup>7</sup> já tinham casas de palhas, próprias e alugadas e o prefeito municipal notificava os interessados no lançamento do imposto predial.

O atual bairro da Alemanha surge na década de 50, primeiramente com ocupações espontâneas de sítios situados em áreas adjacentes ao antigo Caminho Grande. Dentre os principais destacamos os sítios: Veneza, Caratatiua, Alto e Baixo Paraíso.

---

<sup>7</sup> No final da década de 60 passou a ser chamada de Avenida dos Franceses, logo após a sua inauguração.

O nome Alemanha é em homenagem à pátria dos missionários padres alemães na atual Igreja da Glória que beneficiavam moradores do bairro. O bairro em questão surge quando é lançado o diário de 27/09/1957, na gestão do governador José de Matos Carvalho, mas só na administração do governador Newton Bello e, este autorizava o IPEM (Instituto de Previdência do Estado do Maranhão) a construir conjunto de casas nas áreas que compreendia o sítio do Caratatiua de propriedade do Sr. Ernani Ferreira Pinto. É o segundo conjunto a ser construído com recursos do governo Estadual e Federal para moradia dos servidores públicos, o primeiro é o conjunto residencial do Filipino que na época beneficiou grande parte dos servidores públicos.

É o que nos constata o Sr. Hugo (69anos), que na época os seus pais moravam na Macaúba em casa alugada e com as notícias sobre a construção de casas que viriam a beneficiar exclusivamente servidores públicos estaduais.

Eu cheguei ao bairro da Alemanha em 58, e as obras de terraplanagem já tinham começado. Meus pais construíram nossa casa bem próxima do Rio Anil em cima da maré. Era o único espaço que os invasores conseguiam para morar, pois toda essa área já estava demarcada com arame e cada demarcação para o seu devido fim de construção: tinha área que iria ser só colégios, hospital, igreja e outras dependências.

A construção do conjunto abriu possibilidades para a construção de fábricas ao redor da Alemanha, pois conforme relatos os acessos foram melhorados em se tratando de ser uma área com grandes declives e enormes dificuldades de acessos.

Devido aos esforços empreendidos pelo Governo Estadual no que se refere aos benefícios como energia elétrica, asfaltamento no acesso que compreendia o trecho da Alemanha até o João Paulo. As facilidades de

acesso à área, tanto por estradas e por via marítima determinaram a instalação das fábricas nessas novas zonas indústrias, e essa mesma idéia é defendida por Sampaio (2001, p.56) que diz que “as zonas industriais devem ser contíguas às grandes vias de transporte e circulação (ferrovias, circuitos nacionais, rios navegáveis, aeroportos) ”.

O panorama do bairro antes e depois da construção do conjunto habitacional foi melhorado no que diz respeito sobre enormes barreiras que existiam e em outras partes grandes crateras que inviabilizavam o acesso a outros lugares. Aquela parte onde se estabeleceu a fábrica Oka Neiva teve que ser rebaixada, assim também a Igreja da Glória que era apelido de Morro Brastemp, na parte da Avenida dos Franceses que dava acesso as fábricas Merk e a Gaspar construíram uma pequena ponte sobre o imenso buraco e com as chuvas ela desabou só depois que construíram aquele viaduto que dá acesso ao Caratatiua por baixo, pela configuração do espaço as fábricas teriam que se instalar próximo ao Rio Anil. (GILMAR ARAÚJO<sup>8</sup>,2016)

As fábricas foram se instalando no início da década de 60, entre elas a GasparS.A<sup>9</sup> que ficou na parte alta da Alemanha, próximo a ponte do Caratatiua, sentido IPASE a Alemanha, e conforme relatos era uma das maiores já que nas suas dependências além da fábrica, contava ainda com vilas operárias e outras instalações como, refeitório, igreja e um campo de futebol.

Grande parte das fábricas que se instalaram no bairro da Alemanha e arredores tinham o beneficiamento do óleo de babaçu como renda principal já seguia as novas tendências, vide a concorrência das empresas do Sudeste que beneficiavam amêndoa do babaçu e em São Luís algumas

---

<sup>8</sup>Depoimento concedido em 16/10/16

<sup>9</sup> Fábrica produtora do óleo de babaçu, situada bem próxima à ponte do Caratatiua, sentido Ipase-Alemanha, funcionou desde a década de 60 até meados da década de 70.

empresas faziam esse processo, como a empresa *Carioca Industrial* (Atual hospital Sarah Kubitschek) que despontava antes da década de 60.

A empresa internacional *Merk* (hoje o prédio funciona a Universidade Maurício de Nassau) que era especializada na fabricação de óleos láuricos entre eles o jaborandi e medicamentos, ficava próxima a Gaspar S.A e segundo a FIEMA era designada empresa de grande porte, funcionou até o século XXI e fora bastante questionada pelos moradores durante décadas pela poluição que causara ao Rio Anil tendo como consequências a mortandades de várias espécies de peixes e mariscos.

Uma grande parte dos operários da *Fábrica Oka Neiva* se estabeleceu no Bairro da Alemanha durante a sua instalação por volta de 1961 aos arredores do Rio Anil, onde muitos desses operários e suas famílias construíram suas moradias em cima da maré. Conforme relatos colhidos dos moradores durante as instalações das fábricas nos arredores do bairro da Alemanha, esses indivíduos só tinham essa opção, pois grande parte dessa área já estava demarcada e chegavam muitas pessoas de outras partes de São Luís e outras dos interiores da parte do Médio Mearim e grande parte da Baixada motivada pela grande oferta de empregos que as fábricas ofereciam.

O panorama encontrado por vários moradores isso por volta da metade da década de 50 quando ocuparam o bairro acima mencionado, era de inteiro vazio populacional e só mudou em virtude do lançamento do edital para a construção de casas residências e as invasões espontâneas por parte de algumas pessoas que chegaram antes da terraplanagem do antigo sítio do Caratatiua e que foram realocados para a parte de baixo da Alemanha em razão da construção do conjunto residencial.

Segundo relata o morador Gilmar Araújo, 68 anos que chegou à Alemanha no ano de 58 o panorama encontrado foi que:

O poder público chegou inúmeras vezes a derrubar as casas feitas pelos moradores e a consequente expulsão dos mesmos da área do sítio do Caratatiua e muitas vezes os moradores voltavam ao lugar e erguiam novamente suas casas. Esse processo levou longos três anos entre construção, derrubada e queimada das casas feitas de madeiras e cobertas com palhas e somente com a intervenção de uma junta de deputados estaduais encabeçada pelo presidente da Assembleia na época, o deputado estadual Ivar Saldanha, moradores e poder público chegaram a um acordo, onde essas famílias passariam a se instalar na parte mais abaixo e próximo dos manguezais. (GILMAR ARAÚJO, 69 anos)

Alguns desses operários encontraram o bairro da Alemanha praticamente habitado já na década de 60 e o processo de expansão das fábricas corroborava para a consolidação das periferias. Estes casos clássicos de ocupações desordenadas se defrontam com toda uma gama de novos desafios devido às habitações deveriam ser próximas da fábrica para controlar os operários e também devido a dificuldades de transportes, uma vez que muitos desses operários iam andando para o trabalho.

A conformação desse novo espaço industrial se consolidou com a implantação do plano desenvolvimentista de São Luís elaborado pelo engenheiro Ruy Mesquita, pois conforme a execução desse plano, a cidade precisaria de novas áreas industriais, já que a região do Centro da cidade passaria por mudanças nos espaços urbanos e a consequente expulsão de tipos de moradias (rústicas e cortiços) que não condiziam com o refinamento dos casarões sendo construídos pelas classes abastada. Nesse sentido, concordo com Engels que diz “bairros de má fama”, onde estão concentrados os trabalhadores “uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinho” (ENGELS, 2008, p. 70)

Engels (2008, p.69):

Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para que se mantenha vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar, pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia.

Em corroboração com Engels (2008), quando diz que no mundo britânico, há contradição, pois, o rápido crescimento urbano representa o esplendor e o ocaso da sociedade capitalista. Sem dúvidas, as grandes cidades, com suas construções monumentais e estruturalmente muito sofisticadas, são, ao mesmo tempo, fruto e sustentáculo da expansão do capital (especialmente o industrial).

### **3. A jornada de trabalho na Fábrica Oka Neiva**

Conforme os depoimentos e registros a jornada de trabalho de dois turnos da fábrica Oka Neiva começava exatamente às 8hs da manhã e se estendia até às 19hs da noite com o fim do primeiro turno e das 19hs da noite até 6hs da manhã com o fim do segundo turno. Os trabalhadores todos moravam cerca de 100 a 200 metros da fábrica e eram alertados pelo apito pelo começo do novo turno. Esse horário perdurou por cerca de oito anos e por volta de 1969, os operários entraram em consenso pela mudança de horário nos turnos. É o que nos conta Neide Aparecida (75 anos), viúva do operário Francisco José, que o cansaço e a exaustão eram as queixas frequentemente relatadas pelo seu marido em decorrência pelos longos períodos de trabalho e pelo rápido ritmo da produção.

Segundo Marx (2006, p.628) “O capitalista pode então extrair do trabalhador determinada quantidade de trabalho excedente, sem lhe proporcionar o tempo de trabalho necessário à própria manutenção”. Dona Neide (75 anos) relata que:

A mudança ocorreu em razão da turma que pegava o trabalho pela manhã e largava pela noite, pois eles quando chegavam as suas casas já encontravam os filhos dormindo e só tinha tempo para comer e dormir. A mudança era entrar às 7 hs da manhã e largar às 18 hs da noite, pois para muitos desses operários eles teriam mais tempo para descansar, desfrutar jogando partidas de dominó e conversar nas portas de suas casas com os vizinhos. (NEIDE, 75 anos)<sup>10</sup>

A partir desta constatação percebemos que a jornada de trabalho dos operários era de 11hs diárias e 66hs semanais e com direito a folga somente em um único dia da semana, geralmente o domingo. Segundo relatos, era uma forma de aumentar um pouco mais o seu salário que era ínfimo, fazendo com que aumentasse o seu período de produção e conseqüentemente o seu tempo de trabalho excedente que segundo Marx (2006), corresponde ao período que o trabalhador produz um novo valor cuja apropriação é feita pelo detentor dos meios de produção.

Para Marx (2006), no capitalismo há a cobiça por parte do trabalho excedente, pois, é no tempo de trabalho excedente que ocorre a mais-valia, por isso existe o interesse do capitalista no aumento da jornada de trabalho. Conforme Marx o tempo de trabalho subdivide-se em tempo necessário e tempo excedente, sendo assim:

[...] ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [ que é a ] dos trabalhadores. (MARX, 2004, p. 28).

Segundo relatos dos operários, a fábrica oscilou entre períodos de baixa produção e períodos de altas encomendas que viabilizava a

---

<sup>10</sup> Depoimento concedido em 03/07/16

contratação de operários temporários para suprir as encomendas. Nos depoimentos dos operários fica evidente que a empresa necessitava de trabalhadores para complementar a mão - de -obra em períodos de grande procura do óleo de babaçu e da borra para os mercados externos. Segundo Engels (2008, p.119) “o burguês só lhe oferecerá emprego se puder vender com lucro o produto de seu trabalho”. O trabalhador operário geralmente contratado era o braçal para: descargas das amêndoas que vinham de Itapecuru Mirim e de Viana transportados em caminhões e o carregamento da embarcação Alvarenga que era responsável pelo transporte do óleo de babaçu e a torta para o Porto do Itaqui com destino para a cidade de Hamburgo na Alemanha.

Esse quadro de pauperização vivenciados pelos operários é característico do próprio capitalismo, pois como já discutia Engels (2008, p.115):

[...] esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente exposto ao perigo do desemprego, e que equivale a morrer de fome...(ENGELS,2008,p.115)

Segundo seu Hugo Sousa<sup>11</sup> (69 anos):

Quando a procura dos compradores era grande, fazíamos três remessas de tanques de óleo durante cada turno e no fim tínhamos que carregar as lanchas que já estavam à espera ao fundo da fábrica. No meu caso, como o meu turno acabava às 19 h da noite, tinha ainda que carregar as lanchas e a outra turma de operários já estava pegando o seu turno, o mesmo cronograma seria feito pelos operários da noite e o carregamento ao final do seu turno pela manhã, quando a troca de turno acontecia. Cada turno carregava a sua produção de óleo e tortas de babaçu, isso muitas vezes com a ajuda de operários

---

11 Depoimento concedido em 09/06/16

temporários nesses períodos de grandes encomendas do óleo e tortas para o exterior e sabão em pedra para o interior e capital. Os operários temporários geralmente eram pessoas do bairro da Alemanha e conhecidos dos operários da fábrica que davam um empurrãozinho para sua contratação temporária com duração de semanas e em algumas exceções até mês.

A situação desses operários temporários<sup>12</sup> era de instabilidade, pois ora alguns estavam ocupados, ora desocupados o que gerava certa angústia, pois, sempre esses períodos de procura de mão-de-obra na fábrica ocorriam de semestre a semestre, ou em casos especiais a cada três meses. Esse período de contratação temporária servia para a fábrica a mudança em seu quadro de funcionários, haja vista que sempre ocorria demissões de operários insatisfeitos com a fábrica ou contrário.

### **3.1 Lutas de classes: o lazer e os vícios dos operários**

A insatisfação dos operários era em razão das longas jornadas que os impedia de desfrutar de um tempo para o descanso e o lazer, pois os operários do turno da noite trabalhavam até o amanhecer do dia de domingo. Com isso muitos destes operários preferiam descansar no seio familiar, enquanto outros preferiam se divertir, assistir cinema e beber no bairro do João Paulo.

O lazer dos operários da *Fábrica Oka Neiva* era ao mesmo tempo momento de carregar as baterias para alguns destes, mas para outros era motivo de impaciência e confronto com o patronato, pois estes operários chegavam ao trabalho ainda alcoolizado e sem o mínimo de condição de aguentar a jornada de trabalho do seu turno nas primeiras horas de segunda-feira. Segundo relatos, os vícios entre os operários eram comuns nos dias de sua folga e até mesmo nos dias de trabalho, pois alguns

---

<sup>12</sup> Esses trabalhadores temporários eram personagens integrantes do “exército de reservas” típico do modo de produção capitalista, uma de suas consequências é o barateamento da força de trabalho.

operários aproveitavam o horário do almoço para degustar cachaça nas quitandas próximas da fábrica.

José Nonato<sup>13</sup>, 71 anos, operário da fábrica Oka Neiva relata que:

O bairro da Alemanha não oferecia lugares típicos para os operários divertir no dia de sua folga como cinemas, bares e discotecas. O bairro não tinha nada, só colégio e casas, se queríamos buscar diversão e vadiagem, tínhamos que ir até o João Paulo onde tinha o cinema Rex, o bar do Carrinho, tinha outros, mas este era o point dos operários por haver disponibilidade de mulheres para certos fins. O consumo de bebidas etílicas era bastante comum entre a turma (operários), saímos de lá pelas 4 da manhã cambaleando e muitos dessa turma tinham que pegar o turno pela manhã. O bar era o lugar dos operários contarem suas alegrias, angústias e falar sobre o serviço nas fábricas e do patronato e as trocas de informações acerca da operação das caldeiras e principalmente da prensa.

O bar neste caso era mais um espaço de sociabilidade e local de luta contra opressão entre os operários, pois simultaneamente estes tinham um momento de lazer e, também, um momento de expor as suas contrariedades acerca do trabalho como suas reivindicações por melhorias nas condições de trabalho. Segundo Thompson (2001), a luta revolucionária pode ocorrer fora dos partidos e sindicatos e transforma todos os espaços de sociabilidade em locais de lutas contra a opressão dos sujeitos históricos envolvidos em torno de interesse em comum.

Os bares eram lugares onde a maioria dos operários das fábricas da Alemanha e dos bairros vizinhos se encontravam, e geralmente nestes lugares sobressaíam operários inteligentes e que trabalharam em outras fábricas com ideias acerca dos nossos direitos e solidarizavam com as conquistas trabalhistas em algumas fábricas. O engraçado é quase a gente não olhava os operários da Fábrica Carioca e da Gaspar nos bares, já que as duas tinham

---

<sup>13</sup>Depoimento concedido em 05/08/16

vilas operárias e o controle sobre horário de chegada era bastante controlado pelos patrões, tinham apelidos de ‘canoas’ (só viviam em canoas pescando durante a sua folga). (HUGO SOUSA, 69 anos)

Os vícios entre os operários eram comuns entre eles estão à cachaça e o cigarro, já que o mesmo servia para “anestesiá-la” a vida que levava e também como meio de enfrentamento com o patronato. Nas quitandas do bairro, era comum o consumo exagerado de álcool, pois, para muitos desses operários o custo da cerveja era alto para o salário que recebiam. Nessa premissa concordo com Engels (2008), diz que o trabalhador é colocado nessa situação e que se torna um bebedor e a sociedade não tem o direito de julgá-lo quando se torna um bêbado? “Torna-se um fenômeno natural, uma consequência necessária e inelutável de condições dadas que agem sobre um objeto que [...] não possui vontade própria”. (ENGELS, 2008, p.144)

Vi muitos amigos bêbados dentro da fábrica esperando alguma reclamação por parte do encarregado geral, isso dava uma coragem para o operário discutir até com os donos. O álcool para alguns era como se fosse o café da manhã, muitos operários antes de pegar o seu turno já haviam tragados vários copos de cachaça a que mais se consumia era a Pitú que tinha a logomarca um camarão na sua garrafa e o velho barreiro, os cigarros mais comuns eram da marca Arizona, Hollywood e Minister estes mais baratos, enquanto Carlton, Charm eram mais caros. As quitandas do bairro já eram muitas no final da década de 60 e começo da década de 70 entre elas: Sr. Baixinho, Sr. Estevam, Seu Pedrinho que vendiam cigarros, bebidas e cereais e os operários pagavam quando recebiam o seu salário. (JOSÉ NONATO, 71 anos)

Os operários não tinham opções de lazer no bairro, como a energia elétrica não abastecia as palafitas as únicas opções eram jogos de dominó ou de damas, e a pelada de futebol que acontecia dentro das dependências da rádio São Luís. A noite tinha a opção dos tele postos (televisão ao ar

livre) que passava novelas e filmes geralmente norte-americano ou as programações dos cinemas que na época era um passatempo para os operários e suas famílias.

Os cinemas eram muitos na década de 60 em razão da expansão da cidade, o surgimento de bairros de ocupações planejadas e das fábricas instaladas em alguns locais, já que para o patronato era uma forma de comodidade para as famílias dos trabalhadores e momentos de lazer próximos do seu local de trabalho. O Cine Rex<sup>14</sup> situado no João Paulo e Cine Monte Castelo (em frente ao SENAI), segundo os depoentes eram os mais visitados pelos operários da *Fábrica Oka Neiva* e outras destas localidades.

O Cine Rex era muito parecido com Cine Teatro Éden, situado na Rua Grande, em se tratando da arquitetura e da suntuosidade da fachada, as programações variavam e o lazer em família dependia dos filmes que eram colocados para o público.

O Cine Rex passava bastantes filmes de banguê-banguê, filmes de ações e era mais complicado levarmos a família em razão das suas programações. Em tempos de grande produção na fábrica, era comum, os donos incentivarem os operários com as compras de ingressos às sessões do dia de Domingo. Eu gostava mais do Cine Monte Castelo para levar a família, em razão das sessões do dia de Domingo passarem filmes românticos. (HUGO SOUSA, 69 anos)<sup>15</sup>

Pelo relato do operário Hugo Sousa (69 anos), os donos ofereciam ingressos pelo motivo de amenizar as discussões e brigas que ocorriam entre operário versus patronato, pois, neste período de grande escala de produção eram comuns as cobranças por parte dos patrões em razão do prazo de entrega do óleo e da borra para exportação e pela insuficiência

---

<sup>14</sup> Cinema situado no João Paulo começou a funcionar nos primeiros anos da década de 60 e estendeu sua programação até a década de 80. Atualmente, no local funciona uma agência bancária do Itaú.

<sup>15</sup> Depoimento concedido em 15/06/16

da produção em atender as demandas de pedidos dos compradores. Era aquela velha máxima “uma mão lava a outra...” ou no sentido que uma benevolência praticada pelos patrões resolvesse apaziguar as rugas entre os subordinados.

### **3.2 Lutas de classes: as condições de trabalho e o cotidiano dentro e fora da fábrica**

As condições de trabalho na *fábrica Oka Neiva* eram muito penosas e insalubres, haja vista as altas temperaturas das caldeiras e o risco de explosão ou o transbordamento de óleo por ineficiência das máquinas ou imperícia humana por parte do caldeireiro<sup>16</sup> e preenseiro<sup>17</sup>. Segundo relatos dos operários a linha de produção para obtenção do óleo e da torta, passava do trabalhador braçal que tinha a finalidade de carregar os sacos até os moinhos, foguista que controlava a queima e a quantidade de carvão, o caldeireiro que controlava a pressão e era responsável pelo ponto de cozimento das amêndoas e por último o preenseiro que dentre os operários era geralmente o que tinha maior vivência e experiência, o responsável pelo controle da temperatura da prensa com auxílio de manômetro e pelo produto final que era a extração do óleo.

A condição de trabalho e a segurança era a pior possível, pois a caldeira funcionava além da sua capacidade o que facilitava riscos de explosões, pela exaustão e imperícia dos trabalhadores, pelo uso continuamente sem parada para o resfriamento das máquinas e o pior de todos quando os manômetros deixavam de registrar a temperatura e aquilo virá uma bomba prestes a explodir. Aconteceu uma única vez, mas graças a Deus não chegou a explodir, apenas transbordou, mas mesmo assim o acidente conseguiu queimar vários amigos que estavam perto da caldeira. (HUGO, 69 anos)

---

<sup>16</sup> Trabalhador responsável pela caldeira, local onde cozinhava as amêndoas do babaçu.

<sup>17</sup> Trabalhador responsável pela prensa, local onde as amêndoas eram esmagadas e comprimidas para obtenção do óleo de babaçu.

O serviço de prensa era o mais importante da fábrica, era onde se obtém o óleo pela quantidade de quilograma de amêndoas, a razão era para cada tonelada se retirava 450 litros ou mais, e se a obtenção de óleo fosse menos do que essa proporção à culpa recaia no preneiro. É que de acordo com os informantes surgiram boatos entre os donos que as tortas exportadas para as fábricas alemãs, se retiravam uma grande parte de óleo de babaçu.

Quando eu iniciei na fábrica Oka Neiva no meu turno (manhã) o preneiro era o Zé Fogoio (José Aparício), era natural de Teresina-Piauí, era um cara branco, forte, mas dedicado e com grande experiência nesse ramo, pois o mesmo já havia trabalhado em outras fábricas do Piauí e Maranhão. Tinha um grande defeito que era o alcoolismo e muita vez parava a produção quando o mesmo faltava. Em razão disso que o dono Sr. Hassam colocou-me na prensa junto do Zé Fogoio para que eu aprendesse o ofício de preneiro, pois, para o dono havia a necessidade de um operário a mais saber desse ofício para se resguardar em caso de falta de algum preneiro. A vivência e a prática do trabalho foram importantes para que pudesse aprender cada parte da linha de produção, entrei como trabalhador braçal, logo em seguida eu fui promovido para folguista, depois para caldeireiro e por último preneiro era o último da linha de produção e o salário que era mais vantajoso. (HUGO SOUSA, 69 anos)<sup>18</sup>

O trabalho nas fábricas de extração de óleo era um suplício para os operários, pois era muito quente o ambiente em decorrência das caldeiras e, além disso, o cheiro se tornava insuportável com o passar das horas trabalhando causando mal-estar e vômitos em alguns operários. Os narradores comentam que não tinham uma fiscalização dos órgãos públicos para as condições insalubres que os operários enfrentavam nas suas longas jornadas de trabalho.

---

<sup>18</sup> Depoimento concedido 15/06/16

A grande ocorrência de doenças respiratórias na fábrica, também merece ser suscitado, pois os operários adquiriam com frequência doenças respiratórias pelas longas jornadas aspirando aquele ar pesado e irrespirável e pelos péssimos hábitos alimentares que causavam subnutrição pelo grande esforço despendido durante a produção. As péssimas instalações e a falta de ventilação também eram motivo de grande ocorrência de doenças, isso gerava certa apreensão dos operários, já que o salário não dá para o sustento e o receio de como arcar com o tratamento.

Uma das resistências dos operários contra essa situação degradante era a ausência no trabalho munido com atestado de doença emitido por conhecidos médicos dos trabalhadores. Essa resistência teve início quando alguns dos operários foram acometidos pela pneumonia e alguns casos mais sérios pela tuberculose. Era um processo de luta contra o patronato e a defesa de seus interesses que eram violados, e dessas relações se desenvolveu um coletivismo e uma consciência do operariado que buscava sanar suas privações materiais e culturais.

Muitas vezes quando estávamos descontentes com algo ou alguma, a turma começava a faltar o serviço, ficávamos vadiando e outros tiravam a folga forçada pegando peixes e mariscos para o seu sustento e outra parte eles vendiam. O Zé Fogoió que era um dos profissionais mais experientes em lidar com patrões ensinava muitas artimanhas e o uso de atestados era uma delas, como ele tinha um médico da sua inteira confiança, geralmente toda semana ele faltava na maioria das vezes ou segunda-feira em decorrência do seu alcoolismo e sábado com espaço maior para o lazer. O Neiva era mais zangado e austero, enquanto o Hassam era mais apaziguador nas horas dos embates e muitos desses confronto o Hassam conciliava sempre a todos com palavras e promessas, ele tinha mais tato e respeito com os trabalhadores. (JOSÉ NONATO, 71 anos)<sup>19</sup>

---

19 Depoimento concedido em 05/08/16

O sustento da família era complicado, haja vista o salário baixo que os operários recebiam na fábrica a alternativa era a pesca e a retirada de mariscos no Rio Anil. Alguns operários eram exímios pescadores e com a venda dos peixes e mariscos <sup>20</sup> contribuía para o aumento da renda familiar e no tocante a alimentação que nesse ponto não era oneroso.

Muitos destes operários não participavam de perto o processo educacional dos seus filhos, os operários chegavam às suas casas por volta das 18hs e os encontravam já prontos para dormir. O processo educacional dos filhos ficava por conta das mulheres que levava as escolas, ensinava os deveres escolares. Os operários tinham garantias educacionais para os seus filhos, pois o SESI era a instituição que atendia aos filhos dos operários para o ingresso nas suas dependências. Os trabalhadores sentiam orgulho pelos filhos estudarem, uma vez que os mesmos não tiveram essa oportunidade nas suas vidas, pelos relatos, na *Fábrica Oka Neiva* apenas o encarregado Raimundo Queiroz tinha o ginásio e cursos feitos na Escola Técnica.

Os nossos filhos estudavam no Ana Adelaide Bello (SESI), a primeira escola feita no bairro da Alemanha para beneficiar os filhos dos trabalhadores da indústria, o jardim e o ginásio eram oferecido para a educação das crianças. Queríamos dar a oportunidade aos nossos filhos que não tivemos na infância, que era estudar, a mudança na nossa consciência era que só através do estudo nossos filhos poderiam ter uma condição de vida melhor. Graças a Deus que meus três filhos estudaram e concluíram o ginásio lá e depois passaram para a Escola Técnica (atual IFMA) e a minha filha estudou administração onde hoje fica o C.E Margarida Pires Leal, por volta de 75. (NEIDE APARECIDA, 75 anos)

21

---

20 Segundo relatos, a variedade e quantidade de peixes que o Rio Anil fornecia eram fundamentais para o sustento das famílias dos operários. Uma parte do que era pescado, geralmente, sardinhas e bagres eram vendidos para os moradores do bairro, assim como o sururu e sarnambis.

21 Depoimento concedido em 03/07/16

As mulheres dos operários desempenhavam esse papel em grande parte do dia, pois os seus maridos estavam no trabalho para ganhar o sustento da família. Eram elas que preparavam a marmita dos esposos e filhos para a jornada de trabalho, os operários comiam nas dependências da fábrica mesmo morando perto do seu serviço. É que segundo relatos era a forma de controle proposta pelos donos para mantê-los no trabalho longe da cachaça e como forma de acelerar o ritmo da produção, até porque a hora do descanso era curta.

Meu marido entrava naquela fábrica e só saía à noite, só tinha tempo de comer e dormir. Ao mesmo tempo em que era importante para o nosso sustento, o trabalho na fábrica, aquilo também era um inferno, já que Totó (operário Antônio Padilha) saía daqui com força e ânimo e voltava da fábrica exausto e cansado. O almoço ele já levava pronto de casa na marmita, levantava às 5 da manhã para preparar o café e o almoço, ele me contava que ele ia almoçar por volta das 12 hs e tinha somente uma hora de descanso, a saída era proibida durante esse intervalo, era como se fosse uma ‘prisão’ tinha a hora de entrar ,mas extrapolava a hora da saída. Conversei várias vezes com Totó sobre essa opressão que ele estava vivendo, até que um dia ele me escutou e pediu demissão da fábrica. (ROSA PADILHA, 57 anos)<sup>22</sup>

Recorremos particularmente a Thompson (2001) quando afirma que “[...] no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas) é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás do econômico após longa demora; estão na sua origem, imersos no mesmo nexo relacional” (2001, p 267). Sendo a classe um fenômeno econômico e cultural, A experiência “surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”. (THOMPSON, 2000, p.16)

---

22 Depoimento concedido em 19/10/16

[...] a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural (THOMPSON, 2001, p. 277).

Para Thompson (2001), a classe é uma relação social, é fruto de experiências comuns, vividas e partilhadas e não apenas determinadas pelas relações de produção, mas também determinadas por pressões externas e outras determinações, em especial as da agência humanas: capacidade de ação, pensamento, sentimento. e não só as determinações econômicas, importante, mas não determinante.

A situação de dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, no que diz respeito à falência que a empresa vinha passando já desde o final da década de 60 e os primeiros anos da década de 70, levou alguns destes operários a rever os seus ganhos salariais. A *Fábrica Oka Neiva* perdeu alguns de seus compradores internacionais e por uns longos anos deixou de produzir o óleo de babaçu e concentrou-se a sua produção para o mercado interno com a venda de sabão e água sanitária. As demissões de alguns funcionários motivaram alguns destes operários a entrarem em acordo com o patronato, onde a redução salarial foi proposta e uma parte do salário era paga com os produtos produzidos pelos operários com o objetivo em comum de ajudarem a fábrica passar por esse período de dificuldades e com a volta dos compradores do óleo e da borra, a fábrica voltaria a sua produção normal e com os salários novamente ajustados.

A fábrica vinha passando por uma série crise financeira e a cada ano vinha decaindo a sua produção de óleo babaçu e uma parte do pagamento a turma recebia com caixas de sabão e de água sanitária e às vezes não conseguíamos vender esses produtos para alguns comerciantes do bairro. A situação só deu

uma melhoria quando o Pedro Neiva assumiu o governo do Estado do Maranhão e deu uma ‘mãozinha’, para o seu irmão Evaldo Neiva que era um dos proprietários da fábrica. Com os incentivos governamentais foi adquirida uma nova caldeira e uma prensa mais moderna, pois o maquinário estaria obsoleto para a extração de óleo e a saída para a crise seria o investimento em maquinários mais modernos. (RAIMUNDO MENDES, 72 anos)<sup>23</sup>

Pelos relatos constatei que os operários de alguma forma buscaram uma solução para a crise que a fábrica estava passando e que os mesmos em consenso abriram parte dos seus salários vislumbrando dias melhores e a volta dos compradores perdidos para outros centros indústrias, vide as indústrias paulistas. A situação das fábricas maranhense na virada da década de 70 ou estavam em processo de falências e algumas já falidas, ou algumas destas fábricas que concentravam a sua produção na extração de óleos ainda mantinham a sua produção, mas a realocação tendia a ser investidas em outras áreas, no caso da *Oka Neiva*, os investimentos passaram a ser destinados para a produção de sabão e água sanitária.

### **Considerações finais**

A realização deste trabalho surgiu da importância de suscitar a história do bairro da Alemanha e rememorar o contexto fabril desse entorno que sempre desde a minha infância e adolescência foi motivo de curiosidade, e que graça ao trabalho desenvolvido anteriormente na temática oral, abriu-me várias interrogações dentro da pesquisa que foram importantes para o levantamento de dados para este artigo.

Desse modo o bairro da Alemanha surge da criação do conjunto habitacional Newton Bello e o nome do bairro é homenagem aos religiosos que vieram da Alemanha e faziam trabalhos sociais na área que hoje corresponde hoje ao bairro Caratatiua. Esse processo de urbanização no

---

<sup>23</sup> Depoimento concedido em 11/09/16

bairro contribuiu para as instalações de várias fábricas nesse entorno, em especial a que extraíam o óleo de babaçu.

Assim, esta pesquisa ressaltou o processo social e as disputas envolvendo os processos de habitação e os embates que os moradores enfrentaram ao longo das ocupações no bairro. Cabe salientar as moradias precárias e os espaços destinados a estes moradores, pois segundo relatos o bairro já estava demarcado.

O presente trabalho, também, relata a situação da classe trabalhadora na *Fábrica Oka Neiva* e verifica através dos relatos das pessoas as experiências e as vivências destes trabalhadores na construção de uma consciência de classe. Conforme Thompson o processo histórico é encenado outras determinações, em especial as das agencia humana, ou segundo Engels (2008) “toda a história tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social”.

Desta forma, pode se verificar através dos relatos os conflitos existentes na fábrica e que de alguma forma requer a valorização por parte do historiador das experiências da classe trabalhadora tecidas na condição objetiva e subjetivas do contexto real onde as mesmas emergem.

## Referências

- BATALHA, C. **Thompson diante de Marx**. In: BOITO JR, A.; TOLEDO, C.N de; RANIERI, J.; TROPIA, P.V. (Org.). **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I** - magia e técnica, arte e política. S. Brasiliense, 1994.
- DINIZ, Juarez. Soares. **As Condições e Contradições no Espaço Urbano de SãoLuís (MA)**: Traços Periféricos. Ciências Humanas em Revista, Núcleo de Humanidades, São Luís, v. 5, n.1, p. 167-180, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: UFMA, 1998. (Dissertação de mestrado).

GOMES, Paulo C.C. **A condição Urbana**: ensaios de geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo B. **Formação do Espaço Urbano de São Luís**: 1612-1991. 2. ed. São Luís: Ed. do Autor/FUNC, 2001.

**Revista da Associação Comercial do Maranhão, ano XXI, n°235.**

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **(Outras) Cartas de Atenas: com textos originais**. Salvador: Quarteto Editora / PPG / AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2001.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital do espaço urbano de São Luís: sobre verticalização e desigualdades sócioespaciais (2000 -2010)**. São Luís: UFMA, 2013 (Dissertação de Mestrado).

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. I, 2001.

## A crítica dialética à lógica transcendental kantiana

*Baltazar Macaíba de Sousa*<sup>1</sup>

*Gleidimar Alves de Oliveira*<sup>2</sup>

### Introdução

Kant faz uma pequena síntese da história da lógica, da antiguidade aos tempos modernos, conforme ele, quando o objeto da lógica torna-se a metafísica há três questões em relação a esse objeto: 1) Em relação ao objeto do conhecimento: a) a posição sensualista (Epicuro) a realidade estava só nos objetos e sentidos e o resto era pura imaginação; b) a posição intelectualista (Platão) só a razão (entendimento) conhece o verdadeiro. 2) Em relação à origem do conhecimento puro da razão: a) o conhecimento deriva da experiência (Aristóteles), o empirismo; b) o conhecimento não deriva da experiência (Platão) noologista (independência da vida espiritual); modernamente apresenta-se em dois grandes expoentes da filosofia: Locke (empirista) e Leibniz (racionalista). Locke chega a ponto de argumentar que é capaz de provar a existência de Deus e a imortalidade da alma. 3) Em relação ao método: a) naturalista segue a razão comum,

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2006), Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1995) e Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1990). Foi professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de 1997 a 2010. Atualmente é professor Associado IV do Departamento de Ciências Sociais (DCS) do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA/E) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia política, filosofia política, sociologia da religião, movimentos sociais, campesinato, sindicalismo e sociologia da educação. Contato: baltazarmacaiba@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia pela UFPB-UFPE-UFRN (2018), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (2007). Professora substituta da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) 2011-2013. Professora prestadora de serviço da Faculdade Santa Emília de Rodat (FASER) 2012-2013. Tem experiência na área de Filosofia atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia, educação, metodologia, sociologia e teoria do conhecimento. Contato: gleidemaralves@yahoo.com.br.

isto é, não precisa da ciência (Wolf); b) científico baseia-se na sistematização e crítica (Hume). Portanto, para Kant (2010) a história da lógica na busca da verdade requer o entendimento desse percurso filosófico.

A lógica moderna, e a kantiana como síntese do racionalismo moderno, remonta à lógica medieval. Esta é herdeira de duas tradições: a filosofia greco-romana e a teologia judaica. São duas formas de pensar o mundo que foram incorporadas à razão medieval: 1) do judaísmo herdou o criacionismo - Deus criou o mundo do nada e a figura suprema nele é o homem como imagem e semelhança do seu criador; 2) da filosofia greco-romana recebeu o dualismo muito bem expresso na oposição homem-natureza, sendo a natureza o reino das privações, onde o homem luta pela vida e tem de subjugar o mundo sensível para suprimir suas necessidades materiais.

A lógica medieval é marcada pelo hibridismo da filosofia com a teologia, cujo grande representante dessa compreensão é São Tomaz de Aquino que formulou os princípios do método indutivo assimilado de Aristóteles, sobretudo quando advoga que “todo conhecimento vem dos sentidos, mesmo o dos princípios mais elevados, e a experiência induz o conhecimento” (Alves, 1988, p; 23). A lógica indutiva que teve pouco desenvolvimento no período medieval consiste em asseverar que os conceitos e as categorias abstratas são generalizações de experiências, dos casos singulares e particulares. Tomaz de Aquino ao estudar os gregos, sobretudo, Aristóteles fez reacender de forma espontânea o interesse pelo pensamento greco-romano, o que resultou no desenvolvimento posterior de um sistema filosófico puramente conceitual e escolástico, desvinculado de qualquer vida social, política e econômica.

### **Pressupostos kantianos: Bacon, Descartes, Leibniz e a lógica moderna**

É correto afirmar que o método experimental inaugura a lógica e a ciência modernas, cujo fundador é Francis Bacon (1561-1626). Na lógica moderna-indutiva, a investigação científica parte da experiência, da sensibilidade e dos casos particulares até à formulação das leis gerais, contrapondo-se à lógica apriorística-dedutiva, predominante principalmente em Santo Agostinho e em Tomaz de Aquino como importantes representantes da lógica escolástica. Bacon (2005) com seu método experimental, inaugura o que chamamos hoje de ciência moderna fundada na experiência e na razão.

Destaca-se ainda que, nesse movimento anterior à lógica kantiana, Descartes (1596-1650) lança outro decisivo fundamento da lógica moderna, quando substitui a lógica do discurso de Aristóteles (lógica formal) pela lógica matemática. É no texto “*Discurso sobre o método*” que Descartes estabelece os princípios do método racional: análise, síntese e enumeração. Ademais, propõe a dúvida metódica como uma espécie de chave do racionalismo científico. Com Descartes, a lógica aparece de forma ampliada e já não é somente a lógica do discurso, mas a lógica matemática, a quantificação. De forma que o racionalismo matemático dominará toda a ciência moderna e hegemoniza o pensamento moderno.

Leibniz (1646-1716) vai além do cartesianismo no desenvolvimento da lógica matemática, para ele cabe à lógica matemática produzir o conhecimento e não somente se contentando em dominar o conhecimento, tanto que quase toda ciência moderna hoje utiliza seu sistema de números binários para impulsionar a automação da vida produtiva informacional, ou seja, graças à lógica moderna de Leibniz que a Cibernética fundada nos primeiros trinta anos do século XX tornou-se completamente possível, uma vez que o mundo artificial e interativo entre homem-natureza-máquina está consagrado pela simulação do mundo

produtivo (industrial) dos serviços e comunicação. Leibniz ao inventar o sistema de números binários proporcionou toda base da sociedade informática, no dizer de Adam Schaf (1995). Leibniz na sua lógica utiliza conceitos simples que modificaram todo sistema matemático proposto por Descartes. Eis os conceitos básicos do sistema binário de Leibniz: “coincidência, inclusão, exclusão, similaridade”.

Bacon, Descartes e Leibniz representam momentos de desenvolvimento da lógica e da ciência moderna, cujo resumo ocorre com Kant (1724-1804). É com este último que a lógica afirma-se enquanto o domínio do entendimento humano sobre o erro e os pré-julgamentos, ou seja, com Kant chega-se à razão científica e racionalização, percurso iniciado com Bacon dois séculos antes. Para Kant, “lógica deve servir em primeiro lugar para a crítica do entendimento humano que saindo do erro e do preconceito, chega ao domínio da razão científica”. (Alves, 1988, p. 25).

A lógica moderna de Bacon, Descartes e Leibniz é a confirmação da lógica aristotélica, conforme Trotsky descreve: “A lógica aristotélica, do silogismo simples, parte da preposição de que ‘A é igual a A’. Aceita-se este postulado como axioma para quantidade de ações humanas práticas e generalizações elementares” (2011, p. 9). Trotsky mostra como a base de todo o sistema aristotélico não suporta uma crítica teórica profunda ao dizer que “A não é igual a A”, pois conforme Trotsky há uma lei básica na física que é: “todos os corpos mudam constantemente de tamanho, peso, cor etc. Nunca são iguais a si mesmos” (2011, p. 69). A partir dessa ideia da física, Trotsky evidencia que não há nada igual: uma libra de açúcar não é igual a uma libra de açúcar e que nem mesmo uma libra de açúcar é igual (corresponde) a ela mesma, porque os corpos estão em movimento e variam de tamanho e cores incessantemente. Trotsky acrescenta outro elemento na sua fundamentação contra lógica aristotélica que é o tempo,

pois mesmo o argumento de que “a libra de açúcar” corresponde a ela mesma num dado momento, significa que nesse dado momento há também uma mudança, pois, conforme Trotsky, o tempo é uma abstração matemática, caso o “momento” a que se refere for zero tempo tal libra de açúcar não existe. Logo, para uma coisa existir tem de tomar o elemento tempo. Trotsky conclui advogando que uma coisa para ser ela mesma não existe, portanto, toda coisa está em movimento e mudança. “É por isso que as leis das categorias imóveis da lógica formal são incapazes de explicar a essência do movimento” (Novack, 2009, p. 41). Lênin também expõe os limites da lógica aristotélica ao afirmar que ela "considera os contornos formais, guiando-se pelo mais comum ou pelo que mais frequentemente salta à vista e a isto se limita" (2008, p. 16)

### **Crítica ao dualismo metodológico**

A lógica kantiana é também a lógica da oposição inconciliável entre o sujeito e o objeto. Com o filósofo tem-se a confirmação categórica do dualismo metodológico; na sua lógica não há lugar para a unidade do ser e do não ser, do sujeito e do objeto, do espírito e da matéria, da objetividade e da subjetividade, da forma de conhecimento e da matéria conhecida, do homem e da natureza, da razão e do empírico. Isso ocorre porque Kant no texto “*Crítica da razão pura*”, conforme Chatêlêt, expõe:

uma teoria do conhecimento que estabelece a objetividade (ou seja, a universalidade e a necessidade) das fórmulas do matemático e dos enunciados do físico, mas essa só pode ser estabelecida por meio da experimentação; desse modo, ele funda o estatuto das ciências modernas. Mas nega a essas últimas o direito de se constituírem em saber capaz de enunciar as propriedades do ser-em-si, já que – por definição – elas são relativas à estrutura universal do espírito humano. (1985, p. 78).

Na lógica kantiana o homem é o senhor de si e do universo, em que a técnica humana coloca sob seus pés o cósmico, a vida, o espírito, ou seja, a razão humana chega ao domínio absoluto e infinito do mundo exterior. Nesse sentido, Alves chama a atenção para: “A humanidade se situa, portanto, como razão, como vontade de poder, como ciência e como técnica. Mas o triunfalismo racionalista da burguesia, a alienação atinge o ponto culminante.” (1988, p. 25).

Como síntese pode-se afirmar que a lógica kantiana advoga a tese de sair do erro e do preconceito para chegar à razão científica, chega-se ao domínio infinito da razão sobre o mundo material e imaterial, é a infalibilidade da técnica, do humano, da consciência e da vontade (voluntarismo moral). Assim, o homem torna-se o sujeito dominador de tudo que está em sua volta. Essa concepção kantiana faz emergir o mundo dominado (conhecido pela razão humana) e que cada vez mais se torna especializado, fragmentado e atomizado, isto é, altamente poli dividido, é a fragmentação do conhecimento, é a técnica que a mãe, o pai, o padrasto, a madrasta e a deusa absoluta que se impõe à vida e ao indivíduo.

A lógica kantiana, como expressão suprema da razão em oposição ao mundo objetivo, termina (em função da incapacidade da razão conhecer tudo) se desdobrando em forças cegas e fatalistas ante o mundo que uma unidade indivisível. Essa lógica é a efetivação da autonomia do pensar atomizado e incapaz de compreender a unidade do ser e da consciência. Assim, o mundo passa a ser submetido à atomização infinita e incapaz de pensar a unidade e a totalidade. Nesse sentido, as ideias de Alves auxiliam a fundamentar o exposto acima:

O gênero humano, a natureza, a sociedade, o pensamento se transformaram em entidades autônomas, separadas, cada uma delas submetidas a uma realidade interna que lhe é própria e não tem nada a ver com as outras. Os

conceitos de unidade e de totalidade desaparecem do pensamento ocidental.(1988, p. 26).

Para esse tipo de lógica, o mundo e sua razão são impossíveis de serem captadas, por isso a lógica kantiana abre caminho para a “coisa em si”, algo caótico e incompreensível, ou seja, a realidade torna-se caótica e inexplicável, dando lugar ao voluntarismo e ao irracionalismo, ao negativismo. Engels de forma muito precisa faz uma crítica à “coisa em si” de kant:

A última forma dessa concepção é a coisa em si. Em primeiro lugar, essa afirmação de que não podemos conhecer a coisa em si (Hegel, *Enciclopédia*, § 44), deixa o campo da ciência para entrar no da fantasia. Em segundo lugar, não acrescenta coisa alguma ao nosso conhecimento científico, uma vez que, se não podemos examinar as coisas, essas deixam de existir para nós. E, em terceiro lugar, trata-se de uma simples frase que jamais se aplica. Tomada no sentido abstrato, nos parece muito natural. Mas apliquemo-la. Que se poderia pensar de um zoólogo que dissesse: um cão tem quatro patas; mas na realidade, não sabemos se tem quatro milhões de patas, ou nenhuma? Ou de um matemático que começasse a definir um triângulo dizendo que possui 3 lados e que, logo depois, confessasse não saber se, de fato, tem 3 ou 25 lados; que  $2 \times 2$  **parece** que são 4? Mas os homens de ciência procuram não aplicar a frase da coisa em si à ciência natural; só se permitem fazê-lo quando passam ao terreno da filosofia. Esta é a melhor prova da pouca seriedade com que a encaram e o pouco valor que ela possui. Se a levassem a sério, para que investigar o nada? Considerada historicamente, a coisa teria um sentido determinado: só podemos conhecer de acordo com as condições de nossa época e *até onde estas possam chegar.*” (1979, p. 131).

A perspectiva kantiana favorece condições para o surgimento da filosofia, depressiva, negativa, servil e que, quando muito, só alcança conectar fragmentos da totalidade. O certo é que “o pensamento contemporâneo torna-se cada vez mais irracional” (Alves, 1988, p. 27). A

fragmentação do conhecimento decorrente da lógica kantiana que estabelece fronteiras altamente delimitadas entre os vários campos do saber faz impulsionar um tipo de logos identificado em si mesmo e profundamente particular que desencadeia a “crescente limitação do indivíduo” (Alves, 1988, p. 27). A consequência é que se estabeleceu a lógica como um “assunto puramente escolástico, apresentada de maneira rígida e estéril, sem ligação com a realidade, com o mundo.” (Alves, 1988, p. 27).

O método filosófico passou a ser o resultado da apreensão de fórmulas vazias e soltas como: “juízo, conceito, raciocínio, silogismo, causa, efeito, saber, verdade, obrigação moral, sentimento, representação” (Alves, 1988, p. 27). Tudo isso assimilado para um ritual acadêmico e enfadonho que não serve para nada. O pensar foi substituído pelo modelo ritualístico e oficial, inclusive, o próprio estudo da teologia passou a ser ditado pela lógica kantiana que advoga “de que Deus não pode ser conhecido e o subsequente esforço para manter o estudo da teologia como uma forma de experiência religiosa humana.” (Bavink, 2012, p. 19).

A lógica kantiana tendo como ponto cardinal o dualismo, além de por em questão e negar o “conhecimento de Deus”, bem como ela é a afirmação categórica da separação entre religião e conhecimento “(teologia e ciência)”. O pensamento kantiano, como ápice da lógica e ciência moderna, apoia-se no princípio que “busca certeza apenas na confiança da percepção do sentido e naquilo que pode ser deduzido pela razão autônoma”. (Bavink, 2012, p. 20). Pode-se advogar que a lógica kantiana é tão somente a confirmação de um mundo baseado no individualismo e na propriedade privada capitalista como expressões definidoras do modo de produção burguês, em que o indivíduo se autonomiza da comunidade e aparece como o grande demiurgo que sozinho buscou o paraíso terreno da riqueza, fruto de sua vontade, de sua

astúcia, de seu heroísmo (econômico, intelectual, político), ou seja, o indivíduo se apresenta como o tipo americano que construiu sozinho seu império, é o homem empreendedor, o genial, é o “messias” da tradição judaico-cristã. Consequência dessa lógica moderna pode ser resumida em quatro aspectos: individualismo, dualismo metodológico, irracionalismo e niilismo.

### **Hegel e a crítica dialética**

O hegelianismo é interpretado erroneamente como um continuísmo conclusivo do idealismo de Schelling. No entanto, ele é parte da evolução do idealismo alemão como seguidor de uma ordem iniciada por Kant, Fichte e Schelling bastante encantadora, de acordo com Hyppolite: “A filiação Kant, Fichte, Schelling, Hegel, é com efeito muito sedutora para o espírito” (2010, p. 9). Essa análise do idealismo alemão foi elaborada por Hegel que se apresentava como discípulo de Schelling.

A originalidade do pensamento hegeliano pode ser identificada nos seus textos de juventude e nos textos que iniciam em 1807 com a publicação de *“Fenomenologia do Espírito”* (FdE). Hegel antes da publicação de FdE podia ser considerado um discípulo de Schelling sem muito brilho (obscuro) que procurava situar o pensamento do mestre dentro da filosofia da época. Ele desenvolveu a tese que a filosofia do mestre era distinta da de Kant e da de Fichte. Foi graças às ideias dele que Schelling tomou consciência da diferença de sua filosofia da de Kant e da de Fichte. Ele teve mais originalidade do que seu mestre ao evidenciar essa diferença do pensamento idealista de Schelling do idealismo anterior.

Quanto à diferença entre o idealismo hegeliano e o de Kant é preciso registrar que um aspecto fundamental chama atenção: a realidade histórica como totalidade vai ser integrada ao idealismo por Hegel. A construção metafísica de Kant, apesar de ser coerente, é contraditória

porque constrói conceitos e teorias inverificáveis e impossíveis de serem relacionadas à experiência, ao mundo sensível, à natureza. Observe como Hegel descreve a metafísica kantiana:

o reconhecimento de uma irreduzível oposição entre o pensamento subjetivo e a realidade objetiva, entre o universal abstrato e particular sensível do querer, levava Kant à descoberta de que na moral é onde reveste esta oposição o caráter mais agudo, e resolveu-a, ou julgou resolvê-la, sobrepondo o espírito prático ao espírito teórico. Em face da irreduzibilidade desta oposição, tal como ela se lhe apresentava, Kant só podia escolher a concepção de unidade sob a forma de idéia subjetiva elaboradas pela razão e cuja realidade seria indemonstrável; o mesmo aconteceria com os postulados que embora deduzidos da razão prática, não poderiam ser reconhecidos pelo pensamento no seu em-si essencial, porquanto a realização deles tem a forma de tu deves que se alarga infinitamente. Assim evidenciou Kant a oposição e a exigência de conciliar, mas sem investigar a verdadeira natureza desta oposição e sem atender, como devia, em que ela constitui a única realidade verdadeira. É certo que Kant prosseguiu as suas investigações até o ponto de encontrar a unidade naquilo a que chamou o intelecto intuitivo mas, ainda a que, não chegou ultrapassar a oposição entre o subjetivo e o objetivo; por isso, quando nos fala da resolução abstrata entre os opostos conceito e realidade, entre o universal e o singular, entre o intelecto e a sensibilidade, quando, em suma, nos fala da idéia, Kant transforma tal resolução ou conciliação num caso subjetivo, em vez de conceber em conformidade com a verdade e o real. (2009, p. 130-131).

Como se percebe no texto acima, em Kant o mundo empírico e espiritual é sempre aquilo que não é, ou seja, o puro abstrato, forçando sua materialidade ética na moralidade – Imperativo Categórico - “o que deve ser” em conformidade com a razão. No idealismo kantiano o indivíduo é um sujeito ideal dotado de vontade individual também ideal, para que a moral o torne “o que ele deve ser”. Para Hegel, entretanto, o indivíduo é a representação e a objetivação do mundo, da história e da cultura; a moralidade se encontra como realidade espiritual concreta nas

instituições, nos costumes de um povo concreto. É na vida concreta de um determinado povo que a moralidade (enquanto realidade espiritual) se realiza e se concretiza.

Na aceção kantiana, a virtude é um “tipo de ação” que se materializa no e pelo indivíduo em oposição à coletividade, ao povo. Na “*Fenomenologia*”, Hegel esclarece que na Antiguidade a conotação de virtude era distinta da aceção moderna muito bem exteriorizada por Kant. Na Antiguidade, a virtude consistia na própria vida do povo, em que viver feliz e em paz era viver conforme os costumes, crenças, leis, tradições e mitos de um povo. A virtude era substancial e encontrava sua essência na moralidade coletiva de um povo, da nação. Quanto à diferença entre moralidade e eticidade (moral e ética), conforme Hyppolite (2010), Hegel prefere o termo ético que é de origem grega (ethos), costumes. Já a concepção de moralidade tem vinculação com a moral que

na aceção kantiana do termo, não passa de um momento da vida ética; corresponde unicamente ao estágio da reflexão subjetiva e situa-se entre a vida imediata num povo e a organização objetiva da sociedade e do Estado. (Hyppolite, 2010, p. 19).

Fichte desenvolveu profundamente a ideia de liberdade de Kant, liberdade esta totalmente abstrata devido o aspecto metafísico da filosofia kantiana. Vejamos como Hegel expõe a metafísica de Fichte:

Basta revelar que Fichte via no eu, no eu absoluto e formal, o princípio absoluto de todo o saber, de toda a razão, de todo conhecimento. O eu é assim concebido como simples em si, o que implica, por um lado, a negação de toda particularidade, de toda determinação, de todo o conteúdo (porque todas as coisas se submergem nestas liberdades e unidades abstratas) e, por outro lado, implica que todo o valor para o eu do conteúdo consiste no que pelo eu é definido e sancionado. Tudo o que é, é pelo eu, e tudo quanto existe mediante o eu pode, também, pelo eu ser destruído. (2009, p. 143-144).

Hegel denomina o idealismo de Fichte e o de Kant como uma filosofia da reflexão. Essa filosofia fichtiana foi incapaz de superar a contradição do próprio pensar, uma vez que constrói uma identidade apenas formal entre o subjetivo e o objeto, o Eu identifica-se com ele mesmo. Enquanto em Hegel, o fundamental para o pensamento não é apenas a materialidade, o mundo sensível, a natureza nela mesma, mas a universalidade efetivada no espírito absoluto. Isso não significa que a ideia não assuma uma forma material, ao contrário, a ideia necessita se realizar, se exteriorizar, se cristalizar, se objetivar. Por isso, a verdade aparece à consciência assim como o conceito se apresenta na forma indissociável na objetividade, na coisa, na matéria. Dessa maneira, Hegel formula sua crítica à lógica transcendental kantiana:

O idealismo leibniziano ou kantiano ou fichtiano, bem como outras formas do mesmo, ultrapassou tão pouco o ceticismo o ser como determinidade, essa imediatidade. O ceticismo deixa que se lhe dêem o conteúdo de sua aparência; para ele é imediatamente que se dá o conteúdo que se deve ter. A *mônada* de Leibniz desenvolve a partir dela mesma suas representações; mas ela não é a força criadora ou unificadora, e sim as representações lhe surgem como sopros; elas são indiferentes, imediatas umas diante das outras e assim diante da mônada mesma. Da mesma maneira, o fenômeno em Kant é um conteúdo dado da percepção; o conteúdo pressupõe afecções, determinações do sujeito, que entre si mesmas e diante do mesmo são imediatas. (Hegel, 2011, p. 116).

A lógica kantiana é criticada por Hegel por não reconhecer a totalidade do ser, se restringindo à aparência, enquanto a lógica hegeliana não se confunde com o método de reflexão filosófica fichtiana, porém, revela que há um movimento infinito e universal próprio do ser, da vida, do homem, do espírito, da história, da teologia, da arte. Trata-se do fazer e do refazer das coisas, evidenciando como o espírito absoluto é a

racionalidade que há no mundo e nas suas formas, nas suas manifestações, é o elemento organizador de tudo, o princípio ordenador da vida humana, natural e religiosa, é a ideia a absoluta que se torna espírito absoluto.

A lógica hegeliana é uma resposta à lógica kantiana, sobretudo ao seu dualismo, o qual propiciou as ferramentas teóricas para o surgimento do niilismo, do irracionalismo e do individualismo. Hegel põe a razão no devido lugar da histórica como instância última que fundamenta e funda a liberdade, o progresso, a igualdade, o Estado. Esta razão (da liberdade e do progresso) é responsável por retirar a humanidade do caos niilista e retrógrado que se encontra, estabelecendo a unidade entre ser e consciência, espírito e matéria, objetividade e subjetividade. Dessa forma, o sistema filosófico hegeliano é a supressão do dualismo racionalista moderno que alcançou o apogeu com o pensamento de Kant, como bem explica Alves quando advoga que em Hegel “a Ideia, o Espírito Absoluto, se transforma, se exterioriza, se aliena na matéria” (1988, p. 29). Em Hegel a natureza é a forma e o espírito é o conteúdo ou como descreve Alves: “a realidade é o espírito e a natureza um produto da alienação do Espírito” (1988, p. 29). Pode-se confirmar o que se expõe sobre a concepção hegeliana, tanto que “Propedêutica Filosófica” Hegel anota: “A natureza é a ideia absoluta sob outra forma. ”; assim como na “Fenomenologia do Espírito” ele observa: “Somente o espiritual é efetivo, ele é a essência (...) o indivíduo é a forma absoluta. ” (1992, p. 33). A lógica de Hegel é uma resposta à descrença provocada pela lógica transcendental, cujo princípio norteador é o dualismo, enquanto no hegelianismo a unidade é o que funda a lógica de Hegel não havendo separação entre homem-natureza-consciência, todos estão imbricados numa totalidade indissociável, e é a verdade do espírito absoluto, bem como só podemos os separar no sentido de compreendê-los como momentos em que o espírito absoluto se manifesta. Em Hegel, diferente da lógica kantiana que funda um impasse

com a “coisa em si”, o mundo é possível de ser revelado em suas “leis” concretas, ou seja, no hegelianismo a humanidade não está subjugada por um esquema da razão pura, formal e apriorística. O hegelianismo não estabelece um sistema idealizado com o qual pretende submeter a natureza e as “leis” correntes desta, ao contrário, o Espírito Absoluto é identificado e está determinado pelo eterno movimento, como o próprio Hegel coloca: “o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para a frente.” (1992, p. 26). Na “Propedêutica Filosófica” Hegel expõe quase como uma síntese a diferença entre seu sistema e os sistemas de Kant e de Aristóteles:

O senso comum – tal é o nome que se dá frequentemente à abstração unilateral – nega a união do ser e do nada. Para ele, ou o ser é ou não é. Não existe um terceiro termo. O que é não começa. O que não é também não começa. O senso comum afirma, por consequência, a impossibilidade do começo. (1977, p. 87).

O hegelianismo põe em evidência o eterno movimento do ser, bem como há também outras categorias no seu sistema como: “processo, futuro, negação da negação”. No entanto a totalidade e a unidade do ser só se confirmam pelo movimento incessante do espírito que não reconhece o repouso. Eis nas palavras de Hegel: “Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em seu fim, mas em sua atualização; nem o resultado é o todo efetivo, mas sim o resultado junto com o seu vir-a-ser.” (1992, p. 23). A lógica hegeliana não é puro formalismo da razão, contrário, esta dedicada à realidade, ao curso da história, do eterno movimento da sociedade, das ideias, da política, da filosofia, da natureza etc., basta somente dar uma olhada na “FdE”, como se constata o vínculo da filosofia hegeliana à realidade, à história humana. Eis que Timmermans refere-se à filosofia de Hegel argumentando tratar-se de um “pensamento mais moderno, fluido, em movimento, um pensamento que não deixa de ser dedicado à história

e ao curso das coisas, inventando passo a passo sua própria coerência. ” (2005, p. 14). Timmermans esclarece o sentido da lógica hegeliana, em oposição à lógica formal e à kantiana (lógica moderna), quando destaca: “a lógica que, longe de se resumir a um conjunto de preceitos abstratos e fixos, fornece verdadeiramente a chave de todo o sistema” (2005, p. 15-16).

A fenomenologia é a experiência da consciência, bem como do espírito subjetivo; fenomenologia é a consciência experienciada e vívida, é a manifestação da consciência em seus vários momentos: consciência estoica, céptica e infeliz. O espírito objetivo são as variadas realidades sociais, econômicas, políticas e culturais. O espírito absoluto é uma síntese dos espíritos subjetivo e objetivos, sendo identificado na arte, na religião e na filosofia. A lógica hegeliana é uma crítica mortal à lógica kantiana e à aristotélica, uma vez que essas são sistemas metafísicos clássicos em que o fundamento de tudo é a pura razão, mas uma razão que basta por si mesma e sem qualquer vínculo com a história, com a humanidade, com o homem, com o povo, com a cultura. Na lógica clássica a razão é o seu próprio fundamento, ela basta por si mesma. Mesmo a filosofia kantiana com seu aspecto crítico não consegue se desvencilhar do dualismo expresso em objetividade / subjetividade, mundo sensível / mundo intelectual (intelecção). Para Hegel, conforme Timmermans, “a lógica é a ciência do processo, do devir, da alternância entre o ser e o nada. ” (2005, p. 22). Enquanto na lógica kantiana

“a natureza humana obedece, como a natureza em geral, a certas leis, a certos princípios de determinação dos quais não se pode se isentar, se emancipar. Todo o objeto de sua filosofia crítica consiste em descobrir leis que governam o entendimento, a sensibilidade e a ação. ” (Timmermans, 2005, p. 29).

Significa que na lógica kantiana há um princípio fundador que argumenta: o mundo animado e inanimado é regido por leis fixas e universais conhecidas ou não pelo pensamento (Kant, 2010). Trata-se de uma lógica apriorística e torna-se sem conteúdo, é uma lógica a-histórica e pura por não considerar as infinitas relações concretas do mundo natural, histórico, humano, filosófico, político etc., por isso essa lógica é a pura obrigação conceitual e categorial que esbarra no conceito da “coisa em si”. No caso de Hegel, a lógica, a razão, se efetiva no mundo das relações históricas e sociais.

### **Considerais finais**

Em Kant há uma lógica transcendental que substitui a racionalidade substancial, ou seja, o transcendental-formal substitui o racional-substancial. Esse esquema explicativo ocorre porque há uma separação radical entre o mundo moral e mundo dos fins mesmos. Nesse sentido, sua lógica é composta de crítica do conhecimento, contida na “*Crítica da Razão Pura*”, crítica da moral, exposta no texto “*Crítica da Razão Prática*”, por fim, crítica da arte/estética, exposta na obra “*Crítica do Juízo*”. Trata-se, assim, do dualismo explícito de sua lógica, i.e, a oposição radical entre sujeito e objeto, enquanto em Hegel (1997) “o que é racional é real e o que é real é racional”, pressuposto exposto que assegura a unidade entre o ser e a consciência, muito bem arrolado por Marx nos “Manuscritos” de 1844 da seguinte forma: “o pensamento e o ser são de fato distintos, mas ao mesmo tempo eles formam juntos uma unidade”. A unidade do ser e da consciência é a formação da totalidade no sistema hegeliano, o que não significa o esgotamento da realidade, ao contrário, a realidade como totalidade apreendida no plano categorial só é possível pelo eterno movimento do ser e da consciência que se inicia pela lógica, pela ideia, que se desdobra na natureza, na cultura, e depois se desdobra no espírito como

síntese da objetividade e subjetividade capturados pela consciência, pois, conforme Hegel, no texto “Propedêutica Filosófica”, a intensa atividade da consciência é base para o conhecimento como totalidade.

A realização da subjetividade e da objetividade na lógica de Hegel pressupõe a humanidade, o homem, suas instituições, suas organizações, ou seja, pressupõe a história da humanidade, consoante a síntese de Alves sobre a compreensão da totalidade na perspectiva hegeliana: “Totalidade significa assim coincidência absoluta do ideal e do material: dois temos inseparáveis” (1988, p. 30). A síntese de Alves (1988) traduz a ideia norteadora do hegelianismo que é a inseparabilidade entre o mundo objetivo (material) e o subjetivo (consciência), significando uma espécie de recusa ao dualismo cartesiano e kantiano. Em Hegel, ciência e consciência estão interligados pelo espírito absoluto, ou seja, não há separação radical entre ideologia e ciência, entre fato e interpretação, objeto e sujeito, coisa e subjetividade, tão bem separado pelo racionalismo moderno e pela lógica kantiana. O modelo kantiano, apesar do seu criticismo, fecha-se em um “universo coerente e fechado da gnosiologia” – mundo metafísico e agnóstico, não havendo lugar para a dialética da totalidade concreta.

### **Bibliografia**

ALVES, Castro. **Elementos da lógica dialética**. São Paulo: Loyola, 1988.

BACON, Francis. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

BAVINCK, Herman. **Dogmática Reformada**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

CHÂTELET, François. **O pensamento de Hegel**. Lisboa, Presença, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FICHTE, J.G. **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 2009.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da Lógica: (excertos)**. São Paulo: Barcarolla, 2011.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia de la Lógica**. Buenos Aires, Claridad, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEGEL Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Propedeutique Philosophique**. Paris, Bibliothèque Médiations, 1977.

HYPOLITE, Jean. **Introdução à Filosofia da História de Hegel**. Rio de Janeiro, Elfos, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito**. São Paulo Janeiro, Editorial Discurso, 2007.

KANT, Immanuel. **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 2010.

LÊNIN, V.I. **Os cadernos sobre dialética de Hegel**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 2009.

NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo, José Luis Rosa Sundermann, 2009.

SCHAF, Adam. **A sociedade da informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHELLING, F.W.J. **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 2010.

TIMMERMANS, Benoit. **Figuras do saber**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2005.

TROTSKY, Leon. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Propostal Editorial, 2011.

## **Marxismo e pós-abolição maranhense: possibilidades teóricas e metodológicas segundo a obra de Mikhail Bakhtin**

*Carlos André Colins dos Santos*<sup>1</sup>  
*Kelly dos Santos Araujo*<sup>2</sup>

### **Introdução**

Os estudos referentes ao pós-escravidão brasileira atualmente encontram relativo destaque na produção historiográfica, embora, em termos de números absolutos, careça de trabalhos que identifiquem os contornos e alcance do crescimento deste campo temático. É um domínio de pesquisa capaz de atrair atenção de um número significativo de pesquisadores devido os desafios teóricos e metodológicos que oferece, assim como, por abordar o desenvolvimento histórico de fenômenos essenciais para o entendimento da formação da sociedade brasileira cujas relações de trabalho, no plano dos discursos jurídicos, passam a obedecer dinâmicas diferentes das institucionalizadas pela escravidão. Entretanto, são estes desafios teóricos e metodológicos, em nossa opinião, os responsáveis por um número considerável de desafios que se apresentam frente aos trabalhos destinados a tratarem deste tema.

O método de pesquisa utilizado nesta investigação primou pelos postulados oriundos do materialismo histórico e dialético, uma vez que, adotamos como princípio, estágio de partida da análise, dados e formulação materiais e empíricas buscando construir “reprodução ideal

---

<sup>1</sup> Aluno de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História – PPGHis/UFMA. E-mail: cacollins850@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História – PPGHis/UFMA. E-mail: kellyaruhj@gmail.com

do movimento real do objeto” (NETTO, 2011, p. 21). A conceituação dos itens parte do processo de evocação de determinações, seguindo de significativo nível de abstração até a condição de particularidade exigida pelo objeto de pesquisa.

Este trabalho possui por objetivo a compreensão das condições sob as quais possíveis pesquisas que tratem do imediato pós-abolição maranhense possam se tornar viáveis segundo indicações teóricas e metodológicas de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, teórico russo nascido em 1895, tendo sua morte oficializada em 1975. Esta pesquisa possui caráter descritivo, considerando o inventário de conceitos formalizados por Bakhtin associando-os ao tema, revisando-os junto a outros tipos de fontes indicadas e segundo abordagem qualitativa. Desta maneira, intentamos atingir o objetivo central da investigação.

### **1. O pós-abolição como espaço temático**

No período após o fim do trabalho escravo juridicamente sancionado, uma série de eventos, baseados e delimitados pela efervescência deste intervalo de tempo, que demonstravam as dificuldades dos atores sociais em lidar com a nova configuração política, jurídica e social advinda do golpe final ao trabalho compulsório legalizado, nos mostram conjuntos de fenômenos capazes de elucidar questionamentos acerca da passagem da instituição escravidão para um mundo do trabalho no qual as formas de discursos liberais de ação ditavam o desenvolvimento do cotidiano nas mais diferentes esferas das relações entre os indivíduos e as atividades laborais, indica Faria (2012).

A instituição responsável pela formalização de inúmeros costumes, responsável pelo fluir normal de grande parte das ações cotidianas, causadora da organização de uma parcela significativa dos campos de atividades laborais, agente culpado e motivador de inúmeros

acontecimentos do existir social não se encontrava mais presente, deixou de existir politicamente e juridicamente.

Para Gomes (2013), o pós-abolição é um período de extrema volatilidade, tensões sociais geraram muitos conflitos e impeliram indivíduos e grupos sociais a movimentarem-se devido à necessidade de luta pela adequação às novas e velhas estruturas que estavam presentes no desenvolvimento deste intervalo temporal.

As características destes embates, bem como, as propriedades do cenário em que se desenvolveram essas lutas devido a garantia jurídica de liberdade aos trabalhadores ou indivíduos negros devem ser examinadas segundo as particularidades próprias dos espaços para onde nossa pesquisa volta sua atenção. O impacto da Lei Áurea diferenciou-se mediante as particularidades de cada comunidade ou espaço, sofreu modificações de acordo com as relações que os indivíduos ou a coletividade mantinham com o direito, com a religião, com as estruturas econômicas, com o espaço geográfico, com a cultura e com outros aspectos da dinâmica do conjunto. Obviamente, as formas de sentir o fenômeno traumático é observável nas fontes indicadas. O sentimento de ruptura, de trauma, e os níveis de ação frente ao acontecimento, também devem ser investigados levando-se em consideração as afirmações anteriores. Ao observar a necessidade de delimitarmos tais propriedades, Rios indica que:

Em termos concretos, a liberdade alcançada com o fim legal da escravidão teve significados diferentes para ex-escravos urbanos e rurais, com habilitações profissionais ou “de roça”, homens ou mulheres. Foi diferente para ex-escravos que, como na Jamaica, eram majoritariamente africanos ou filhos destes, em relação àqueles que, como nos EUA, eram a várias gerações nascidos em terras americanas, ou ainda em situações como Cuba e Brasil, nas quais as várias situações se misturavam. Foi diferente para populações que se acostumaram a misturar-se e a relacionar-se, por laços de vizinhança, compadrio, amizade ou casamento, a uma população livre pré-existente. Foi

diferente para os que se viram livres em sociedades com forte construção legal relacionando igualdade e acesso à cidadania política, com presunção de plenos direitos a todos os cidadãos (desde que livres e homens) ou em sociedades onde esta presunção não existia na prática, nas quais relações pessoais se faziam definidoras de direitos num quadro de manutenção de relações hierárquicas e clientelísticas, como a brasileira.

Necessariamente as expectativas concretas e projetos possíveis de inserção no mundo livre haveriam de sofrer diferenças conforme estas variáveis. (RIOS, 2004, p.173)

Mediante o que até este momento foi exposto é possível perceber que qualquer provável pesquisa referente ao período aqui analisado deve estabelecer uma trajetória clara acerca de como alcançar os objetivos estabelecidos. Sabemos o quanto a escravidão permeava incalculáveis aspectos da vida enquanto esteve em vigor, sendo natural que seu esfacelamento acabasse por moldar um período de múltiplos fenômenos na coletividade ligados a um acontecimento comum: a promulgação da Lei Áurea. Assim, pesquisas referentes ao pós-abolição devem partir da constatação das dificuldades oriundas do processo de diferenciação dos fenômenos estabelecidos como encadeamentos a serem analisados do conjunto de outros acontecimentos que perpassarão esse recorte histórico. Portanto, a especificação do ponto em meio a este espaço capaz de constituir o início de um caminho hábil de conduzir-nos aos objetivos previamente propostos, se faz necessário.

### **1.1 Pós-abolição maranhense e linguagem**

Com vistas a encontrar um ponto inicial capaz de indicar-nos um caminho a elaboração ou apreensão da recepção e significação da Lei Áurea no Maranhão, analisaremos as possibilidades em termos de fontes para o trabalho de pesquisa associando-as às concepções bakhtinianas. De início

indicamos a grande escassez de fontes cartoriais e oriundas de instituições estatais.

Segundo Rios (2004), logo após a implantação da Lei que inviabilizou o trabalho escravo legalizado no Brasil, a especificação de cor nos documentos civis caiu em intenso desuso. Nas certidões de casamento, nos inventários, nas declarações de bens, nos documentos de reconhecimento de paternidade, nos registros de ocorrência policial, enfim, na maioria dos documentos civis a observação da cor dos indivíduos tornou-se rara.

Embora essa modificação nos documentos civis não tenha se dado imediatamente após o dia 13 de maio de 1888, o intervalo de tempo em que as especificações referentes à raça e cor dos indivíduos permanecem nos registros constituiu-se em um espaço de tempo curto para observarmos os acontecimentos ou eventos aos quais possíveis pesquisas propõem-se a considerar. Logo, com vistas a uma análise materialista dos indivíduos de pele negra no pós-abolição, documentos estatais trazem sérias dificuldades.

Esta ausência na indicação da raça ou cor não se restringe aos documentos estatais civis. Nos discursos de autoridades e lideranças populares os negros perdem-se na designação inerente às camadas populares embora as observações em termos raciais estivessem sempre presentes. Em grande parte dos jornais e revistas esta indicação também parece difusa ou espaça. Negros, pobres, mestiços e indivíduos marginalizados parecem pertencentes a um imenso grupo homogêneo localizado na base da pirâmide social. Portanto, torna-se necessário a utilização de fontes capazes de promoverem informações que descriminem, mesmo parcialmente, dados a respeito de grupos e indivíduos pertencentes às parcelas da população em que estavam os últimos libertos.

Frente a estas observações, no intuito de alcançar as informações necessárias a trabalhos que versem acerca do pós-emancipação, a busca por aproximação de fontes literárias e a imprensa da época constitui um caminho viável. Sabemos que atualmente a produção historiográfica nacional utiliza obras literárias como fontes para a pesquisa. Segundo uma tendência em formulação de trabalhos de história no ocidente, as publicações brasileiras, em diversos domínios, aproximam-se cada vez mais da literatura, tanto na relação desta enquanto fonte, quanto nas questões de cunho epistemológico, indica Silva (2013). Embora a literatura não esteja presa às amarras dos pressupostos científicos aos quais a história necessita observar, ela é capaz de mostrar-nos uma série de possibilidades de apreensão de representações organizadas enquanto sistemas de significados orientadores dos indivíduos no tempo ao qual buscamos compreender, estabelece Bakhtin (2013).

A realidade é exposta, suas bases e possibilidades são exploradas pela literatura. Por vezes, o intuito é ultrapassar o real, em outros casos confirmá-lo ou até mesmo recriá-lo. Porém, o que nos interessa é o fato destas operações serem feitas a partir de possibilidades e entes oriundos do tempo, do recorte histórico em possível análise. O universo de sentimentos, impressões, conceitos e imagens indicados por meio de representações através da literatura nos oferecem importantes informações para a determinação das descrições explicativas, ponto que consideramos inicial na formulação de nossa narrativa.

As representações contidas nas obras literárias são portadoras de conceitos que compuseram a realidade dos indivíduos do passado que buscamos entender. É possível tal observação em nosso trabalho, uma vez que não consideramos a produção literária como existente, a partir, somente, da capacidade inventiva dos escritores. Uma vez considerada esta possibilidade, resta estabelecer como trabalhar esta tipologia de fonte;

neste caso, a tradição marxista pode oferecer diversos mecanismos teóricos e metodológicos interessantes a tais demandas.

Na verdade, entendemos ser esta a própria possibilidade de um determinado autor recriar uma narrativa capaz de possuir personagens em ambientes portadores de características que invoquem um certo grau de verossimilhança como ente indicativo de aspectos da realidade, traduzidos por meio de olhar cujo conteúdo perpassa por instrumentos e questionamentos oriundos de bases advindas do campo do materialismo histórico e dialético, aspecto que torna a literatura uma tipologia de fonte promissora.

A obra literária não se constitui em uma mentira, é formada em meio ao mundo social e traz em sua constituição as marcas e impressões deste e ao olhar para estas marcas obtemos muitas informações que podem ser agregadas às nossas descrições do período. A este respeito, Sandra Jaraty Pesavento indica que:

Ainda como desdobramento desta compreensão da História que a aproxima da Literatura, temos o entendimento de que ambas as narrativas realizam a configuração de um tempo. Seja este o que se passou, no caso da História, ou que poderia ter se passado, mas que realmente se passa, para a voz narrativa da Literatura, este tempo se constrói como uma nova temporalidade, nem presente nem passado, mas que ocupa o lugar do passado e, no caso da História, a ele se substitui. É este presente da escrita que inventa um passado ou constrói um futuro, para melhor explicar-se. Nesta medida, o momento da feitura do texto torna-se essencial para o entendimento das ações narradas, sejam elas acontecidas ou não. (PESAVENTO, 2003, p.33)

Como é estabelecido por Pesavento (2003), na citação anterior, é preciso, também, observar o contexto e as intenções do autor no processo de construção da obra. Embora esteja presente no meio acadêmico, a opinião de que as fontes literárias não sejam capazes de oferecer dados da

realidade material do período ao qual se volta, entendemos ser este tipo de fonte um caminho para a obtenção de referências que indiquem práticas que englobem diversos itens da realidade material, o trabalho de Bakhtin formulava-se sob a indicação de que a literatura constituía um dado da materialidade das relações. Como construção produzida no cenário social, a literatura é fonte proponente não apenas de referências a respeito de aspectos psicológicos e artísticos, mas de diversos ambientes e fatores do recorte histórico.

Em termos de pós-emancipação maranhense alguns apontamentos ou indicações podem figurar como exemplo das assertivas realizadas anteriormente, por exemplo, na obra literária de autores contemporâneos ao pós-abolição imediato como Nascimento Moraes, em determinados trechos da obra *Vencidos e Degenerados*, o autor sugere apresentar características aos personagens e lugares partindo de referências da cidade do período em que a obra foi iniciada, São Luís, capital maranhense, no final do século XIX. Ao observarmos esta obra e elencarmos características a respeito desta produção, defendemos colocações referentes a conclusão de que Nascimento Moraes construiu cenários circunstancialmente detalhados e personagens sem grandes profundidades psicológicas. Ele deteve-se em minuciar o ambiente de sua obra aproximando-a do mundo material que lhe serviu de referência, o contexto do imediato pós-abolição.<sup>3</sup>

É observável em vários trechos da obra a preocupação de Nascimento Moraes em descrever com riqueza de detalhes ambientes e personagens, por isso, entendemos ser esta produção literária construída a partir de referências claras e intensidade adequada para uma dinâmica de escrita que a aproxima da tradição literária realista brasileira. Através dela é

---

3 Sobre esta obra vide: ARAUJO, Ana Carusa Pires. **Identidade afrodescendentes em vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes**. Dissertação. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Piauí. Teresina. 2017.

possível, sim, encontrarmos indícios de práticas e características dos cenários maranhenses sobre os quais a crônica se detém.

Esta é uma característica interessante das obras literárias e que pode render frutos ao trabalho do historiador. A intenção do autor ao escrever determinada produção pode levar-nos a ter acesso a um conjunto de características pertencentes ao mundo concernente à base do ambiente construído na obra, indica Bakhtin (2013). Um escritor pode ter por objetivo ser fiel o mais possível a um determinado ambiente material, levando assim para o texto uma série de informações privilegiadas acerca de determinado local, o que ocorre em determinados trechos da obra *Vencidos e Degenerados*.

Nascimento Moraes estava com 32 anos quando este escrito foi publicado. Ele já era conhecido no meio literário da capital maranhense como cronista e literato, produzindo textos para diversos órgãos de comunicação. Em um trecho da introdução da obra indica que esta estava concluída há pelo menos 2 anos antes da publicação. Entretanto, ao estudá-la, Nascimento (2012) indica que provavelmente o autor começou a escrevê-la no início de sua vida como escritor, o que a torna mais próxima da promulgação e das festas em comemoração à Lei Áurea. Tais informações são úteis, pois nos auxiliam na tarefa de entender o ambiente de formação do texto e assim obtermos mecanismos adequados para a decodificação das informações.

Porém, nosso objetivo não é a simples tarefa de ligar as atitudes de criação do escritor, manifestas no texto, ao contexto em que a obra foi concebida. As dificuldades em trabalhar de forma sistemática a relação entre indivíduo e meio social são significativas: um simples observador poderá chegar à conclusão que, embora imerso em um meio possuidor de leis e convenções capazes de moldar comportamentos e atitudes, os sujeitos possuem uma margem de ação para, desta forma, tomarem

atitudes que contrariam as normas advindas do contexto. A individualidade e a ação de grupo ou meio são entes de extrema dificuldade de conciliação no texto ou narrativa histórica.

Contudo, a ação em busca de instrumentos teóricos adequados para o exame e abordagem da problemática estabelecida pode nos oferecer mecanismos interessantes no tratamento destas questões. Obviamente, o simples transplante de um conceito de determinada obra ou legado da historiografia, adicionado aos fenômenos em estudo, seria capaz de criar equívocos nos resultados obtidos. Ao usar determinadas ferramentas teóricas buscamos nos afastar de uma tendência presente em muitos trabalhos, que levou muitos pesquisadores a simplesmente buscarem adequar as informações obtidas a conceitos preestabelecidos ferindo dinâmicas consagradas na tradição marxista e, por consequência, bakhtiniana. Os acontecimentos, a realidade social em análise não está ou não pode moldar-se a definições ou formulações conjunturais, em nossa concepção isto seria caminhar em sentido contrário ao que se procura. Ao oposto, as definições ou conceitos são interessantes na ação de decodificar, clarear, facilitar o entendimento acerca do objeto de estudo.

Em termos dos objetivos traçados, para tanto, é necessário que o processo de formulação e problematização do trabalho historiográfico sejam concomitantes à construção ou absorção de ferramentas teóricas. Os conceitos utilizados em possíveis pesquisa não devem ser adotados ou estabelecidos anteriormente à construção da narrativa, as ferramentas teóricas são aceitas segundo as possibilidades surgidas a partir do desenvolvimento das pesquisas, os entes utilizados para observação e interpretação das fontes ganharam força paralelamente à trajetória percorrida pelo trabalho, inviabilizando a direta ação de adequação das informações a modelos preestabelecidos.

Campos de análise de tradição marxista não se emudeceram frente as necessidades de análise de fontes do tipo indicadas anteriormente, tais fontes permitem análise com vistas a enfoques nas maneiras de linguagem, na escrita e nos processos de comunicação. Mikhail Bakhtin empreendeu dentro dos trabalhos de cunho marxista vigorosas tentativas de adequar formas de análises a questionamentos de temáticas oriundas de contextos linguísticos. Este teórico vislumbrou o ambiente de linguagem, o texto, a letra, os signos, enquanto espaço de lutas sociais, lugar de contradição e manifestação das inconstâncias das coletividades em que tais itens nasceram. Desta forma, as criações linguísticas são o contexto social, não apenas manifestação, mas, a própria materialidade da existência em coletividade.

Assim, os pressupostos teóricos buscam acompanhar e dar conta das ações dos indivíduos imersos no contexto social. Contexto e possibilidades de práticas individuais são colocadas sob o mesmo olhar, sem distinção, otimizando o entendimento a respeito do indivíduo e do aspecto social, desta forma, entendemos o pessoal como aspecto das possibilidades de superação ou enfrentamento das normas do contexto. O autor ao qual utilizamos como exemplo, Nascimento Morais, na obra literária que destacamos, reproduziu construções e representações do meio, e, desta forma, através do gênero literário criou personagens capazes de mostrar as possibilidades de enfrentamento aos padrões da sociedade, presentes no pós-abolição maranhense, porém, trata-se, como antes salientado, de um exemplo; o campo das letras maranhenses com vistas ao pós-emancipação é vasto trazendo número significativo de autores e temas. Desta formas as concepções de Bakhtin podem contribuir de maneira intensa a estudos sobre o pós-abolição maranhense que fação uso desta tipologia de fonte.

No entanto, sob a condição imposta em qualificar fontes para estudos sobre o pós-emancipações, outras tipologias de fontes figuram como alternativas viáveis de construção da narrativa historiográfica com vistas ao referencial teórico de Bakhtin. Frente as condições explicitadas anteriormente as fontes de cunho jornalístico apresentam características importantes aos objetivos impostos nesta pesquisa.

## **2. A imprensa e a concepção Bakhtiniana**

É observável o crescimento de trabalhos historiográficos, nas últimas décadas, que utilizam fontes oriundas da imprensa, como jornais, revistas, entre outros. Em um artigo intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, De Luca (2005) nos mostra que a prática da formulação de trabalhos cujas fontes são textos oriundos de veículos da imprensa, principalmente após a década de 1970, tem caracterizado muitas obras da historiografia brasileira, tornando-se, desta maneira, uma ação recorrente nas atuais pesquisas acadêmicas de história. Porém, Pereira (2006) chama atenção para o risco da utilização deste tipo de fonte sem a devida busca de critérios e formas que especifiquem e adéquem as fontes às pesquisas. Estas fontes devem ser submetidas a um processo crítico capaz de identificar sua própria historicidade, sob pena de produzirmos trabalhos simplistas, baseados em conclusões superficiais.

Este tipo de fonte mostra-se como um leque de novas opções para obtenção de informações, segundo padrões metodológicos e teóricos convenientes, isto porque é imprescindível ter em mente que tipo de informação podemos extrair destas fontes, sendo o arcabouço teórico metodológico o responsável pela adequação e harmonização dos objetivos às características da fonte.

Os veículos de comunicação escrita, mais especificadamente os jornais, desempenharam um papel marcante nos períodos de iminência,

estabelecimento e recepção da Lei Áurea. Nos espaços oferecidos por estes periódicos, ideias acerca das novas estruturas sociais que possivelmente se ergueriam com o fim do trabalho escravo legalizado eram apresentadas. Opiniões a respeito deste tema faziam parte das publicações e dados inerentes à realidade econômica do Estado eram apresentados. Uma série de informações estava contida nos jornais para que seus leitores pudessem ter acesso a dados concretos oriundos do contexto material em que a luta pela liberdade dos escravos ocorria.

Aqui encontramos uma característica interessante que deve ser levada em consideração na montagem da narrativa histórica por meio das referências oriundas dos jornais. Estes veículos de informações escritas tinham um caráter pedagógico em relação a seus leitores. As opiniões ali encontradas assim como os discursos apresentados tinham por objetivo convencer os leitores a respeito de determinadas práticas e conceitos. Não obstante, Bakhtin (1992) chama atenção para a luta entre narrativas em meios as enunciações, os discursos emergem como formas das contradições, das lutas, das tensões sociais.

Nos veículos de imprensa, exemplos eram dados para embasar opiniões e análises, e obter a aceitação dos destinatários dos informes. Os jornais, longe do ideal de imparcialidade e distanciamento do objeto da notícia, estavam imersos no contexto em que desenvolviam suas atividades, logo, manifestavam os interesses de seus redatores assim como dos responsáveis pela sua própria existência enquanto veículo de comunicação, os discursos manifestavam o exercício de poder, a política. As mensagens eram claras, carregadas com forte apelo aos ideais oriundos da dinâmica social em que estes periódicos estavam inseridos, indica Pereira (2006).

Esta constatação é interessante para nossas perspectivas uma vez que, ao observarmos os veículos de comunicação impressa enquanto

espaços de manifestação das representações acerca de determinados fatores e referentes aos indivíduos responsáveis por estes impressos, poderemos alcançar uma série de informações inerentes aos conceitos responsáveis pela orientação social dos grupos em destaque. A voz, os anseios, visões de mundo e outros aspectos dos redatores e até mesmo dos leitores podem ser alcançados através deste tipo de fonte. Bakhtin (1992) entende que o contexto político e social, as condições de produção assim como a subjetividade e os interesses fazem parte do rol de tópicos da análise.

Calonga (2012), ao observar questões sobre a prática historiográfica através de periódicos como fontes, informa-nos que o estudo dos discursos não está desvinculado dos pressupostos da construção do texto nem das possíveis configurações linguísticas que o compõe. Com referência aos leitores é importante lembrar que os periódicos, também, possuíam um aspecto eminentemente comercial. Mesmo destinados por vezes a convencer seu público de determinada constatação, os jornais buscavam aceitação para inserção em uma dinâmica de vendas e, portanto, deveriam propagar uma leitura que de certa forma agradasse ao público ou destinatários alvos.

Outro fator importante neste tipo de fonte é seu caráter multifacetado no que diz desrespeito à sua constituição. Em um mesmo jornal é possível encontrar diferentes artigos acerca de variados assuntos e, dessa forma, colhermos informes que destinavam-se à análise dos mais diferentes aspectos de um conjunto de setores da economia, política, cultura e cotidiano. Mesmo os redatores e escritores das matérias sendo pertencentes, geralmente, a orientações sociais próximas, as opiniões podem manifestar pontos de vista desiguais, originando a construção de conceitos diferenciados. Essas diferenças podem mostrar a nós, observadores, dissidências, fissuras, heterogeneidade ou dissensões

indicativas de possíveis fenômenos sociais presentes dentro dos grupos sociais em possível estudo.

Em sua obra *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2013) elenca conceitos como o de Dialogismo Linguístico, termos importantes para a tradição marxista de estudos linguísticos. Para Bakhtin (2013) os discursos seriam construídos na coletividade e encontrar-se-iam, enfrentariam outros discursos nos espaços sociais em formas de relações dialógicas; é, ainda, nesta obra que Bakhtin (2013) considera o conceito de Polifonia, a capacidade de em um mesmo texto várias vozes atuarem distintamente. Mesmo considerando as diferenças entre o objeto de pesquisa de Bakhtin e as fontes aqui indicadas, os jornais apresentam multiplicidades de discursos, ideias e autores, torna-se um campo em que vários autores e diferentes discursos podem atuar, possibilidades de utilização dos conceitos bakhtinianos em relação a imprensa maranhense no pós-emancipação devem ser consideradas.

Os jornais constituem um espaço de desenvolvimento da linguagem e, portanto, oferecem possibilidades de análises por meio da própria linguagem. Os periódicos enquanto tributários das formas de manifestação da escrita, possibilitam manifestações linguísticas carregadas de teor simbólico e de significações. Podemos, assim, observar a formação ou construção das representações no campo linguístico e assim alcançarmos conceitos utilizados para legitimar e significar práticas e concepções sociais.

## **2.1 Cotidiano, linguagem e emancipação**

Nos dois tipos de fontes apresentados, buscamos as informações para alcançarmos os objetivos que nortearam a pesquisa, buscando atingir uma visão sistêmica e abrangente a respeito dos itens trabalhados em termos

de possibilidades de construções de narrativas historiográficas mediante contribuições de Mikhail Bakhtin.

É importante destacar que estes fenômenos em análise dentro de contexto de tradição marxista, denotam a consideração da coletividade na construção do objeto. Neste âmbito, palavras como grupo, classe social, estrato social, antes de figurarem como sinônimos para definir uma formação de indivíduos cuja principal característica constitui-se nos interesses comuns que formam e qualificam as ligações entre si, denotam a estrutura, o fator sem o qual as assertivas teóricas e metodológicas tornam-se incipientes.

Desta maneira, tomando como referência os informes adquiridos ao longo de possíveis buscas em jornais, analisar os primeiros movimentos de resistência à implantação da Lei Áurea, o esforço das classes dirigentes em manter os privilégios e poderes que eram comuns no período de vigência da escravidão e a luta dos ex-escravizados para que as disposições evocadas pela nova legislação fossem colocadas em prática, ou seja, temáticas configuradas no bojo do pós-emancipação imediato mancam os discursos, a linguagem, os enunciados.

A linguagem, a comunicação, vista nestes termos traz a busca por observar estes movimentos de rearranjo em torno do poder social a partir de uma análise voltada para o cotidiano das populações envolvidas na ação de ordenamento no pós-abolição maranhense. A materialidade dada, o corriqueiro, aquilo que é habitual constitui em campo fértil para narrativas acerca do pós-escravidão, para Michel de Certeau, autor que ofereceu grandes contribuições ao estudo do cotidiano, tal termo pode ser classificado da seguinte forma:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...]O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É

uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...]Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta “não história”, como o diz ainda A. Dupont. O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível. [...] (DE CERTEAU, 2003, p.31)

O conceito de estratégia com o qual o conceito de cotidiano formula significativo espaço de decodificação teórica também é formalizado por Michel de Certeau e constitui-se em ferramenta útil para análise do cotidiano em função dos propósitos estabelecidos. Ele a define da seguinte maneira:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente” Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (DE CERTEAU, 1998, p. 46)

Porém, Michel de Certeau encontra na construção teórica do cotidiano, espaços ou configurações propícias para o desenvolvimento de embates pelo domínio ou poder social. São configurações caracterizadas pela ausência de poder, ambientes em que indivíduos e grupos sociais, através de ações próprias, buscam a defesa, legitimação e concretização de seus interesses. No intuito de promover a análise destes fenômenos, este pesquisador utiliza o conceito de Tática, que se constitui na visão em relação ao espaço e ação do outro, sendo operacionalizada segundo acontecimentos distintos no tempo e manifestando-se no cotidiano das ações.

Buscando uma exposição simples destes conceitos, De Certeau (2003) delinea Estratégia como mecanismos racionais com perspectivas

totalizantes através dos quais as instituições buscam manter e exercer poderes, enquanto Tática seria operações não planejadas, frutos da oportunidade, sem intenção de sedimentar benefícios, vinda das astúcias e engenhosidades de indivíduos em busca de resistência a determinadas imposições.

Michel de Certeau, através dos conceitos de Estratégia e Táticas, oferece dispositivos teóricos capazes de viabilizar possibilidades de análises do cotidiano que englobem diferentes aspectos temporais e espaciais. Destrinchar os fenômenos sociais oriundos dos processos de degradação da escravidão enquanto instituição social torna-se uma ação que requer mecanismos teóricos viáveis frente à ruptura jurídica, por um lado, e à continuação de determinadas práticas de diferenciação racial e de classe, por outro. Marx (2015) leva a importância do cotidiano a posição de significativo relevo na análise nos fenômenos sociais, entende a importância da vida em seu ritmo contínuo e habitual, da mesma forma é na materialidade da vida em coletividade, do indivíduo em seu movimento dado, que Bakhtin (1992) buscou a construção de suas observações em termos de linguagem e comunicação.

Porém, ao observar o pós-abolição como temática devemos ter em vista o enfrentamento de algumas questões relativas às formas de descrição, em termos de escrita, dos fenômenos abordados. Ao longo da construção da narrativa histórica iremos nos deparar com ideias e conceitos conflitantes, por vezes opostas, presentes no mesmo plano de análise. Concebemos o pós-abolição enquanto realidade social no qual contradições e incongruências estão presentes.

Podemos citar, como exemplo, as dificuldades de tratar a libertação dos escravos como ato que significou um momento de ruptura em que uma grande parcela da população obteve redenção e, ao mesmo tempo, a conceituar como um longo processo de lutas e embates que atingiu seu

clímax com a implementação da lei de 13 de maio de 1888, assim como, a complexidade em trabalharmos as práticas laborais em uma sociedade em que a escravidão deixou de existir no ordenamento político e jurídico e, paralelamente, continha em suas configurações situações nas quais o trabalho escravo e hábitos, do mesmo modo que, convenções inerentes ao trabalho compulsório continuavam a existir.

Desta forma, adotar maneiras de abordagem e construção da escrita, dialética, assim como Bakhtin (1992) indica ao tratar da materialidade dos discursos é caminho adequado. A concepção dialética é útil à nossa pesquisa uma vez que oferece formas de percepção e exame de questões a partir de descontinuidades e contradições. Esta forma de percepção pode ser inserida claramente em pesquisas que tratam de temas oriundos do pós-abolição sem constituir em falha teórica. Mesmo tal tipologia de trabalho sendo pertencente a uma tradição historiográfica na qual o método dialético encontra muitos defensores, nada impede que dele façamos uso com maior grau de intensidade.

### **Considerações finais**

Ao longo deste trabalho procuramos identificar sob quais condições estudos inerentes ao imediato pós-emancipação maranhense poderiam fazer uso das concepções de Mikhail Bakhtin como base teórica e metodológica tanto nas construções de objetos de pesquisa quanto no alcance destes objetos. Especificamos as bases que nortearam as indicações de Bakhtin no sentido de desenvolver mecanismos analíticos adequados ao estudo da linguagem enquanto fenômeno material da coletividade.

A partir de então procuramos identificar as características do campo temático do pós-abolição, seus contornos e possíveis fronteiras estabelecendo sua identidade. Junto a esta ação, buscamos as

peculiaridades do imediato pós-abolição maranhense, como ambiente dotado de características específicas, este recorte espacial, cultural e temporal enseja delimitações que exigem as possíveis pesquisas tratamento referente as necessidades impostas pelo fim do sistema jurídico que legitimava a escravização de indivíduos de pele negra em terras maranhenses.

Autores, obras e tipologias de fontes foram apresentadas como exemplos ou possibilidades de uso por pesquisas referentes ao pós-emancipação segundo conceitos cunhados por Mikhail Bakhtin, exploramos conceitos bakhtinianos junto a tipos específicos de fontes que julgamos, segundo critérios pré-estabelecidos no corpo do texto, adequadas ao pós-abolição enquanto campo temático. Desta forma, traçamos um quadro geral de possibilidades de usos em pesquisas sobre o pós-abolição dentro de tradições marxistas, neste caso, por meio de suporte teórico idealizado por Mikhail Bakhtin.

## Referências

- ARAUJO, Ana Carusa Pires. **Identidade afrodescendentes em vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes**. Dissertação. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Piauí. Teresina. 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2013.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Comunicação e mercado/ UNIGRAN**, Dourados, v.1, n.2, p. 79 - 87. 2012.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, Cozinhar**. Petrópolis: vozes, 2003.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: vozes, 1998.
- DE FARIA, Regina Helena Martins. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Editora EDUFMA, 2012.
- DOS SANTOS GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2013.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.
- NASCIMENTO, Dorval. Representações de intelectuais em Vencidos e Degenerados, de Nascimento Morais. **Outros Tempos**, São Luís, vol. 09, n.14, p.32-46. 2012.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, n.14, p 31-45, set. 2003.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.
- SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

## **O caso Joselândia: controles e resistências populares no Maranhão de 1960 a 1980**

*Daniel Wollace Marques Ferreira*<sup>1</sup>

### **Introdução**

As eleições presidenciais de 2018 comprovam que o passado do Regime Militar (1964-1985) nunca esteve tão presente e também nunca se tornou um episódio “superado” na história do país. Portanto, é de extrema necessidade que haja mais pesquisas sobre o tema evidenciando os diferentes impactos que o regime causou em âmbito nacional e regional, pois toda sociedade tem sua história e para que essa história não se repita mesmo com erros e acertos é interessante conhecê-la.

A deposição do presidente João Goulart em 1964 marcou o fim do Brasil populista e início do Regime Militar no país, causando assim inúmeros impactos em todo território nacional. No Maranhão não foi diferente, o estado foi afetado diretamente em diversos setores, principalmente no setor agrário sendo esse estado palco de intensos conflitos envolvendo classes sociais distintas.

Durante a caminhada no curso de História Licenciatura Plena, as temáticas referentes ao Regime Militar no Brasil sempre me causaram inúmeras dúvidas e inquietações. Como forma de tentar solucionar algumas dessas dúvidas procurei investigar uma série de arquivos presentes no inventário do DOPS-MA que se encontram no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), um conjunto de documentos

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal do Maranhão. Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior Santa Fé (CESSF). Contato: elm\_1612@hotmail.com

referentes a uma série de instituições presentes em diferentes estados do Brasil e que tinham como objetivo principal, promover ações de vigilância e repressão durante o período supracitado.

A documentação do sistema do Departamento da Ordem Política e Social – DOPS surgiu em 1924, sendo composto por vários órgãos e instituições e tendo como principal objetivo garantir a disciplina e ordem no Brasil, mas muito esse sistema acabava modificando acontecimentos e criando falsas hipóteses.

Com a abertura dos arquivos do DOPS-MA, um fato acabou me chamando muita atenção, ou seja, a maioria dos relatos presentes nos arquivos maranhenses se tratavam de conflitos agrários e envolviam diferentes classes sociais: empresários, policiais, políticos, membros do judiciário e principalmente os lavradores. Percebi então que essa análise seria de fundamental importância para entendermos os impactos e efeitos que o regime militar produziu no estado do Maranhão, um estado ainda marcado por intensas disputas no meio rural em virtude da modernização no espaço agrário.

Essa modernização constituiu no desmantelamento das pequenas propriedades e de um modo rústico de produção causados pela grilagem, uma técnica de falsificação de documentos utilizada largamente para expulsar os lavradores do campo maranhense, tendo se acentuado durante o regime militar brasileiro. Essa técnica consistia no uso de grilos trancados em caixa de madeira contendo títulos de propriedades forjados, isto é, falsificados. As fezes e fluídos dos insetos, em contato com o papel, produziam um aspecto de envelhecimento ao documento, aparentemente os títulos pareciam ser muito antigos.

Segundo o historiador Victor Asselin (2009), grande partes dos conflitos agrários no Maranhão surgiram pelo uso de “*documentos falsos*”, sendo esses conquistados com o apoio de setores do governo e ganhando

a nomenclatura de “grilagem”, essa técnica acabou ficando bastante conhecida no país, pois assim os invasores poderiam comprovar a veracidade desses títulos de imóveis e os lavradores na grande maioria dos casos eram expulsos de suas terras, uma vez que não possuíam nenhum tipo de documentação e ainda acabavam sendo enquadrados pelo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS-MA como posseiros, que eram lavradores que não possuíam títulos de propriedade.

O uso indiscriminado da grilagem no Maranhão foi registrado pelo DOPS-MA em um dossiê intitulado “*Caso Joselândia*”, onde diversas famílias de lavradores se armaram com o objetivo de expulsar empresários mineiros de suas terras, esse grupo de empresários alegavam possuir a titularidade da terra. A análise desse dossiê possibilitará a compreensão dos impactos que o regime militar causou no campo maranhense entre as décadas de 1960 a 1980.

Quando comecei a análise do dossiê Joselândia percebi que se tratava de um conjunto de documentos inéditos que nunca haviam sido pesquisados anteriormente, sendo produzidos pela Polícia Militar do Maranhão entre as décadas de 1960 a 1980, na região homônima, compreendendo cartas, memorandos, depoimentos, e inquéritos instaurados que ficavam sob a chefia do DOPS-MA. Os lavradores do local alegavam que estavam sendo vítima da pistolagem, arbitrariedades e violência por parte da polícia e de grileiros que buscavam invadir suas terras.

Dessa forma, percebi que no caso Joselândia houveram vários artifícios para expulsar os lavradores de suas terras, medidas essas que se destacaram pela repressão do Estado. A questão da grilagem e também da pistolagem, a grilagem como forma de expulsão e a pistolagem, visavam a eliminação de qualquer tipo de resistência por parte desses lavradores. É

interessante frisar que os agricultores dessa região se uniram e resistiram a todo esse processo de exploração ao setor agrário maranhense.

A partir do exposto acima, foi possível construir o problema deste trabalho: Quais as formas utilizadas pelos camponeses no enfrentamento ao poder do Estado e de grileiros na região de Joselândia - MA? Também interessa investigar o nível socioeconômico dos lavradores, extensão de suas propriedades, situação de titularidade, produtividade das áreas e os números de prisões.

A primeira questão, identificar as formas de controle presentes nos documentos e constatei que a repressão do estado, técnicas de grilagem ligada às práticas de pistolagem foram fundamentais para a expulsão dos posseiros de suas terras, a grilagem como forma de falsificação de documentos e a pistolagem como meio de intimidação os lavradores que tentavam resistir ao processo. Nesse sentido, houve a necessidade de um segundo momento, a análise das diferentes maneiras encontradas pelos lavradores para permanecerem em suas terras, nas lutas contra a grilagem em suas propriedades.

Assim, o materialismo histórico foi à abordagem ideal para me permitir pensar os conflitos sociais no contexto citado, pois essa concepção tenta explicar a história em função das lutas de classes, vale destacar que durante esse período nas décadas de 1960 e 1980 as teorias marxistas se desenvolveram ainda mais em todo o Brasil, em especial, devido as críticas a ascensão dos militares ao poder, pois dentro desse contexto o marxismo era visto como uma forma de resistência à repressão por parte do estado. Por Classes, conforme Lênin (1980, p. 30), entende-se:

Chama-se de classes, grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social; por sua relação, na maioria das vezes fixada e consagrada pela lei dos meios de produção; por seu papel na organização social do trabalho; e,

consequentemente, pelos meios que tem para obter parte da riqueza social de que dispõe e o tamanho desta. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do trabalho do outro em virtude da posição diferente que ocupa num regime da economia social.

Em se tratando de Joselândia, tem-se o embate entre os mineiros/grileiros querendo consolidar o modo de produção capitalista na região contra os antigos produtores rurais, possuidores de um modo de produção mais rustico – em muitos momentos caracterizado por relações pré-capitalistas de produção –, mas que apesar disto possuíam um sentimento de agrupamento social a partir de suas posições no campo de produção. Sobre a peculiaridade das classes no campo, nos espaços de capitalismo tardio, Stavenhagen (1979, p. 68), destaca:

A estrutura de classes e a estratificação no meio rural dependem dos sistemas econômicos e, em particular, das estruturas agrícolas e dos tipos de empresa agrícola, enquanto unidades econômicas de base. As estruturas agrícolas são complexos sócio-econômicos resultantes, entre outros fatores, das formas dominantes e de propriedade e posse da terra e das relações de produção no campo.

De acordo com Lukács (2003), o método marxista é primordial para que se tenha o entendimento da totalidade das relações materiais, evitando-se uma análise apenas aparente dos processos sócio históricos. Dito de outra maneira, somente a partir da totalidade se poderá compreender o “**caso Joselândia**” como sendo decorrente do processo de expansão capitalista no campo maranhense.

### **1. Regime Militar: visão panorâmica sobre o regime**

O Regime Militar no Brasil foi um modelo de governo que se inicia em 1964 e perdura até 1985, foram 21 anos de governo militar onde a

principal liderança política do país não foi escolhida através do voto popular, os cinco generais que conduziram o Brasil durante esse período foram eleitos de maneira indireta pelo Congresso Nacional.

No ano de 1964 civis e militares se uniram para derrubar o presidente João Goulart do poder, nesse período alguns municípios maranhenses já eram alvos das invasões de terras por grileiros. Naquele ano, houve intensas modificações no cenário político brasileiro em virtude do golpe militar, essas mudanças políticas refletiram diretamente nos conflitos fundiários no estado do Maranhão.

A chegada dos militares ao poder não aconteceu de forma repentina, já havia rumores de um possível golpe há alguns anos antes de 1964. O historiador Marcos Napolitano defende a tese que a subida dos militares ao poder mudaria para sempre a história brasileira, além de ter fornecido um novo modelo de golpe e de regime político para vários países latino-americanos.

Thomas Skidmore (2008) historiador norte-americano especialista em história do Brasil defende a ideia de que o golpe de 1964 foi interpretado pelo exército como uma “missão”, uma necessidade, pois o exército não acreditava na capacidade dos três poderes em resolver a crise política e social do Brasil. Segundo Skidmore o caos social apenas seria resolvido após a interferência dos militares. Nesse caso, o caos social teria surgido após Jango propor uma série de reformas conhecidas como reformas de base, onde os principais pontos seriam: reforma agrária como o objetivo de distribuição de terras e aumento do controle do estado sobre a agricultura; reforma fiscal, visando aumentar a arrecadação do estado e limitação da remessa de lucros; reforma educacional como objetivo de reduzir o analfabetismo e controle sobre o ensino público; reforma urbana que visava distribuir moradias populares e uso racional das cidades; reforma bancária, com o objetivo de aumentar o controle do estado sobre

o crédito e ampla reforma nos bancos brasileiros, além da nacionalização que visava à estatização de inúmeros setores econômicos considerados essenciais para o país.

Como forma de defender as reformas de base Joao Goulart se manifestou através de um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, prometendo mudanças severas em diferentes setores do Brasil. Essas medidas entravam em choque com os interesses da elite econômica brasileira, empresários, grandes proprietários de terras, produtores rurais e uma boa parte da elite política.

Alguns dias após o comício na Central do Brasil, grupos contrários às reformas de base: classe média, igreja, direita golpista, organizaram uma manifestação contra Joao Goulart, era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, aumentando ainda mais o clima de tensão e crise política.

A tomada de poder pelos militares foi concretizada na madrugada do dia 31 de março quando o general Olímpio Mourão Filho seguiu com as tropas de Minas Gerais para derrubar o governo no estado da Guanabara. As tropas chegaram em 01 de abril e ficava claro para Jango que a ascensão dos militares evoluía com grande intensidade, nesse caso, a alternativa encontrada pelo então presidente foi a fuga para o Estado do Rio Grande do Sul.

No momento que Jango fugiu, o cargo ficou vago e o poder caiu nos braços dos militares, mas a concretização do golpe aconteceria de fato no dia 02 de abril de 1964, marcando definitivamente a história política do Brasil, pois a partir dessa data o país iria sofrer diversas transformações em diferentes setores da sociedade, iniciando um período de “escuridão”, censura e medo causado principalmente pelo poder militar na “luta” contra os defensores da esquerda no país recém-golpeado.

A esse respeito é preciso considerar que:

Em 9 de Abril de 1964, em manifesto à nação sob forma de norma jurídica, mais tarde conhecido com Ato Institucional número 01, é confirmada a vitória do movimento militar que derrubara o governo constitucional de João Goulart. Publicado no Diário Oficial de 9 de abril de 1964, o ato vinha assinado pelos comandantes e chefe das três armas: general do exército Artur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (BRASIL, 2007, p. 94).

Com base no relatório da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o ato institucional número um, marcou a consolidação política do Regime Militar. Nesse contexto o Poder Executivo foi fortalecido, podendo cassar mandatos e exonerar funcionários públicos.

Os anos iniciais do Regime Militar comprovaram a parceria entre o estado e o capital monopolista, pois alguns anos depois foram perceptíveis o grande desenvolvimento econômico do país, mas pautado numa forte concentração de renda.

No dia 15 de abril de 1964 o general Castelo Branco é eleito presidente da república, pelo Congresso Nacional brasileiro e durante seu governo diversos parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos perderam seus direitos políticos e constitucionais e sindicatos receberam intervenção do governo militar.

No mesmo ano o governo ficou ainda mais rígido, baixando o ato institucional número 02, onde os partidos políticos foram extintos e estabelecendo eleições indiretas para presidente da república. Em 1966 o governo militar editou o ato institucional número 03, que estabelecia eleições indiretas para governadores e prefeitos.

O principal objetivo dos Atos era o reforço legal do Poder Executivo, e particularmente da Presidência da República, dentro do sistema político. Mas por que o presidente simplesmente não assumia um poder de fato, amparado pelas Forças Armadas? Em primeiro lugar, esse tipo de opção poderia jogar

várias lideranças militares umas contra as outras, como papel decisivo para aqueles comandantes que possuíam acesso direto a tropa (NAPOLITANO, 2014, p. 79).

Diante desse contexto estes Atos Institucionais serviriam de amparo jurídico com relação ao sistema político daquele período, foram fundamentais para a garantia da legitimação e legalização da autoridade militar.

Em 1967 uma nova constituição foi aprovada e o Regime Militar foi confirmado. Assumindo a presidência o general Arthur da Costa e Silva, ficando no governo até o dia 31 de Agosto de 1969, sendo foi afastado por orientação médica, durante seu governo o número de opositores aumentou de forma considerável, aumentando também os protestos contra o regime, operários e estudantes reagiram ferozmente contra a dominação militar.

O ano de 1968 no Brasil já foi chamado “o ano que não acabou”, expressão que traduz a sensação de interrupção de uma experiência histórica plena de promessas libertaria e que se encerrou, literalmente, por decreto, com a edição do famigerado Ato Institucional N° 05, em Dezembro daquele ano. Na memória histórica brasileira, ele ocupa um lugar paradoxal: por um lado, foi o tempo das grandes utopias libertarias, assim como outros “68” pelo mundo afora; por outro, tempo de repressão, início dos “anos de chumbo” com a transformação do Estado autoritário, imposto pelo golpe militar de 1964, num violento Estado policial. (NAPOLITANO, 2014, p. 91).

No ano de 1968, foi decretado pelo governo o Ato Institucional N° 05, o mais repressivo de todos, iniciando assim os “anos de chumbo”, esse Ato concedia poderes quase que absolutos ao presidente, gerando revolta e indignação em muitos cidadãos brasileiros.

A repressão militar após o Ato Constitucional N° 05, foi bastante visível contra os órgãos clandestinos de esquerda, sindicatos rurais, e aos

cidadãos que criticavam o regime incitando a população a iniciarem movimentos contrários aos militares, dessa forma essas pessoas representavam uma “ameaça” ao Regime Militar.

Uma junta militar em 1969 tornou o general Emilio Garrastazu Médici presidente do Brasil, se destacando por ser o período mais duro e repressivo da história, seu governo não se destacou apenas pelo viés da repressão, mas também por uma grande propaganda nacionalista visando mascarar a real situação do país.

A intensa propaganda nacionalista no governo Médici estava pautada no viés econômico, pois esse período ficou marcado pelo desenvolvimento econômico, aumento da oferta de trabalho, expansão das cidades e crescimento da classe média, mas podemos destacar também um crescente aumento das desigualdades sociais durante esse período. O Brasil viveu o “Milagre Econômico” paralelamente aos “Anos de Chumbo”, período compreendido entre 1968 a 1975 e nesse momento o país se desenvolvia em diferentes setores: energia, transporte, mineração, educação, infraestrutura, mas principalmente a elite ficava mais rica graças aos empréstimos e expansão do mercado consumidor e enquanto a economia do país crescia se desenvolvia também as ações de “segurança” a repressão e principalmente a tortura.

No dia 15 de Março de 1974 o general Ernesto Geisel assumiu o poder presidente não muito adepto de entrevistas, falava pouco e se pronunciava apenas em casos especiais, seu modelo de governo parecia totalmente diferente dos anteriores sendo defensor de um estilo democrático um pouco mais controlado e muito se comentava nesse momento uma transição para o regime democrático.

Os anos de governo do presidente Ernesto Geisel constituem um particular exercício de compreensão dialética da história, ou seja, aquela que leva em conta as contradições intrínsecas ao período. Tese e antítese convivem neles

de maneira tão adensada, cuja melhor expressão encontra-se na fórmula de Elio Gaspari, ao dizer que Geisel assumiu “havia uma ditadura sem ditador. No fim do seu governo, havia um ditador sem ditadura”. Talvez a bela formulação, em seu jogo instigante de palavras, seja um tanto questionável como explicação histórica, mas tem seu momento de verdade. O fato é que Geisel passou para a história como o presidente autocrático que iniciou o processo de abertura e, conseqüentemente, de transição política. (NAPOLITANO, 2014, p. 229)

Diante desse cenário surgiram algumas modificações institucionais, o fim dos Atos Institucionais e suspensão da censura, a questão econômica durante o governo Geisel se destacou na tentativa de redução do capital estrangeiro em alguns setores principalmente na infraestrutura, mas o grande problema de Geisel no fim de seu governo foi uma elevada inflação e a dívida externa.

Geisel decidiu trilhar caminhos diferentes, o governo começou com um processo de abertura política rumo à democracia, uma abertura lenta, gradual e segura.

No ano de 1979, o último presidente do Regime Militar chega ao poder, João Batista Figueiredo esse caminha a passos largos em direção à redemocratização do país, ao assumir o governo Figueiredo afirma que irá seguir os passos do presidente anterior e uma das medidas mais importantes de Figueiredo com relação à redemocratização foi a Lei de Anistia, promovendo a volta dos condenados por crimes políticos e outros exilados.

No começo de 1979, o governo Figueiredo prometia uma nova forma de governar, mais próximas das demandas da sociedade, embora sem abrir mão dos valores e princípios do regime, a começar pela Doutrina de Segurança Nacional. Antes mesmo da sua posse, animado com o sucesso da condução do processo político e eleitoral, o governo Geisel revogou a pena de banimento aplicada a alguns exilados e abrandou a Lei de Segurança Nacional, permitindo

a soltura de alguns presos políticos. Quando Figueiredo tomou posse, o Brasil ainda não tinha uma lei formal de anistia, mas essa era uma das prioridades da agenda da abertura, até para esvaziar o crescente movimento social pela anistia “ampla, geral e irrestrita”. (NAPOLITANO, 2014, p. 283).

João Batista Figueiredo também enfrentou militares linhas duras, que promoveram diversos atentados visando dificultar o processo de abertura política rumo à redemocratização do país.

### **1.1 Regime Militar no espaço agrário maranhense**

A ascensão dos militares ao poder em 1964 não coincidiu com o surgimento da grilagem no Maranhão, essa prática já existia há algumas décadas principalmente no interior do estado, após o golpe militar de 1964 o fenômeno da grilagem se intensificou no estado do Maranhão, aumentando também os indícios de conflitos fundiários entre o estado, empresários e camponeses.

Para Asselin (2009), o movimento militar de 1964 encampou o projeto da implantação e da internacionalização do capital na região da Amazônia e em seguida iniciou com o projeto de incorporação de todas as terras “livres” aprimorando as técnicas de grilagem para a expansão do capitalismo paralelamente ao poder do imperialismo.

No contexto maranhense fatores como a criação da SUDAN (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), órgãos com a função de levar o desenvolvimento e integração da região amazônica e nordestina respectivamente, contribuíram de maneira decisiva na atração de grupos empresariais para as terras devolutas do estado, pois através dessas “criações” desenvolvimentistas o estado aumentaria suas arrecadações por meio de impostos.

De acordo com Victor Asselin (2009, p.152):

Assumi a direção do destino do Estado em Janeiro de 1967. Era o “Maranhão Novo”, o “Maranhão Carajás” que já se esboçava. Foi o tempo da criação da infraestrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e do Tocantins.

Além desses programas de desenvolvimento a Lei de Terras de 1969 editada durante o Regime Militar pelo então governador José Sarney foi fundamental para a aceleração desse processo, pois acabou se tornando uma nova forma de “invasão” das terras do Estado, contribuindo para a manutenção da exploração capitalista.

O crescente avanço dos conflitos agrários no espaço rural maranhense também está interligado ao processo de modernização no campo e o avanço da pecuária, sendo também um fator gerador de conflitos com agricultores devido à expansão das pastagens de gado, pois assim acabavam ocupando espaços de pequenos agricultores iniciando conflitos entre fazendeiros e camponeses.

A tarefa do governo maranhense nesse período consistia em se valer dos seus principais recursos que nesse caso seriam as terras devolutas, onde o estado possuía em grandes quantidades e assim atrair empresários do ramo agrário para o estado, esse contexto acabou sendo ideal para os programas de desenvolvimento a SUDAN e SUDENE, que através de empréstimos financeiros e incentivos comerciais atraíam grandes produtores sulistas e acabavam aumentando a receita do estado com a arrecadação de impostos.

Talvez, o grande erro da SUDAN e SUDENE foi não apresentar de forma correta e coerente a análise das terras maranhenses no período em destaque, pois essas terras ao serem negociadas pelo estado com

empresários sulistas, não constavam na documentação sua ocupação por grupos familiares de pequenos agricultores, ao iniciarem o processo de ocupação dessas áreas se deparavam com a presença dos posseiros, iniciando o processo de lutas de classes sociais distintas nesse processo de “modernização”, não tendo outra saída o Estado passa a apoiar as técnicas de grilagem para poder expulsar esses pequenos agricultores de suas propriedades para assim abrir caminho para a modernização do estado.

Podemos afirmar que, todo esse processo de ocupação das terras devolutas do Estado representou o poder do capital, onde grileiros se utilizaram de diversos artifícios para poder legalizar essas áreas e assim iniciar o processo de venda dessas terras, o fato do estado também fazer parte de toda essa sistemática facilitou a execução da grilagem, na grande maioria dos casos podemos observar uma estrutura complexa de poder entre grileiros, pistoleiros e a força estadual, uma verdadeira “organização criminosa”.

De acordo com Arcangeli (1987), as áreas griladas ao passarem por diversos grileiros além de sofrerem com a expansão da pecuária onde fazendeiros expandiam seus pastos e os animais pisoteavam as plantações acabavam se tornando improdutivas a espera de preços maiores para assim serem vendidas, mostrando o poder do capital sobre todo o processo de grilagem. É interessante destacar que todo esse processo foi beneficiado pelos incentivos fiscais numerosamente distribuídos pelas agências de desenvolvimento (SUDENE e SUDAN).

O interessante desta é abordagem é analisarmos a atuação do estado agindo para facilitar a ação dos grileiros contra os antigos proprietários das terras, constatando-se por intermédio dessas práticas que o estado em momento algum é neutro ou uma entidade abstrata, metafísica para além dos sujeitos como acreditam muitos idealistas ou defensores do direito burguês; pelo contrário, o Estado não tem nada de impessoal, mas sim,

tem que ser compreendido como uma instituição pessoalizada, pois tem representado os interesses da classe dominante que no caso do município de Joselândia eram os grileiros. SUDENE e SUDAN, com o discurso de modernização do campo, de mecanização do espaço rural, acabaram por contribuir significativamente para a expansão capitalista para o meio rural, para campo, com isso acabou por legitimar a luta de classes nesses espaços. Luta em que os grileiros tiveram o apoio do estado e por extensão de suas formas de repressão, precisamente, o aparato militar e os camponeses, por seu lado, a necessidade de desenvolvimento do sentimento de classe para o enfrentamento desta situação. Enfrentamentos, disputas que serão abordadas de maneira mais pormenorizada no último capítulo deste trabalho.

## **2 Trabalho dos grilos: desenvolvimento da grilagem no Maranhão**

O desenvolvimento da grilagem e também da pistolagem foram duas formas e mecanismos de varredura do pequeno agricultor do espaço agrário maranhense, toda essa estrutura apoiada no poder do estado, das agências de terras, de algumas leis e de fazendeiros sendo estes representantes legítimos das forças do capitalismo foram os verdadeiros responsáveis pelo aumento da violência no campo maranhense.

No início da década de 1970 os conflitos fundiários no interior do estado do Maranhão se acentuaram em virtude principalmente da aprovação da Lei de Terras<sup>2</sup>, instituída no ano de 1969 pelo então governador José Sarney, se tornando sinônimo de ocupação das terras devolutas do estado contribuindo decisivamente para a valorização dessas

---

<sup>2</sup> Lei 2979/69, conhecida como Lei de Terras. A referida lei consistia na venda de terras “devolutas” por parte do Estado para a iniciativa privada. Sem dúvidas, a maior consequência foram as lutas no campo, sobretudo, em virtude do processo de supervalorização das terras.

terras e conseqüentemente para a expansão do modelo capitalista vigente no país.

Essa lei significou a exclusão do camponês maranhense, pois logo em seguida o governo Sarney cria a Delegacia de Terras com o intuito de organizar a ocupação das terras devolutas do estado e nesse momento o pequeno agricultor maranhense acaba sendo “engolido” pela modernização capitalista, pois uma grande quantidade de terras ficou na posse de grandes empresários sulistas. Além da delegacia de terras o governo também criou a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), além da Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA), visando sempre estimular e expandir a concentração fundiária além da modernização no campo.

Conforme Asselin (2009, p. 176):

A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão, como já vinha ocorrendo no Sul do país. Era uma lei que jogava o Estado do Maranhão dentro da nova realidade da política nacional.

As técnicas de grilagem devem ser entendidas como “práticas” fraudulentas, onde os falsários adulteravam escrituras de terras particulares e principalmente públicas, agindo na maioria dos casos em comum acordo com os diferentes setores da sociedade, mas a principal força desse sistema fraudulento se tratava das forças estaduais que por diferentes formas e setores “facilitavam” o trabalho dos grilos.

A venda das terras através do processo de grilagem formou um gigantesco esquema onde vários setores se beneficiaram dessa fraude, o grileiro obtinha vantagem, pois ao “invadir” essas terras já as

encontravam prontas, muitas das vezes encontravam plantações com colheitas garantidas, os membros do judiciário recebiam muito dinheiro de propina para julgar casos a favor dos fazendeiros, os donos de cartórios também recebiam grande quantidade de dinheiro pelos títulos de terras vendidas, os policiais também recebiam para forçar a saída dos posseiros, os pistoleiros eram bem remunerados para eliminar os resistentes e o estado também se beneficiava com a modernização do campo.

Conforme definido por Asselin (2009), essa fraude se iniciava no Estado do Goiás ou São Paulo se expandindo para o interior do Estado do Maranhão através de escrituras em branco localizadas nos cartórios da região, falsificava-se então os inventários e de posse desses documentos fraudulentos os criminosos iam até os cartórios de Imóveis para registrar a terra grilada.

O principal objetivo desse sistema fraudulento era expandir as fronteiras agrícolas do estado “modernizar” seguindo os padrões das regiões Sudeste e Sul, ou seja, expulsar os pequenos produtores agrícolas na sua grande maioria se tratava de posseiros e que eram adeptos de um sistema rústico de produção e que produziam para a sua própria sobrevivência e nesse espaço iniciar a inserção dos grileiros, pois representavam o atual modelo desenvolvimentista do capitalismo aumentando a quantidade da produção e as diferenças de classes.

Como aponta Arcangeli (1987), durante a década de 1950 houve um avanço da agricultura no interior do Maranhão, as atividades agrícolas estavam em desenvolvimento em função da modernização no campo, havendo também a expulsão de colonos para a utilização dessas terras como pastagens de gado, o que contribuiu para o avanço da pecuarização no Estado.

O espaço agrário do Maranhão sofreu uma pressão das cidades que se desenvolviam num ritmo bem acelerado, nesse caso era necessário

ampliar a produção para conseqüentemente ter uma redução no preço dos produtos. Consistindo em uma das características da expansão capitalista, como bem frisado por Wood (2001, p. 78):

No capitalismo, entretanto, o mercado tem uma função distintiva e sem precedentes. Praticamente tudo, é mercadoria produzida para o capital. E, o que é ainda mais fundamental, o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. (...). Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como determinante regulador principal das relações de reprodução social.

Pensando dessa forma as técnicas de grilagem se desenvolveram no estado, pois para o Maranhão atingir a modernização seria necessário desamparar os pequenos produtores. É interessante destacar que todo esse processo de substituição e expulsão de posseiros estava amparado pelo Estado, em alguns casos o governo criou leis para tornar legal a expulsão desses pequenos agricultores utilizou-se também principalmente a Força Policial e o Judiciário sendo que todos estavam empenhados no trabalho dos grileiros, a polícia garantia a segurança dos agrimensores no processo de demarcação das terras e sempre utilizando a força para expulsar os posseiros dessas terras e o judiciário participava de todo o esquema com os julgamentos forjados que através de corrupção de juizes e de outros membros do judiciário garantiam sentenças favoráveis e a “legalidade” no processo de expulsão dos pequenos produtores de suas terras onde há anos se encontravam assentados praticando uma agricultura que visavam o seu próprio sustento.

Conforme Asselin (2009 p.121).

As arbitrariedades dos poderosos “donos da terra” foram, dia a dia, tomando maior vulto, com um único objetivo: afastar os posseiros da área. É de se notar que, antes de chegarem às repressões violentas, os jagunços, a mando de patrões, usavam como ainda usam o método de inutilização da lavoura, que consiste em atirar semente de capim sobre a plantação de arroz dos lavradores, serviço este, feito de avião e até mesmo de helicóptero.

Todo esse processo de “invasão” das terras no estado do Maranhão comprova a dinâmica capitalista de exploração, mas é interessante destacar que houve outros modelos de exploração, pois além do viés econômico houve também o fator social onde os “donos do poder” se utilizaram de práticas criminosas para expulsar os lavradores de suas terras, fazendo com que durante todo esse período aumentasse vertiginosamente o número de mortes, como forma de intimidação e eliminação de qualquer resistência de agricultores.

Asselin (2009), afirma que os posseiros sempre foram caçados como verdadeiros criminosos, atacados em emboscadas, por pistoleiros assalariados e mancomunados com policiais apaisana.

A prática da grilagem e também da pistolagem se fizeram presente no espaço agrário maranhense no período em questão e foram responsáveis pela eliminação de posseiros dessas áreas, se desenvolvendo graças ao auxílio das forças estaduais trabalhando em conjunto com as forças do capitalismo.

Nesse contexto a grilagem foi uma forma de poder acobertada pelo governo, principalmente após o golpe de 1964 quando os militares tomaram o governo, a cumplicidade do estado transformou a grilagem como uma forma de apropriação das terras e em seguida sua incorporação ao poder capitalista.

Para Arcangeli (1987, p. 120).

A terra, após passar de grileiro em grileiro, passa as mãos do capital que, ou a mantém improdutiva a espera de oportunidades melhores de venda ou produção, ou a incorpora nos projetos agropecuários captadores de incentivos fiscais, fartamente distribuídos pelas agências regionais de desenvolvimento (basicamente a SUDENE e SUDAM).

Devido a essa prática nasceram diversas fazendas nas proximidades das principais estradas maranhenses e os pequenos lavradores se encontravam acuados pelo surgimento desses grandes latifúndios, pois para a elite rural era uma maneira de levar o desenvolvimento para essa região e assim ter o pequeno produtor preso aos seus modelos.

O poder do estado ao lado das classes dominantes capitalistas principalmente empresários e fazendeiros criaram um rígido sistema de poder, onde na esfera mais elevada se encontrava as forças do estado até chegar às esferas menores representadas pelos pistoleiros, sendo responsáveis pelas técnicas de intimidação e assassinatos.

Para Marx (1975) o estado acaba se tornando classista, ou seja, representa uma classe social apenas e não toda uma sociedade, defendendo os negócios da burguesia e mantendo um domínio econômico sobre as classes menos favorecidas, sendo também uma estrutura repressiva da classe burguesa.

Algumas décadas anteriores ao desenvolvimento da grilagem no Maranhão as áreas rurais eram em sua grande maioria ocupadas por posseiros e pequenos agricultores, nesse sentido não existia uma produção agrária em larga escala e isso acabava dificultando o “desenvolvimento” do estado. Pensando por essa lógica o estado vai favorecer a modernização desse espaço agrário, contribuindo e apoiando diretamente as técnicas de grilagem, para assim a agricultura maranhense deixar de ser apenas uma simples agricultura de subsistência.

O Caso Joselândia, representa a ocupação de uma área com aproximadamente 68.000 hectares de terra “compradas” de maneira fraudulenta por um grupo de empresários mineiros, que alegavam possuir a titularidade dessa área. As terras compradas do Sr. João Ângelo Batista representavam 2/3 (dois terços) do município de Joselândia, ficando até a sede do município dentro desse território, sendo densamente habitadas por centenas de colonos, famílias com moradia afetiva e cultura permanente. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.22)

Segundo informações do então diretor do Departamento de Desenvolvimento Agrário do Maranhão o Sr. Arnaldo de Assis Bastos, as terras situadas no município de Joselândia se encontravam há décadas povoadas por centenas de famílias com moradias afetivas e cultura permanente e essa região vem sendo palco de intensos conflitos sociais de consequências imprevisíveis, pois os colonos estão dispostos a tudo para permanecerem no local. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.96)

Essas terras foram frutos de uma ação judicial de Usucapião de terras públicas, não sendo, portanto, reconhecida sua legitimidade pelo estado e União, pois contrariam o princípio constitucional que proibia ação de Usucapião em terras públicas acima de cem hectares e esta atinge uma área de aproximadamente setenta mil hectares.

A compra dessa área pelo grupo de empresários mineiros gerou conflitos sociais, pois posseiros que nelas viviam com ou sem título de propriedade passaram a sofrer com uma possível decisão de despejo pelo poder judiciário. Uma grande quantidade de posseiros possuía plantações, gado, quintas e já se encontravam em situação desesperadora devido à recente ordem judicial que autorizava a demarcação da área em questão.

A lógica da grilagem era tornar legal a expulsão dos posseiros de suas próprias terras, em alguns casos muitos lavradores acabavam fugindo, migravam, perdiam a batalha para a dominação capitalista, dessa forma o objetivo do grilo teria sido alcançado, mas se houvesse resistência por parte de lavradores os pistoleiros eram acionados e o sangue era derramado.

Os grileiros eram verdadeiros “cientistas”, pois sabiam trabalhar com as fezes e fluídos dos grilos que após reações químicas em contato com o papel transformavam a aparência dos títulos de propriedades falsos, ficando com uma aparência de papel envelhecido em seguida a documentação fraudulenta chegava nas mãos dos grileiros a aparência do documento era tão real que para qualquer pessoa principalmente as leigas aquele documento aparentava ter características verídicas, pois a olho nu era quase impossível detectar a farsa.

Essa técnica possuía etapas mais complexas: primeiramente o grileiro tentava localizar títulos de propriedade verídicos, negociava esses títulos, encaminhava para um calígrafo, que reproduzia as letras de acordo com a documentação do terreno na época, adicionava seu nome com um dos herdeiros e por fim partia para o suborno de donos de cartório e até mesmo de juizes para que os julgamentos fossem favoráveis aos empresários sulistas.

Dessa forma o poder judiciário na grande maioria dos casos concluía que os posseiros eram “invasores” e automaticamente ordenava para o comando de polícia fornecer o auxílio na retirada dos posseiros dessas terras e assim garantir na posse o grupo de mineiros.

Diante de todo esse cenário muitos agricultores desistiam e fugiam dessas regiões em busca de locais para exercer o trabalho, outros optavam em permanecer e resistir ao processo de grilagem, mas facilmente eram vítimas de ameaças por parte de pistoleiros contratados para matar. Essa

prática de contratar pistoleiros de aluguel se expandiu justamente na década de 1970, marcando decisivamente o espaço agrário do Maranhão.

As invasões de terras na região de Joselândia não fugiram a todo esse cenário, pois os grileiros conhecidos notoriamente como mineiros alegavam serem os reais proprietários de terras, mas perante documentação fraudulenta. E ainda assim o poder judiciário julgou favorável ao grupo de mineiros e autorizou no dia 22 de agosto de 1976 o reforço policial para essa região, no total de 1 Sargento, 1 Cabo e 6 soldados no intuito de garantir aos agrimensores, que eram os responsáveis legais além de habilitadas na medição de terras o trabalho de divisão do território grilado. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.80)

Os mineiros mancomunados com as forças de repressão do Estado tentaram por diversas vezes expulsar os posseiros de suas terras. Inicialmente através de forma “amigável” pagando algumas indenizações aos grupos de posseiros, mas alguns lavradores resistiram a esse tipo de negociação alegando já estarem nessa área há aproximadamente 20 anos não aceitando as ofertas de indenização.

A documentação revela que o lavrador Sr. José de Sousa Filho ao prestar depoimento sobre a invasão de terras na região de Joselândia, afirmou já ser produtor nessa região há aproximadamente 20 anos e no ano de 1974 comprou do governo do estado do Maranhão através do Departamento de Desenvolvimento Agrário, 68 hectares de terras e que alguns anos depois passou a ser procurado pelo grupo de mineiros sob a liderança do Sr. Paiva afirmando que essas terras lhe pertenciam e nas várias tentativa de conversa o Sr. Paiva sempre com a mesma proposta, ou seja, um acordo amigável mediante indenização para abandonar as terras em questão, mas ao responder negativamente a essa proposta pelo fato de ser pai de família e utilizar as terras como fonte de sustento da sua

família o grupo de mineiros liderados pelo Sr. Paiva o proibiu de colher seus legumes plantados nessa área. Nessa ocasião a força policial teria recolhido dos lavradores objetos de trabalho como facões, foices e facas, na tentativa de desarmar os lavradores uma prática muito comum durante a expansão da grilagem no interior do estado do Maranhão e deixando do outro lado os mineiros com todas as suas armas inclusive uma metralhadora segundo o líder do sindicato rural o Sr. Paulo Ferreira da Costa. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.89)

Nesse contexto, o Maranhão é palco de intensos conflitos principalmente na região norte devido à presença de remanescentes quilombolas e indígenas, havendo uma evolução de conflitos para a região leste em virtude da expansão do agronegócio da soja, já a parte oeste do estado se destacou pelos intensos conflitos durante o processo de ocupação da Amazônia.

Para Asselin (2009) as disputas entre camponeses e empresários pelo controle das terras, na grande maioria dos casos tinha como resultado a derrota camponesa, pois esses empresários ligados ao estado se valiam de diversas ferramentas para ter o controle dessas terras, principalmente a grilagem e a pistolagem.

As tentativas de controlar e expulsar os lavradores de suas respectivas áreas foram evoluindo de diferentes maneiras. Na documentação consta também, a presença de homens temidos como: Paulo Alagoano e Santô que através das intimidações por meio de ameaças e armas causaram o pânico social entre os agricultores. Outro método de controle bastante utilizado foi à expulsão de lavradores de suas benfeitorias através de Tratores, os quais acabavam destruindo plantações e até mesmo moradias. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.34)

Nesse caso muitos posseiros fugiram para os grandes centros urbanos em busca de moradia e trabalho, mas acabavam se tornando novamente vítimas de outra exploração, a exploração do processo de produção e logo acabavam se subordinando ao capital nessas grandes cidades.

Consta também na documentação o termo de declaração prestado pelo Sr. Odonias José de Paiva o líder do processo de “invasão” dessas terras, aonde o mesmo vem negar as acusações de agricultores e afirmar que cerca de trinta empresários e fazendeiros mineiros compraram legalmente as terras do Sr. João Ângelo Batista e da sua esposa a Sra. Eulina Rodrigues Batista e a transação ocorreu dentro das formas legais, pois os vendedores teriam lhe fornecido as escrituras das terras e que estavam completamente desembaraçadas, afirmou ainda que nessas terras existiam invasores e posseiros e jamais agiu com crueldade contra esses posseiros, pois estava procurando avaliar as benfeitorias desses posseiros e procurando indenizá-los, estava fornecendo também auxílio dentário, financeiro, além de distribuição de sementes de arroz, milho, algodão e auxílio na eventual comercialização de produtos agrícolas. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.85)

Mas, ao analisar os documentos com bastante destreza era nítido os conflitos entre o grupo de empresários e os posseiros, uma verdadeira relação de violência onde cada grupo defendia seus interesses, ficou claro também que a luta entre o poder do capital e as forças locais foi uma luta covarde, pois as diferentes formas de “luta” encontradas pelos grileiros para invadir de forma legal e ilegal essas terras não foram acompanhadas pelos posseiros, onde muitos desistiam de lutar e outros eram mortos facilmente por pistoleiros adeptos de um “crime sem face”.

## **2.1 Ações de pistoleiros no campo maranhense**

Diversas foram as formas que os fazendeiros, latifundiários e grileiros encontraram para desenvolver as técnicas de grilagem e controlar a expulsão de colonos do espaço agrário maranhense, mas o fato que mais me despertou atenção nesse período foi o “trabalho” de matadores de aluguel.

De acordo com Asselin (2009), na década de 1970 a região sul do Maranhão foi bastante atingida com as práticas da pistolagem, o município de Imperatriz foi invadido por pistoleiros que espalharam o pânico, cometendo várias chacinas a serviço de poderosos donos de terras vindo principalmente do estado de Minas Gerais e de maneira covarde assassinar posseiros maranhenses.

Esses homens contratados para eliminar posseiros resistentes circulavam livremente nessas terras e sempre munidos de um arsenal bastante diversificado, existiam casos onde esses pistoleiros contavam com o auxílio de policiais militares nessa tarefa de limpeza de área, policiais corruptos que se utilizando do poder de polícia estabeleciam barreiras com o intuito de apreender qualquer tipo de armamento que pudessem ser utilizados pelos agricultores nas batalhas com esses jagunços.

A ação da polícia em conjunto com o trabalho de pistolagem era vista como um facilitador de todo o sistema de repressão e sempre visavam as terras mais rentáveis e os agricultores mais influentes na luta contra a grilagem principalmente os líderes de movimentos rurais.

O trabalho efetuado pelos pistoleiros nesse contexto era bem eficaz, pois eliminavam os resistentes e quase não deixavam rostos e rastros para uma eventual punição de acordo com as formalidades da lei criminal, esse anonimato de grande parte de pistoleiros dificultava o trabalho de

investigadores de policiais honestos e principalmente do poder judiciário na tentativa de localização e punição desses pistoleiros.

Assim como existiam os pistoleiros sem face que sempre agiam no anonimato, existiam também pistoleiros que executavam seus “trabalhos” em plena luz do dia se tornando pessoas conhecidas e temidas na região. O grande diferencial entre esses homens e as diferentes formas de agir era justamente a conivência fornecida pelo poder estadual, onde esses grupos de pistoleiros recebiam a cobertura e auxílio do poder judiciário e também das forças de alguns policiais que os ajudavam principalmente no processo de fuga após o ato criminoso.

As vítimas da pistolagem que muito sofreram com essa técnica de controle no campo maranhense, quase não ofereciam resistências para esses matadores de aluguel, pois sempre eram pegos de surpresa e na grande maioria das vezes se encontravam sem nenhum tipo de armamento.

A evolução da grilagem no interior do estado foi acompanhada pelo desenvolvimento do terror social, onde com o auxílio de pistoleiros implantaram o medo, o temor e principalmente o abuso de poder e sempre obedientes às ordens dos grandes proprietários de terras que se tornaram os verdadeiros beneficiados com todo o sistema de execução.

No caso Joselândia, essas técnicas de controle social através da pistolagem também foram eficazes, pois no período em questão existiram no interior do Maranhão pistoleiros bastante temidos, a documentação é bem clara e pontual ao mostrar a presença do Sr. Paulo Alagoano que executou diversos serviços para fazendeiros e grileiros na região de Joselândia e sempre se utilizando de pânico social, sendo visto como um homem muito corajoso e sempre pronto para executar resistentes ao processo de grilagem no estado. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.22)

Além de Paulo Alagoano os documentos informam sobre a presença de Santô, Cobra Verde e Custódio, homens temidos nessa região, sendo responsáveis pela intimidação e morte de alguns colonos resistentes. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.22).

### **3. Resistências: Táticas de defesa contra a expansão da grilagem**

É de suma importância compreender que o capitalismo mesmo ainda na fase mercantil se instala no espaço agrário brasileiro no período colonial e tendo como base econômica a produção agrícola sempre voltada para o mercado exterior, pois toda essa produção agrícola era vista como algo altamente lucrativa para a metrópole portuguesa.

A exploração rural no Brasil se inicia no período colonial, pois com a expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro houve uma divisão social onde as camadas mais ricas passaram a explorar cada vez mais a terra iniciando assim a violência no campo e até os dias atuais fazem parte da dinâmica rural do país, durante as décadas de 1950 e 1960 houve uma intensificação dessa luta amparada principalmente nos discursos de reforma agrária nas regiões Norte e Nordeste, além das organizações sindicais, as ligas camponesas e até mesmo o Movimento dos Sem Terras (MST).

Marx (1975) escreve sobre as diversas formas de retirada violenta do produtor rural do campo além de afastar seus meios de produção, demonstrando assim a força do capitalismo e em consequência à acumulação de capital.

O avanço do capitalismo sobre as terras acaba provocando uma escassez dos recursos da natureza, gerando uma expansão das disputas por essas terras principalmente sobre a questão da matéria – prima.

De acordo com Camacho (2016) o pequeno agricultor não está inserido no contexto de vida capitalista, pois não visa à acumulação de capital e sim contentar suas próprias necessidades, complementa analisando a selvageria do capitalismo que explora a natureza e também os lavradores.

A expansão do capitalismo no espaço rural maranhense foi bastante cruel e dominadora tendo como consequência imediata a todo esse processo a exploração do lavrador, subordinando uma grande parte de camponeses ao poderio capitalista, além da destruição do modo rudimentar de produção, pois centenas desses camponeses possuíam uma ligação parental e uma produção agrícola semelhante ao estilo feudal sendo agora obrigados a entregar suas terras ao projeto da propriedade privada.

A agricultura capitalista imposta no campo maranhense em meados de 1960 teve como principal objetivo o lucro e conseqüentemente a acumulação de capital e para atingir esse objetivo os grupos de empresários que atuaram nessa região vão a todo custo forçar através da grilagem uma transformação da agricultura local e tradicional numa agricultura industrial.

O espaço agrário maranhense é palco de intensos conflitos há séculos e o atual cenário do estado mostra que quase nada foi feito para solucionar essa questão, ficando claro que toda essa relação entre empresários, latifundiários e agricultores se trata de uma relação de poder e sempre ligada à prática de vários tipos de crimes e na grande maioria dos casos acobertados pelo estado.

Os camponeses da região de Joselândia há décadas ocupam essas terras desenvolvendo um sistema de agricultura familiar e após a implantação do processo de grilagem passaram a sofrer com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo, dessa

forma irão desenvolver diversas estratégias para a permanência do seu modo rudimentar de viver.

É interessante destacar que o processo de grilagem como ferramenta de expulsão dos lavradores de suas terras estava acontecendo em outras regiões do Estado, como exemplo no município de Itapecuru – Mirim conforme destaca o estudo de Baltazar Macaiba de Sousa (2010, p. 15)

Os criadores de gado e latifundiários buscavam formas de se apropriar de mais terras às custas das terras dos posseiros e dos pequenos proprietários. Logo se deram conta de que as posses camponesas e suas lavouras poderiam ser apossadas através da expulsão e de documentos de propriedades forjados e alterados. Fato ocorrido, denunciado e chamado à atenção pelo padre Ribamar Carvalho, na VIII Semana Ruralista de acordo com o “Jornal Pequeno” (02. fev.1958), quando relatou que os proprietários tentavam burlar os registros de propriedade junto aos cartórios e estavam surrupiando os cartórios, cujos casos mais flagrantes foram os cartórios de Codó, Pedreiras e Araiozes, arrombados por “ladrões de terras” que queriam se apropriar de propriedades alheias.

Os fazendeiros pressionavam e se apoiavam em juízes, governos municipais, policiais e forças repressivas, objetivando a apropriação de terras ocupadas por camponeses havia dezenas de anos. Ademais, os fazendeiros se valiam do Código Civil que desobrigava os criadores de gado de cuidar de seu rebanho em relação às lavouras dos camponeses pobres. Os fazendeiros se apoiavam nessa lei que previa o cercamento das lavouras e que o gado podia ser criado solto e livre (“Jornal do Povo”, 29. ago. 1951). Objetivamente, os criadores se valiam das leis, estas foram instrumentos de repressão e intimidação contra os camponeses e suas formas organizativas.

De acordo com o exposto, Miranda (2003) afirma que a partir da II Conferência dos trabalhadores agrícolas realizada na cidade de São Paulo vai haver uma expansão do movimento resistente no Maranhão aumentando assim o número de conflitos agrários nessa região, em

virtude da criação de uma comissão estadual para discutir temas sobre a reforma agrária no estado.

O principal objetivo dessa comissão era estimular os trabalhadores rurais a lutarem por um pedaço de terra para que assim pudessem desenvolver seus trabalhos e garantir seu sustento, nesse contexto surgiram as primeiras Associações de Trabalhadores Rurais o que facilitava o diálogo e a resistência desses trabalhadores ao processo de grilagem.

Conceição (1980) afirma que o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais no Maranhão surgiu no ano de 1963 em Santa Inês, visando defender os interesses desses trabalhadores, mas com poucos avanços devido à perseguição de grileiros, latifundiários e também das principais forças de repressão do estado, nesse caso o judiciário e a força policial que a todo custo procuravam meios para anular o trabalho desses resistentes.

Sousa (2010) explicita que de acordo com surgimento dos conflitos entre camponeses e latifundiários abriu caminho para a formação do sindicalismo rural no Maranhão, se considerada essa uma causa capital para esse surgimento de sindicatos rurais nas décadas de 1950 até 1964, sendo manifestações de lavradores em defesa de suas terras e de suas lavouras.

O município de Joselândia/MA distante 336 km de São Luís limita-se com os municípios de Esperantinópolis, São José dos Basílios, Porção de Pedras e Pedreiras, os colonos dessa região se estabeleceram nessas terras no início do século XX passando a praticar uma agricultura familiar, alguns colonos compraram essas terras do estado e outros acabaram herdando de familiares.

Com a expansão do capitalismo agrário no estado e o desenvolvimento das técnicas de grilagem e pistolagem esses colonos se tornaram alvos dessa exploração, mas alguns desses lavradores

resolveram resistir a todo esse cenário de exploração e diversas foram às práticas de resistência ao avanço da grilagem pelo grupo de empresários mineiros, alguns lavradores procuram o Departamento de Desenvolvimento Agrário do Maranhão para manifestar suas críticas e insatisfação a todo esse processo de exploração sendo então orientados a denunciar o caso na Procuradoria Geral do Estado. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.95)

Alguns lavradores resolveram então se deslocar até a Procuradoria Geral do Estado e ao tomarem conhecimento do caso se sensibilizaram com o conteúdo em questão e se prontificaram em encontrar soluções cabíveis para uma possível solução do caso, alguns dias depois os procuradores estaduais solicitaram à Secretaria de Segurança Pública a instauração de um inquérito policial para a definição das responsabilidades no caso. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.95)

Em resposta a Secretaria de Segurança Pública através de seu secretário o Sr. Carlos Alberto Salin Duailibe, no dia 23 de março de 1977 designou o delegado de polícia classe B o Sr. Afrodísio Lopes de Sousa, para instaurar inquérito policial em torno dos fatos, iniciando assim um longo período de investigação que contou com vários depoimentos de agricultores e empresários nessa região. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.97)

Analisando os documentos percebi que alguns lavradores como é o caso do Sr. Paulo Ferreira da Costa de 54 anos em 1975 assumiu ser uma forte liderança na defesa dos direitos de posseiros, se tornando também presidente do sindicato rural em Joselândia e ao perceber alguns levantes de trabalhadores rurais nessa região contra o grupo de mineiros procurou acalmar os ânimos desses trabalhadores e iniciou algumas reuniões locais

com o intuito de articular ideias na defesa de seu povo. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.92)

A fundação do sindicato rural da região de Joselândia/MA sob a liderança do senhor Paulo Ferreira Costa foi fundamental no processo de enfrentamento ao poder capitalista, pois juntos esses lavradores irão discutir medidas e ideias visando assim iniciarem as batalhas contra as diferentes formas de poder nessa região.

A ideia principal foi introduzir na cabeça dos colonos para que os mesmos não apelassem para a violência, pois existiam autoridades competentes para resolver o caso, alguns dias depois o líder sindical percorreu diversas comunidades colhendo mais de mil assinaturas de unidades familiares na tentativa de mostrar as autoridades competentes que o grupo de mineiros estava tomando seus direitos, além de demonstrar o sofrimento dessas famílias ao saberem que estavam sendo vítimas de grilagem além de sofrerem constantemente com diversos tipos de ameaças, mas pediu que os grupos de trabalhadores rurais não confiassem no trabalho da polícia militar, pois eles estavam agindo em comum acordo com os fazendeiros. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.91)

Outros lavradores resolveram partir para a violência e resolveram atacar alguns tratores e tratoristas utilizados pelo grupo de mineiros, cortaram todos os pneus de alguns tratores, chegaram a colocar água no tanque de combustível e até mesmo no motor, fato esse que causou a fundição de alguns motores, pois ao ligar a máquina à água presente no motor, causava um dano permanente. Outro ponto interessante na questão da resistência ao processo de grilagem foi que alguns trabalhadores rurais começaram a agir como grileiros, falsificando documentos para que assim pudessem registrar suas terras nos cartórios

de imóveis e principalmente na contratação de pistoleiros, visando dificultar o trabalho dos agrimensores na divisão das terras. (APEM. DOPS. SUBVERSÃO (CÓDIGO 07). DOSSIÊ 388. CX.36-EST. 02-PRAT. 04. DOC.83)

Atualmente o estado do Maranhão ainda sofre com os conflitos fundiários e não conseguimos observar por parte do estado uma solução para esse antigo problema, não existindo programas sociais visando defender a classe dos trabalhadores rurais, não existindo um programa de reforma agrária e a cada dia que passa o sangue é derramado em algum canto do estado e em todo território nacional.

Ainda hoje a organização fundiária do estado é composta por grandes latifúndios e continua sendo motivo de frequentes conflitos no campo, atualmente as quebradeiras de coco, indígenas e comunidades quilombolas vem sofrendo com toda essa problemática sendo alvos de constantes ameaças. E da mesma forma que aconteceu na região de Joselânida/MA durante as décadas de 60 e 80, ainda hoje os mesmos atores que promovem toda essa violência no campo contam com o apoio do poder econômico e principalmente com o poder do estado, em alguns casos recentes o poder judiciário acaba se “dobrando” e decidindo não aplicar as leis como deveriam ser aplicadas, ou seja, de forma correta e honesta.

Talvez o principal empecilho para a solução dessa problemática seria o caso da presença de grandes empresários no meio político do estado, pois assim acabam sendo protegidos e a luta pela terra acaba se tornando desigual, pois os lavradores acabam perdendo sua representatividade perante o poder público e as batalhas entre os lavradores e empresários eram sempre perdidas.

Relatórios recentes fornecidos pela CPT (2018) (Comissão Pastoral da Terra) informam que os conflitos agrários no Maranhão continuam

crescendo e o estado fica atrás apenas do estado do Pará tendo como grande vilão para uma possível solução da grilagem e conseqüentemente da violência no campo à impunidade, pois uma grande parte de grileiros acaba recebendo proteção do estado e outros acabam sendo absorvidos nos processos judiciais.

Segundo Caio Prado Júnior (2000) uma solução viável para todo esse conflito seria uma reforma agrária, onde o agricultor pudesse ter melhores condições de vida e acesso ao título de propriedade dessa terra. Outra questão seria a defesa dos direitos trabalhistas rurais e a diminuição da concentração fundiária.

### **Considerações finais**

O desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário maranhense paralelamente com as técnicas de grilagem e pistolagem entre as décadas de 1960 e 1980 provocaram diversas mudanças no meio rural do Estado, em alguns casos obrigaram muitos lavradores a se renderem a todo esse processo de expansão do capital sobre o campo, outros resolveram permanecer e criar meios de resistência a tudo isso, pois viam a terra como uma fonte de sustento e não de negócios.

Dessa forma, o processo de resistência do lavrador maranhense representa uma luta franca e direta contra o avanço do capitalismo, criando artifícios na tentativa de implantar uma autonomia camponesa. Haja vista, que os camponeses não poderiam contar com as ações do Estado ao seu lado, pelo contrário, essa instituição estava a serviço dos grileiros.

As diversas formas de controlar as invasões de terras por grileiros e as técnicas de resistência adotadas pelos agricultores na região de Joselândia estão diretamente ligada à chegada dos militares ao poder e acabaram contribuindo para tornar o cenário favorável aos grandes

empresários e ao desenvolvimento do capitalismo, pois após tomarem o poder os militares iniciaram um processo de perseguição e extinção de sindicatos rurais, perseguição de líderes rurais e muita repressão.

O Maranhão é um estado com um grande potencial territorial e possui desde meados da sua história um alto índice de concentração fundiária, essa concentração de terra ligada ao processo de modernização no campo acabou agravando o cenário agrícola do estado, gerando assim diversos conflitos além da exclusão social, miséria, violência e êxodo rural.

Todo o processo que originou a grilagem e conseqüentemente a violência no espaço agrário maranhense durante as décadas de 1960 a 1980 estão diretamente ligada ao setor que deveria cuidar de toda essa problemática, ou seja, o poder do estado, no momento que o estado do Maranhão iniciou o patrocínio de projetos desenvolvimentistas como: rodovias, modernização agrícola e outras obras de infraestrutura inicia-se assim uma corrida territorial no Maranhão visando principalmente o interesse econômico das forças capitalistas localizadas no sul e sudeste do país.

Os resultados dessa avalanche de invasões rurais por parte de grileiros foram simplesmente o aumento da violência no campo e também o aumento do desmatamento.

A falta de políticas públicas e principalmente a falta da garantia dos direitos desses lavradores na tentativa de fortificar o estilo familiar de cultivo, obriga os pequenos produtores a intensificar a resistência no campo maranhense, exigindo principalmente um sistema de reforma agrária visando romper com o elitismo fundiário no Estado. Reforma agrária que continua sendo um assunto interdito no Congresso Nacional, em especial, devido a atuação da bancada ruralista que é composta por muitos latifundiários.

Em detrimento a tudo isso, a elite agrária do estado a real detentora do poder econômico e político visando permanecer nessas áreas irão utilizar meios bastante conhecidos o aparato estadual de poder, o poder econômico e a violência, eliminando assim qualquer resistência ao avanço dos invasores. Violência que poderá ser ampliada a partir da proposta de armamentização dos latifundiários, dos grandes fazendeiros e por extensão pelo desejo de criminalização dos movimentos sociais, comprovando que o Estado como de praxe está ao lado da classe dominante como já frisarão os estudos marxistas.

E, por fim, o presente trabalho vem constatar a necessidade de estudos desta natureza, pois os conflitos no campo continuam acontecendo ainda mais em um cenário que temos presenciado por parte do poder público os anseios na redução da demarcação de terras de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de comunidades tradicionais, de ribeirinhos perdendo suas terras para a expansão do capitalismo. Desse modo, entende-se que o Dossiê do “caso Joselândia” jamais poderá ser esquecido, pois ao fazê-lo casos dessa natureza, como as acontecidas no Maranhão do período militar, continuarão a serem as regras e na condição de cientista social não podemos nos calar frente a isso.

## Referências

- ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra: análise da colonização Pré-Amazônia maranhense**. São Luís: UFMA/PPG/EDUFMA. 1987.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem e Violência em Terras do Carajás**. Imperatriz: Ed. Ética, 2009.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** - - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

- CAMACHO, Rodrigo Simão. **Por uma Agricultura Camponesa**. Cadernos de Agroecologia, 2016.
- CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa**. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980. [Depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão].
- LÊNIN, W.I. **Uma grande iniciativa**. In: Obras escolhidas (Vol. III). São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980
- LUKÁCS, Gyorgy. **História e Consciência de Classes**: estudo sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1975
- MARX, Karl. **O Capital**. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, L 4, V. 6, 1975.
- MIRANDA, A. B. de. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no Estado do Maranhão: o caso do MST**. 2003. São Luís: UFMA, 2003 (Dissertação de mestrado).
- NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. 1ª Ed. 3ª reimpressão. Ed Contexto: São Paulo, 2016. p. 19.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SOUSA, Baltazar Macaiba de. **Conflitos de terra e sindicatos rurais no Maranhão (1950-1964)**. In: CARVALHO, Claunísio Amorim & CARVALHO, Germana Costa Queiroz (Org). **Pergaminho maranhense: estudos históricos**. São Luís: Café e Lapis, 2010.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. **Classes rurais na sociedade agrícola**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

## **A educação em tempo integral no Brasil: reflexões sobre a burocracia de Weber em contraposição ao materialismo histórico dialético de Marx e Engels**

*Erivan dos Santos Ferreira*<sup>1</sup>

### **Introdução**

O artigo em curso é uma análise crítica sobre o ensino formal na educação brasileira (no ensino básico) como ensino burocratizado de Max Weber (1864-1920) em contraposição ao ensino baseado na perspectiva dialética, alicerçada no materialismo histórico, cujos autores principais são Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Marx (1818-1883). O ensino burocratizado nos sistemas educacionais brasileiros (público e privado) não é uma prática pedagógica aleatória extraída individualmente da cabeça dos educadores ou dos técnicos da educação, é antes, o resultado "natural" do pensamento científico do homem contemporâneo pós-moderno, na medida em que a humanidade promoveu a arbitrária separação entre a prática e a teoria como atividades humanas isoladas.

Esta compreensão foi corroborada pelo alto grau de desenvolvimento das especialidades nas ciências modernas a fim de atender à necessidade técnica-tecnológica da sociedade industrial do século XVIII e que se mantém nos dias atuais. Do ponto de vista teórico, este modo de pensar e de fazer ciência encontrou na obra do sociólogo e jurista Max Weber (1864-1920) a mais profunda defesa, sobretudo no seu conceito de burocracia. Neste, a burocracia é o principal instrumento de organização e disciplina

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência da Educação pela Universidade Católica Portuguesa-Braga/Portugal. Contato: [erivandhonis@hotmail.com](mailto:erivandhonis@hotmail.com)

da empresa e no Estado na sociedade contemporânea, pois assim como a empresa tem metas rígidas a serem alcançadas, do mesmo modo é a sociedade. O ensino, na sociedade contemporânea reproduz, conseqüentemente, a burocratização nos sistemas de ensino, bastando citar o modelo de avaliação implementado nas escolas no qual estabelece notas e/ou letras arbitrariamente e que nem sempre refletem o verdadeiro aprendizado por parte do aluno.

Em oposição a este modo de pensar, de fazer ciência e de ensinar considera-se o método dialético como ferramenta principal para inserir o homem na condição de ser não apenas pensante, e sim, de homem integral, cujas capacidades produtivas intelectuais ocorrem simultaneamente com sua atividade prática. Nesta perspectiva, as diversas ciências representam a dinamicidade e multiplicidade cognitiva do homem a partir de suas necessidades em várias esferas como um saber complexo, de maneira que a natureza é parte do mundo orgânico do homem como ser social. A escola politécnica (defendida por Lênine) foi uma das primeiras experiências nesse sentido. No Brasil, o experimento mais próximo foram os CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública), na década de 1980, no Rio de Janeiro, do antropólogo Darcy Ribeiro. Entretanto, a atual escola de tempo integral parece ser uma tentativa um tanto distante de manutenção de um ensino baseado na concepção dialética, desde a estrutura física das escolas à formação do professor. A escola de tempo integral que defendemos se baseia nas experiências da escola politécnica e nos CIEPS, sem desprezar a necessidade de discussão sobre o projeto de escola de tempo integral em curso.

O Brasil possui um sistema educativo formado por três esferas de governo: Federal, Estadual, Municipal ou Distrito federal. As responsabilidades são divididas entre estas três esferas, de modo que os Estados e os Municípios têm responsabilidades diretas com o atendimento

escolar de 0 a 3 anos, os Municípios têm a responsabilidade prioritária com a educação Infantil e o ensino fundamental I e II, enquanto os Estados respondem prioritariamente com o ensino fundamental II e o Ensino Médio. O Federal tem a exclusividade do Ensino Superior.

A Constituição Federal 1988 prevê a educação pública e gratuita em todos os níveis (Educação Básica ao Ensino Superior). Outros mecanismos legais (LDB de 1996, PNE de 2014 a 2024, os DCNs de 2013, a BNCC de 2017) corrobora para seus efeitos. Embora se tenha uma estrutura educacional bem definida, suas escolas possuem desafios essenciais, que por vez, são provenientes da sua gênese organizacional e de concepção, assim, as escolas vêm sofrendo diversas adequações ao longo da sua trajetória, que buscam superar os desafios impostos ao longo de sua existência.

A sociologia weberiana, implícita na gênese organizacional da escola brasileira incentiva um ensino unicamente meritocrático, cujos processos avaliativos da aprovação dos discentes são resultados estatísticos burocráticos que não refletem o verdadeiro nível de aprendizagem do aluno, além de uma limitação técnica acerca do objeto estudado.

As concepções inovadoras da filosofia marxista buscam responder criticamente às demandas sociais provindas do capitalismo moderno, trazendo novos desafios para a educação e para o ensino. Com efeito, despertou-nos, o nosso objeto de estudo - *Materialismo Histórico Dialético de Marx e Engels na educação em tempo integral*. Assim, procuramos formular a nossa problemática: *qual concepção teórica norteia a pedagogia na escola em tempo integral, considerando-a como espaço que promove uma educação cidadã, crítica e dialética?* Para facilitar essa discussão propomos o seguinte objetivo: *identificar a influência da dialética de Marx na escola em tempo integral*.

## **Metodologia**

A abordagem metodológica da pesquisa será qualitativa. Qualitativa, porque considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. (Prodanov & Freitas, 2013).

Assim, de porte do objetivo de estudo propomos o método do estudo bibliográfico, através da leitura de livros, artigos, teses e dissertações como fontes de conhecimentos teóricos. Procuramos dialogar com Weber (2004), Wild (2013), Marx e Engels (1998), Rosar (2018), Pires (1997) Galvão (1998) Estêvão (1998), Costa (1996), a fim de entender o objeto de estudo. Também, com Prodanov; Freitas (2013) como pressupostos teóricos para constituir a nossa metodologia.

### **O conceito de burocracia de Marx Weber em oposição à educação livre e dialética.**

A “dominação”, como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes da ação social. Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria das suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe. (Weber, 2004, p 187).

Porém, a ação dominadora, é importante para determinar o tipo de dominação que é exercido sobre seus dominados, através do poder de mando que é destinado aos dominados. Para este autor, existem três

princípios de autoridade e de legitimação: tradicional, carismático e racional legal.

A autoridade tradicional é aquela que é suportada pela existência de uma fidelidade tradicional; o governante é o patriarca ou senhor, os dominados são os súditos e o funcionário é o servidor. Presta-se obediência à pessoa por respeito, em virtude da tradição de uma dignidade pessoal que se julga sagrada. Também é classificada, por Weber, como sendo uma dominação estável, devido à solidez e estabilidade do meio social, que se acha sob a dependência direta e imediata do aprofundamento da tradição na consciência coletiva (Wild, 2013, p. 3).

Por sua vez, a autoridade carismática assenta nas qualidades excepcionais do líder. Segundo Weber (2004, pp. 324-325), o carisma é qualitativamente singular, determinado por fatores internos; ele assenta sobre as “crenças” transmitidas por profetas, sobre o “reconhecimento” que pessoalmente alcançam os heróis e os demagogos, durante as guerras e revoluções, nas ruas e nas tribunas, convertendo a fé e o reconhecimento em deveres invioláveis que lhes são devidos pelos governados. A autoridade é suportada graças a uma devoção afetiva por parte dos dominados, ou de outro tipo qualquer; neste caso, encontra os seus limites no círculo destas pessoas.

A relação mencionada anteriormente encontra uma racionalidade que é contrária à da “burocracia”: a obediência a uma pessoa dá-se devido às suas qualidades pessoais e não apresenta nenhum procedimento ordenado para a nomeação e substituição.

A autoridade carismática é uma relação que denota dominação pelas circunstâncias que não são económicas, centraliza a sua finalidade e base material na conclusão da tarefa. A forma de solucionar os conflitos por este líder é reveladora da sua capacidade de focar na sua missão, considerando os sentimentos de admiração, de considerar os chefes como heróis ou

santos. Finaliza Weber (2004, p. 327) afirmando: “A justiça genuinamente carismática atua sempre desta maneira: em sua forma pura, é o contraste extremo às vinculações formais e tradicionais, sendo independente tanto da santidade da tradição, quanto das deduções racionalistas que partem de conceitos abstratos”.

Por fim, a autoridade racional legal está assente nas normas legais, sendo a burocracia, o tipo mais puro de dominação. A “validade” de um poder de mando pode expressar-se no sistema de regras racionais instituídas (pactuadas ou impostas) que, como normas universalmente compromissórias, encontram obediência quando a pessoa por elas “autorizada” a exige.

A burocracia prevê uma obediência regulamentar, ou uma obediência, que se presta não à pessoa em virtude de direito próprio, mas à função ou à regra, que se conhece competente para designar a quem e em que extensão se há de obedecer (Weber, 2004, p. 198).

É na sua dimensão sociológica, enquanto teoria, que se destacam questões da racionalidade e da dominação, uma das abordagens mais coerentes e imprescindíveis para compreendermos as organizações e que ultrapassa assim a sua problematização meramente como uma abordagem normativa enfeudada ao valor da eficiência. Entende-se, do autor, que se trata também dum problema político, uma “forma de dominação legítima”, porquanto concretiza a dominação legal assente em critérios racionais. (Estêvão, 1998, p. 178).

Das características distintivas da burocracia no pensamento weberiano destacam-se a centralização da estrutura de autoridade; cadeias de comandos formais entre os diferentes níveis hierárquicos; a orientação por meta; um grau de formalização e complexidade acentuada; processos racionais e centralizados de tomada de decisão e de controlo; o exercício

profissionalizado de funções. (Hall, 1978 como citado em Estêvão, 1998, p. 178).

Compreende-se que cada uma dessas características distintivas pode apresentar um grau de presença ou de ausência maior ou menor; então, baseado nisso, podemos definir se a organização é mais ou menos burocrática. Na linha weberiana, as organizações são fundamentalmente estruturas de órgãos e funções, visando à máxima eficiência.

A burocracia acompanha inevitavelmente a moderna democracia de massa em contraste com o governo autônomo democrático das pequenas unidades homogêneas. Isso resulta do princípio característico da burocracia: a regularidade abstrata da execução da autoridade, que por sua vez resulta da procura de <<igualdade perante a lei>> no sentido pessoal e funcional – é, daí, o horror ao <<privilégio>>, e a rejeição ao tratamento dos casos <<individualmente>> (Weber, 1979, como citado em J. A. Costa, 1996, p. 42).

Sob esse manto, a escola brasileira constituiu-se dentro de um sistema de controle que vai entrelaçando seus integrantes de forma racional, se expressa numa perspectiva estrutural com Órgãos (Ministério da Educação, Secretarias de Educação Estadual, Municipal ou Distrital) e mais à frente às escolas que são Unidades Integradas. Aqui, há os aspectos Funcionais (Diretores, Professores, Pedagogos, Secretários, Zeladores, Vigias e alunos) que visam a máxima eficiência do ensino. Contudo, não deixa de ter a Escola um processo organizacional baseado na burocracia Werberiana.

A Gestão Participativa nas Escolas é um dos vetores fundamentais da concepção, organização e desenvolvimento do Sistema Educativo e não é possível compreendê-la, discuti-la ou perspectivar o seu futuro fora de um quadro de valores que em cada momento histórico inspiram a sociedade e a ação política.

Desde a Lei nº 9394/96 que a Gestão Participativa é posta em destaque, como um meio de se efetivar a democracia. O analfabetismo e a evasão escolar eram um dos principais problemas enfrentados na escola, e que naquele momento recebe o novo regime. Professores e Gestores deverão deixar a gestão ditatorial para implantar uma gestão participativa. No artigo 14º, nos incisos I e II da Lei n. 9.394 (1996) diz:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Diante do exposto, podemos perceber que os sistemas de ensino sinalizam como ocorrerá a democratização-participativa na escola. De fato, a gestão participativa leva a uma melhoria no ambiente escolar, mas também revela distorções. Neste sentido, percebe-se que a comunidade não estava qualificada para participar do planejamento educacional nas escolas, por conta de uma boa parte de pais de alunos serem analfabetos, nestas condições, a participação dos pais torna-se deficiente.

E assim, conforme o modelo de escola idealizado por Estêvão (1998), os mecanismos de participação vão surgir para ampliar a autonomia da escola. Mencionamos os quatro mecanismos principais que tanto rendem debates: o primeiro é o Projeto Político-Pedagógico Escolar; o segundo, as eleições para a escolha dos gestores escolares, por meio do voto direto; o terceiro são os grêmios estudantis e o quarto, por fim, os Conselhos Escolares.

A primeira forma de participação democrática a citar é o Projeto Político-Pedagógico. Segundo E. B. da Silva (2003), em análise ao sentido da expressão, contém na sua semântica que a ação pedagógica é um fato

político, por estar formando o cidadão para determinada sociedade, sociedade esta que cobra da escola uma competência profissional e vivência democrática, participativa, crítica, responsável e ética. Diante de um documento que envolve a formação cidadã, através da participação da comunidade, consegue-se criar objetivos coletivos para incorporar aos da escola, levando em conta as situações locais e as necessidades específicas da clientela. (E. B. da Silva, 2003, p. 29).

Essa construção democrático-participativa remete ao diretor, ao coordenador pedagógico, ou a quem quer que seja o responsável pela condução do processo de construção do Projeto, facilitar a Professores, Família, Conselho Escolar, Grêmios ou Representante de Alunos, pessoal Técnico-Administrativo e de apoio, Comunidade, enfim, a todos os envolvidos na escola, a sua participação no Projeto. (E. B. da Silva, 2003, p. 31).

Numa escola participativa consistente, a comunidade é solicitada pela escola, para oferecer a disponibilidade opinativa e executiva, no que isso exige da comunidade um ato consciente a respeito dos conhecimentos tratados na escola. Além disso, a família deve acompanhar o rendimento dos seus filhos, de forma a contribuir com os professores e gestor escolar, e isso não tem sido uma tarefa fácil. Mas tem-se observado que nas escolas que conseguem envolver a comunidade, os resultados são satisfatórios, e a participação torna-se necessária, conforme estudos apresentados por Likert (1979, citado por R. P. Almeida, 2009, p. 14): “E se torna necessária para as escolas construírem um ambiente coletivamente comprometido com o ensino-aprendizado. Pesquisas revelam que o sistema participativo, colhe nas escolas, melhores resultados que o sistema autoritário. ”

A segunda maneira participativa da comunidade na escola é a escolha do Gestor Escolar. Essa maneira é proveniente da década 80, que o Brasil passou a escolher os seus governantes de forma direta. Em 1983 os

governadores de Estados Brasileiros, escolhidos pela participação da sociedade Brasileira, através do voto direto, tomam posse, passando uma ideia de participação democrática, que vai se estender até a Escola Pública.

Conforme tendências provenientes destes acontecimentos históricos, as eleições para a escolha de Gestores Escolares passam a ser pré-requisito. E as eleições podem ser realizadas de várias formas: voto direto, representativo, uninominal, lista tríplices ou plurinominais. A adoção desse mecanismo privilegia a gestão democrática e participativa, porque esta favorece o desenvolvimento da prática do diálogo na escola, que resulta em maior distribuição de poder dentro e fora da escola, bem como o alcance do equilíbrio entre a competência técnico-acadêmica e a sensibilidade política necessária ao Gestor, para o exercício do cargo (Gadotti; Romão, 2004 citado por Silva, 2008).

A terceira forma de participação nas escolas são os Grêmios Estudantis; trata-se de um movimento estudantil que pleiteia na gestão escolar uma participação consistente. Na história do movimento estudantil ocorrem os primeiros registros na Europa, por volta do século XIII, no período que surgem as universidades do ocidente. Esses movimentos não podem ser considerados de grande visibilidade, pois ainda temos poucas universidades.

Assim, repousa sobre essa escola a função de educar numa sociedade capitalista, de maneira que as práticas educativas e produção dos conhecimentos científicos objetivam-se a produção do ser humano. Desse modo, a categoria trabalho e educação devem refletir a ação humana sobre a natureza, “as relações sociais de produção e o desenvolvimento humano histórico e social” (ROSAR, 2018, p.603).

## **A dialética de Karl Marx e a educação em tempo integral**

A educação é uma prática escolar, um fenômeno autossuficiente e independente. Para esse fim, Gramsci introduz novos fatores e analisa profundamente o tema da educação com relação ao problema da hegemonia do proletariado. Assim, considerando a situação da URSS depois da Revolução de outubro, que havia uma necessidade de superação da precariedade da educação do pós-conflito, isso, poderia constituir um ambiente intelectual que pudesse chegar às bases que irão construir um novo homem, de uma nova sociedade e uma nova história, que irão dá sustentação para compreender Marx e Engels como ponto de partida.

Nesse sentido, a dialética busca revelar as leis gerais do movimento do pensamento através do alcance da verdade objetiva que será abstraída pelos indivíduos com vista às condições do refletir concretamente o real. Assim, inicialmente, o pensamento marxista visa superar a dicotomia, da superação do sujeito e o objeto, mas, muito antes de Marx, a dialética surge na história do pensamento humano.

Em suas primeiras versões, a dialética foi entendida, ainda na Grécia antiga, como a arte do diálogo, a arte de conversar. Sócrates emprega este conceito para desenvolver sua filosofia. Platão utiliza, abundantemente, a dialética em seus diálogos. A verdade é atingida pela relação de diálogo que pressupõe minimamente duas instâncias, mas até aqui o diálogo acontece sob um princípio de identidade, entre os iguais. Entretanto, tal posicionamento foi precedido por uma visão distinta encontrada principalmente em Heráclito, filósofo grego que viveu de 530 a 428 a.C. Para este, a conversa existe somente entre os diferentes. A diferença é constituidora da contrariedade e do conflito. Não é a concórdia que conduz ao diálogo, mas a divergência, isto é, a exacerbação do conflito. (PIRES, 1997, p. 84).

Karl Marx foi um filósofo, economista, jornalista e militante político que morou em vários países da Europa no século XIX. Buscava uma teoria

epistemológica que fundamentasse o conhecimento para interpretar a realidade histórica e social.

Assim, a origem do desenvolvimento da ciência para o Materialismo Histórico dialético está na própria atividade do trabalho, desse modo, ele se constitui a atividade inicial do ser social. Aqui o trabalho diríamos na escola, a atividade de aprender, de ensinar e modificar os conhecimentos existentes.

A educação passa a ser a ordem fundante do ser para os homens. Como consequência, o conjunto dos processos e elementos práticos, objetivos e externos ligados ao objeto da vida material, que poderá passar a se conservar na consciência humana sob a forma de ideal, constituindo-se um processo interno, subjetivo, e mais a frente, teórico, orientado para os sujeitos. Essa é à base da interação sujeito-objeto, que são inseparáveis da relação material-ideal, teórico-prático, que concede aos homens um norte das ações para fins consciente, pois, cada vez mais conheçam teoricamente os processos que acontecem na natureza e na vida social. Então, o desenvolvimento do conhecimento é a transição do desconhecido ao conhecido, do conhecimento unilateral, parcial e superficial ao conhecimento profundo, sistematizado e multilateral da natureza e da sociedade, com efeito, desenvolveram a filosofia, a ciência e a própria educação.

Decerto, os indivíduos singulares necessitam entrar em relação com os objetos existentes e acumulados pelo gênero humano; necessitam se apropriar das forças essenciais humanas historicamente produzidas e socialmente acumuladas nas produções materiais e imateriais da cultura humana para que possam se efetivar na história. Isso exige um conhecimento que só pode ser desenvolvido por meio de um trabalho educativo (Galvão, 2019, p. 10).

A universalidade do conhecimento impõe a existência da educação escolar e da socialização do saber organizado, sobre maneira que os conhecimentos fundantes aos homens, nessa nova fase do desenvolvimento da humanidade possam ser transmitidos e apreendidos por todos. A educação escolar difere qualitativamente de outras formas e modalidades práticas educativas informais, assistemática e cotidiana, ela se configura como forma dominante de educação na quadra histórica que corresponde o surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista. Na fase histórica as relações sociais prevalecem sobre as naturais, constituindo a cultura do homem que sobrepõe o mudo da natureza, com efeito, o saber metódico, o sistemático, o científico e o elaborado passa a sobrepor ao natural, assistemático, então a educação passa a ser determinada pela escola.

O princípio da contradição, presente nesta lógica, indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. (PIRES, 1997, 87).

Para Galvão (2019, p.11), [...] “o indivíduo singular [...] na condição de aluno, não pode ser considerado pelo professor, em sua concepção imediata, um aluno empírico, ainda que seja um caso singular”, isso porque, o aluno é um ser social, que se deve ser considerado como “síntese de múltiplas determinações”, a singularidade que se constrói na universalidade concretiza na história e pelas atividades sociais realizadas pela origem humana.

### **A escola em tempo integral**

Este tipo de educação propõe a ampliação da jornada, uma nova grade curricular, que implica num maior número de professores. Na educação em tempo integral o objetivo principal é ampliar a oportunidade de aprendizagem e apresentar diretrizes e formas distintas de operacionalização, “por meio da oferta de atividade educativa diversas, articuladas à otimização do espaço escolar e demais espaços públicos municipais, caracterizando um turno complementar” (GONÇALVES, 2006, p. 2).

A concepção da educação em tempo integral considera o sujeito em suas condições multidimensionais, ou seja, não só nas condições cognitivas, mas, também, na compreensão de sujeito corpóreo, tendo afeto e estando inserido num contexto de relações, assim, deve ser considerado um sujeito biopsicossocial. Como sujeito multidimensional desejante, além da satisfação de necessidade básica, demandas simbólicas, busca satisfação nas diversas formas de realização, tanto nas criações, quanto nas mais diversas formas de obtenção de prazer.

Com efeito, a aprendizagem acontece desde o nascimento e continua por toda a vida, assim, ela ocorre em diferentes contextos: na família, com os pares e na escola, sendo espaços formais e informais, neste sentido, carece de se repensar a educação escolar de forma que os sujeitos sejam considerados completos, pois, leve em conta suas vivências e aprendizagem, que seja feita proposta que conceba atividade escolar a partir do interesse dos alunos, nesse processo, o aprender pressupõe a superação de enigma, desafiando o já sabido, e que seja instiga o desejo de superar, para tal feito, deve-se estabelecer uma relação entre o particular e o geral, o local e o global, o que é sujeito e o mundo que o rodeia.

A escola em tempo integral no Brasil possui sua trajetória histórica. Em tempos atuais tem se revelado como uma inovação, isto é, ampliação na carga e nas atividades extraclasses (em parte, um desejo antigo dos educadores como estratégia imprescindível para melhorar a educação brasileira). Até a década 1990 tivemos sete experiências emblemáticas de implantação da escola em tempo integral, a primeira foi em 1950, com o Centro Especial Carneiro Ribeiro-CECR concretizado por Anísio Teixeira em Salvador, visava à qualidade do ensino, possuía quatro escolas-classe e uma escola-parque, o aluno tinha a sua disposição da instrução a educação, os benefícios era a merenda escolar, uniforme, material didático, livros, atendimento médico e odontológico.

Para além das críticas, as propostas de escola de tempo integral, principalmente as propostas de Anísio Teixeira e de outros educadores de sua geração, representaram, para seus alunos, não um lugar de confinamento, e sim uma oportunidade para uma vida melhor. (GONÇALVES, 2006, p. 2).

A segunda, em 1960, foi com o Centro Educacional Elementar-CEE, em Brasília-DF, que possuía um conjunto de prédios escolares que abrigava criança de 4 a 6 anos no jardim de Infância, que logo após ingressariam nas escolas-classes, que tinha o objetivo de educação intelectual e sistemática aos alunos de 7 a 14 anos, paralelamente, complementariam sua formação na escola-parque, que teriam o desenvolvimento artístico, físico e recreativo, bem como, incentivo a iniciação ao trabalho, tudo isso, numa carga horária escolar de oito horas diárias.

A terceira, ainda no mesmo ano, foi com os Ginásios Vocacionais-GV no Estado de São Paulo, que visava renovar o ensino secundário do Estado através da permanência do discente em tempo integral na escola, que se dispusera a atender jovens de ambos os sexos e com idade de ingresso de

11 a 13 anos. Os GVs possuíam organização em quatro anos e currículo diversificado com duas etapas em dois anos: a iniciação Vocacional que abrangia duas série escolar, que se desenvolve em dois anos letivos, e o GV completo que é constituído pelas quatro séries.

No quarto, em 1980, foi com os Centros Integrados de educação Pública-CIEPs, no governo de Leonel Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, primeira escola popular durante todo o dia, objetivavam um salto na qualidade do ensino Fundamental do Estado, a escola de tempo integral aqui era tida como um auxilia ao caos social, que crianças e adolescentes pobres passavam, a educação tinha a responsabilidade de resolver os problemas sociais, nos CIEPs previam a frequência de 600 alunos, em regime integral de 9h diárias, oferecendo ensino de 1 ao 8 série, os discentes tinham quatro refeições, banhos, atividade esportivas, estudo dirigido e assistência médica-odontológica.

A quinta, ainda no mesmo ano, foi com o Programa de Formação Integral da Criança- PROFIC no Estado de São Paulo, que previa o repasse de verbas as escolas da rede Pública, Prefeituras e Instituições particulares conveniadas, para que recebam alunos que aderem ao programa, os alunos frequentavam as escolas que estavam matriculados regularmente e no contra turno permaneciam na mesma escola ou em outra escola conveniada. Nesse novo turno tinham alimentação, atividade complementar, tais como: esportiva, artística, lazer e pré-profissionalizante e de reforço escolar. Os egressos do programa tinham uma investigação econômico-social e/ou o levantamento do desempenho escolar como seleção de acesso, o principal objetivo do programa era ampliar o tempo de permanência da criança na escola enquanto seus pais trabalhavam, o programa visava à formação integral da criança e auxiliar na melhoria do desempenho escolar.

O sexto, na década de 1990 foi com os Centros Integrados de Apoio à Criança-CIAC, promovido pelo então presidente Fernando Collor de Melo através do projeto Minha Gente, que anunciou a implantação de 5000 mil escolas no Brasil com o ensino fundamental em horário integral, os CIACs eram ligados ao Ministério da Saúde e tinham o objetivo de atender 6 milhões de crianças e jovens durante 8h por dia, lá estudavam, jogavam e aprendiam, recebiam alimentação três vezes ao dia, assistência médica, dentária e educação a higiene básica e 500 mil adultos na alfabetização no período noturno, a proposta pedagógica do projeto era bem atraente.

O sétimo, por força do impeachment de Collor, Itamar Franco em 1992 transforma os CIACs em Centro de Atenção Integral a Criança-CAIC que visava dois objetivos principais: dá condições as famílias marginalizadas a manterem seus filhos na escola, que tinham comida, uniformes, assistência médico-odontológico, e evitar o subemprego (impedir que as crianças trabalhem) para conter os altos índice de evasão e repetência escolar.

Os marcos legais que regem a escola em tempo integral são a LDB lei 9394 de 1996, art. 34, § 2; PNE I Lei 10.172 de 2001, Meta 21; FUNDEB EC 53 de 2006; lei 11494 de 2007; PME decreto 7083 de 2010, art. 1; PNE II lei 13005 de 2014, Meta 6. Para Militão; Kiil (2015, p. 981): “Essas experiências, apesar de emblemáticas em termos de conquistas em relação ao tempo integral, foram incipientes do ponto de vista da abrangência da implantação da escola de tempo integral no Brasil até meados dos anos 1990”.

## **Resultados e discussões**

O conceito weberiano de burocracia é apenas um norteador teórico para fazer uma ponte entre um tipo de ensino e um modo de pensar, isto é, uma mentalidade. Weber desenvolve esse conceito no âmbito do Estado

e da empresa contemporânea capitalista como expressão de uma mentalidade. Lukacs (1989), entretanto, critica o conceito weberiano justamente na medida em que, segundo ele, a burocratização presente na empresa ampliada para a sociedade promove uma alienação geral, impedindo o homem de pensar e agir livremente.

Weber explicita o que consiste em uma relação técnica entre fins e meios, quando ressalta: “um dos meios técnicos usados pelo empreendedor moderno a fim de assegurar a maior quantidade possível de trabalho por parte de seus homens e o pagamento por tarefas” (WEBER, 1989, p. 37). Assim, “a racionalização consiste na organização da vida, por divisão e coordenação das diversas atividades” (FREUD, 2003, 19-20)

Os princípios de autoridade e de legitimação da teoria weberiana expressa que a sociedade, pela escola, consegue perceber as distorções tanto no sistema de ensino quanto nas relações sociais neste ambiente escolar. No entanto, não descartamos a relevância da teoria weberiana como pressuposto as organizações escolares, mas, sim, como ponto de partida para superar seus excessos e atingir uma eficiência organizacional, mas, não intelectual.

Assim, a evolução capitalista criou um Direito estruturalmente adaptado à sua estrutura, um Estado correspondente, etc. A semelhança estrutura é efetivamente tão grande, que todos os historiadores do capitalismo moderno que viram realmente claro tiveram que o constatar. É assim que, como segue, Max Weber descreve o princípio fundamental desta evolução: .... Ambas são, pelo contrário, da mesma espécie na sua essência fundamental. O Estado moderno, de um ponto de vista sociológico, é uma ...empresa... idêntica a uma fábrica: é justamente o que ele tem de historicamente específico. As relações de dominação na empresa estão também, em ambos os casos, submetidas a condições da mesma espécie. Max Weber acrescenta também, e com muito acerto, a razão e o significado social deste fenômeno: ...interiormente..., a

empresa capitalista moderna assenta sobretudo no *cálculo*. Para existir, tem necessidade de uma justiça e de uma administração cujo funcionamento possa ser também, em princípio, *racionalmente calculado* segundo solidas regras gerais, tal como se calcula o trabalho previsível efetuado por uma *máquina* [...] o que, em oposição com as formas muito antigas da aquisição capitalista, é específico do capitalismo *moderno*, a organização estritamente racional do *trabalho* no plano de uma *técnica racional*, não apareceu em parte *nenhuma* no seio de realidades estáticas construída de forma também irracional, nem podia aparecer...(Lukács, 1989, p. 110).

A escola em tempo integral que se deseja em dias de hoje, é uma escola que não só supera o marasmo das distorções burocráticas, mas, também, sustenta com os seus contributos e bebe da fonte de Marx e Engels e, por extensão, ao próprio Materialismo Histórico Dialético. A escola apresenta na sua base princípios democráticos participativos, que são reforçados pelo cunho legal. A função de educar numa sociedade capitalista, de maneira que às práticas educativas e produções dos conhecimentos científicos objetivam-se a produção do ser humano.

Do ponto de vista de todas as autoridades, em particular da comissão para o trabalho infantil, as escolas não contribuem em nada, ou quase nada, para a moralidade da classe trabalhadora. A burguesia Inglesa é tão cruel, tão estúpida e limitada em seu egoísmo que, inclusive, nem se preocupa em ocultar nos operários a moral atual, aquela que configurou a burguesia em seu próprio interesse e para sua própria defesa! Até essa preocupação parece excessiva à burguesia que é, cada vez mais, débil, inclusive isto lhe parece supérfluo (MAXK; ENGELS, p. 80).

No sentido de superar estes desafios, a escola em tempo integral objetiva ampliar oportunidades, este tipo de educação propõe ampliar a jornada e propõe um novo currículo. A educação em tempo integral considera o sujeito em suas condições multidimensional, não só nas

condições cognitivas, mas, também, na compreensão de sujeito corpóreo, tendo afeto e estando inserido num contexto de relações, assim, deve ser considerado um sujeito biopsicossocial.

O trabalho é a categoria através da qual o homem se distingue da natureza, se define como espécie e desenvolve sua consciência de ser social, de ser histórico, apoiando-se em Marx, Lukàcs (1989) adverte sobre o valor estritamente econômico atribuído ao homem a partir do trabalho racionalizado, para o qual a relevância não está no espírito humano, na sua virtude ou na sua inteligência e sim, no quanto a força física humana pode produzir.

A escola em tempo integral não é um desejo atual, mas, é um desejo antigo dos educadores como estratégias de melhoria da educação brasileira, também, ela procura atender as demandas sociais de alimentação, combate a exploração do trabalho infantil, o analfabetismo, evasão escolar, atende as demandas do uniforme escolar, material didático para uso na escola, disponibiliza os livros, atividade esportiva e artística, lazer e pré-profissionalizante, reforço escolar e supre com um lugar, a necessidade da mãe de deixar seus filhos enquanto trabalha e, o atendimento médico e odontológico.

### **Considerações finais**

A Burocrática de Weber representa para as organizações escolares processo de ações humanas que interagem intimamente com as normas legais, que valida as decisões e ações rumo ao processo de ganhos de eficiência. No entanto, para adotar como concepção pedagógica deve-se ter atenção, pois o excesso de racionalidade pode conduzir os indivíduos ao “iron man” sujeitos fortes para a produção, mas, sempre controlados. Para essa ruptura, o Materialismo Histórico Dialético de Marx propõe um novo homem, de uma nova sociedade e uma nova história. Assim, para alcançar

esse fim, a dialética busca revelar as leis gerais do movimento do pensamento através do alcance da verdade objetiva, que será abstraída pelos indivíduos com vista às condições do refletir concretamente o real.

A categoria trabalho se constitui atividade inicial do ser social, a educação media os processos de formação, a ordem fundante do ser para os humanos, assim, um conjunto dos processos e elementos práticos, objetivos e externos ligados ao objeto da vida material, que poderá passar a se conservar na consciência humana sob a forma de ideal, constituindo-se um processo interno, subjetivo, e mais a frente, teórico, orientado para os sujeitos. Essa é à base da interação sujeito-objeto, que são inseparáveis da relação material-ideal, teórico-prático que concede aos homens um norte das ações para fins consciente, cada vez mais conheçam teoricamente os processos que acontecem na natureza e na vida social. Então, o desenvolvimento do conhecimento é a transição do desconhecido ao conhecido, do conhecimento unilateral, parcial e superficial ao conhecimento profundo, sistematizado e multilateral da natureza e da sociedade, com efeito, desenvolver o homem.

A concepção da escola em tempo integral dialeticamente idealizada é a do Materialismo Histórico Dialético que se revela pela concepção de sujeito histórico. A educação é uma prática escolar, um fenômeno autossuficiente e independente. Na fase histórica as relações sociais prevalecem sobre as naturais, constituindo a cultura do homem que sobrepõe o mundo da natureza, com efeito, o saber metódico, o sistemático, o científico e o elaborado passa a sobrepor ao natural, assistemático, então a educação passa a ser determinada pela escola.

Podemos identificar a influência da dialética de Marx na escola em tempo integral através da sua concepção que considera o sujeito em suas condições multidimensional, não só nas condições cognitivas, mas, também, na compreensão de sujeito corpóreo, tendo afeto e estando

inserido num contexto de relações (Materialismo), assim, deve ser considerado um sujeito biopsicossocial. Com efeito, a aprendizagem acontece desde o nascimento e continua por toda a vida (sujeitos históricos), assim, ela ocorre em diferentes contextos: na família, com os pares e na escola, sendo espaços formais e informais (dialética).

A escola em tempo integral no Brasil possui a sua trajetória histórica que inicia a apartir de 1950 até os dias atuais, nessa trajetória fica evidente que a sua proposta realmente atende à necessidade advinda da classe trabalhadora, porém, no processo de implantação há sempre uma descontinuidade característica da educação brasileira. Assim, diante das reflexões indagamos algumas perguntas para continuar refletindo, tais como: a qual sociedade, a qual concepção de homem e de ciência serve um ensino burocrático? A qual sociedade, a qual concepção de homem e de ciência serve um ensino dialético? Nestes contextos, fica notório observar a luta da classe trabalhadora diante dos desafios postos pelas burguesias.

## **Referencias**

- ALMEIDA, R. P. **Estilo de Gestão de uma instituição pública de Ensino Médio do Distrito Federal**. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2009. (Monografia de graduação).
- COSTA, J. A. **Imagens organizacionais da escola**, Porto-Portugal: Edição ASA, 1996.
- ESTÊVÃO, C. A. V. **Redescobrir a escola privada portuguesa como organização: na fronteira da sua complexidade organizacional**. Braga-Portugal: UMinho, 1998.
- FERREIRA, Erivan dos Santos. **ESCOLA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: um estudo de gestão de conflitos e de medidas de intervenção numa Escola do Piauí**. Braga-Portugal: Universidade Católica Portuguesa, 2019. (Dissertação de Mestrado).
- FREUD, Julien. **Sociologia de Max Weber**. São Paulo-SP: Forense, 2003.
- GALVÃO, Ana Carolina. **Fundamentos da didática histórico-críticas**. [livro eletrônico] Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Rio de Janeiro-RJ: “Cadernos Cenpec” n.º 2 - Educação Integral - 2º semestre. 2006.

**LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO**, 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. (1996). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm)

**LEI N. 13.415**, 16 de fevereiro de 2017. (2017). Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo-SP: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_ **História e consciência de classe: estudo de dialética marxista**. Rio de Janeiro-RJ: Elfos, 1989.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes; Kiill, Andressa Neves. A escola de tempo integral no Brasil: trajetória histórica e legal. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente-SP, vol. 12, n. Especial, p. 976-984, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas-SP: Navegando, 2011.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Departamento de Educação do Instituto de Biotecnologia. Campus de Botucatu-SP: IB UNESP, 1997.

PRODANOV, C. C. & Freitas, E. C. de F. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. (2a ed.). Novo Hamburgo-RS: Unv. Feevale: 2013.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. (2018). **Trabalho e educação: categorias fundantes do processo de desenvolvimento humano e da pedagogia-histórico crítica**. Campinas-SP: Rev. HISTEDBR On-line, 2018.

SILVA, E. B. da. **A educação Básica pós LDB**. São Paulo-SP: Pioneira, 2003.

SILVA, M. R. da. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo-SP. Corte, 2008.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo-SP: Unb, 2004.

\_\_\_\_\_ **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Livraria pioneira editora. 1989.

WILD, B. **Os tipos de dominação segundo Max Weber**.  
<http://blog.revistacafecomsociologia.com/2013/12/os-tipos-de-dominacao-segundo-max-weber.html> Maceió-AL: Revista café com filosofia, 2013.

## **A expansão capitalista na área rural de São Luís a partir da década de 1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o Disal**

*Marcelo de Sousa Araujo*<sup>1</sup>

### **Introdução**

O presente texto é referente as relações entre a comunidade do Maracanã – localidade formada no final do século XIX por ex-escravizados, situada na zona rural<sup>2</sup> de São Luís – e a expansão capitalista no interior da capital do Maranhão a partir da década de 1980, expansão representada pela instalação de um parque industrial, precisamente, o DISAL (Distrito Industrial de São Luís) nesta região.

Entende-se as relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL em uma abordagem dialética, a partir do movimento entre dois polos – a *comunidade* e o *parque fabril* –, onde o Distrito Industrial significa a negação das relações de produção encontradas em Maracanã até o final dos anos setenta do século passado.

Convém ressaltar que a expansão capitalista na segunda metade do século passado não foi uma peculiaridade de São Luís, e, sim, uma tendência geral ao longo do território nacional, sobretudo com a atuação do estado através da aplicação de políticas econômicas

---

<sup>1</sup> Mestre em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), doutorando em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes, pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFMA) sob orientação do Prof. Dr. João Batista Bitencourt. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Socialismo (NEPS/UFMA) sob coordenação do Prof. Dr. Baltazar Macaíba de Sousa. Contato: jcelo2010@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mais especificamente, Zona Rural I, conforme o Plano Diretor da Cidade de 2006, Lei nº 4669 de 11 de outubro de 2006.

desenvolvimentistas<sup>3</sup> por meio da industrialização (de base ou de bens de consumo duráveis e não duráveis), acreditando-se que as indústrias seriam as molas propulsoras para o progresso.

Interessante observar que apesar da atuação do Estado como gerenciador das atividades econômicas, também, aconteceram parcerias com o capital privado tanto no nível nacional quanto estrangeiro, fazendo parte do jogo de interesses/disputas para a instalação da industrialização no país,

O novo setor econômico, em que preponderam as empresas monopolísticas internacionalizadas e o setor financeiro que surge vinculado ao mercado interno, procura exercer influência fundamental sobre as decisões nacionais. Esse propósito não é conseguido sem oposições, lutas entre facções das mesmas ou distintas em jogo etc. além disso, o grau de importância que o setor público pode adquirir na economia desempenha um papel significativo em cada país que alcançou a forma de desenvolvimento em questão e possibilita ao Estado distintas margens de manobra na definição das novas alianças de manutenção do poder (CARDOSO E FALETTO, 2011, p. 172).

Outro ponto a ser salientando é referente ao modelo de capitalismo desenvolvido no Brasil, principalmente, a partir da segunda metade do século passado, constatando-se que sua expansão não aconteceu de maneira homogênea<sup>4</sup> como muitos acreditavam que iria acontecer<sup>5</sup>.

---

3 “[...] desenvolvimentismo é a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.” (FONSECA, 2015, p. 28).

4 Só para citar alguns exemplos: *Capitalismo Tardio* (CARDOSO DE MELLO, 2009), *Capitalismo Dependente* (FERNANDES, 2008), *Capitalismo Dependente-Associado* (CARDOSO e FALETTO, 2011), são algumas das designações do modelo de capitalismo implantado/desenvolvido no Brasil, em especial, a partir da segunda metade do século passado. Independente das designações, os estudos supracitados têm como eixo central as relações entre centro e periferia, além das questões relacionadas ao modelo dualista – tradição e modernização – marcando o debate desde o início dos anos 50.

5 Por exemplo, a teoria etapista era defendida por integrantes do PCB, acreditando-se que a revolução só poderia acontecer quando tivéssemos desenvolvido o capitalismo em sua plenitude e contradições propiciando o fortalecimento da classe operária.

Em se tratando do Maracanã, até os anos de 1970, as práticas não capitalistas eram predominantes, uma vez que “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho” (MARX, 2011, p. 828), condição essa acontecida somente com a instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Logicamente, isso não significando que as antigas formas de produção, como num passe de mágicas desapareceram da noite para o dia, mas que este modo de produção ao longo dos anos 80 foi se consolidando como o dominante<sup>6</sup>, ocasionando mudanças significativas na comunidade.

### **1. A produção da vida social em Maracanã: trabalho, cotidiano e relações de produção não capitalistas**

A produção da vida social em Maracanã estava condicionada as relações com a terra, tratava-se de uma comunidade que tinha na terra o seu principal meio de produção, cujas roças se plantavam culturas variadas com destaque para a mandioca, o feijão, milho e o arroz. Além claro, das pescarias praticadas nos rios da região, precisamente: Bacanga, Cachorros, Uruburama e Maracanã. Dessa forma, o modo de produção predominante na comunidade era o que podemos chamar de tradicional<sup>7</sup>, com suas atividades objetivando, principalmente à subsistência.

O trabalho na lavoura era desenvolvido de maneira coletiva pelas famílias, por meio de um sentido cooperativo entre as pessoas. Percebendo-se assim a concepção de trabalho não alienado<sup>8</sup> –

---

6 “Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados e produtores diretos”. (MARX, 2011, p. 828).

7 Chamamos de tradicional devido ser caracterizado basicamente pela produção visando a subsistência, embora, isso não signifique a inexistência de outras formas de produção. Contudo, as pessoas envolvidas participavam de todas as etapas da produção, diferentemente do que passou a acontecer com a implantação do Distrito Industrial.

8 Negação da condição humana, momento em que o trabalhador não se reconhece mais como sujeito do processo de produção, mas sim como um objeto. A esse respeito Marx (2010, p. 82-83), destaca: “[...] o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que

característica das formações econômicas não capitalistas ou em que este modo de produção ainda não seja o predominante – uma vez que os sujeitos sociais envolvidos participavam de todas as etapas do processo da produção e se reconheciam no que estava sendo produzido. Portanto, além de marcar a passagem do tempo e assegurar a reprodução individual e coletiva dos membros comunidade, o trabalho representou importante elemento para a aprendizagem e integração entre aquelas pessoas, conforme o testemunho de D. Maria da Conceição Soares da Cruz, nascida e criada no Maracanã: “o trabalho era na roça, na pesca e os mais velhos ensinando os mais novos”. (ARAÚJO, 2012, p. 31).

Cabe destacar que a produção da vida social se manifesta em diversas determinações tanto no plano material quanto imaterial. No campo do trabalho, a regulação/disciplina do tempo acontecia por meio do conhecimento empírico sobre a natureza: no momento do plantio, na colheita, nas diversas tarefas relacionadas as atividades com a terra ou nos trabalhos com a pesca. Por sua vez, nos aspectos imateriais, no campo religioso, por exemplo, era uma comunidade marcada pelo sincretismo, com as pessoas transitando entre as celebrações dos Santos Reis<sup>9</sup> – festa do catolicismo popular –, a Pajelança<sup>10</sup> e o Tambor de Mina<sup>11</sup>, condições

---

não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas modifica sua physis e arruína o seu espírito”.

9 Segundo Castro & Couto (1960), o reisado, tem sua origem na Europa, precisamente, na região da Península Ibérica do século XII, chega ao Brasil no século XVI juntamente com a colonização e ao longo dos anos o folguedo foi sendo ressignificado nas diversas regiões do Brasil, como pode ser verificado através dos seus variados nomes: *Rancho de Reis*, *Folias de Reis*, *Reisados*, *Santos Reis*, dentre outros. A festa encerra o ciclo natalino, por isso sua celebração acontecendo dia 06 de janeiro em alusão a visita dos três reis magos ao menino Jesus. No caso do Maracanã, as Festas dos Santos Reis foram criadas na década de 1930 e constituem um dos elementos de marcação identitária da comunidade.

10 Ritual mesclando práticas religiosas indígenas com elementos católicos, espíritas ou afro-brasileiras com finalidades de cura de enfermidades.

11 Nos dias contemporâneos, os chamados “tambores de cura”, ainda são observados na área rural, porém com uma incidência bem menor do que acontecia no passado. Tambor de Mina é uma religião afro-brasileira muito praticada no Maranhão. No caso específico do Maracanã, sua presença é decorrente da comunidade ter sido formada por escravos no final do século XIX, constituindo-se, também, para o processo de construção de sua identidade.

essas que foram alteradas com a instalação do DISAL, como será visto adiante.

Como salientado, a produção tinha caráter de subsistência, porém, isso não significava a inexistência do “excedente”. Contudo, o “excedente” era utilizado para permutas com os comerciantes da área urbana de São Luís. Onde se trocava buriti, arroz, juçara, por óleo, sabão, manteiga dentre outras mercadorias. Diante disso, compreende-se por intermédio desse processo que o dinheiro, em muitas situações, ainda não era para as pessoas da comunidade o equivalente universal da troca (condição que acontecerá somente com o modo de produção capitalista<sup>12</sup>). Sobre as atividades de produção e suas experiências de vida no Maracanã de outrora, D. Naida Mendes, nascida, criada e moradora da comunidade, sublinha:

Meu nome é Naida Mendes, 82 anos, meu pai era Baltazar Ferreira, a mãe Maria Inês Mendes [...]. Eu trabalhava muito em roça, eu ajuntava buriti, eu ía no igarapé e fazia todos os serviços domésticos de casa [...] a gente fazia côfo [sic] para vender [...] lavava roupas nos rios. (ARAUJO, 2012, p. 50).

O relato em questão reforça a importância dos trabalhos na lavoura para as pessoas da comunidade, constatando-se que essas atividades eram praticadas tanto por homens quanto mulheres, mostrando-se o caráter coletivo da produção. Embora, a interlocutora, também, apresente algumas particularidades referentes as atividades das mulheres, neste particular, salientando que faziam abanos, vassouras e outros utensílios que atendiam as necessidades domiciliares; todavia, a relação com a terra era primordial para a comunidade.

---

12 “O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias (...). Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo que determinada mercadoria se transforma em dinheiro”. (MARX, 2003, p. 111-112).

A respeito de como os sujeitos reproduzem os seus meios de vida, Marx e Engels (2007, p.87), comentam:

O modo pelo qual os homens reproduzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. (MARX E ENGELS, 2007, p. 87).

Como frisado pelos autores no trecho acima “*O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também como produzem*”. Dito isso, tratava-se de uma comunidade constituída por lavradores (as), como podemos constatar, também, no depoimento de D. Delfina Iria dos Santos, nascida e criada em Maracanã, ao apresentar-nos um pouco do que era o modo de vida da comunidade antes da implantação do Distrito Industrial.

Eu nasci e me criei em Maracanã, me lembro da época que agente ía pra [sic] roça, passava o dia inteiro capinando e plantando [...]. A gente vivia tranqüila [...]ía pra [sic] roça, deixava tudo aqui assim, deixava roupa no sol, comida, carne, peixe, camarão, deixava a porta aberta [...] tudo aqui é uma família [...] maior parte somos parentes [sic] [...] porque a gente é família muito grande (ARAUJO, 2012, p. 51).

Inicialmente, a interlocutora destaca as experiências com o trabalho praticado na terra através das atividades com a “plantação”, com a “capina”; enfatiza as visitas “aos igarapés”, reforçando o argumento anterior de que eram atividades realizadas tanto por homens quanto por

mulheres. No trecho em que menciona que a “*maior parte somos parentes*”, D. Delfina, refere-se a importância que as relações de parentesco possuem para a comunidade, uma vez que no seu nascedouro, Maracanã foi constituído por negros que acabaram desenvolvendo relações endogâmicas, originando laços de parentesco por consanguinidade e, principalmente por afinidades<sup>13</sup>.

Essas características foram dominantes até o final dos anos setenta do século passado, haja vista que as condições de produção da vida social em Maracanã foram alteradas com a implantação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Nesse sentido, os antigos territórios que eram utilizados para as atividades de lavoura passaram a integrar as fábricas. Acrescentando-se que parte do espaço físico do Maracanã foi tomado por “ocupações”<sup>14</sup>, surgidas no contexto de crescimento demográfico de São Luís, decorrentes dos projetos desenvolvimentistas na capital do estado.

## **2. Política desenvolvimentista: a expansão capitalista na área rural de São Luís com a instalação do DISAL**

O Brasil a partir de 31 de março de 1964 entrava em um regime de exceção que duraria longos 21 anos (1964-1985) e, que, por sua vez, no campo econômico, apoiava-se em políticas desenvolvimentistas por meio de decretos/projetos que objetivavam a industrialização e integração de todo o Estado Nacional. Para tanto, a retomada do crescimento, conforme os representantes do governo, seria iniciada com o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), tendo-se como objetivos:

---

13 Por Parentesco, conforme Gomes (2011, p.74): “O sistema de organização social composto pelo conjunto de pessoas que se identificam entre si em função de reconhecerem um vínculo comum, seja por consanguinidade (pai, mãe, tio, irmãos, tios, primos, netos, entre outros familiares), casamentos (esposa, sogro, genro, pessoas casadas com tios, também chamadas tios) adoção (qualquer um destes por extensão) ou algum ritual de incorporação. Esse conjunto se organiza em categorias de identidade [...] de que se esperam comportamentos mais ou menos consistentes”.

14 Vila Sarney no início dos anos setenta e Vila Nova República em meados dos anos oitenta. O cenário de “ocupações” continua até os dias presentes, uma vez que nos anos 2000 surgiram: Vila 2000 e Vila Guarã, também conhecida por Vila 21 de Abril.

(...) tarefa de reduzir o nível de inflação e realizar o processo de modernização estrutural da economia brasileira. Coube a equipe econômica desempenhar importante papel na criação do Banco Central, disciplinando o sistema financeiro nacional; na regulamentação do mercado de capitais; na introdução do FGTS – Fundo de garantia por tempo de serviço; na criação do Banco Nacional de Habitação e do sistema financeiro de habitação; na formulação do estatuto da terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

Prado (2011), fornece-nos, dados interessantes sobre a indústria no Brasil, no início dos anos de 1970, precisamente, no período que ficou conhecido como o “*milagre econômico*”<sup>15</sup>, com ênfase para os investimentos na construção civil – umas das diretrizes para a criação do Banco Nacional de Habitação e do sistema financeiro de habitação, expondo que:

A indústria de transformação cresceu, no período de 1971 a 1973, em torno de 13%; a de bens de consumo duráveis, 23%, puxada pela indústria de eletrodomésticos; a de bens de capital, 18%. Cresceram pesadamente também os setores de material de transportes, automobilístico, naval, elétrico e de comunicação. Esse processo chegaria ao seu apogeu, com capacidade utilizada em 100%, no final do ciclo de 1972-1973. Outra atividade alavancada pelos investimentos pesados foi a construção civil, principalmente na área de habitação. No momento em que o governo militar cometia as suas maiores atrocidades– institucionalizou a tortura; cerceou a imprensa; e instaurou a censura prévia–, o apoio popular ao governo aumentou assustadoramente, porque o crescimento da economia trazia a aparência de normalidade, e haviam ganhos expressivos em todos os setores da população. Alguns mais, outros menos, mas todos ganharam. Isso deu certo conforto à ditadura, que não precisava de votos para se legitimar, mas de crescimento. O cenário abalou um pouco os defensores das reformas de bases, que ficaram sem respostas. Mas o fundamental é que o Brasil cresceu de uma maneira acelerada, mas

---

<sup>15</sup> Época de considerável crescimento econômico no país, com o PIB (Produto Interno Bruto) saltando de 9,9% a.a em 1968 para 14% a.a em 1973. Entretanto, o “milagre” em questão não significou melhoria na distribuição de renda do Brasil, muito pelo contrário, o fosso da desigualdade continuou em forte aceleração.

concentrando renda – argumento já usado pelo Banco Mundial. (PRADO, 2011, p. 22).

A retórica da modernização, do crescimento econômico era algo presente nos discursos dos representantes tanto do setor público quanto da própria iniciativa privada, não perdendo de vista que mesmo com a regulamentação econômica sendo realizada pelo Estado, a participação do capital privado consistia em um parceiro fundamental para a efetivação da política em questão.

Diante disso, a cidade de São Luís desde meados dos anos sessenta passou por um processo de reconfiguração do seu espaço em consonância com o modelo desenvolvimentista supracitado. Modelo que teve em José Sarney – Governador do estado de 1966 a 1970 – o seu representante inicial. O discurso do “*Maranhão Novo*”, de José Sarney, consistia em tornar o estado um polo industrial e, para tanto, investiu em obras de infraestrutura, como: o porto do Itaqui. Por sua vez, na capital, a modificação do espaço foi representada na construção da barragem do Bacanga sobre o rio de mesmo nome e a ponte José Sarney (São Francisco) sobre o Rio Anil<sup>16</sup>.

Entretanto, a suposta modernização, acabou favorecendo a expansão demográfica em São Luís, principalmente com a aprovação da Lei 2979/69, conhecida como a Lei de Terras. A Lei em questão consistia na venda de terras “devolutas” por parte do estado para a iniciativa privada<sup>17</sup>, como consequência aconteceu à sua supervalorização e a proliferação de diversos conflitos no campo; com isso, os camponeses foram retirados sumariamente dos meios de produção e um considerável contingente

---

16 Bacanga e Anil são as duas principais bacias hidrográficas da ilha de São Luís.

17 “Grandes empresas mediante anúncios de terras baratíssimas sem concorrência pública e sem leilão, financiadas por bancos estatais, compraram grande parte das terras do Maranhão. Alguns grupos empresariais, objetivando comprar maior quantidade de hectares, organizaram várias empresas de fachada para conseguir propriedades de até 100 mil hectares”. (NETO, 2019, p. 5).

desses indivíduos vieram para a capital proporcionando o aumento populacional<sup>18</sup>. A respeito da política desenvolvimentista para o Maranhão, Coronel & Pereira (2013, p. 2), enfatizam:

A instalação de grandes projetos industriais no estado, como o Distrito Industrial, em São Luís, o Projeto Ferro Carajás, que associou obras de infraestrutura rodoviária, ferroviária (Ferrovia Carajás) e portuária (Porto do Itaqui), deram visibilidade ao estado, tornando-o um polo competitivo para escoamento da produção nacional. Destaca-se também, nesse período, a construção da hidrelétrica de Boa Esperança, o qual viabilizou a ampliação do sistema energético no Estado.

No caso do Distrito Industrial (DISAL), desde o ano de 1975<sup>19</sup> já se tinham projetos por parte do estado visando sua implantação, precisamente, pela Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Estado do Maranhão (CDIMA), que tinha como finalidade a definição das áreas industriais e sua viabilidade de instalação. Nesse sentido, no ano de 1975, elaborou-se o Plano Diretor de São Luís em consonância com as práticas desenvolvimentistas assistidas em outras cidades do Brasil. Sobre os investimentos industriais, o Plano Diretor é bem claro no referente às expectativas para a capital do estado, vejamos um trecho:

---

18 São Luís teve um aumento populacional de mais de 70% em uma década. Conforme os números dos recenseamentos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1970 e 1980. Em 1970, a população da capital maranhense era de 270.651 habitantes, por sua vez, uma década depois os números eram de 460.320 habitantes. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 20 de março de 2020.

19 É também deste período a Lei 2155, de 28 de junho de 1975. A Lei em questão é referente ao primeiro Plano Diretor para a cidade de São Luís, “Para a elaboração deste plano foi contratado o escritório carioca Wit-Olaf Prochnik – Arquitetura e Planejamento CSL, com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O plano proposto por Prochnik foi elaborado a partir de um amplo estudo técnico que identificou e sistematizou as informações existentes, mas também produziu dados a partir de pesquisas de campo realizadas com o apoio da recém-instalada Fundação Universidade do Maranhão (atual Universidade Federal do Maranhão).” (LOPES, 2018, p. 53).

O espaço geográfico e a população de São Luís receberão, sem dúvidas, fortes impactos nos próximos anos, com os projetos Carajás e a Siderúrgica de Itaqui [...] A área abrangida pelo planejamento detalhado é o Município de São Luís; mas, considerando os grandes eventos programados no setor industrial pesado e, conseqüentemente, nos demais setores da economia, com todas as implicações no crescimento da população e na sua expansão pelo espaço geográfico, inclui-se uma hipótese de ocupação futura da ilha de São Luís. Este procedimento visa por um lado, garantir o planejamento proposto para o município da Capital e, por outro lado, evitar a degradação urbanística, humana e ecológica da ilha de São Luís em um futuro próximo, e num rápido e irreversível processo, como ocorreu em várias regiões do Brasil diante as perspectivas ora apresentadas a São Luís (PLANO DIRETOR, 1977, p. 3).

Diante deste contexto desenvolvimentista, mais precisamente, no governo João Castelo (1979-1982), foi assinado o Decreto nº 7646/80, autorizando a implantação do Distrito Industrial (DISAL), na área rural de São Luís. Decreto que já no seu artigo 1º discorre entre outros pontos sobre as desapropriações necessárias para a instalação do parque fabril,

Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial, por via amigável ou judicial, os direitos imobiliários compreendidos no perímetro descrito no artigo 3º deste Decreto, assim entendidos o domínio pleno, domínio útil e benfeitorias, necessárias a implantação do Distrito Industrial de São Luís, na conformidade do respectivo projeto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980. (MARANHÃO. Decreto 7646/80).

Assim, o Maracanã acabou sendo um dos locais mais atingidos pelo referido Decreto Estadual, sobretudo em virtude do “marco zero” para o parque industrial em questão ser nos seus arredores, a porta de entrada do DISAL, localiza-se em frente à entrada principal desta comunidade,

Localizado a margem esquerda da BR-135, no sentido São Luís- MA/ Teresina-PI, no KM 08, no local denominado Maracanã (...), o Distrito Industrial de São Luís, foi concebido de forma modular, constituído por lotes industriais (...). O planejamento do distrito referenciado foi estrategicamente antecipado às necessidades futuras de implantação de unidades industriais de produção (...) reservando áreas para possíveis projetos advindos da política de descentralização e desconcentração industrial, desencadeada pelo projeto Grandes Carajás, constituído pelas atividades de mineração, transporte ferroviário e porto exportador de minérios. (FERREIRA, 2003, p. 71).

Sobre o DISAL, como uma vertente da política desenvolvimentista do período, Ferreira (2003, p. 04), comenta:

A implantação do Distrito Industrial de São Luís/MA teve como fundamento básico, promover o desenvolvimento do Maranhão em consonância com a política nacional de descentralização e desconcentração industrial praticada nos anos 70, voltadas para o Norte e Nordeste brasileiro.

A expansão do capitalismo na área rural de São Luís é representada, principalmente, pela instalação do DISAL (Distrito Industrial de São Luís), correspondendo ao momento de preponderância/domínio deste modo de produção em relação as antigas formas de produção, de trabalho que eram operadas naquela região há bastante tempo, em especial, aquelas que tinham nas atividades com a terra – a lavoura – o seu principal meio de produção, em muitos casos, com as atividades voltadas para a subsistência. Desse modo, teremos a partir dos anos oitenta um novo cenário para a comunidade através do encontro/confronto de modos de produção distintos.

### **3. Maracanã e o DISAL: contradições do processo industrial**

A instalação do DISAL, no início dos anos de 1980, faz parte das políticas desenvolvimentistas do período militar para o estado do

Maranhão. Nesse cenário, o parque industrial representaria a modernização para uma região da capital em que muitas localidades, por exemplo, não possuíam rede de iluminação elétrica. As fábricas eram constituintes da narrativa de que o país só se tornaria uma potência por intermédio da industrialização.

Nesse sentido, a fábrica acabou por despertar o encantamento em algumas pessoas, como espaço de encarnação/materialização do progresso, do desenvolvimento, com as relações de trabalho assentadas na carteira assinada, na garantia dos direitos trabalhistas; embora, trazendo-se uma nova forma de disciplina, bem diferente do modelo que se tinha à época dos trabalhos na lavoura, posto que:

A fábrica não é, como atestavam os liberais, tão somente um acontecimento tecnológico. É organização do trabalho e controle do tempo e da produção; vigilância sobre o operário e sobre o processo produtivo. A instalação do modelo da fábrica vem impor hierarquia e disciplina a produção e impedir: o ritmo irregular de trabalho que, no modelo de pequenas oficinas independentes, cada artesão determinava a seu bel prazer; a vida de festas que atrasava a produção e impedia a ética moral do trabalho. (BITTENCOURT, 2005, p. 51)

Incontestavelmente, o Distrito Industrial (DISAL), representou mudanças no modo de produção em Maracanã; mas as formas de produção/reprodução da vida social, como exposto anteriormente, são constituídas por várias determinações tanto no âmbito material quanto imaterial. No tocante aos aspectos materiais, os indivíduos na condição de “soldados” foram recrutados para compor as fileiras das fábricas, tanto que ainda na contemporaneidade, o Distrito Industrial continua sendo o principal ramo de emprego, principalmente para as pessoas das classes menos favorecidas não só do Maracanã, como da área rural em geral. Com isso, observa-se um considerável exército de reserva no entorno do DISAL,

devido ao significativo crescimento demográfico que continua acontecendo na região.<sup>20</sup>

Abaixo, tem-se a relação de algumas empresas instaladas no parque fabril nos anos 80 com seus respectivos ramos de atuação, além do tamanho da propriedade ocupada no DISAL:

Quadro 1 - Sistema ocupacional do Distrito Industrial de São Luís/MA, GEPLAN/MA (2002).

SISTEMA OCUPACIONAL DO DI - SÃO LUÍS (FEVEREIRO DE 87)		
RAZÃO SOCIAL	ÁREA (m <sup>2</sup> )	ATIVIDADE PRINCIPAL
<b>INDÚSTRIAS IMPLANTADAS</b>		
01. Aganor Gases e Equipamentos	20.000	Fábrica de gases industriais e medicinais
02. Alunor Ltda	90.000	Fabricação de artefatos de alumínio
03. Concretex S/A	9.783	Concreto pré-fabricado
04. Carajás Indústria Mecânica LTDA	17.997	Transformação e beneficiamento de produtos metalúrgicos e siderúrgicos
05. Café Caravelas Ltda	18.610	Torrefação e moagem de café
06. Café Luanda Ltda	10.085	Torrefação e moagem de café
07. Café Renascença Ltda	10.000	Torrefação e moagem de café
08. Engecol Engenharia Ltda	9.879	Confecção de pré-fabricados de cimento
09. FEM - Fábrica de Estrutura Metálica	73.000	Fabricação de estruturas metálicas
10. Fábrica de Velas Santa Clara Ltda	12.000	Fabricação de velas e produtos de limpeza
11. Indústria Pesqueira Tutóia Ltda	15.653	Beneficiamento de pescado
12. Ital Ltda	135.813	Fabricação de tratores anfíbios e barcos
13. Metalur Mecânica	14.433	Montagem de equipamentos industriais
14. Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos - Laboratório Farmacêutico - UFMA	12.000	Fabricação de produtos alimentícios e de limpeza e Laboratório Farmacêutico

20 Além das “ocupações” citadas anteriormente, na última década a região foi contemplada com ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), assim alguns conjuntos habitacionais foram construídos nas proximidades do Maracanã. Tais como: Residencial Ribeira, Amendoeiras, Santo Antônio, dentre outros. Além do crescimento demográfico, os condomínios em questão, foram responsáveis pelo desmatamento da região e poluição dos lençóis freáticos. Um dos rios mais atingidos com a poluição e o assoreamento foi o Maracanã (ver figura 1). Sobre o contraste provocado por esses programas a área rural, Alcobaça (2018, p. 112-113), destaca: “Tomados de assalto por uma ordenação urbana do espaço de São Luís, em contraposição a um quase mundo rural, com as suas formas de vida e relação com a natureza, esse antigo tecido sócio-cultural-ambiental se viu esgarçado e atravessado por novas teias que desafiam a comunidade a uma nova política de convivências.

Os saberes e as práticas já enraizados, assumem agora, um poder capaz de negociar o lugar, como abertura, e ao mesmo tempo, como elementos de territorialização, já que definem e asseguram o lugar das pessoas e das coisas. A ameaça de rompimento abrupto da relação da comunidade com os seus vínculos (terra, sagrado, juçarais, buritizais, águas etc.), produz enormes sofrimentos aos moradores e são estes sofrimentos que, paradoxalmente, impulsionam as lutas que ocorrem em várias frentes. As festas e as rezas autorizam, assim, uma forma de convivência que não exclui o “outro”, de modo que lhes permitem continuar, ainda que não da mesma forma, as suas tradições.”

15. Premolde Ltda	63.842	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
16. Préfabricados Alfa do Maranhão S/A	52.122	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
17. Supermix Ltda	20.000	Concreto pré-fabricado, transporte e bombeamento
18. Agro-Industrial Coqueiro Ltda	651.510	Artefatos de cerâmica
19. Artícil – Artefatos de Cimento Ltda	20.620	Confecção de pré-fabricados de cimento
20. Cerâmica Norte Brasil	160. 312	Artefatos de cerâmica
21. Cerâmica São Luís	108. 852	Artefatos de cerâmica
22. Cia Industrial Maranhense de Óleo	4.337	Extração de óleo de mamona
23. Consórcio Alumar	100.000.000	Usina de alumínio e alumina
24. C.V.R.D	22.213.500	Terminal de minério de ferro
25. Cerâmica Quebra Pote	2.480.000	Artefatos de cerâmica
26. Premil Ltda	92.171	Confecção de pré-fabricados de cimento

Fonte: FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansem. **Distritos Industriais: opção de desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2003 (Dissertação de mestrado).

Como podemos observar, os ramos industriais do DISAL eram os mais variados possíveis, desde empresas que trabalhavam com construção civil até aquelas com a produção visando o consumo imediato.

Conforme Ferreira (2003), além das empresas supracitadas, no ano de 1987, existiam mais 29 que estavam em processo de implantação (obras de construção) ou em análise para serem instaladas. Dentre elas, novamente, constata-se os mais variados ramos de atividade, desde a fabricação de margarina glicerina (**A.O. Gaspar Industrias Ltda**), de moveis em geral (**B & D Moveis Ltda**), de fiação e tecelagem (**Finobrasa S/A**), de fertilizantes (**FERTIMAR S/A**), passando pela produção de tijolos (**ARTCNAM – Artefatos de cimento no Nordeste e Amazônia Ltda**), dentre outras tantas que integravam ou passariam a integrar o Distrito Industrial.

Desse modo, a área do Distrito Industrial já contava com uma considerável infraestrutura: o sistema ITALUÍS<sup>21</sup> responsável pelo

<sup>21</sup> O Sistema ITALUIS foi implantado em 1982, a época do Governo de João Castelo.

fornecimento de água para as empresas, o asfaltamento da malha viária do parque fabril estava pronta, transportes próprios fornecido por algumas fábricas para realizar o traslado dos operários , além da passagem do coletivo da empresa TAGUATUR<sup>22</sup> – que alimentava o bairro do Maracanã – por dentro do distrito.

Entretanto, os impactos físicos e, sobretudo, culturais foram consideráveis para as pessoas da comunidade do Maracanã. No plano material, famílias por meio de indenizações foram desapropriadas das terras que residiam por gerações, outras perderam parte de suas propriedades como consequência do crescimento demográfico assistido na capital, o que acabou por desencadear o surgimento de diversas “ocupações”<sup>23</sup> no entorno desta comunidade.

Por sua vez, no plano imaterial, o Distrito Industrial causou forte impacto imagético nas pessoas, nas maneiras de sentir, pensar e agir, era como se uma nova cidade/espço fosse surgindo ao lado da antiga comunidade. Uma situação curiosa aconteceu com a tradicional festa de reis<sup>24</sup>, pois até a década de 1970 a celebração acontecia de 25 de dezembro (nascimento de Cristo) até 07 de janeiro (dia dos Reis pobre), entretanto, a partir dos anos 80 a festa passou a ser celebrada somente de 05 a 07 de janeiro. Uma das razões do encurtamento das celebrações está associada ao surgimento do DISAL, uma vez que com o advento das indústrias a produção não poderia cessar, assim, a presença das pessoas durante às noites em suas casas como acontecia à época dos trabalhos com a lavoura, não eram mais possíveis. Dito de outra maneira, as mudanças no modo de

---

22 TAGUATUR TAGUATINGA TRANSPORTES E TURISMO, Fundada em Brasília no ano de 1968, mudando-se para a cidade de São Luís em 1971. Ver: <http://www.taguatur.com.br/transportes/content/ataguatur/>. Acesso em 13 de julho de 2020.

23 Ver nota 13.

24 Ver nota 08.

produção trazidas com o Distrito Industrial alteraram os aspectos superestruturais da comunidade, dentre eles, as celebrações dos Reisados.

Cabe destacar que inicialmente, o recrutamento das pessoas foi para obras de construção do parque fabril e, na sequência, para venderem suas forças de trabalho nas indústrias. Em outras palavras, as fábricas em uma perspectiva aparente da realidade significavam a materialização do progresso, do desenvolvimento para a zona rural. Porém, cabe-nos os seguintes questionamentos: progresso para quem? Desenvolvimento para quem? Como falarmos em desenvolvimento quando o DISAL tem um sistema regular de abastecimento de água e as adjacências não possuem rede de água encanada ou mesmo regularidade no abastecimento? Como concluir que se trata de desenvolvimento, quando a maioria dos indivíduos não foi contemplada? Como falar em desenvolvimento com a contaminação e assoreamento dos lençóis freáticos?

Imagem 01: Assoreamento e poluição no Rio Maracanã



Fonte: autor (2020)

Dentro de uma perspectiva dialética, o Distrito Industrial significa a negação do antigo modo de produção que era praticado em Maracanã.

Embora, o DISAL tenha proporcionado o desenvolvimento das forças produtivas em uma escala nunca vista na região ou um conjunto de capital constante (maquinaria) significativo para o interior de São Luís a partir da década de 1980; o, DISAL, também, representou o processo desenfreado de produção de mais-valia. Isso não significa que não tenha existido o *sobre-trabalho* ao longo da história do Maracanã, porém *sobre-trabalho* não necessariamente significa o mesmo que mais-valia, haja vista que só existe mais-valia com o capitalismo, pois o “ que distingue particularmente o modo capitalista de produção é a circunstância de a produção da mais-valia ser objetivo direto e causa determinante da produção” (MARX, 2008, p. 1157).

Com isso, o tempo natural foi substituído pelo tempo mecânico, o tempo dos relógios, o tempo da produção fabril, embora, inicialmente alguns tenha se “maravilhado” com este mundo, com o passar dos anos, os desgastes nos corpos, os problemas de saúde devido as longas jornadas de trabalho mostraram que não se tratava de “maravilhas”, mas sim, de exploração. Uma vez que:

“[...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador. [...] O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório”. (MARX, 2010, p. 82-83).

Imagem 2: Entrada principal do Distrito Industrial



Fonte: autor (2020)

Desse modo, as contradições do modo de produção capitalista com o tempo têm se mostrado evidentes, uma vez que sua expansão por meio das fabricas do DISAL produziu a pauperização da força de trabalho das pessoas do Maracanã, em especial, no cenário de desestruturação do antigo modo de produção que era alicerçado nas atividades com a terra. Assim, com a expropriação desses sujeitos da base fundiária, da retirada dos seus meios de produção, restou para muitos somente a venda de sua força de trabalho no parque fabril, com isso, o capital, em todas as suas nuances, estava consolidado.

### **Considerações Finais**

Conforme o exposto, as fábricas possuem diversas funções, dentre elas, disciplinar os sujeitos sociais através da regularidade da produção, da construção de valores éticos e morais referentes ao próprio trabalho. O tempo natural da produção agrícola ou até mesmo das atividades de pesca bem típicas em comunidades tradicionais teria que ser substituídas pelo tempo do relógio, do badalar das industrias, da produção constante diuturnamente.

No tocante a área rural de São Luís esse cenário não foi destoante, haja vista que o DISAL (Distrito Industrial de São Luís) é implantado a

partir de 1980 com a premissa do desenvolvimento, da prosperidade, do crescimento econômico, da “civildade”, para comunidades que até o interstício dos anos de 1970 não possuíam rede de iluminação ou mesmo estradas asfaltadas.

Em se tratando do Maracanã – formada por ex-escravizados no final do século XIX – os impactos dessa política de industrialização continuam sendo visíveis, posto que as terras que no passado eram utilizadas para a lavouras e trabalhadas de maneira coletiva pelas famílias passaram a constituir parte do território do DISAL, além claro, de outra parcela ter sido tomada pelas “ocupações/invasões” ou até mesmo mais recentemente pelos Programas do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em especial, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O que, por sua vez, tem contribuído no crescimento demográfico da região, propiciando cada vez mais o fomento de um considerável exército de reserva para as empresas do DISAL e por extensão o aumento da produção de mais-valia.

Por fim, apesar da criação da APA (Área de Proteção Ambiental) do Maracanã<sup>25</sup> em 1991, o processo de ocupação desordenado do solo pelas empresas, “ocupações” ou mesmo os conjuntos habitacionais tem causado diversos impactos ambientais, em especial, refletidos na poluição dos rios, nos processos erosivos acelerados e assoreamento dos canais fluviais (FILHO, 2010), situação essa que poderá ser agravada caso a aprovação da proposta do novo Plano Diretor para São Luís seja concretizada. Proposta está que tem sido defendida por seguimentos do Poder Público juntamente com representantes da iniciativa privada (capital), tendo-se com um dos

---

25 Decreto 12.103, de 01 de outubro de 1991, criando a Área de Proteção Ambiental do Maracanã. Tendo-se os seguintes limites: “Art 2º - A APA de Maracanã situa-se na ilha de São Luís sendo limitada ao Norte pelo Rio Maracanã (limite Sul do Parque Estadual do Bacanga), ao Leste pela Estrada BR-135, ao Oeste pelo Módulo 9 do Distrito Industrial de São Luís e ao Sul pela localidade de Rio Grande; terá uma área de 1.831 há ficando subordinada administrativamente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR”. (MARANHÃO. Decreto 12.103/91).

principais objetivos a modificação do zoneamento da Zona Rural, alterando-a para Zona Industrial.

## **Referências**

ALCOBAÇA, Luzinele Everton de. **Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global**. Belém/UFPA, Novos Cadernos NAEA, vol.21, n.1, 2018.

ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-70)**. São Luís: UFMA, 2012 (Dissertação de mestrado).

BITENCOURT, João Batista. **A fabricação do homem-labor: o trabalho como princípio moral da sociedade moderna**. In: **Seminário Interdisciplinar de cursos de Licenciatura da UNESCO**. Criciúma: UNESCO, 2005.

CARDOSO DE MELLO, Manuel. **O capitalismo tardio**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 9<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Zaide & COUTO, Aracy do Prado. **Folias de Reis**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado, da Educação e Cultura, 1960.

CORONEL, Daniel Arruda & PEREIRA, Maria Rosivalda da Silva. **A industrialização no Maranhão: uma análise do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial**. In: VI Jornadas de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação contra a exploração, a dominação e a humilhação (Caderno de resumos). São Luís: UFMA, 2013.

Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 20 de março de 2020.

Disponível em: <http://www.taguatur.com.br/transportes/content/ataguatur/>. Acesso em 13 de julho de 2020.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva. **Caracterização geoambiental da Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, São Luís –MA**. In: CARVALHO NETA, Raimunda Nonata Fortes (Org). **Área de Proteção Ambiental do Maracanã: subsídios ao manejo e à Educação Ambiental**. São Luís: FAPEMA, Café & Lápiz, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Editora Global, 2008.

FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansem. **Distritos Industriais: opção de desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2003 (Dissertação de mestrado).

FONSECA, Pedro Cezar D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. In: DATHEIN, Ricardo (Org). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

LOPES, José Antonio Viana. **O arquiteto português Alfredo Viana de Lima e a construção do ideal moderno na cidade de São Luís do Maranhão**. Palmas: Revista Amazônica Moderna, Vol. 2, n.1, p. 40-61, abr-set. 2018.

MARANHÃO. Decreto 7646/80. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legislacao/documento/?id=2543>. Acesso em 02 de outubro de 2019.

MARANHÃO. Decreto 12.103/91. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/306\\_20100823\\_153930.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/306_20100823_153930.pdf).

Acesso em 14 de julho de 2020.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho estranhado e propriedade privada**. IN: **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital)**. Livro 1 (Volume 2). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital). Livro 1 (Volume 1)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política (O processo global de produção capitalista). Livro 3 (Volume 6)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NETO, Roberval Amaral. **“LEI SARNEY DE TERRAS”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980**. Recife: ANPUH – Brasil – 30º Simpósio de História, 2019.

OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para a construção de suas políticas econômicas**. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado).

**PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS (1975)**. São Luís: SIOGE, 1977.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980**. In: **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras / Ricardo Bielschowsky ... [et al.]**. – Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011.

## Marxismo e herança cultural: uma reflexão em Ernst Bloch

Marta Maria Aragão Maciel<sup>1</sup>

*É hora de fazer saltar as armas das mãos da reação.*

Ernst Bloch, *Herança dessa época*

Na obra de Ernst Simon Bloch (1885-1977), síntese de influências várias que vão da “esquerda aristotélica” à dialética hegeliana, uma em particular representa o âmbito da reflexão filosófico-política no interior da qual o pensador judeu busca se inserir: o marxismo. Com efeito, ao buscar a fundamentação de uma ontologia do possível e, dentro desta, apontar o marxismo como uma filosofia do futuro<sup>2</sup>, o pensador alemão tinha como escopo a recusa de toda perspectiva teórica e política que teria caído, em sua visão, num pessimismo absolutizado que inviabilizaria a própria possibilidade da crítica social. Entre estes, Bloch inclui antigos interlocutores seus como Adorno e Horkheimer<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pelo Programa de Doutorado Integrado UFPB/UFPE/UFRN. Membro do grupo de pesquisa em filosofia e crítica social (GEFICS/UFPB). Contato: Maciel\_mart@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Nas linhas de *O Princípio Esperança*, o pensamento de Marx representa precisamente uma ruptura com as filosofias do passado. O marxismo vem compreendido, desse modo, como *filosofia do futuro*: tal seria seu maior legado. Em sua não oposição entre o pensar e o fazer, tal como Marx aponta em sua décima primeira *Tese contra Feuerbach*, encontra-se uma nova compreensão do real que recusa a postura típica da *filosofia tradicional*. Essa expressão, aqui tomada de empréstimo de Horkheimer, bem traduz a tentativa de Ernst Bloch de retomar o marxismo como uma *teoria crítica* e, para tanto, compreende como fundamental a recusa ao marxismo vulgar, se referindo às teorizações da socialdemocracia alemã, em particular. Para Bloch, esse elemento absolutamente novo é a afirmação de que, na compreensão do real (do presente), o pensamento deve vincular-se ao que está por vir, ao horizonte do futuro. O marxismo é, por isso, entendido como *ciência do novo*, sendo elemento que “levou a nova filosofia (...) às barricadas” (BLOCH, 2005, p. 278).

<sup>3</sup> Afirmar a atualidade da utopia em pleno século XX somente pode ser compreendido como contraponto, de um lado, aos discursos que afirmaram categoricamente a falência e o fim e impossibilidade de realização do projeto emancipatório da razão iluminista e, de outro lado, compreendendo a necessidade de responder aos limites teóricos

Ernst Bloch ficou conhecido como um pensador cuja obra pautou a afirmação da utopia como o conceito filosófico-político de seu tempo. No interior da reflexão blochiana vemos que retomar a atualidade de tal conceito significou a sustentação da atualidade do trabalho teórico-político na perspectiva da crítica social, o que em outros termos significa a afirmação da possibilidade de transformações radicais no âmbito da realidade em processo. Na fundamentação de uma ontologia do possível assistimos, entre outras importantes afirmações, uma tese que confronta o pensamento contemplativo, concluindo que aquilo que existe, enquanto fato, é falso<sup>4</sup>.

Num contexto histórico diagnosticado por Habermas como um momento no qual “a cotação da utopia está baixa. [...] [Concluindo que] O mundo ocidental se entrincheira contra o futuro” (HABERMAS, 1993, p. 154), Ernst Bloch tematizou o problema da herança cultural – e o tema, a este articulado, da memória histórica – como da maior importância política. Ora, tal reflexão é vista pelo filósofo judeu-alemão como uma questão fundamental para a qual ele mesmo procura contribuir no interior da reflexão marxista. Em sua *opus magna*, *O Princípio esperança* (1954/1959), na riqueza do marxismo o autor aponta a possibilidade de uma “apropriação crítica do legado cultural” (BLOCH, 2005, p. 273).

---

a que o pessimismo de Adorno e Horkheimer, por exemplo, havia conduzido – Bloch dialogou diretamente com essa tradição, sobretudo no exílio –, como se houvesse uma inevitabilidade na tríade progresso/razão e catástrofe. Com efeito, se assim é, “também o próprio exercício crítico encontra-se em uma aporia: se a razão instrumental é a forma única de racionalidade do capitalismo administrado, bloqueando qualquer possibilidade de emancipação, em nome de que é possível criticar a racionalidade instrumental” (Cf. NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. São Paulo: Zahar, p. 52).

4 Cf. BLOCH, Ernst. *El pensamiento de Hegel*, p. 8. Dentre os pensadores de tradição marxista do século XX, Ernst Bloch se inscreve entre aqueles que mais insistiu na relevância da obra hegeliana para Marx. Aliás, Hegel é tal decisivo para o próprio Bloch que, em seu livro dedicado a Hegel, podemos ler o seguinte: “O que a este filósofo lhe preocupava era, sobretudo, o eu que se abre a caminho do conhecimento e do verdadeiro, que é o real. E a verdade não é nunca o fato em repouso ou estabelecido [...]. A verdade, enquanto realidade, é muito mais o resultado de um processo. Tal processo é o que falta esclarecer e obter. Hegel é um dos nomes mais relevantes para esse objetivo, tanto pela dialética como pela extensão dos seus testemunhos. Quem aspire à verdade tem que adentrar nesta filosofia, mesmo que a verdade não se detenha nela. Hegel não negou o porvir. Nenhum futuro renegará Hegel” (BLOCH, 1963, p. 8).

A herança cultural que Ernst Bloch quer interpretar e atualizar para o presente histórico constitui experiências mais amplas no âmbito da literatura, na arte, no cinema, em filosofias como a do aristotélico Avicena e a dialética de Hegel, etc. Na presente reflexão, exemplificaremos algumas experiências arrancadas de um passado morto, e interpretadas por Bloch como atuais posto que revolucionárias, experiências que já no passado questionaram o mundo presente e prospectaram em torno de um futuro emancipado: é essa a atualidade que o filósofo quer resgatar na *herança intacta*. Nessa medida, é esclarecedor o seguinte comentário de Remo Bodei acerca do projeto blochiano de atualizar a esperança e rebeldia presentes em certas heranças do passado:

A esperança não deseja um retorno às origens: a sua “fome de ser” busca alimento no futuro. Antecipando-o, essa põe em tensão também os outros tempos; ressuscita as coisas e os homens sepultados na cripta de um passado morto e se sacode da dissipação de um presente pontual e de todo opaco (BODEI, 2005, p. XIX).

A primeira experiência arrancada de um passado morto a ser atualizada que elencamos aqui é relacionada ao nome de Thomas Münzer, teólogo já apontado por Engels como tendo exercido um papel revolucionário no contexto das guerras camponesas na Alemanha em fins da Idade Média. Em 1922, o tema da memória histórica se apresenta claro na obra do jovem Bloch dedicada a *Thomas Münzer: teólogo da revolução* (1922). O nome do profeta revolucionário havia voltado ao debate justamente no contexto da Alemanha no século XX que, de novo, voltava a se sublevar contra o poder dominante. Assim, em seu trabalho, Bloch busca atualizar a figura de Münzer, um cristão rebelde “esquecido, desde que coubera ao vencedor escrever a história” (BLOCH, 1973, p. 105).

Nessa obra de juventude, o autor está sempre a denunciar o esquecimento ao qual foi legado o profeta-revolucionário: “Não houve, até hoje, bastante pesquisa em torno de Münzer” (BLOCH, 1973, p. 3) e, dentre os poucos documentos elaborados ao longo dos últimos séculos, em sua maioria, trataram-se de textos “às vezes conscientemente mentirosos e quase sempre inutilizável” (BLOCH, 1973, p. 4). Dentre os estudos que apresentaram uma visão mais justa encontram-se os trabalhos de Karl Kautsky e, “acima de todos, Friedrich Engels, [...] no seu breve ensaio *A guerra camponesa alemã*” (BLOCH, 1973, p. 5).

O ensaio de Engels representa um trabalho que é referência na historiografia marxista acerca dos movimentos camponeses em fins da Idade Média. Tal texto foi escrito em Londres em 1850, sob a influência e o impacto dos eventos revolucionários de 1848. Em *As guerras camponesas na Alemanha*, se reportando ao movimento rebelde camponês-cristão, o colaborador de Karl Marx escreve: “O povo alemão tem sua tradição revolucionária. Tempo houve em que a Alemanha produzia homens que se podem comparar aos melhores revolucionários de outros países” (ENGELS, 1977, p. 23). Apesar de três séculos de desenvolvimento capitalista e, evidentemente, depois de profundas mudanças de ordem econômica e técnica, e de mudanças na estrutura das classes, Engels pondera que

A guerra dos camponeses não se encontra tão distante de nossas lutas atuais e muitas vezes temos de combater os mesmos adversários de então. As mesmas classes e frações de classes que traíram o movimento de 1848 e 1849 são as que encontramos como traidoras em 1525 se bem que em etapa inferior de desenvolvimento (ENGELS, 1977, p. 23).

Somente na Turíngia, também em razão da importante influência de Thomas Münzer e seus discípulos, Engels fala da tempestade que arrastou

amplas massas das cidades, e um “proletariado embrionário pôde momentaneamente impor-se a todos os demais elementos em luta. Este episódio constitui o ponto culminante da guerra camponesa, simbolizado pela figura gloriosa de Tomas Münzer” (ENGELS, 1977, p. 34). Aliás, Engels recorda que Münzer tinha por herança direta, além da Bíblia, os místicos medievais, em particular “os escritos quiliásticos de Joaquim, o Calabrês” (ENGELS, 1977, p. 46).

O intuito de Bloch foi, com efeito, o de resgatar a figura e a ação de Thomas Münzer e do movimento anabatista por ele liderado enquanto herança intacta que devia/deve ser atualizada no contexto do século XX e, em particular, para o contexto de uma Alemanha que, no período em que Bloch escrevia seu próprio texto, estava a reviver a ascensão dos movimentos revolucionários dos trabalhadores entre os anos 1918 e 1923. Assim, numa concepção dialética do tempo histórico, a recusar a existência de um abismo separando definitivamente passado, presente e futuro, sobre os objetivos dessa obra o escritor alemão esclarece:

Estas páginas associam à atualidade, aos dias vindouros, o prematuro movimento, meio esquecido, apenas em parte consciente. Certamente, pois, este trabalho foi elaborado em si mesmo enquanto Filosofia da religião e da História, apesar de sua base empírica. E isto ocorre porque, não só nossa vida, como tudo o que a ela diz respeito, está sempre em processo e, em consequência, não fica fechado nos limites de seu tempo ou da história em geral, exercendo sua influência, enquanto sinal de testemunho (BLOCH, 1973, pp. 6-7).

A ideia de *testemunho* está indissolivelmente associada ao que constitui a figura de Müntzer como uma herança atual. Assim, do mesmo modo que Engels havia retomado a importância das guerras camponesas na Alemanha à luz dos eventos de 1848, Ernst Bloch tentou vincular o nome de Müntzer aos eventos revolucionários ocorridos na Alemanha nos

anos 1918-1923. Dito de outro modo, a herança intacta do profeta-revolucionário e das lutas camponesas em fins da Idade Média poderiam surgir como alimento para as lutas políticas do presente, não podendo “os vencidos” da história ser legados ao esquecimento tal como sempre conduziu uma concepção da história cuja visão é embasada “numa sucessão de imagens despedaçadas, [...] numa sólida epopéia do progresso” (BLOCH, 1973, p. 7). É nessa perspectiva que, em sua linguagem, ao mesmo tempo política, religiosa, expressionista, e mesmo benjaminiana, o pensador alemão pondera:

Os mortos retornam, como num novo gesto, assim em significativo contexto, portador de novas descobertas, e a compreendida História, formada sob o influxo impulsionador das ideias revolucionárias, transformada e iluminada em lenda, torna-se uma função que não se perde, na plenitude dos seus testemunhos, enunciados pela revolução e o Apocalipse (BLOCH, 1973, p. 7).

Em *O Princípio esperança* – obra enciclopédica que representa uma hermenêutica da história das utopias –, outra herança intacta fundamental é aquela representada pelo romance renascentista *Utopia* (1516), de Thomas Morus. O que Ernst Bloch tenta refletir ao tratar um livro que já completou seu quinto século de existência é, de fato, pensá-lo em sua atualidade necessária. No contexto de sua reflexão, ao tematizar o problema da memória histórica, o autor ressalta a dupla possibilidade dessa apropriação – tal qual, por extensão, podemos pensar os fenômenos culturais de modo geral –, ou seja, a possibilidade de uma apropriação revolucionária, tanto quanto reacionária. Na apropriação do passado tal como deu-se em relação ao texto de Morus fazia-se necessária, de fato, a recusa da “leitura” posterior que muitos filólogos burgueses ou teóricos da Igreja fizeram, intentando silenciar a voz do “mais nobre precursor do

comunismo” (BLOCH, 2006, p. 72), legando-o à tradição apenas como um mártir da Igreja.

A *Utopia* é texto escrito sob a influência dos relatos de Américo Vespúcio e do historiador Pedro Mártir sobre as terras “americanas”, sobre as quais Morus, tão interessado no “novo” mundo, escutou histórias acerca do epicurismo de seus habitantes, que certamente não chamou menos atenção que a ausência de dinheiro e de propriedade privada nos lados do Atlântico Sul.

Na primeira parte do livro, Thomas Morus realiza profunda crítica à Inglaterra de seu tempo. No diálogo, Morus parece expor suas próprias opiniões a partir da voz de Rafael Hitrodeu, viajante sábio que relata sobre a distante ilha que conhecera: “U-topia, não-lugar, chama-se a ilha de Morus. [...] O não-lugar é pensado, na forma de postulado, como o lugar em que os seres humanos de fato se encontram” (BLOCH, 2006, p. 70). Assim, o viajante que conheceu o melhor dos Estados se assombra com a realidade da Inglaterra, explicando a criminalidade como tendo em sua origem raízes sociais, de tal modo que critica a saída usada pelos governantes para combatê-la:

Nesse caso, a morte é uma pena injusta e inútil; é bastante cruel para punir o roubo, mas bastante fraca para impedi-lo. O simples roubo não merece a forca, e o mais horrível suplício não impedirá de roubar o que não dispõe de outro meio para não morrer de fome. Nisto a justiça da Inglaterra e de muitos países se assemelha aos mestres que espancam os alunos em lugar de instruí-los. Fazeis sofrer aos ladrões pavorosos tormentos; não seria melhor garantir a existência a todos os membros da sociedade, a fim de que ninguém se visse na necessidade de roubar, primeiro, e de morrer, depois (MORUS, 1972, p. 173).

O viajante sábio que conheceu Utopia chegou mesmo a perceber na existência da propriedade privada a origem da desigualdade e de tantas misérias produzidas pela sociedade. Como podemos ler no texto de Morus,

“onde ainda existir a propriedade privada, onde todas as pessoas medirem os valores pelo critério do dinheiro, dificilmente será possível um dia empreender uma política justa e feliz” (MORUS *apud* BLOCH, 2006, p. 75). Em seu relato, Rafael Hitlodeu – que expõe os pensamentos mais radicais de Thomas Morus – parece deduzir da existência da propriedade privada a existência de senhores e servos, a escravidão, a guerra e a ganância em usar o poder como meio de manutenção e acúmulo de mais riquezas. Assim, no entender de Bloch, na *Utopia* vemos surgir uma espécie de conceito pré-marxista do Estado de classes, ali onde as forças capitalistas eram ainda incipientes:

Quando considero todos os nossos Estados, que hoje florescem em algum lugar, não descubro nada além de uma conspiração dos ricos que abusam do nome e do título legal do Estado para cuidar de sua vantagem pessoal. Maquinam todos os imagináveis métodos e estratégias, inicialmente para manter o controle sobre as propriedades que amontoaram mediante o emprego de métodos condenáveis, sem perigo de perdê-las, e em seguida para comprar o esforço e labor dos pobres da forma mais barata possível e aproveitar-se deles (MORUS *apud* BLOCH, 2006, p. 77).

Tal realidade é desenhada em contraste radical da distante ilha feliz de nome *Utopia*, tempo e lugar onde sequer as casas pertencem a indivíduos: devem ser trocadas a cada dez anos. Do mesmo modo, o autor que morreu como mártir da Igreja foi árduo defensor da tolerância, em particular a religiosa: “Porque uma das mais antigas cláusulas da constituição dos utopianos é que a religião não pode prejudicar ninguém” (MORUS *apud* BLOCH, 2006, p. 76). Em *Utopia*, o trabalho árduo inexistente, pois sua função é meramente a de possibilitar a vida boa individual e coletivamente, não superando a seis horas a jornada de trabalho. Assim, no dizer de Rafael Hitlodeu,

O fim das instituições sociais da Utopia é de prover antes de tudo às necessidades do consumo público e individual; e deixar a cada um o maior tempo possível para libertar-se da servidão do corpo, cultivar livremente o espírito, desenvolvendo suas faculdades intelectuais pelo estudo das ciências e das letras. É neste desenvolvimento completo que eles põem a verdadeira felicidade (MORUS, 1972, p. 231).

Em *O Princípio esperança* Bloch realiza uma crítica radical, além da Igreja – que buscou reduzir Thomas Morus apenas à imagem de santo –, também à “burguesia posterior, [...] [pois ambos intentaram] transformar Morus apenas em homem de Igreja e desinfetá-lo do odor revolucionário” (BLOCH, 2006, p. 71). É essa intenção que está por trás, por exemplo, de um trabalho como o do filólogo Heinrich Brockhaus, para quem a obra de Morus, da forma como existe e exerceu uma influência que já perdura cinco séculos, seria uma falsificação (Cf. BLOCH, 2006, pp. 71-73).

Para este estudioso, Morus, que de fato escreveu uma *Utopia*, não foi o autor do livro que circulou sob este título, mas apenas seu editor: o que circulou, não sendo o original, foi deturpado por mão estranha, a de Erasmo de Rotterdam. Segundo tal hipótese, todo o conteúdo político e todo o epicurismo que permeiam a obra pertenceriam a Erasmo. Do mesmo modo, segundo tal interpretação, foi apagado por Erasmo o conteúdo principal da obra: Morus, que foi tornado santo pela Igreja em 1935 por ter combatido até a morte a aceitação do rei Henrique VIII como chefe da Igreja na Inglaterra, “visava restaurar na Igreja a consciência ascética, bem como sua salutar dignidade, um ano antes de, em 1517, acontecer a catástrofe violenta, cismática” (BLOCH, 2006, p. 72). Em outros termos, o filósofo inglês visaria uma reforma religiosa no interior da Igreja, não um projeto imaginário de uma sociedade ideal. Bloch, que se contrapõe veementemente a essa interpretação, diz: “o objetivo social

dessa espécie de filologia é bem patente: almeja-se cassar a palavra do mais nobre precursor do comunismo” (BLOCH, 2006, p. 72).

Era fato público que Erasmo havia retrabalhado a *Utopia* antes de sua publicação, mas no máximo inserindo elementos de leveza, de brincadeira irônica, que não combinavam com Morus. No texto de *Utopia*, suas duas partes apresentam uma tendência contraditória – e é com base nesse elemento que certos teóricos querem “libertar Morus do cheiro cadavérico do comunismo” (BLOCH, 2006, p. 72).

Na reflexão realizada por Ernst Bloch, essa contradição entre as duas partes de *Utopia* não pode ser desconsiderada. Tal tendência é percebida com base na existência da dualidade entre humanitarismo e indiferença, paraíso social e sociedade de classes. Se a primeira parte critica a propriedade privada, a existência da escravidão e a guerra, a segunda parte justifica a escravidão para delinqüentes e o desejo de anexação (inicialmente com medidas bélicas e guerra) de terras estrangeiras por parte dos utopianos. Esses elementos têm muito mais a ver com a própria prática da Inglaterra, com sua política imperialista, na qual vivia Morus.

O livro é expressão de uma burguesia ainda revolucionária que, contrária à sociedade estamental da Idade Média, se revelava a maior defensora de um mundo igual para todos. Contudo, essa apologia da igualdade nunca conseguiu ultrapassar mais que uma igualdade formal. Desse modo, “os sonhos da nascente burguesia, nos quais o próprio burguês desaparece como classe, não podem existir sem ironia e dissonâncias” (BLOCH, 2006, p. 74). De qualquer forma, para Bloch constitui imperativo enfatizar que

Malgrado todas as suas impurezas, a *Utopia* é e continua sendo o primeiro retrato mais recente de sonhos de ideais democrático-comunistas. No seio de forças capitalistas ainda incipientes, antecipava-se um mundo futuro e mais futuro: tanto o da democracia formal, que desencadeia o capitalismo, quanto

o da democracia humana concreta e material, que o elimina (BLOCH, 2006, p. 74).

Na obra *Herança dessa época* (1935), um livro em oposição ao nazismo, Bloch realiza algumas reflexões que nos possibilitam melhor compreender a insistência na necessidade de que o marxismo faça uma apropriação crítica do legado cultural. Trata-se de um livro em oposição ao fascismo, no qual encontramos o escritor judeu dizer que “a enganação cintilante ou embriagadora do fascismo serve apenas ao grande capital” (BLOCH, 1978, p. 3).

No livro, ao pensar o âmbito da cultura – a herança intacta – se tenta uma articulação dialética que, evidentemente, recusa a pobre teoria do reflexo ao tratar a relação desta com a estrutura econômica de determinada época, “tal como o faz o marxismo vulgar” (BLOCH, 1975, p. 202). Assim, ao refletir a relação entre economia e cultura, uma das conclusões centrais presentes na obra do pensador marxista se fundamenta na constatação de que obras da superestrutura se reproduzem na consciência cultural mesmo “após o descarte de seu fundamento social” (BLOCH, 2005, p. 153). Em terminologia blochiana, compreende-se, em outros termos, a existência de elementos não-contemporâneos no presente.

Desta feita, Bloch propõe a ruptura com um conceito homogêneo do tempo histórico. Ao fazer isto, o pensador alemão alerta frente ao perigo existente no uso reacionário desses restolhos do tempo. Conforme esclarece Jordão Machado, “a não-contemporaneidade assume a sua forma mais suscetível de ser apropriada pela barbárie” (MACHADO, 1998, p. 54). Ora, aqui é válido lembrar a defesa blochiana do expressionismo contra seu uso reacionário tal como feito pelos nazistas. Tal exemplo é revelador da importância dada à apropriação crítica da herança cultural

do passado, mas também representa um alerta para os riscos de seu uso pela reação. Tal como esclarece Jordão Machado [citando Bloch em larga medida],

A experiência do grupo *Der blaue Reiter* [...] de revalorização do “primitivo”, da pintura camponesa e do “ainda-não-consciente” é diametralmente oposta à utilização reacionária do arcaico e do não-contemporâneo pelos nazifascistas. “Os pintores dos primeiros documentos expressionistas, o *Cavaleiro azul*, moravam na Alta-Baviera, e as pinturas sobre vidro de Murnau não eram para eles folclore, mas testemunhas de uma fantasia própria extremamente atual” (EZ, p. 53). Esta atualidade, para Bloch, diz respeito ao modo como esses pintores fizeram uso do passado no presente. Não é a glorificação do arcaico, do inatural, como os nazistas fizeram das antiguidades alemãs (MACHADO, 1998, p. 55).

Dito de outro modo, as produções da superestrutura presentes em tantos outros exemplos da cultura progressista representam espaço ambíguo porque também espaço de conflito, podendo ser apropriadas tanto de um ponto de vista revolucionário quanto de um ponto de vista reacionário. Logo, nas preocupações de Bloch, se insiste que o marxismo crítico deve fazer um “uso diabólico”, uma apropriação crítica de tantas experiências culturais que constituem uma herança intacta justamente em razão de seu potencial crítico na direção da crítica social e na dimensão do tempo presente. Assim, quando em *Herança dessa época* Ernst Bloch escreve que “é hora de fazer saltar as armas das mãos da reação” (BLOCH, 1978, p. 4), as armas são também a cultura dialeticamente utilizável, àquela mesma que não somente deve ser salva de seu uso pela reação, mas que também se apresenta como arma na crítica da sociedade existente, ainda que, como a *Utopia* de Morus e os sermões de Thomas Münzer, se distanciem tanto de nós temporalmente.

## Referências:

- BLOCH, Ernst. **Du rêve à l'utopie**: Entretiens philosophiques. Textos escolhidos e prefaciados por Arno Münster. Paris: Hermann, 2016.
- \_\_\_\_\_. **El pensamiento de Hegel**. Trad. Wenceslao Roces. Mexico; Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1963.
- \_\_\_\_\_. **Héritage de ce temps**. Trad. Jean Lacoste. Paris: Payot, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Il Principio Speranza**. Trad. Enrico d'Angelis e Tomaso Cavallo. Milano: Garzanti, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Expressionismo visto agora**. Trad. C. E. Jordão Machado. IN: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *Um capítulo da história da modernidade estética: debate sobre o expressionismo*.
- \_\_\_\_\_. **O Princípio Esperança** [1954-1959]. Vol. I. Nélío Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Princípio Esperança** [1954-1959]. Vol. II. Trad. br. Werner Fuchs. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Thomas Münzer: Teólogo da Revolução** [1963]. Trad. Vamireh Chacon e Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. Equipe de trad. Editorial Grijalbo. 1. ed. Grijalbo: São Paulo, 1977.
- MORUS, Thomas. **Utopia** [1516]. Trad. br. Luís de Andrade. São Paulo: Abril cultural (Os Pensadores), 1972.
- HABERMAS, Jürgen. **Ernst Bloch: um Schelling marxista**. In: *Habermas*. Trad. e org. Bárbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet. Editora Ática: São Paulo, 1993.
- MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. **Um capítulo da história da modernidade estética: Debate sobre o expressionismo** (Ernst Bloch, Hans Eisler, Georg Lukács e Bertolt Brecht). São Paulo: Unesp, 1998.

## **Quanto vale a vida de um trabalhador? Reflexões sobre a leitura da obra: a situação da classe trabalhadora na Inglaterra em tempos de pandemia da Covid-19**

Ruan Cláudio da Silva Rosa <sup>1</sup>

### **Introdução**

Em meados de 2020, em pleno contexto de pandemia ocasionada pela propagação da Covid-19, vivenciamos mais uma fase de crise do sistema capitalista. Enfatizamos que a nosso ver não se trata apenas de uma crise sanitária, mas, de forma geral de mais uma crise do modo de produção capitalista<sup>2</sup>, sistema este que tem em sua natureza a crise como algo inerente como viera a demonstrar Marx em sua obra *O Capital*.

Nesse contexto de pandemia, no qual um grande número de pessoas teve e continuam<sup>3</sup> tendo suas vidas tomadas pelas complicações do vírus, ficam mais evidentes certas contradições do modelo de vida atual pautado em ideais relacionados ao sistema capitalista.

---

1Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA), atuando na linha de pesquisa Poder e Sociabilidades. Membro do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS/UFMA). Contato: ruan\_001@yahoo.com.br.

2 Conforme Jorge Grespan (2020, p.65) para Marx “as crises são inevitáveis e inerentes ao capitalismo. As crises não são um acaso, uma simples possibilidade dentro do sistema capitalista, tampouco acontecem por causa de fatores externos ao sistema. Uma epidemia ou um desastre ambiental, por exemplo, são situações que somente agravam uma crise já em curso e são produzidas pela relação predatória do capitalismo com a natureza”.

3 O presente artigo foi finalizando em junho de 2021. Segundo os dados atualizados diariamente pela John Hopkins University, em 14 de junho de 2021 o número oficial de vítimas da Covid-19 em todo mundo batia a marca de 3.804.200 mortes. Neste dia o Brasil se encontrava como o segundo país com mais casos confirmados e mais mortes por Covid-19 no mundo, atrás apenas dos EUA. Importante lembrar que enquanto os EUA encontravam-se nesse mesmo período com uma grande diminuição do número de mortes devido a algumas medidas como a implementação da política de vacinação em massa, o Brasil, mantinha um número elevado de mortos e uma baixa taxa de vacinados percentualmente com relação a sua população total. Apenas pouco mais de 11% da população brasileira já havia tomado às duas doses da vacina neste momento. Apesar dos números oficiais de mortos já ser algo desesperador, a real situação pode ser ainda pior, pois, como noticiou a CNN Brasil em 21 de maio de 202: conforme os especialistas da OMS as mortes por Covid podem ser de 2 a 3 vezes maiores que o número oficial. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/05/21/mortes-por-covid-podem-ser-de-2-a-3-vezes-maiores-que-numero-oficial-diz-oms>> Acesso em 17/06/2021.

No Brasil, assim como em vários países, pôde ser percebida a nítida contradição entre a preocupação com medidas para conter os problemas econômicos decorrentes das drásticas medidas, como o lockdown, necessárias para conter o avanço do vírus e o valor dado às vidas ceifadas nesse contexto. Mesmo que as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e das autoridades sanitárias e científicas fossem a quarentena, a manutenção do distanciamento social, a utilização de máscaras, higienização das mãos e a vacinação em massa, a realidade foi caracterizada, em se tratando da realidade brasileira, por uma prática negacionista<sup>4</sup>. Houve por parte do Governo Federal, principalmente através da figura do presidente Jair Bolsonaro, o incentivo à prática de aglomerações populacionais e retorno e/ou continuidade das atividades econômicas (com destaque para o comércio e diferentes serviços), visando, na teoria, uma retomada da economia, mesmo que em detrimento da perda da vida de centenas de milhares de cidadãos e cidadãs brasileiros que se tornavam mera estatística apresentada diariamente nos noticiários.

Dado esse contexto pandêmico iniciado em 2020, ano também do bicentenário do nascimento de Friedrich Engels, é inevitável não nos lembrarmos dos escritos de Marx e Engels e de autores herdeiros da tradição marxista, autores estes que nos apresentam uma análise das contradições do sistema econômico-social em que vivemos, ajudando-nos a desvelar o contexto de barbárie no qual se alicerça o modo de produção capitalista.

No ano de comemoração ao bicentenário do nascimento de Engels ocorreram várias atividades e publicações<sup>5</sup> que abordaram questões de

---

4 Referimo-nos como práticas negacionistas toda e qualquer atitude ou pronunciamento que tenha sido feito no sentido de negar ou relativizar a gravidade da pandemia. No caso brasileiro temos vários exemplos de práticas e pronunciamentos dessa natureza, principalmente quando se observa as atitudes do próprio presidente da república.

5A Editora Boitempo promoveu atividades referentes ao bicentenário do nascimento de Engels em seu canal do youtube e também publicaram algumas obras que contribuem bastante para a reflexão sobre a vida e obra tanto de Engels quanto Marx. Uma dessas obras publicadas em 2020 foi a importante biografia escrita por Gustav Mayer

extrema relevância sobre a vida e a obra deste pensador. O NEPS<sup>6</sup> (Núcleo de Estudo e Pesquisa do Pensamento Socialista), grupo qual fazemos parte, promoveu neste período eventos e debates sobre a produção e a importância do legado de Engels e Marx. Devido à necessidade de distanciamento social consequência da pandemia, os encontros e eventos promovidos pelo grupo ocorreram de modo virtual. Dentre os debates e textos discutidos, a obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* de autoria de Friedrich Engels nos trouxe várias reflexões e inquietações com relação à situação da vida da classe trabalhadora e o valor da vida de um trabalhador. Obviamente, o livro aborda o contexto histórico da Inglaterra do século XIX, contudo, tanto as vidas perdidas na Inglaterra da época como as vítimas da pandemia da Covid-19 parecem ter seguido o mesmo caminho: tornaram-se meras estatísticas.

Dito isso, uma pergunta que surge logo após a leitura dessa obra seria: quanto valia a vida de um trabalhador na Inglaterra da época? E hoje, em tempos de pandemia: quanto vale a vida de um trabalhador? Acreditamos que retornar a Engels e a sua obra, e, sobretudo ao debate apresentando em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* sobre o denominado *assassinato social*, nos trará importantes reflexões para analisarmos o nosso cenário atual.

---

intitulada *Friedrich Engels: uma biografia*. Vejamos como se inicia a apresentação dessa obra feita por José Paulo Netto (2020, p.9) “A passagem do ducentésimo aniversário de nascimento de Friedrich Engels, a comemorar-se em novembro do corrente ano, haverá de ser objeto de eventos acadêmicos, culturais e políticos que, mesmo em meio à pandemia que nos dias de hoje inferniza a vida de centena de milhões de pessoas – afetando mortalmente sobretudo as populações trabalhadoras –, programam-se nos centros de todo o mundo civilizado. Não é infundado crer que, entre as homenagens a serem tributadas no decurso do presente ano ao maior amigo e camarada de Karl Marx, contar-se-á o enriquecimento da bibliografia que a ele diz respeito”.

6 O NEPS foi “criado por Baltazar Macaíba de Sousa, em 2007, como Núcleo de Estudos e Pesquisas do Sindicalismo, o NEPS tornou-se Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista em 2014” (MOTTA, 2015, p. 9). Atualmente o NEPS encontra-se dividido em dois núcleos tendo o professor Dr. Baltazar Macaíba como coordenador do NEPS/UFPB e o professor Ms Marcelo Araújo como coordenador do NEPS/UFMA. Além de vários eventos promovidos na Universidade Federal do Maranhão e nas plataformas virtuais, o grupo produziu coletâneas de artigos publicadas com o título *Afínidades Marxistas*. O volume I foi publicado em 2015 pela editora Café & Lápis; o Volume II foi publicado em 2020 pela editora Fi que também publica o volume III, o presente livro que o leitor tem em mãos.

Destarte, primeiramente iremos contextualizar o surgimento e o desenvolvimento da pandemia originada pela propagação do vírus da Covid-19 e suas consequências, sobretudo em solo brasileiro. Posteriormente, abordaremos as questões referentes ao desenvolvimento da obra de Friedrich Engels e as reflexões surgidas com a sua leitura realizada em tempos de pandemia.

### **1. A Pandemia da Covid-19 e o Brasil diante deste cenário**

Conforme pode ser verificado em reportagem<sup>7</sup> publicada em dezembro de 2020 no site da Editora Abril, ocorrera, por parte do governo chinês, o envio de um Comunicado Oficial à Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 31 de dezembro de 2019, véspera de ano novo. No documento, se alertava para um surto de “pneumonia de causa desconhecida” em Wuhan, cidade da província de Ubei. Posteriormente, cientistas chineses descobririam que a causa da doença seria um coronavírus da mesma família que havia ocasionado os surtos de SARS e MERS<sup>8</sup> em tempos passados.

Em um período de poucos dias após esse comunicado houve um grande acréscimo no número de pessoas em Wuhan que davam entrada nos hospitais com sintomas tais como quadro forte de pneumonia e febre. Foi confirmada a transmissão entre humanos e ainda no mês de janeiro países asiáticos como o Japão e a Índia viriam a confirmar seus primeiros casos. Logo a doença se espalharia por outros países chegando aos outros continentes.

---

7 < <https://super.abril.com.br/sociedade/ha-um-ano-a-covid-19-era-identificada-veja-o-que-aconteceu-desde-entao-mes-a-mes/> > Acesso em: 17/06/2021.

8 “Também originária da China, em novembro de 2002, a Sars, causada pelo vírus SARS-CoV, se espalhou para 26 países, com 8.098 casos confirmados e 774 mortes. [...] O primeiro surto de Mers foi registrado na Arábia Saudita em abril de 2012. Diferentemente do SARS-CoV, o MERS-CoV ainda não foi erradicado, passados mais de oito anos. Mas o número de casos confirmados gira em torno de 2,5 mil em 27 países. Além disso, de acordo com os dados mais recentes da Organização Mundial de Saúde (OMS), as mortes por Mers somam apenas 858”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52815216>>. Acesso em: 17/06/2021.

A primeira morte ocasionada pela doença foi registrada no dia 11 de janeiro na China. Devido à rápida propagação do vírus e o colapso ocorrido no sistema de saúde o governo chinês decide tomar algumas atitudes drásticas e coloca todos os habitantes de Wuhan em quarentena. No mês de fevereiro, enquanto a China conseguia frear a curva de contágio da doença devido as medidas tomadas tais como a testagem em massa e a quarentena, outros países como o Brasil, enfrentariam um crescimento extremamente rápido da doença.

Apenas em 11 de março a OMS declara oficialmente a existência de uma pandemia. O grande inimigo que viera se nomeado como Covid-19 já havia se espalhado por todo globo e viria a gerar a cada dia mais mortes fazendo com que os países buscassem medidas para tentar conter o avanço da doença e diminuir o número de vítimas. No caso do Brasil o primeiro caso foi confirmado em São Paulo no dia 26 de fevereiro em um homem que havia retornado de viagem da Itália. Segundo reportagem do site G1<sup>9</sup> a primeira morte por conta do novo coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março. A doença ocasionava mais mortes a cada dia tanto no Brasil como em todo mundo.

Nesse contexto de pandemia é impulsionada uma corrida para buscar medidas para o combate da doença tal como o desenvolvimento de vacinas. Em matéria<sup>10</sup> no site da CNN Brasil é possível confirmar que ao final do ano de 2020 o Brasil viria a registrar oficialmente 194.949 vítimas. Entretanto, em 25 de abril de 2021, data da reportagem, o Brasil já havia registrado mais vítimas em 2021 do que em todo ano anterior, ou seja, a doença encontrava-se totalmente fora de controle em território brasileiro diferente da realidade de grande parte dos países que investiram nas

---

9 Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em: 17/06/2021.

10 Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/25/numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-em-2021-ja-supera-todo-ano-de-2020>>. Acesso em: 17/06/2021.

medidas indicadas pela OMS e já se encontravam com a vacinação adiantada.

Destarte, é importante lembrar que esse terrível cenário formado no Brasil é fruto também das atitudes por parte do Governo Federal que escolheu seguir na contramão das medidas científicas indicadas pela OMS para o combate a pandemia, tanto que, em abril de 2021 foi instaurada a CPI da Covid<sup>11</sup> para averiguar as devidas responsabilidades referentes ao descaso no trato com a pandemia. Com o aval do presidente Jair Bolsonaro, que sempre adotou uma posição de negação à gravidade da pandemia, chegando até a afirmar em uma ocasião que a Covid-19 se tratava de uma “gripezinha”, o Ministério da Saúde chegou a indicar um suposto tratamento precoce à base de hidroxiquina, um medicamento antiviral usado principalmente no tratamento de lúpus, reumatoide e malária, tratamento esse que logo foi cientificamente comprovado como ineficaz por diversos especialistas em infectologia no planeta a partir de estudos publicados em renomadas revistas científicas do planeta<sup>12</sup>. Apesar desta comprovação e mesmo com mais de um ano decorrido desde o início

---

11 Conforme reportagem do site G1: "Em funcionamento desde abril, a comissão parlamentar de inquérito tem o objetivo de investigar a atuação do Executivo no enfrentamento da pandemia, além do uso de recursos federais pelos estados e municípios". Até o fechamento do nosso artigo ocorrido em junho de 2021 os depoimentos ocorridos na CPI da Covid apontaram que: "a) O governo Bolsonaro tem um suposto "aconselhamento paralelo" na gestão da pandemia e que Carlos Bolsonaro, vereador do Rio e filho do presidente, participava de reuniões; b) houve uma tentativa de mudar a bula da cloroquina, medicamento sem eficácia contra a Covid, mas defendido pelo presidente; c) propostas da Pfizer de venda de vacina ao governo federal ficaram meses sem resposta; d) Ofertas da Coronavac foram recusadas pelo governo. Quando a intenção de compra ia ser anunciada, negociações pararam após críticas de Bolsonaro; e) O Ministério da Saúde soube no dia 7 de janeiro sobre a falta de oxigênio no Amazonas, antes do que havia sido informado pela pasta; f) o governo federal chegou a discutir, mas descartou uma intervenção federal na saúde no Amazonas". Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/15/cpi-da-covid-principais-pontos.ghtml> >. Acesso em: 17/06/2021.

12 Em julho de 2020 foi publicado na revista *The New England Journal of Medicine* os resultados do maior estudo brasileiro a época referente à eficiência da hidroxiquina em pacientes com covid-19. Os resultados demonstraram que o medicamento não tem efeito comprovado na melhora do quadro respiratório de quem tem o coronavírus e demonstrou a existência de efeitos colaterais resultantes do fármaco. Disponível em < <https://www.escoladofarmacuticos.org.br/todas-noticias/item/413-estudo-confirma-ineficacia-de-hidroxiquina-para-tratamento-de-covid-19> >. Acesso em: 17/06/2021.

da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro continuava dando declarações em favor do uso da hidroxicloroquina<sup>13</sup>.

Poderíamos enumerar aqui várias práticas do governo do presidente Jair Bolsonaro que ao seguir em direção oposta ao caminho indicado pela ciência – como a promoção e incentivo do uso de máscara, a proibição de aglomerações, a testagem em massa, a manutenção do distanciamento social, a quarentena e a vacinação em massa – fez com que as consequências da pandemia se agravassem e o número de óbitos fosse multiplicado. Apesar do espaço aqui destinado não nos permitir tratar desses acontecimentos detalhadamente todos os fatos ocorridos neste contexto de pandemia foram amplamente noticiados pela mídia e se encontram disponíveis para consulta nos arquivos.

Entretanto, esta breve contextualização feita até aqui é de extrema importância para que o leitor perceba o ambiente em que fizemos a leitura da obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Dito isso, afirmamos que a sensação de inquietação e revolta em vários momentos nos veio à tona.

Em um contexto no qual tivemos que ficar em casa o máximo possível para evitar a contaminação e propagação do vírus, tentando impedir a possibilidade de, por exemplo, necessitar de internação devido às consequências do vírus, ter que adotar a prática do uso de máscaras e constante higienização das mãos, manter o distanciamento de pessoas queridas, além de sermos noticiados com frequência do falecimento de alguma pessoa próxima vítima da doença, soa como algo desesperador.

---

13 Alguns cidadãos brasileiros chegaram a ter sérias complicações devido ao uso da hidroxicloroquina e alguns chegaram até mesmo a óbito. Estes fatos podem ser confirmado em matéria do dia 14 de abril de 2021 do Jornal Estado de Minas intitulada “Em Manaus, cinco pacientes morrem depois de nebulização de cloroquina” e em matéria publicada no site do Brasil de Fato intitulada “No RS, três pacientes morrem após o tratamento experimental com cloroquina”. Disponíveis em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/04/14/interna\\_nacional,1256836/em-manaus-cinco-pacientes-morrem-depois-de-nebulizacao-de-cloroquina.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/04/14/interna_nacional,1256836/em-manaus-cinco-pacientes-morrem-depois-de-nebulizacao-de-cloroquina.shtml)>; <<https://www.brasilefato.com.br/2021/03/25/rs-tres-pacientes-morrem-apos-serem-nebulizados-com-hidroxicloroquina-diluida>>. Acesso em: 17/06/2021.

Foi nesse contexto<sup>14</sup> que viemos a nos debruçar sobre essa obra de Engels, ao mesmo tempo em que víamos o número de mortos aumentando e as autoridades tal como o presidente da república adotando práticas e discursos que tentavam colocar a pandemia como algo menor.

Destarte, passemos agora para o debate sobre a obra de Friedrich Engels para que ao final do texto possamos externalizar as reflexões decorridas do processo de análise da obra e as possíveis contribuições para pensarmos o nosso contexto atual.

## **2. Friedrich Engels rumo à Manchester: o processo de construção da obra *A Situação da Classe Trabalhadora da Inglaterra***

Considerando a importância da historicidade para o entendimento das circunstâncias e do processo de desenvolvimento da qual surge uma obra, temos a necessidade de apresentarmos aqui, mesmo que de maneira breve, o contexto histórico no qual estava inserido Friedrich Engels (1820-1895). Sendo assim, faremos alguns apontamentos sobre o caminho percorrido pelo autor até o momento de publicação, em 1845, da obra *A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra*.

Friedrich Engels nasceu em 28 de novembro de 1820 em Barmen na Renânia. Primeiro filho de um rico industrial da área têxtil, seu pai, pretendia torná-lo seu sucessor nos empreendimentos da família, tanto

---

<sup>14</sup> Na data de término do presente artigo, ocorrido na primeira metade do mês de junho de 2021, o Brasil acabava de ultrapassar a barreira de 488 mil vidas ceifadas pelas consequências do vírus e da desastrosa atuação por parte do Governo Federal. Para deixar o leitor ainda mais por dentro da situação, lembramos que neste mês de junho de 2021 o Brasil atingia apenas a marca de 11% de sua população vacinada com a segunda dose da vacina. Apesar de contar com uma boa estrutura que já demonstrou em outras ocasiões ser possível realizar uma campanha de vacinação em massa em tempo mais curto, o Brasil se encontrou numa situação de atraso na vacinação devido exclusivamente a falta de compra de vacinas. Outros países como o EUA e Inglaterra nesse mesmo período anunciavam a doação de vacinas a outros países já que haviam fechado a compra de um número de vacinas que ultrapassava em muito o número de seus habitantes. Neste mesmo período, apesar de vários Estados estarem com falta de leitos de UTI, como foi o caso do Estado do Mato Grosso do Sul que no mês de junho de 2021 teve que transferir vários pacientes para os outros estados devido à situação caótica, era anunciada a disputa da Copa América de Futebol masculina em terras brasileiras mesmo após o torneio ter sido cancelado tanto na Colômbia quanto na Argentina devido a situação decorrente da pandemia. No mesmo dia em que o Brasil estreava no certame contra desfalcada seleção da Venezuela (doze pessoas da delegação venezuelana, entre eles atletas e integrantes da comissão, testaram positivo para Covid no dia anterior a partida de abertura do torneio contra o Brasil), o presidente Jair Bolsonaro promovia aglomeração em um evento de motociclistas ocorrido em São Paulo

que a sua ida para a Inglaterra em 1842 está diretamente relacionada a tentativa de fazer com que o filho primogênito da família seguisse o destino idealizado pelos seus pais, no caso, o controle dos negócios familiares que tinham suas ramificações na Inglaterra.

Entretanto, antes desse período marcado pela ida à Inglaterra cabe ressaltar que Engels termina a sua formação secundária em 1837 e logo após é encaminhado pelo seu pai à Bremen visando uma iniciação na vida empresarial. Em 1841 Engels se desloca para Berlim e presta o serviço militar num regimento de artilharia. Conforme demonstra Gustav Mayer (2020) é neste período que o jovem Engels se aprofunda nas leituras e se insere de vez nos debates intelectuais da época.

Conforme José Paulo Netto (2010, p.10):

Finalizada a sua formação secundária em 1837 – no curso em que revelou inclinações estéticas (poesia, música e desenho) e enorme facilidade para o domínio de idiomas –, o pai o encaminhou-o para a vida empresarial, enviando a Bremen, onde permaneceu por dois anos e meio, até a Páscoa de 1841. Nesse período, combinou as obrigações comerciais (que detestava) com leituras centradas na literatura e filosofia alemãs contemporâneas, estudos de filologia comparada e a prática de exercícios físicos, que não abandonará ao longo da vida. Também desses anos são as primeiras intervenções na imprensa (iniciadas em março de 1839) e o gosto pelas viagens (realiza, então, giros pela Inglaterra, Suíça e Itália).

Em novembro de 1842 Engels é enviado pelo seu pai para a cidade de Manchester, na Inglaterra, para estagiar e conhecer as atividades na empresa *Ermen e Engels*, da qual sua família era associada. Esse período será importantíssimo para a sua formação, e, é neste contexto que Engels aproveitará sua estadia em terras inglesas para desenvolver a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, que terá sua primeira publicação na Alemanha em 1945.

## Segundo Jose Paulo Netto, (2010, p. 11), Engels

ficará na Inglaterra por 21 meses e este será o período decisivo na sua formação intelectual e política; o estudo da economia política, a observação e a análise sistemática dos processos de industrialização e urbanização, a ativa participação nas mobilizações operárias – tudo isso refletido nas suas intervenções na imprensa inglesa e alemã – consolidam sua opção vital: o jovem que abandona Manchester para regressar à Alemanha, nos últimos dias de agosto de 1844, é decididamente um comunista.

Neste período em que se encontra na Inglaterra, Engels passa a ter contato com o cotidiano da classe proletária e a observar de perto a situação caótica em que vivem os integrantes desta classe, que, são diretamente influenciados pelo processo de desenvolvimento das fábricas e do avanço do modo de produção capitalista. Ao observar o dia a dia dos proletários Engels viria a concluir que eles nada possuem e estavam largados à ‘sorte’ na luta para conseguir algum valor na qual conseguissem minimamente saciar as suas necessidades básicas<sup>15</sup>.

Entretanto, antes de nos debruçarmos sobre o contexto em que se encontravam os proletários na Inglaterra vejamos como se deu o processo de análise feita por Engels, as fontes utilizadas e enfim algumas das conclusões apresentadas pelo autor.

Num primeiro momento, a intenção do jovem Friedrich Engels era escrever uma obra mais ampla que tratasse sobre a história social da

---

15 O primeiro capítulo da obra é intitulado ‘O proletário industrial’, nele Engels apresenta os variados tipos de operários e demonstra como o movimento operário evolui na esteira do desenvolvimento industrial. Em suas palavras, podemos concluir que o proletário é o produto imediato da indústria. “Os primeiros proletários surgiram com a indústria, foram seu produto imediato” (ENGELS, 2010, p.63) Em outra passagem Engels lança questionamentos sobre a situação do proletário, que em sua grande maioria consome hoje o que ganharam ontem. Em seus termos: “Morrem de fome, é certo, indivíduos isolados, mas que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que “lhe dê o pão”? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém” (ENGELS, 2010, p. 69-70).

Inglaterra, contudo, no decorrer de sua experiência no processo de estudo, análise, escrita e experiência junto ao contexto dos operários ingleses fez com que o que seria inicialmente apresentado como apenas um capítulo dessa obra sobre a história social da Inglaterra, acabasse se tornando o centro de suas análises tornando-se a obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Isso se deu, principalmente porque Engels (2010, p.41) concluiu que “a importância de tal objeto obrigou-me a dedicar-lhe um estudo em particular”, e, desta forma, utilizara suas energias para a construção de um texto que permite aos leitores analisar e pôr em xeque as aparências e hipocrisias do discurso burguês da época, discurso esse que naturalizava o processo ocorrido na Inglaterra e as suas contradições e consequências.

Apresentando o proletário como o fruto imediato do processo de industrialização e consolidação do modo de produção capitalista, Engels traz em sua obra uma análise detalhada sobre o surgimento da classe proletária e as terríveis condições em que se encontravam nas circunstâncias da época. Sendo estas condições historicamente construídas, Engels, ao abordar esse processo em sua obra buscava contribuir para os movimentos sociais que buscam a transformação dessas circunstâncias.

A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e mais visível manifestação de nossa miséria social. O comunismo dos operários franceses e alemães é o seu produto direto; o fourierismo e o socialismo inglês, tal qual o comunismo da burguesia alemã culta, são produtos indiretos. O conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias *pro* e *contra* (ENGELS, 2010, p. 41).

Feito estes apontamentos, passemos a questões referentes à utilização das fontes e a análise crítica feita por Engels ao processo que culminará na exploração extrema da classe proletária e a atitude da classe burguesia frente a esse contexto.

### **3. A originalidade de Engels e a denúncia do *assassinato social***

Alguns historiadores ingleses que se debruçaram sobre o campo da história intelectual, como é o caso de Quentin Skinner, John Pococok e John Dunn, chamaram atenção para alguns pontos importantes que o pesquisador deve levar em consideração ao estudar a obra de autor. Um dos aspectos, sem dúvida um dos mais importantes, é o dever do pesquisador em buscar compreender qual o contexto histórico e intelectual do qual o intelectual estudado estava inserido. Dito de outra forma, em nosso caso, trata-se da preocupação que devemos ter em tentar compreender como se dá a formação de Engels e de que forma a sua obra viria a dialogar com o debate intelectual da época, ou seja, ao tratarmos da análise dos limites e contribuições da obra *A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra* se estaria evidenciando como o autor se insere no debate da época.

Desta forma, apresentaremos dois pontos que julgamos serem importantes para a compreensão das contribuições de Engels, a saber: o trato com as fontes e a denúncia do chamado assassinato social.

Entretanto, cabe ressaltar que a temática abordada por Engels, as brutais condições dos trabalhadores e sua relação direta com o modo de produção capitalista, estavam na ordem do dia. Conforme salienta, José Paulo Netto (2010, p.30)

Entre os anos trinta e cinquenta do século XIX, o brutal *pauperismo* das camadas trabalhadoras urbanas, derivado diretamente da produção

capitalista, impactou a consciência social europeia e deu origem a uma larga e copiosa documentação. Intelectuais dos mais diversos matizes – reacionários e conservadores, liberais e democratas, reformadores e revolucionários – ocuparam-se do que então era designado por todos como a ‘questão social’. Isto posto, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (como vimos, escrita entre o último trimestre de 1844 e março de 1845, e publicada em maio deste ano, em Leipzig) se inscreve no marco de uma literatura de que não é o ponto de partida nem o signo terminal; trata-se, antes, de uma obra que está encharcada do *esprit du temps* – o jovem Engels, nesse sentido, tão somente se insere no debate social mais significativo daqueles anos.

Para escrever esta obra Engels se utilizou tanto de várias fontes escritas como também da sua experiência como um observador privilegiado, pois, ele teve acesso direto às intimidades do mundo dos trabalhadores fabris enquanto esteve em Manchester, tanto que, foi neste período que o jovem Engels conheceu Mary Burns<sup>16</sup>, uma proletária de origem irlandesa que se tornaria a sua companheira. Na dedicatória escrita por Engels em 1845 destinada às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha podemos observar o grau de envolvimento do autor com os trabalhadores. Em suas palavras:

Trabalhadores! É a vós que dedico uma obra na qual me esforcei por apresentar aos meus compatriotas alemães um quadro fiel de vossas condições de vida, de vossos sofrimentos e lutas, de vossas esperanças e perspectivas. Vivi entre vós tempo bastante para alcançar o conhecimento de vossas condições de existência, às quais consagrei mais séria atenção, examinando os inúmeros documentos oficiais e não oficiais que tive a oportunidade de consultar. Contudo, não me contentei com isso: não me interessava um conhecimento apenas abstrato de meu tema – eu queria conhecer-vos em vossas casas, observar-vos em vossa vida cotidiana, debater convosco vossas condições de vida e vossos tormentos; que queria ser uma testemunha de

---

16 Conforme constata Gustav Mayer (2020) foi Mary Burns que apresentou a Engels os círculos proletários em Manchester.

vossas lutas contra o poder social e político de vossos opressores. Eis como procedi: renunciei ao mundanismo e às libações, ao vinho do Porto e ao champanhe da classe média, e consagrei quase exclusivamente minhas horas vagas ao convívio com simples operários – e estou, ao mesmo tempo, feliz e orgulhoso por ter agido assim (ENGELS, 2010, p.37).

Com a experiência de observador que influenciou diretamente o desenvolvimento da sua obra, Engels toma uma postura oposta à da visão positivista que coloca como o ideal a busca por uma objetividade e um distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. Desta forma, o jovem Engels utilizará fontes oficiais e não oficiais, tais como as obras de alguns autores<sup>17</sup>, relatórios de comissões parlamentares e inspetores/comissários fabris, e ainda, os textos da imprensa.

Com a sua experiência como observador, o jovem autor buscou analisar as informações contidas nas fontes objetivando problematizar tanto as práticas como os discursos que tenderiam a naturalizar as brutais condições de vida dos trabalhadores. Neste ponto, podemos afirmar a obra de Engels trata-se de uma importante contribuição para uma análise concreta do proletário, no sentido de apresentar esses trabalhadores em suas reais condições, análise esta, que, provavelmente não seria tão rica somente com o exame das fontes.

Desta forma, apresentando um proletário de ‘carne e osso’ e as suas reais condições de moradia, alimentação, saúde, tempo de trabalho, estrutura familiar, trabalho infantil, situação da mulher e uma gama de temas que se relacionam diretamente à inserção das fábricas nas cidades e o desenvolvimento do modelo capitalista, Engels acaba publicando uma obra que ajuda a embasar os movimentos sociais da época.

---

17 Segundo Jose Paulo Netto (2010, p. 33) “pode-se indicar como mais importantes as obras de P. Gaskell, J. Wade, G. Porter, E. Baines, A. Ure, T. Carlyle, dos irmãos Alisson”.

Contudo, onde se encontra a originalidade da obra de Engels? Conforme José Paulo Netto (2010), a originalidade d'*A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra*, não reside nem nos dados apresentados por Engels nem a sua situação de 'observador participante'. Entretanto, a novidade desta obra pode ser encontrada por apresentar pela primeira vez na literatura europeia três elementos: (a) a revolução industrial como tema central para a compreensão do processo que explica como o capital passa a controlar a produção de mercadorias; (b) a solução da 'questão social' deixa de estar atrelada à filantropia, à moralização da sociedade ou à realização de fórmulas utópicas idealizadas por seres generosos; (c) o proletário não aparece como massa passiva, pois, Engels coloca o proletário como classe, na situação de sujeito revolucionário capaz de promover a sua autolibertação.

Na introdução da obra Engels apresenta como se iniciou a história da classe operária na Inglaterra. É demonstrado como se deu o processo de invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar algodão, fato que revolucionou o processo de produção e circulação das mercadorias fazendo com que a Inglaterra se constituísse como o terreno clássico dessa revolução proporcionada pelo desenvolvimento da máquina, que geraria profundas transformações na sociedade. Já que é a Inglaterra que se apresenta como berço desse processo, seria ela então para Engels, a localidade central para o desenvolvimento do proletário, que, aparece como o principal resultado dessa revolução. Nas palavras de Engels (2010, p. 45) "somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações".

Desta forma, Engels vai demonstrar como eram as condições de vida e como se a estruturavam as famílias tecelãs antes da introdução da

máquina<sup>18</sup>. No decorrer do texto é apresentado gradativamente as conseqüências que serão decorrentes do processo de inserção e desenvolvimento do maquinário.

Conforme Engels, as famílias tecelãs viviam, nos campos próximos às cidades e a sua subsistência era garantida com a dinâmica do mercado interno, pois, ainda não existia a dinâmica extrema da concorrência que viria a ser estabelecida no decorrer do processo com a expansão do comércio e o desenvolvimento de um forte mercado externo. Desta forma, “antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido” (ENGELS, 2010, p. 45).

Contudo, com o desenvolvimento das máquinas tal como a *jenny*, haverá a possibilidade de se produzir uma quantidade muito maior de fio ocasionando uma diminuição nos custos de produção que ajudará no processo de expansão da demanda por tecido. Havendo a necessidade de mais tecelões aptos para operar a máquina haverá um aumento dos salários destes trabalhadores, o que acaba tornando o cargo atrativo e fazendo com que os trabalhadores que antes se ocupavam também com as atividades agrícolas passassem a se dedicar exclusivamente à tecelagem.

Gradativamente, a classe dos tecelões-agricultores foi desaparecendo, sendo de todo absorvida na classe emergente dos exclusivamente tecelões, que viviam apenas de seu salário e não possuíam propriedade, nem sequer a ilusão de propriedade que o trabalho agrícola confere – tornaram-se, pois, proletários (*working men*)” (ENGELS, 2010, p.48).

---

18 “A primeira invenção que transformou profundamente a situação dos trabalhadores ingleses foi a *jenny*, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves, de Stanhill, junto do Blackburn, no Lancashire do Norte. Essa máquina foi o antepassado rudimentar da *mule*, inventada mais tarde; funcionava manualmente, mas, ao invés de um só fuso, como na roda comum de fiar à mão, tinha dezesseis ou dezoito, acionados por um só operário” (ENGELS, 2010, p. 48).

Friedrich Engels continua sua obra fazendo uma análise detalhada do processo histórico ocorrido na Inglaterra tentando entender este fenômeno em sua totalidade. Engels apresenta uma análise que relaciona diretamente o surgimento do proletariado e suas condições de vida na Manchester de sua época, por exemplo, com todo o processo que inclui o início da divisão do trabalho, a invenção e revolução ocasionada pelo desenvolvimento das máquinas, o surgimento dos grandes centros industriais e o aumento populacional nestas localidades. Em suas palavras Engels (2010, p.58) faz um resumo da história inglesa dos últimos sessenta anos e explica:

Há sessenta ou oitenta anos, a Inglaterra era um país como todos os outros, com pequenas cidades, indústrias diminutas e elementares e uma população rural dispersa, mas relativamente importante; agora, é um país ímpar, com uma capital de 2,5 milhões de habitantes, imensas cidades industriais, uma indústria que fornece produtos para o mundo todo e que fabrica quase tudo com ajuda de máquinas mais complexas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, cuja duas terças partes estão ocupadas na indústria e constituem classes completamente diversas das anteriores.

Neste contexto, ao se observar a situação da classe trabalhadora, classe esta que compõe a imensa maioria da população das cidades industriais inglesas, Engels expõe um grave problema que estava na ordem do dia:

o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornaram mais conscientes de sua força e exigem cada vez mais energicamente a participação nas vantagens que proporcionaram às instituições sociais? (ENGELS, 2010, p.60)

Apesar da situação de miséria em que se encontravam grande parte da classe proletária inglesa do período, Engels conclui que a classe média inglesa, sobretudo a classe industrial, prefere tapar os olhos e fingir que nada sabe e nada tem a ver com a situação de miséria desses trabalhadores. Ao se referir a esta classe média, Engels (2010, p. 61) conclui que ela “não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe a ela, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade por essa miséria”.

Destarte, estava instaurado neste cenário um ambiente explícito de instabilidade social, apresentado pelo autor como uma guerra de todos contra todos, uma guerra social. Esta situação não se tratava de problema específico de uma cidade, um caso isolado, mas, seria o verdadeiro estado em que se encontravam todas as grandes cidades inglesas conforme enfatiza o autor. Nesse contexto, no qual os homens se consideram reciprocamente como objetos “cada um explora outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos mais fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida” (ENGELS, 2010. p. 68).

Neste ponto, entramos na denúncia daquilo que os operários ingleses vieram a chamar de assassinato social.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta e indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é obvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado neste turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. Durante o período em que permaneci na Inglaterra, a causa direta da morte de vinte

ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes; mas, quando dos inquéritos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público. Os depoimentos das testemunhas podiam ser os mais claros e inequívocos, mas a burguesia – à que pertenciam os membros do júri – encontrava sempre um pretexto para escapar ao terrível veredicto: morte por fome. Nesses casos, a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma. Muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou a morte. A isso chamam os operários ingleses de **assassinato social** e acusam nossa sociedade de praticá-lo continuamente. Estarão errados? (ENGELS, 2010. p. 69)

Nesta citação, Engels expõe com clareza a gravidade do problema. Ao apresentar a dura realidade da classe trabalhadora e problematizá-la, o jovem Friedrich Engels confronta todos aqueles que tentam naturalizar essa situação de miséria e exploração. Desta forma, mesmo que a realidade estivesse exposta seria necessário confrontá-la com o mundo das aparências, ou seja, analisar as circunstâncias demonstrando as contradições do discurso que a classe dominante legava à sociedade, seja através do funcionamento das instituições ou mesmo pelos veículos de imprensa.

A obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* é um verdadeiro convite à reflexão e sobretudo à ação. Engels deixa como lição em sua obra a necessidade de organização da classe proletária, a grande afetada pelos problemas decorrentes deste processo de inserção brutal do modo de produção capitalista. Neste contexto da Inglaterra caracterizado pela existência de uma grande parcela de desempregados, muitos deles crianças e mulheres, fica a pergunta: quanto valia a vida de um trabalhador? A impressão que dá ao ler a obra é que a morte desses

trabalhadores não chocava à sociedade da época. Neste ponto, o que os operários ingleses chamam de assassinato social parece ser o processo de naturalização das mortes de membros da classe proletária, vítimas que a cada dia se tornavam números maiores, mera estatística.

Destarte, conclui-se que não havia como esperar da classe dominante a possibilidade de dizerem a verdade, pois, “pronunciar a verdade equivaleria a condenar a si mesma”, ou mesmo, qualquer tentativa da parte deles de transformação daquelas circunstâncias. A mudança necessariamente teria que vir da união e organização da luta dos trabalhadores. Feitos estes apontamentos deixamos a questão para o leitor: e hoje, quanto vale a vida de um trabalhador?

### **Considerações finais**

A obra *A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra* foi escrita quando Engels era ainda muito jovem<sup>19</sup> e ainda não havia firmado sua parceria com Karl Marx, parceria esta que duraria por toda sua vida. Engels e Marx escreveram várias obras em “quatro mãos”, essa parceria entre os autores foi de uma sintonia tão grande que não podemos considerar o percurso de um sem consideramos a trajetória e influência do outro. Dito isso, talvez algum estudioso pudesse se questionar se não seria esta obra de Engels uma obra menor, fruto de uma época juvenil na qual o autor ainda não tivesse um amadurecimento intelectual característico das obras posteriores, e assim sendo, *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* seria uma obra com vários limites. Acreditamos que o próprio Engels nos ajudaria a contornar essa provável

---

19 “Não pode restar qualquer dúvida de que esse livro é o mais importante dos trabalhos de juventude de Engels, redigido e publicado quando o autor ainda não completara 25 anos; todavia, a produção juvenil de Engels está longe de limitar-se a ele” (NETTO, 2010, p.9).

indagação, pois, no prefácio desta obra à edição alemã de 1892, vejamos o que o “velho” Engels (2010, p. 345) nos descreve:

Este livro, novamente oferecido à atenção dos leitores, foi publicado pela primeira vez no verão de 1845. E, tanto nos seus méritos como nos seus defeitos, traz a nítida marca da juventude de seu autor. Na época, eu tinha 24 anos; hoje, com três vezes aquela idade, releio esta obra juvenil e nela nada encontro que possa me envergonhar. Não tenho nenhuma razão para apagar este signo da minha mocidade e o reapresento ao leitor sem modificações. O único acréscimo foi uma redação mais precisa de algumas frases um pouco obscuras e, aqui e ali, pequenas notas de rodapé, assinaladas pela data do ano corrente (1892).

Considerando esta obra de juventude de Engels como uma verdadeira obra prima, lembremos que a sua leitura foi feita num contexto de pandemia da covid-19 conforme pontuarmos durante o artigo. Neste contexto, no qual diariamente víamos nos noticiários o aumento do número de cidadãos brasileiros vítimas da covid-19, ler sobre o conceito de assassinato social apresentado na obra se apresenta como algo muito provocativo. Poderíamos pensar hoje, em tempos de pandemia, sobre a ocorrência de algo como o assassinato social?

É claro que a covid-19 não escolhe a classe social das vítimas, entretanto, a grande massa de trabalhadores brasileiros que consomem hoje o pouco que ganharam ontem está obviamente no pelotão de frente daqueles que são afetados pelo vírus<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup>Em matéria no site do El País é possível ver a tabela que compara o número de vítimas da covid com relação a sua ocupação. De forma geral, se pode afirmar que os trabalhadores que necessitam do uso do transporte público foram as maiores vítimas da covid-19. Nesse grupo estão: motoristas, faxineiros, vendedores do comércio varejista, porteiros, vigilante entre outros. Como o funcionamento do transporte público pouco foi afetado no contexto de pandemia as aglomerações nesse ambiente continuavam sendo a regra, fator este que acabou fazendo com que esses trabalhadores estivessem mais expostos à contaminação do vírus. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>>. Acesso em: 17/06/2021.

Dito isso, acreditamos que se trata de um exercício necessário não apenas uma leitura fria e simples dos noticiários sobre o aumento do número de mortos, mas, é essencial que seja feita a problematização desse contexto de pandemia no Brasil. Conforme já pontuamos, ao nosso ver, a pandemia da covid-19 não se trata de apenas uma crise sanitária, mas, se apresenta como mais uma das crises do sistema capitalista como um todo. Para que não se caia no erro de acreditar que todas essas vítimas foram levadas simplesmente devido a dureza do vírus, deve-se observar o descaso para com o combate a pandemia ocorrido no Brasil. Atraso na vacinação, demora na disponibilidade de auxílio emergencial, falta de leitos de UTI, o não incentivo ao uso de máscaras e muitas outras situações, como já pontuamos, devem ser analisadas para o entendimento do todo. Ou seja, não se deve naturalizar essas mortes.

Entretanto, apesar de obra de Engels ter sido escrita num contexto totalmente diferente do nosso, acreditamos que a vida dos integrantes da classe proletária continua sendo tratada com descaso. Obviamente, de forma geral, houve vários avanços com relação a leis trabalhistas que foram frutos da luta dos proletários. Contudo, ainda hoje surge como extremamente necessária a união da classe trabalhadora. Afinal, se ainda existe um grande exército de reserva disponível para ocupar o local daquele trabalhador que vier a ser demitido ou deixar o trabalho por falecimento, a pergunta deve ser repetida: quanto vale a vida de um trabalhador? É necessária sempre a reflexão sobre essa questão, pois, as vidas dos integrantes da classe trabalhadora não podem ser tratadas como algo descartável, no qual, se um sai, outro entra, e, as vítimas desse modelo de produção capitalista não podem continuar se tornando apenas números, estatística. Com isso, finalizamos nosso texto afirmando que nunca esteve tão atual a máxima: “trabalhadores de todo o mundo unidos!”.

## Referências

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. – 1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 9 ed. Petrópolis: Vozes 1999.

MOTTA, Célia. Prefácio. In: SOUSA, Baltasar & ARAUJO, Marcelo (org). **Afinidades Marxistas**. São Luís: Café & Lápis, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nelio Schneider. – 1ºed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MAYER, Gustav. **Friedrich Engels: uma biografia**. Tradução de Pedro Davoglio. – 1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

## **Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: um breve debate para além da teoria da dependência**

*Thiers Fabricio Santos Tiers*<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este ensaio possui artigos de grandes intelectuais que pensavam e pensam a América Latina e o seu caráter de dependência. Entre eles estão sociólogos, economistas, cientistas sociais, no qual pode se destacar: André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, José Nun, Anibal Quijano, Rodolfo Stavenhagen, Jaime Osório, Francisco Weffort, Vânia Bambirra, Tomás Vasconi e Inês Reça. Entretanto, será destacado somente, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso, o primeiro influenciado diretamente pelos estudos marxistas e o segundo influenciado também pelos estudos marxistas e weberianos praticados na época. Estes artigos e livros revelam o grande debate entorno do “desenvolvimento” em prol do capital e das principais estratégias para a manutenção deste capitalismo monopolista na América Latina e das desigualdades estruturais fincadas pelo mesmo<sup>2</sup>.

Ruy Mauro Marini (1932 – 1997), nascido cidade de Barbacena, Minas Gerais, graduou-se em administração de empresas em 1957 pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro. Completou sua formação seguindo para França em 1958 onde passou dois anos.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA); Graduado em Geografia (UFMA); Professor contratado da Rede Estadual de Ensino (MA) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socialista (NEPS). Email: thiers.fabricio@gmail.com

<sup>2</sup> “[...] o capital-imperialismo, na forma da expansão do capitalismo na segunda metade do século XX, se espalhou para sociedades secundárias, nas quais se implantou a partir de condições de forte dependência, embora de maneira desigual segundo os países (FONTES, 2010, p. 216).

Retornou ao Brasil e começou a se relacionar com um grupo que logo formaria a Política Operaria (POLOP). Em paralelo participou de atividade jornalística em um suplemento dominical da União Metropolitana dos Estudantes (UME) chamado “*O Metropolitano*”, e também na Prensa Latina, agência cubana de notícias. Iniciando sua atividade acadêmica, colaborou com a criação da Universidade de Brasília em 1962. Na clandestinidade após o golpe de 1964 chegou a ser preso, mas deixou o país rumo ao exílio no Chile e no México. Nesse período foi professor da Universidade do Chile, permanecendo até 1973, lecionou na Universidade Nacional Autônoma (UNAM) do México a partir de 1974. Fora do Brasil publicou obras importantes como “*Subdesenvolvimento e Revolução*” (1969), “*Dialética da dependência*” (1973), “*O Reformismo e a contrarrevolução e Estudos sobre o Chile*” (1976). (MARQUES e CASTRO, 2017).

A *Dialética da dependência* é considerada a sua obra prima. Nesta obra ele explora as relações econômicas desiguais e o conceito de superexploração do trabalho atrelado ao desenvolvimento desigual da economia mundial e também o de subimperialismo, tendo como referencial maior o *Capital* de Karl Marx. No mais, Ruy Mauro Marini fez um estudo intenso sobre a disposição do capitalismo latino americano frente às grandes potências capitalistas do mundo.

Já Fernando Henrique Cardoso, nasceu no Rio de Janeiro em 1931. Licenciado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1953, obteve também os graus de doutor e de livre docente. Engajado nas lutas pela melhoria do ensino público e pela modernização da universidade foi perseguido depois do golpe de 1964. Viveu exilado no Chile e na França, pesquisando, escrevendo e lecionando. Voltou ao Brasil em 1968 e assumiu por concurso público a cátedra de Ciência Política da USP. Em 1969, foi aposentado compulsoriamente e teve

seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 5. Em 1969 criou em São Paulo com outros professores e pesquisadores cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que se tornaria um importante núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira. Paralelamente, lecionou em universidades americanas (de Princeton e da Califórnia, em Berkeley) e europeias (Paris, Cambridge e UK). Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982 - 1986). Foi ministro no governo de Itamar Franco, onde teve destaque com o Plano Real. Em 1994 foi eleito presidente do Brasil, sendo reeleito em 1998, pelo PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira (FUNDAÇÃO FHC, 2017).

Fernando Henrique Cardoso tratou de vários assuntos relacionados a sociologia e a política nacional. Entre os vários artigos e livros publicados, tem se destaque, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962) e; *As ideias e o lugar* (1980). Porém, um artigo teve destaque feito em conjunto com outro cientista econômico, José Serra que foi, “*As desventuras da dialética da dependência*” em 1978, que teve uma grande repercussão na época, sobre o seu teor polêmico e direcionado ao Ruy Mauro Marini.

Sendo assim, o artigo está fundamentado no livro “*La Teoria Social Latinoamericana*”, publicada no México, sintetizará o pensamento destes dois intelectuais, abordando os seus principais pontos em seus respectivos artigos, correlacionados a sua temática e o seu debate entorno do capitalismo dependente da América Latina. Sendo assim, o artigo terá o intuito de trazer o debate entorno da teoria da dependência, não só destacando Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso.

A de se destacar também outros pontos de vista sobre o determinado tema, no que condiz a contribuição de outros estudiosos sobre o assunto, pela sua complexidade e um intenso debate, que ainda é bastante significativa para compreensão da realidade latino-americana.

## Conceitos, método e discussão

Ruy Mauro Marini foi um grande intelectual contemporâneo que deixou o seu legado nas Ciências Sociais e para os estudos do marxismo na América Latina, diferentemente de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro ligado a esquerda revolucionária e bastante atuante nos movimentos contra o capitalismo e as barbáries que ocorriam naquele período e o segundo, no primeiro momento ligado ao reformismo, integrou a CEPAL e logo após aderiu à política do neoliberalismo. Haja vista que, ambos trataram de assuntos pertinentes ao modo de produção capitalista, entre os vários argumentos tratados, destaca-se conceitos, como: capitalismo da dependência, superexploração do trabalho, subimperialismo e desenvolvimento/subdesenvolvimento; os três últimos derivam do conceito principal que é o da dependência.

Ao se tratar de capitalismo da dependência que está diretamente atrelada ao imperialismo<sup>3</sup>, que se difere dos demais percalços no que tange a história econômica, há várias controvérsias entre os dois, no que condiz, por exemplo: como pode se dizer ou até que ponto este capitalismo é dependente de uma potência do capital (imperialista)? E como estas relações de produção interferem no desenvolvimento de um determinado país, como por exemplo, o Brasil<sup>4</sup>? Sendo que, este conceito de dependência ainda é bastante discutido na América Latina, justamente

---

3 Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática [...] (LENIN, 1917, p. 41).

4 “O imperialismo joga com duas classes: a velha, que o serviu tão bem e que ele subordina tão dócil e facilmente com as manipulações do comércio exterior e com os empréstimos; e a nova, que ele subordina graças à associação de interesses e com novos empréstimos. Está presente por toda a parte: quando um brasileiro acende a luz, faz comida, fala no telefone, toma o bonde, escova os dentes, raspa a barba, liga o rádio, vai ao cinema, em todos esses momentos encontra a presença do imperialismo, e a sua mão repasse, que lhe cobra o preço de todos os atos da vida cotidiana” (SODRÉ, 2008, p. 27).

pelas suas bases internas, a sua historicidade e os seus problemas conceituais no que compreende a sua economicidade.

Para muitos intelectuais a Dialética da dependência do Ruy Mauro Marini é uma das principais obras que explicam a teoria marxista da dependência, ou seja, fórmula aspectos econômicos e sociais que ajudam a compreender a reprodução capitalista dependente nesta região. Entretanto, a obra publicada em meados da década de 1970, não agradou a todos, inclusive Fernando Henrique Cardoso<sup>5</sup>, que posteriormente redigiu um artigo juntamente com José Serra, criticando o trabalho em questão.

Em “*La Teoria Social Latinoamericana*”, traz tal debate entre os dois sobre a teoria da dependência, com projetos divergentes para a América Latina. No mais, deve se compreender os principais elementos que causaram essa divergência entre os dois e como seu deu esse processo de dependência que está vigente até os dias atuais sob a divisão internacional do trabalho, ou seja, o desenvolvimento desigual, está cada vez mais desigual<sup>6</sup>:

---

5 “No Brasil, foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini [...]” (PRADO, 2011, p. 69).

“É lamentável que sua volta do exílio tenha sido precedida pela crítica de Fernando Henrique Cardoso e de José Serra em um artigo infeliz dedicado a crítica de sua Dialética da dependência. Aqueles que identificaram, como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, André Gunder Frank e eu, já em 1964, a dinâmica do capitalismo mundial e brasileiro (mostrando sua entrada em uma nova fase caracterizada pela hegemonia crescente do capital financeiro, que encerrava tendências expansionista e levava a um papel crescente do Estado junto ao capital privado nacional e internacional), procurou-se desqualificar como “estancacionista”. Ruy Mauro Marini foi o oposto disso, e, antes de Fernando Henrique Cardoso (ou qualquer um de nós), foi o primeiro a identificar o caráter dinâmico do capitalismo dependente. Só que esse dinamismo não era visto no sentido do equilíbrio macroeconômico, das liberdades públicas e do bem-estar social, como nos querem impingir hoje em dia Fernando Henrique e outros.” (SANTOS, 2009, p. 23-24).

6 “O desenvolvimento desigual se apresentou de forma muito mais acentuada na América Latina, quando comparada aos países desenvolvidos, e particularmente em relação aos Estados Unidos, isso por causa da ausência de uma estratégia nacional e regional de inserção na economia mundial.

A reestruturação na América Latina, impulsionada pela globalização e pelo neoliberalismo, aprofundou o subdesenvolvimento. O aumento da pobreza e a má distribuição da renda se devem em grande medida a uma reprodução simples do capitalismo com níveis muito baixos de investimento para a criação e ampliação de empresas. Isso, apesar dos lucros elevados. Os lucros na América Latina crescem como nos Estados Unidos, e, possivelmente

[...] o aprofundamento da característica desigual, porém intensamente combinada, da expansão do capital-imperialismo contemporâneo e das modalidades históricas de incorporação subalterna de retardatários, sobretudo ao final da Segunda Guerra Mundial. A relação entre dependência e capital-imperialismo, à luz do panorama histórico atual, exige uma análise profunda das formas de conexão intercapital-imperialistas atualmente em curso, assim como as novas modalidades de contradição que implicam, tanto no âmbito das possibilidades internas, nacionais, quanto no âmbito da atuação internacional (FONTES, 2010, p. 364).

O capitalismo na América Latina se deu sob um intenso processo de exploração, tornando se assim uma zona comercial que se desenvolverá de modo posteriormente, “em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (MARINI, 2000, p. 107 -108). E como sempre enfatiza Marini, as trocas destas mercadorias são desiguais e interferem diretamente na relação capital/trabalho e capital/desenvolvimento.

Já para Fernando Henrique Cardoso, influenciado com as teorias desenvolvimentistas, lembra que se deve fazer uma análise<sup>7</sup> sobre esse modo de integração entre estes modos de trocas desiguais, que na verdade tem um caráter de inserção no mercado internacional, seja pela superação ou sustentação, pois há uma articulação entre o capital industrial e comercial em prol de um desenvolvimento do centro/periferia. (CARDOSO e FALETTO, 1970).

---

até mais. A diferença é que nos Estados Unidos há um forte processo de investimento e, na América Latina, uma estagnação do investimento nas últimas décadas. Essa estagnação combina uma diminuição dos investimentos em maquinária e equipamento com um aumento do investimento em novos ramos residenciais e turísticos” (LEIVA, 2009, p.151).

7 “[...] Aunque se considere. Por um lado, la capacidad de lucha de los trabajadores industriales en el Centro, así como la defensa por los empresarios de sus intereses monopolistas y, por otro, la debilidad relativa de ambos en la periferia, no se explica que el intercambio desigual sea un proceso que refleje las condiciones reales de las relaciones sociales en las cuales se desarrolla la producción capitalista” (CARDOSO e SERRA, 1994, p. 351).

Assim como os demais desenvolvimentistas da época, Fernando Henrique Cardoso, propôs um desenvolvimento capitalista associado aos grandes centros, o que ele vai chamar de “dependência associada”. E vai dar uma grande importância para o Estado, no que tange a associação com os grandes capitalistas e com relação também ao jogo de poder.

Desse modo, como revelou Ruy Mauro Marini, o caráter dependente da América Latina se dá desde a sua colonização e os seus modos de produção, ou seja, este intercâmbio desigual é inerente ao capitalismo. Logo, esta visão de dependência associada não se adequa de acordo com o sistema capitalista na América Latina, pois suas bases estão sempre atreladas à exploração, ou seja, os países dependentes nunca chegaram ao patamar dos países desenvolvidos.

Entretanto para ser mais claro é preciso resgatar, o conceito de dependência, que pode se caracterizar de acordo com a situação local. Como explica Theotônio dos Santos:

A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto-impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob a exploração dos países dominantes (...) a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial” (SANTOS, 2006, p. 397 *apud* RODRIGUES, 2018, p. 5).

A seguir, como explica o próprio Theotônio dos Santos, a dependência é gerada e reproduzida a partir da mundialização capitalista (globalização) concentrando e acumulando o capital nos países centrais, fazendo com que esse sistema funcione de acordo com países centrais do capital, pois estes controlam a dinâmica da divisão internacional do trabalho.

Ruy Mauro Marini em sua análise da dependência relata que houve dois desvios, que promovem um discurso teórico que deve ser evitado: 1) a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, 2) ou a alteração do conceito em nome de uma realidade que se obstina em não se enquadrar em sua formulação escrita (MARINI, 2000).

Com base nessas análises e importante destacar o modo que o capitalismo se impregnou na América Latina, sobretudo nas bases da exploração, deve-se levar em conta sempre a sua historicidade. Contudo, Marini sempre destaca os conceitos de Karl Marx<sup>8</sup> de acumulação, mais-valia e desenvolvimento para fazer esta relação entre os dominantes e os dominados. Sendo que, o desenvolvimento em si, e como estas forças produtoras se intercalam não explicará as disparidades encontradas na América Latina, em especial, no Brasil.

Para Ruy Mauro Marini, a América Latina teve um papel fundamental no mercado mundial no que se trata a mais-valia relativa e nos modos de produção, que contribui para fomentar o seu caráter de dependência. Contudo, terá uma interferência direta na divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000).

---

8 “Como se observa, o enfoque de Marini articula os livros I, II, III de *O capital* e reposiciona amplamente os enfoques usuais sobre a maturidade da acumulação capitalista, os quais, ao priorizarem o livro I de Marx – que abstrai a concorrência, esfera real na qual se dá a acumulação capitalista – consideram a mais-valia relativa e a produtividade do trabalho como as formas normais dessa acumulação. Não se trata de uma visão estagnacionista, como lhe atribuíram, entre outros, Cardoso e Serra (1978), fundada na incompreensão da capacidade do capitalismo industrial e “pós industrial” gerar a mais-valia relativa, mas sim de uma visão dialética, capaz de levar em consideração os diversos níveis do processo de acumulação capitalista e o movimento do simples ao complexo” (MARTINS, 2009, p. 202).

Vale destacar também que, para Ruy Mauro Marini a América Latina<sup>9</sup> se tornou essencial para o capitalismo global e ganha novos contornos no que tange a sua reinterpretação sobre o desenvolvimento e estratégias nos modos de produção. Os conflitos e as contradições são latentes neste continente, fazendo valer a teoria de Trotsky, do sistema desigual e combinado.

Ruy Mauro Marini faz uma análise desta inserção da América Latina e participação no capitalismo global e este ritmo frenético de produção e os seus mecanismos de extração da mais-valia:

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a produção da mais-valia relativa [...] o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região contribuir para essa mudança qualitativa nos países centrais, se dará fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. Esse é o caráter contraditório da dependência latino-americana [o] que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...] (MARINI, 1979, p. 23 *apud* CECEÑA, 2009, p. 42).

É importante destacar que, Ruy Mauro Marini identificou a mais-valia relativa através deste intercambio desigual, com interfere diretamente no que tange a desvalorização do salário, das jornadas de trabalho e da intensidade na produção. E foi nas condições de trabalho postas na América Latina que fundou suas bases para compor o conceito de superexploração do trabalho<sup>10</sup>, algo bastante latente, e que vai ser ainda

---

9 “[...] à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia capitalista internacional, se acrescentará logo a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial” (MARINI, 1991, p. 20 *apud* CECEÑA, 2009, p. 41).

10 “O conceito de superexploração procura dar conta de maneira estrutural do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno (FONTES, 2010, p. 352).

mais claro principalmente no Brasil. Contudo, “o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2000, p. 126).

Esse trato entre mercadoria/força de trabalho, só mistifica o intercambio desigual<sup>11</sup> no mercado mundial. No mais, Ruy Mauro Marini na exploração do trabalho e seus percalços detalha o seguinte:

O problema que coloca o intercambio desigual para a América Latina não é precisamente o de contrapor à transferência de valor que implica mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la. O aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho [...] Deve-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal [...] implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente” (MARINI, 2000, p. 123 - 124).

Nesse sentido, Ruy Mauro Marini, na Dialética da dependência e também no seu artigo intitulado *‘intercambio desigual y supereploracion. Marxismo y sociologismo’*, relata o caráter lógico do capital em acumular e manter o seu processo na constituição do mercado interno sob a superexploração do trabalho.

A partir destes pressupostos Ruy Mauro Marini irá constituir as bases para o conceito de subimperialismo<sup>12</sup>, que tem como referencial o

---

<sup>11</sup> “ [...] o mero fato que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vedam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual” (MARINI, 2000, p. 121).

<sup>12</sup> “Cabe destacar o seguinte de acordo com os acontecimentos da época, no caso nos anos 1960 em diante: [...] no impulso da economia brasileira para o exterior, no afã de compensar com a conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina, sua incapacidade para ampliar o mercado interno. Esta forma de imperialismo leva, no entanto, a um subimperialismo. Com efeito, não é possível à burguesia brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios norte-americanos e o fracasso da política externa independente de Jânio Quadros e do João Goulart o demonstra. Por outro lado, essa burguesia depende, para o desenvolvimento de sua indústria, de uma tecnologia cuja criação seja privativa de oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil,

intercâmbio desigual, a expansão e acumulação de capital. A partir daí é possível dizer que os componentes básicos do subimperialismo:

El subimperialismo implica dos componentes básicos: por um lado, una composición orgánica media em la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por outro, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no solo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que mantiene em el marco de la hegemonia ejercida por el imperialismo a escala internacional [...] (MARINI, 1994, p. 336).

Além do subimperialismo ser um acontecimento histórico, é importante ressaltar que, a exemplo de Brasil:

El subimperialismo brasileño no es solo la expresión de un fenómeno económico. Resulta em una amplia medida Del proceso mismo de la lucha de clases em el país Del proyecto político, definido por el equipo tecnocrático-militar que asume el poder em 1964, aunados a condiciones coyunturales em la economía y la política mundiales” (MARINI, 1994, p. 337).

Não obstante, Fernando Henrique Cardoso discorda de tal posição de Ruy Mauro Marini, quando se trata primeiramente da acumulação de capital interno e seu caráter de dependência e a ruptura deste caráter de dependência através de uma revolução socialista.

Em *‘Dependência e desenvolvimento na América Latina’*, livro idealizado juntamente com Enzo Faletto; Fernando Henrique Cardoso já esboçava uma visão questionadora sobre os aspectos desenvolvimentista com relação à dependência e os países centrais (CARDOSO e FALETTO, 1970). Para tanto, este ensaio busca fazer uma relação entre os processos sociais e econômicos no contexto do subdesenvolvimento nos países latino

---

argumentando com as extraordinárias possibilidades de lucro que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar” (MARINI, 2000, p. 98).

americanos, e o papel fundamental que possui a política no ato desenvolvimentista.

Contudo, a dependência e a situação de subdesenvolvimento da América Latina, passa pelos grupos sociais e interesses e atuações com relação à economia:

La dependência de la situación de subdesarrollo implica socialmente una forma de dominación que se manifiesta por una serie de características en el modo de actuación y la orientación de los grupos que en el sistema económico aparecen como productores o como consumidores. Esta situación supone en los casos extremos que las decisiones que afectan a la producción o al consumo de una economía dada se toman en función de la dinámica y de los intereses de las economías desarrolladas. Las economías basadas en enclaves coloniales constituyen el ejemplo típico de esa situación” (CARDOSO e FALLETO, 1994, p. 48 - 49).

No mais, Fernando Henrique Cardoso e José Serra em *‘Las desventuras de la dialéctica de la dependência’*, fazem uma crítica direta para Ruy Mauro Marini, em que colocam em evidência tais fatos concretos do desenvolvimento ocorrido na América Latina e as contradições postas pelo capitalismo dependente, inclusive sobre o intercâmbio desigual<sup>13</sup> e o modo de produção vigente até então. Ambos tratam que a reprodução ampliada do capital é uma espécie de “expansão” dos países centrais para os países dependentes, ou seja, periféricos. Cardoso e Serra, chegam a citar Lênin<sup>14</sup> para justificar a finalidade do desenvolvimento e sua expansão das

---

13 “[...] que el intercambio desigual en perjuicio de un país, no necesariamente implica deterioro de su índice de los términos de intercambio y vice-versa” (CARDOSO e SERRA, 1994, p. 350).

14 “É dessa forma que, quando Cardoso identifica minha posição com a dos noródniks, recorre a uma caricatura, além de atropelar sem piedade. Em sua polêmica com os populistas russos, Lênin identificava três características nas posições dessa corrente: o reconhecimento do capitalismo na Rússia como decadência, como regressão; o reconhecimento da originalidade do regime econômico russo, em geral e a do camponês com sua comunidade, em particular; e a omissão do vínculo existente entre a “intelectualidade” e as instituições políticas e jurídicas do país, de um lado, e os interesses materiais de determinadas classes sociais, de outro. Como se vê, não nenhuma relação entre as teses em questão e o que eu afirmo sobre a dialética da dependência, a superexploração do trabalho e o caráter do desenvolvimento capitalista brasileiro” (MARINI, 2000, pp. 232 - 233).

forças produtivas (consumo/produção) nos países ditos periféricos (CARDOSO e SERRA, 1994).

A crítica realizada a Dialética da dependência trata de responder alguns “equívocos” realizados por Ruy Mauro Marini. Questionam os conceitos desenvolvidos por Marini. Para tanto, como relata Marini, Fernando Henrique Cardoso e José Serra tentam refutar “análises sobre o caráter e as tendências do desenvolvimento capitalista no Brasil” (MARINI, 2000, p. 188).

Logo, Ruy Mauro Marini<sup>15</sup> escreve um artigo em resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra, intitulado ‘*As razões do neodesenvolvimento*’, em que explicita o verdadeiro intuito em o desqualifica por terem projetos políticos econômicos distintos, e trata de esclarecer os possíveis “equívocos” encontrados; E de acordo com Marini ambos defendem um projeto burguês, em que até o chama de “socialistas burgueses”, e que na verdade “os burgueses são burgueses no interesse da classe operária” (MARINI, 2000, p. 239).

### **Considerações finais**

Pode se dizer que, a América Latina produz boa parte do que consumido no mundo, tornando um grande commodities para o capital. Intelectuais como Ruy Mauro Marini, e Fernando Henrique Cardoso em seus escritos tiveram leituras diferenciadas daquilo que é a teoria da dependência e da importância que este continente tem para o mercado.

O panorama de que ambos viviam, em pleno turbilhão, como a série de golpes civis-militares e (des) governos acontecendo nesse período na América Latina, a teoria da dependência nos faz pensar respostas para o

---

<sup>15</sup> “[...] Dom Quixote combatia contra moinhos de vento, que acreditava ser gigantes. Meus “críticos” têm mais o espírito de Sancho. Edificam seus próprios moinhos, para enfrentá-la sem ter que apelar para a valentia” (MARINI, 2000, p. 176).

que está ocorrendo no nosso meio. Uma teoria que traz em sua essência um viés de interpretação e transformação, não mascarando as lutas de classes. Portanto, a teoria se mostra bastante atual nos dias de hoje.

Fernando Henrique Cardoso acreditava em um desenvolvimento associado e autônomo, e defendeu uma ideia que se concretizou quando se tornou presidente da república, com as privatizações, por exemplo. Diferente de Ruy Mauro Marini, que militou em prol do socialismo na América Latina e de uma real ruptura com os grandes capitalistas, pois acreditava que o capitalismo só acentuava as desigualdades, a exploração e precarização do trabalho, ou seja, o debate sobre a teoria da dependência ainda se faz presente, pois é inerente ao sistema de produção capitalista e só pode ser extinto através de uma revolução socialista.

## Referências

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de Interpretação Sociológica. 7<sup>o</sup> Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CECENÑA, Ana Esther. Meu querido Ruy. In: **A América Latina e os desafios da globalização**: Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini. (Coor. E. Sader e T. dos Santos/ Org. C. E. Martins e A. S. Valencia). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capitalismo imperialismo**: teoria e história. 2<sup>o</sup>Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO FHC. **Biografia**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/>  
> Acesso em Junho de 2021.

LEIVA, Orlando Caputo. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. In: **A América Latina e os desafios da globalização**: Ensaio dedicados a Ruy Mauro Marini. (Coor. E. Sader e T. dos Santos/ Org. C. E. Martins e A. S. Valencia). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

LENIN, V. I. **O Imperialismo, a fase superior do capitalismo**. São Paulo, 1917. Disponível em: Microsoft Word - O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo.doc (pcb.org.br) > Acesso em Junho de 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini (Org. E. Sander). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (Orgs.). **La Teoria Social Latinoamericana: textos escogidos - Tomo II: La Teoria de la dependencia**. 1º Ed. México, Universidade autónoma do México: Coordinación de Estudios Latinoamericanos - CELA, 1994.

MARQUES, Juliana; CASTRO, Celso. **Interpretações do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: **A América Latina e os desafios da globalização**: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. (Coor. E. Sader e T. dos Santos/ Org. C. E. Martins e A. S. Valencia). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PRADO, Fernando Corrêa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. In. **Comunicação e política**. V 29, p. 98 - 94, Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanas, 2011.

RODRIGUES, Gabriela Oliveira. **A Teoria Marxista da Dependência em Ruy Mauro Marini: Superexploração da Força de Trabalho e Subimperialismo na integração capitalista mundial da América Latina**. Monografia apresentada no Defesa e Gestão Estratégica Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: 122.pdf (sep.org.br) > Acesso em Junho de 2021.

SANTOS, Theotônio dos. Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano. In: **A América Latina e os desafios da globalização**: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. (Coor. E. Sader e T. dos Santos/ Org. C. E. Martins e A. S. Valencia). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o Povo no Brasil?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

## **O socialismo deu certo? apontamentos a partir do manifesto do partido comunista**

*William Washington de Jesus*<sup>1</sup>

O presente texto é proveniente de uma comunicação oral apresentada no evento em comemoração ao bicentenário do nascimento de Friedrich Engels, evento este realizado em 2020 pelo NEPS (Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista), grupo que fazemos parte. Na ocasião estivemos presente numa mesa redonda que teve como tema o debate sobre a obra *O Manifesto do Partido Comunista*. Em pleno contexto de pandemia da covid-19 tivemos a oportunidade de se debruçar sobre a leitura e discussão de várias obras de Marx e Engels, e assim, mais uma vez estivemos imersos na atividade de refletir sobre o legado destes autores.

Num contexto atual marcado pela existência da pandemia no qual as desigualdades sociais ficam muito mais evidentes, a reflexão e o debate sobre a teoria e prática dentro dos escritos de Marx e Engels se tornam cada vez mais necessários, visto que, o marxismo nos fornece elementos para o exercício da crítica e transformação da sociedade capitalista.

Dito isso, os nossos apontamentos, reflexões e conclusões sobre alguns aspectos referentes a herança destes dois autores se encontram diluídos durante o texto. Entretanto, deixamos claro que o nosso artigo segue um formato com quase nenhuma mudança do texto desenvolvido no modelo de comunicação oral. Optamos por manter este formato para

---

<sup>1</sup> Especialista em Docência do Ensino Superior (IESF). Historiador e professor de História da Rede Pública Municipal de Itapecuru-Mirim - MA e Matões do Norte - MA. Membro do NEPS/UFMA (Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista). Contato: leaozulzinho@hotmail.com.

que não tenhamos uma quebra do raciocínio apresentado durante a ocasião do evento citado. Sendo assim, passemos a nossa contribuição referente ao legado de Marx e Engels iniciado a partir do debate sobre o *Manifesto do Partido Comunista*.

Iniciamos deixando claro que propor o debate sobre as obras de Marx e Engels se trata de um grande desafio. A dupla produziu um vasto material que trata de temáticas variadas e que foram abordadas com uma profundidade a altura da grandeza desses dois autores. O estudo adequado dos textos produzido por esses dois autores requer muita leitura, e assim, o fato de podermos através dos encontros do NEPS lermos e debatermos em grupo as obras de Marx e Engels se apresenta como um feito importante e que muito nos tem ajudado. Dito isso, iniciaremos nossa humilde contribuição deixando claro que é importantíssimo fazer uma releitura da obra *O Manifesto do Partido Comunista*, principalmente devido ao atual cenário político e econômico em que estamos vivendo.

O ano de 2020, ano marcado pelo surgimento da pandemia gerada pelo vírus da covid-19, se apresentou como um ano muito complicado que para muitos tem que ser esquecido, mas, que, entretanto, deve ser sempre lembrado, principalmente por nós historiadores. Esse ano marcante, certamente, fará com que alguns personagens e atores sociais sejam celebrados e outros colocados no lixo da História. Sempre que há uma crise, Marx e Engels são lembrados e suas obras são relidas. Infelizmente, pelo que parece, vivemos num tempo de culto a ignorância no qual a regra parece ter sido uma prática pautada na desinformação. Neste contexto, muitas das vezes autores como Marx e Engels não são lidos com o devido respeito à complexidade que suas obras merecem. Dito isso, não impressiona o fato de existir vários ataques rasos feitos a Marx e Engels nesses tempos em que vigora um analfabetismo político.

Ao relermos a obra *O Manifesto do Partido Comunista*, lembramos que ouvimos várias vezes que se trata de uma obra panfletária, e isso é muitas vezes dito num sentido pejorativos como se essa característica a fizesse ser uma obra menor. Sim, a obra pode ser considerada panfletária, contudo, essa afirmação pouco diz sobre a obra se não é considerado e analisado o contexto na qual ela foi produzida. Um dos outros muitos ataques feitos de maneira baixa a Karl Marx trata-se da falácia de que ele seria um certo tipo de vagabundo, um desocupado que não conseguiu sequer sustentar a sua família. Neste ponto, nos questionamos: como Marx pode ser chamado de desocupado tendo ele destinado grande parte de sua vida ao estudo e participação nos movimentos sociais e ter desenvolvido com a contribuição de Engels toda uma teoria científica que embasou obras de grande envergadura como *O Capital*?

*O Capital*, obra considerada inacabada é constituída por três volumes. O livro I- *O processo de produção do Capital*, foi publicado com Marx ainda vivo, já os outros dois volumes (Livro II- *O processo de circulação do Capital* e o Livro III - *O processo global da produção capitalista*) foram publicados por Engels, que ficou responsável pela organização dos escritos que Marx havia deixado. Ao nosso ver *O Capital* trata-se de uma obra densa, difícil de ser lida e bastante complexa. A sua leitura e análise requer um bom conhecimento das categorias e de forma geral da teoria e prática desenvolvida por Marx e Engels na construção das bases do socialismo científico.

Nesses tempos sombrios acreditamos que provavelmente muitos daqueles que atacam principalmente a obra *O Manifesto do Partido Comunista* não a lera e partem de achismos baseados numa imagem deturpada de Karl Marx. Desta forma, se estivermos certos, o que dizer então da leitura, ou melhor, da não leitura do livro *O Capital*? A realidade se torna ainda mais cruel, pois, provavelmente não é fácil achar quem

saiba explicar conceitos tão importantes apresentados nesta obra, tais como: mais-valia; capital constante; capital variável. Logo, em parte, podemos concluir que muitos daqueles que atacam essas obras, principalmente nas redes sociais, não se deram ao trabalho de lê-las.

Com o advento das redes sociais, fenômeno que permitiu que qualquer pessoa pudesse compartilhar com muito mais alcance seus achismos, concepções, preconceitos e opiniões, encontramos muita coisa dita a respeito das obras de Marx e Engels e do legado marxista como um todo. É fácil encontrar nas redes sociais a afirmação: “o socialismo não deu certo em lugar nenhum”. Logo nos questionamos: será mesmo que o socialismo não deu certo em lugar nenhum? O que seria entendido como “dá certo”? E o capitalismo, deu ou tem dado certo?

Deixemos essas reflexões em aberto, contudo, afirmamos que o socialismo continua no horizonte como uma alternativa, tanto que máxima “socialismo ou barbárie” nos parece a cada dia mais atual já que podemos perceber que o capitalismo não contempla o ser humano e suas devidas potencialidades. É necessário então, fazermos a reflexão sobre as experiências de socialismo real e toda a teoria do socialismo científico desenvolvida por Marx e Engels. Isto é importante, até mesmo para que não se caia no erro de confundir os conceitos de socialismo, de comunismo e como eles estão inseridos da teoria marxista revolucionária.

De forma simples e direta, afirmamos que o capitalismo é bom para aqueles que detém o capital. A imensa massa de assalariados que não detém o capital vai viver na eterna necessidade de vender a sua força de trabalho para pelo menos minimamente subsistir. Entretanto, o discurso dominante que impera hoje é caracterizado por um viés meritocrático, que afirma basicamente que se houver esforço e muito trabalho, o indivíduo conseguirá chegar ao patamar de vida daqueles poucos que detém o capital. Pura falácia, pois, sabemos que todo luxo e extravagância que

marcam a vida dos grandes capitalistas não existiriam se não fosse pelo processo de exploração do trabalho alheio. Desafiamos o leitor a encontrar sequer um dos grandes capitalistas detentores dos meios de produção que tenham conseguido construir o seu império sem a mais-valia, sem o contínuo processo de exploração do trabalhador.

Voltando ao *Manifesto do Partido Comunista*, acreditamos que em pleno século XXI ainda temos muitos aprendizados que podem ser retirados da leitura dessa obra. No debate que trata da relação entre humanismo e socialismo, podemos refletir sobre a presença e importância do humanismo dentro teoria socialista. Consideramos que aqueles que prezam pelo desenvolvimento do homem e que se preocupam com as questões humanitárias, tendem a ser socialistas. Nestes tempos sombrios em que vivemos, no qual o valor de uma vida é muitas vezes relativizado, torna-se quase inevitável para aqueles que defendem o ser humano acima de tudo, aqueles que prezam pelo sentimento humanista, não se tornarem apreciadores do pensamento socialista.

*O Manifesto do Partido Comunista*, uma pequena obra que tem como intenção promover a união da classe trabalhadora, é publicado em 1848. Porém, é importante lembrar que o século XIX vinha passando por profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. Com o processo histórico que culminará na revolução francesa, a burguesia, como pode ser visto no *Manifesto*, se apresenta como a classe revolucionária que ascende ao poder e transforma estruturalmente o estado feudal e absolutista para um estado de caráter burguês que no seu ideal propunha princípios como a liberdade e a igualdade.

As transformações ocorridas neste processo de transição de um modo de produção feudal para a construção de o modo de produção capitalista como dominante irá ocasionar sérias consequência principalmente para os trabalhadores acostumados com a dinâmica de vida e subsistência no

campo. Como é demonstrado na obra *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* de autoria de Friedrich Engels, os efeitos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, como a construção de fábricas e de forma geral de todo o processo denominado como a revolução industrial, acaba afetando toda a estrutura do processo de produção e afetando assim a vida do trabalhador. Muitos camponeses, por exemplo, viriam fazer o processo de migração do campo para a cidade. Indo em direção às cidades em busca da sua subsistência o camponês vivera uma dura realidade no qual nunca antes viveu quando morava no campo.

No campo era possível pescar, colher frutos em abundância nas árvores, caçar, plantar, enfim, a natureza o oferecia muito ao alcance das mãos, e ainda, os camponeses possuíam suas próprias ferramentas para executar os trabalhos para prover a sua família, desta forma, não viviam passando fome e trabalhavam de acordo a sua necessidade. Neste contexto, o homem tinha um controle sobre o seu tempo, pois, ele mesmo definia os dias de trabalho e o relógio, tão necessário na dinâmica de produção capitalista, era desnecessário no campo. O camponês pescava, mas não era um pescador de ofício, caçava, mas não era somente um caçador, colhia frutos nas árvores assim como também plantava para colher, em resumo, faziam suas atividades conforme suas necessidades. O camponês executava vários trabalhos e tinham pleno conhecimento de todo processo das atividades que realizavam.

Quando chega a cidade, o camponês, ao não ter mais a sua terra para morar, trabalhar e dela tirar o seu sustento, acaba experimentando uma realidade nunca vivida antes. Devido a esta nova realidade terá ele que mudar bruscamente o seu modo de vida, pois, para viver (sobreviver na verdade) terá que trabalhar arduamente para garantir minimamente o alimento e morada na nova vida que lhe foi imposta.

O século XIX traria profundas mudanças marcando profundamente as diferenças entre as classes, deixando claro o antagonismo na nova ordem social entre a burguesia e a nova classe proveniente do campo: o operário. Nesta nova dinâmica os camponeses irão vender a sua força de trabalho por um valor que foge da sua vontade. Eles irão trabalhar nas fábricas manuseando as máquinas e ferramentas que a eles não pertencem apesar de executarem as atividades de produção.

O progresso e a modernidade que são palavras bastante utilizadas para exaltar a revolução orquestrada por burgueses em decorrência dos avanços tecnológicos como o surgimento das estradas de ferro, o desenvolvimento de máquinas e entre outras invenções, impulsionará gradativamente a indústria e acabará na sua esteira influenciando no processo de acumulação de capital enriquecendo cada vez mais as elites.

Entretanto, a classe operária que viverá o drama do trabalho remunerado muitas das vezes não conseguirá contemplar as suas necessidades mais básicas como alimento e moradia, sem contar que o emprego nas fábricas não abrangerá a todos os recém-migrados do campo para a cidade, o que causará desemprego. Desta forma, irá surgir uma grande massa trabalhadores desempregados que estarão na reserva. Por menor que possa ser a remuneração, esses desempregados estarão ávidos por um trabalho para não passarem fome e nem dormir ao relento. Deste modo, esses desempregados poderão se sujeitar a trabalhar por salários mais baixos, e assim, quem estiver trabalhando não poderá reclamar do salário que recebe sob ameaça de demissão. Nesta situação, caracterizada até mesmo pelo emprego de crianças e mulheres nas fábricas que recebiam na média salários mais baixos que os homens adultos, muitos trabalhadores chegaram até mesmo a aceitar trabalhar por mais tempo sem o reajuste para manter o seu emprego.

A dita modernidade e o progresso estavam sendo cruéis com a nova classe originada com a dinâmica das fábricas: os operários (a classe proletária). A burguesia detinha o controle dos meios de produção, e assim, se apresentavam como a classe responsável pelo formato de produção e organização do trabalho. O ganho do burguês dependia exclusivamente da exploração do trabalho destes operários. Sem o trabalho da classe operária, a burguesia não teria como obter mais valia e nem teria uma boa parte do mercado consumidor que era formado justamente por estes trabalhadores.

Com o surgimento de novas máquinas, que sempre acabava gerando uma onda de demissão, pois com o novo maquinário se tornava desnecessário ter o mesmo quantitativo de trabalhadores anteriores, o medo do desemprego fizeram surgir as primeiras revoltas ainda na primeira metade do século XIX, pois, os operários temiam que a máquina tomassem o seu emprego e assim o deixassem sem o seu ganha-pão.

A união e organização dos trabalhadores para a luta pelos objetivos da classe se tornavam a cada dia mais necessárias. Desta forma, as lutas passarão a ser tornar rotineiras na tentativa de amenizar o sofrimento de homens, mulheres e crianças, sim crianças, pois, como já pontuamos, as crianças também trabalhavam nas fábricas para complementar a renda com os pais. Conforme é demonstrado na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, os patrões se aproveitavam da dura realidade das famílias para pagar muito pouco, principalmente a crianças e mulheres, e ainda, em certas ocasiões os patrões cometiam maus tratos como castigos físicos como é demonstrado em alguns relatórios apresentados por Engels em sua obra. Neste contexto, as mulheres trabalhavam tanto quanto os homens exercendo muitas das vezes as mesmas funções, mas, recebendo um salário menor. Enquanto isso, as mulheres viviam também um clima de insegurança dentro da própria

fábrica, pois, elas conviviam com o medo do desemprego em caso de gravidez e ainda tinham que conviver com situações tais como assédio praticado por seus superiores.

A sociedade europeia encarava com indiferença toda essa problemática apontada até aqui. Engels quando publicou a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* em 1845, denunciou todas essas questões chamando atenção para a real e urgente necessidade de organização da classe trabalhadora. Atualmente temos várias políticas pública e leis que tentam coibir o assédio e a exploração do trabalho infantil, por exemplo. Essas conquistas não foram alcançadas por um simples sentimento humanista de classe burguesa, mas, são resultantes de toda uma trajetória de luta e organização da classe trabalhadora como um todo.

Desta forma, a publicação da obra *Manifesto do Partido Comunista*, se apresenta como um texto que foi importantíssimo no processo de orientação da classe trabalhadora. Com um texto pequeno e com uma leitura acessível, Marx e Engels apresentam as bases do socialismo científico e fazem um chamado à prática revolucionária que teria como o agente revolucionário justamente a classe proletária.

O socialismo científico, desenvolvido por Marx e Engels, irá se diferenciar do socialismo utópico de Charles Fourier, Saint Simon, Louis Blanc e Robert Owen e do socialismo cristão. Marx e Engels demonstram os limites do denominado socialismo utópico e apresentam no desenvolvimento de suas concepções uma teoria baseada na prática revolucionária, práxis essa que no interior da filosofia da história desenvolvida por esses dois autores é alicerçada em bases racionais. Com o socialismo científico, temos uma descrição histórica que explica as origens da pobreza, da desigualdade e da exploração entre os homens, e ainda, temos a indicação de um caminho para a mudança da realidade

econômico e social vigente até então. Essas circunstâncias somente poderiam ser mudadas exclusivamente por aqueles que sofrem diretamente da dura realidade imposta, no caso a classe proletária.

Com a maior organização dos trabalhadores junto a entidades de classes e uma maior pressão social para conseguir conquistas para a classe, os trabalhadores passam a se perceber como agentes ativos da sua própria história. Contudo, essa organização necessita de bases teóricas e é neste ponto que devemos considerar a enorme contribuição que Marx e Engels deram neste processo de conscientização e organização das lutas.

No *Manifesto do partido comunista* também é apresentado o que diferenciaria o socialismo do comunismo e qual o lugar que cada uma ocuparia dentro da filosofia da história desenvolvida por Marx e Engels. Estes dois autores pensaram no século XIX o caminho a ser percorrido para a construção de um modelo de sociedade da qual o homem fosse livre para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades. Apesar de apresentarem suas ideias aliando teoria e prática, o ideal de sociedade de Marx e Engels foi e muitas das vezes ainda é encarado por muitos como algo utópico. Entretanto acreditamos que é sempre importante lembrar que o modo de vida reproduzido no interior do sistema capitalista não pode ser naturalizado, e ainda, que por mais utópico que possa parecer, e a utopia também tem sua grande importância, a possibilidade de construção de uma sociedade comunista continua em aberto.

Cabe ressaltar que o *Manifesto* publicado no séc. XIX, foi amplamente difundido inicialmente por todo o continente europeu e traduzido para vários idiomas. Neste contexto, com o passar do tempo as ideias de Marx e Engels passariam a influenciar o pensamento e a luta nos locais mais variados do mundo. Entretanto, dentre as experiências de socialismo real, talvez a revolução russa no século seguinte tenha sido a mais marcante por uma série de motivos como a presença de intelectuais tais como Lenin,

pelo sucesso obtido em vários aspectos importantes da sociedade e pela forma como se desenrolou o processo histórico que veio a pôr fim ao regime.

Dito isso, é importante salientar que o estado socialista soviético teve serias contradições que fogem da ideia primordial idealizada por Marx e Engels, contudo, acreditamos ser possível afirmar que o papel do estado socialista de proteger os vulneráveis e garantir igualdade na tentativa de erradicar a pobreza teve o seu êxito, e assim, demonstrou ser capaz de termos alternativas diferentes ao sistema capitalista vigente na qual as desigualdades imperam.

Neste ponto, lembramos que muito se fala que o socialismo não deu certo em lugar nenhum, será mesmo? Primeiramente deixemos claro que existe como regra um enorme desconhecimento do conceito de socialismo e comunismo como se ambos fossem a mesma coisa, o que sabemos que não é verdade. Aqueles que já tiverem lido as obras de Marx e Engels sabem perfeitamente que o socialismo e comunismo não se tratam da mesma coisa. Apesar de não nos aprofundarmos nesse debate, levantemos uma questão que nos parece ser muito pertinente: será mesmo que as experiências de socialismo real não nos deixaram nenhuma conquista, nada de importante que possa ser levado em consideração para a construção de um mundo mais igualitário? Deixemos a reflexão em aberto para os leitores.

Marx e Engels idealizavam um governo socialista governado por trabalhadores para trabalhadores, para isso, dentro do processo revolucionário seria necessário que a classe proletária se apropriasse e ao mesmo tempo destruísse as estruturas burguesas do estado. O processo de transição rumo ao comunismo se daria com base em três pilares: sociedade sem classe, sem a estrutural estatal e governamental e sem a propriedade privada. Entretanto, no decorrer do processo histórico o

socialismo soviético não abriu a transição para o comunismo, ao contrário, fortaleceu ainda mais a estrutura do estado optando por seguir caminhos diferentes as concepções desenvolvidas no pensamento filosófico de Marx e Engels.

Partindo dessa premissa, ao citar brevemente o exemplo do socialismo soviético, podemos afirmar com plena convicção que o comunismo nunca existiu, o socialismo não foi completamente implantado conforme idealizado pelos dois pensadores alemães, mas, no entanto, o socialismo soviético ao adotar políticas voltadas aos mais vulneráveis obteve êxitos que não devem ser descartados.

Considerando que somente dentro de uma sociedade comunista seria possível realizar plenamente o modelo social ideal pensado por Marx e Engels, e que o socialismo se apresenta como um momento de transição para o comunismo, afirmamos que as experiências de socialismo real têm a sua validade e dela podemos tirar grandes aprendizados. As obras de Marx e Engels, ainda hoje no século XXI se apresentam como um combustível que a classe trabalhadora do mundo todo venha perceber a importância da mobilização e união em prol de um projeto revolucionário que busca uma emancipação total, a emancipação humana. Sendo assim, acreditamos que nesse contexto atual em que vivemos mais uma crise do sistema capitalista, que o legado de Marx e Engels retorna com mais força a cena política. Este fato nos leva a concluir que a hipótese comunista continua mais do que nunca em aberto e irá continuar até que alcancemos o sonho de uma sociedade comunista da qual o homem esteja livre dos grilhões e possa desenvolver as suas potencialidades plenamente.

## **Referências**

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010

\_\_\_\_\_. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. **São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2019.**

HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções: Europa 1789–1848.** São Paulo-SP: Paz e Terra, Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, 1981.

\_\_\_\_\_. A Era do Capital - 1848 - 1875. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2012.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo-SP: Martin Claret, 2004.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo?** 18ª edição. São Paulo-SP: Editora Brasiliense. 2017.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade.** Vol. I 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A maldição de Adão.** Vol. II 4ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A força dos trabalhadores.** Vol. III 3ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2002.

## **Sobre os autores**

### **Alexsandro Silva Diniz**

Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior Santa Fé (CESSF/MA)

### **Baltazar Macaíba de Sousa**

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2006), Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1995) e Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1990). Foi professor do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) de 1997 a 2010. Atualmente é professor Associado IV do Departamento de Ciências Sociais (DCS) do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia política, filosofia política, sociologia da religião, movimentos sociais, campesinato, sindicalismo e sociologia da educação.

### **Carlos André Colins dos Santos**

MESTRANDO em História pelo Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada: A imprensa ludovicense no pós-abolição: análise das representações contidas em jornais ludovicenses acerca da última geração de libertos (1888-1908), orientada pelo Professor Doutor Josenildo de Jesus Pereira. Graduado em História pela Universidade Feral do Maranhão (UFMA) em 2016. Desenvolveu sob a orientação da Professora Doutora Regina Helena de Martins Faria a pesquisa monográfica intitulada: Páginas da Abolição: a recepção da Lei Áurea nos jornais maranhenses e na obra "Vencidos e Degenerados", defendida em 2016. Membro do Núcleo de Estudos em Política e Sociedade (NEPS) sob orientação do Professor Mestre Marcelo de Sousa Araújo, membro do GMAD (Grupo de Pesquisa do Mundo Atlântico e suas Diásporas) sob orientação do Professor Doutor Josenildo de Jesus Pereira. Tem interesse nos seguintes temas: Pós-Abolição, Imprensa, Literatura, Teoria da História, Lutas Populares, Educação

### **Daniel Wollace Marques Ferreira**

Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, possui graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão e Licenciatura Plena pela Faculdade Santa Fé. Atualmente é professor de Educação Básica, do Instituto Divina Pastora e Escola Cristo Rei, sendo também professor contratado da rede Estadual de Educação do Estado do Maranhão. Tem experiência nas áreas de História do Maranhão e do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Maranhão e Antropologia, História do Brasil e Cultura Popular e Teorias do conhecimento. Membro Associado no Grupo de Pesquisa e Estudos "Cenários do Viver no Maranhão" liderado pelo (a) Prof. (a) Dra. MARIZE HELENA DE CAMPOS.

### **Erivan dos Santos Ferreira**

É Mestre em Ciências da Educação com área de especialização em Administração e Organização Escolar pela UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA/ Braga/PORT (2019). Licenciado em Pedagogia pela FACULDADE INTEGRADA DO BRASIL (2010); Especialista em Docência do Ensino Superior pela FACULDADE LABORA (2018); Especialista em Gestão e Supervisão Escolar com Docência do Ensino Superior pelo INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MÚLTIPLOS-IESM (2015), foi Professor substituto da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (2018-2020); Membro do Núcleo de Pesquisa em Educação, Formação Docente, Ensino e Práticas Educativas-NUPEFORDEPE e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Histórico-Críticas em Educação e Formação Humana ? NEPSH do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGed/UFPI (2019), Núcleo de Estudo do Pensamento Socialista (NEPS-UFMA/UFPB); Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Docente do Ensino Superior e na Educação básica do 1 ao 5 ano (Prefeitura de Teresina 2014-2016), atuando principalmente nos seguintes temas: educação, saúde ocupacional, Sindicalismo, conscientização e ética, profissão, cultura, conflito nas escolas, medidas interventivas.

### **Gleidimar Alves de Oliveira**

Doutora em Filosofia pela UFPB-UFPE-UFRN (2018), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (2007). Professora substituta da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) 2011-2013. Professora prestadora de serviço da Faculdade Santa Emília de Rodat (FASER) 2012-2013. Tem experiência na área de Filosofia atuando principalmente nos seguintes temas: filosofia, educação, metodologia, sociologia e teoria do conhecimento.

### **Kelly dos Santos Araujo**

Mestranda em História pela Universidade Federal do Maranhão (2021). Graduada em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão - Campus de Grajaú, com habilitação em Geografia em 2017. Possui experiência na área da História e Geografia, enfatizando temáticas como gênero e relações étnico-raciais. Bolsista egressa do Programa de Educação Tutorial - PET de 2012 a 2017, desenvolvendo a pesquisa: Memória Oral e Iconográfica: Representações sobre o Rio Grajaú e atualmente é membro do GMAD (Grupo de Pesquisa do Mundo Atlântico e suas Diásporas). Na graduação desenvolveu a pesquisa intitulada “IDENTIDADE E TERRITÓRIO: A construção da autoidentificação quilombola na comunidade Santo Antônio dos Pretos em Grajaú-MA” e no Mestrado sob a orientação do Professor Doutor Josenildo de Jesus Pereira defendeu a dissertação “OS NOVOS PRETOS DO SANTO ANTÔNIO: Implicações do retorno de remanescentes urbanizados à comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos (Grajaú/MA) - 1979 a 2012”.

### **Marcelo de Sousa Araujo**

Doutorando em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes, pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA), atuando na linha de pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas. É Mestre em Cultura e Sociedade (2012) - PGCULT/UFMA - e possui Graduação em História Licenciatura Plena (2005), pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem experiência na área de História e Antropologia, com ênfase em estudos relacionados, sobretudo a comunidades rurais, trabalhando com as seguintes temáticas: Identidade, Memória, Festas, Cultura Popular, Etnicidade e Teorias do Conhecimento. Membro do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS/ UFMA), atuando na linha de pesquisa: Marxismo e Sociedade, coordenada pelo Prof.Dr Baltazar Macaíba de Sousa. Atualmente é professor da Faculdade Santa Fé ministrando as disciplinas de História para as series iniciais e Metodologia da Pesquisa Educacional para o curso de Pedagogia. Também, na Faculdade Santa Fé foi coordenador do Curso de História de 2014 a 2016, participando do processo de reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação (MEC) no ano de 2015.

### **Marta Maria Aragão Maciel**

Possui Graduação em Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2010), e Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2013). Possui doutorado pelo Programa Integrado de Pós-Graduação em Filosofia UFPE/UFPB/UFRN

(2018). Tem experiência na área de Filosofia Social e Política, com ênfase no pensamento crítico do filósofo alemão Ernst Bloch. No ano de 2017, atuou junto ao grupo de pesquisa Sophiapol, na Université Paris-Ouest Nanterre la Défense (Paris X).

### **Ruan Claudio da Silva Rosa**

Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (2015) e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (2018). Tem experiência na área de História e Filosofia, sobretudo nos estudos relacionados à obra de Jean-Jacques Rousseau. É Membro do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS/UFMA), atuando na linha de pesquisa: Marxismo e Sociedade. Membro do grupo de pesquisa Poderes e Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas (POLIMT/UFMA), atuando na linha de pesquisa: Ideias políticas, e integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau (GEPI Rousseau UFMA). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência- PIBID e bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

### **Thiers Fabrício Santos Tiers**

Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), especialista em Política e Gestão Pública de Esporte e Lazer graduado em Geografia (UFMA), Professor de Geografia contratado do Estado do Maranhão.

### **William Washington de Jesus**

Especialista em Docência do Ensino Superior (IESF). Historiador e professor de História da Rede Pública Municipal de Itapecuru-Mirim – MA e Matões do Norte - MA. Membro do NEPS/UFMA (Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista).

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**